



Center for European
Integration Studies

**Rike Sohn
Ama Konadu Oppong (eds.)**

**Comércio regional e
integração monetária
na África Ocidental e na
Europa**

ESTUDO IAO-ZEI

SPONSORED BY THE



Federal Ministry
of Education
and Research

**No.6
2013**

Terhemba Ambe-Uva é Professor no Departamento de Estudos Internacionais, National Open University da Nigéria, em Lagos.

Simona Beretta é Professora de Economia Internacional na Universidade Católica de Sacre Cuore de Milão, na Itália.

Sanoussi Bilal é Chefe de Departamento de Económica, Comércio e Integração Regional do Centro Europeu para a Política de Desenvolvimento (ECDPM), em Bruxelas, na Bélgica.

Lelio Iapadre é Professor de Economia na Universidade de L'Aquila e Professor Adjunto de Economia Internacional na John Hopkins University, SAIS Bologna Center, na Itália.

Ludger Kühnhardt é Diretor do Centro de Estudos de Integração Europeia (ZEI) e Professor de Ciência Política na Universidade de Bonn, na Alemanha.

Philippe De Lombaerde é Diretor Associado da Universidade das Nações Unidas, Instituto de Estudos Comparativos de Integração Regional (UNU-CRIS), Bruges, na Bélgica.

Giovanni Mastronardi é Professor na Universidade de L'Aquila, na Itália.

Paulina Mendes é Investigadora Permanente do Centro de Estudos Socio-económicos do Instituto Nacional de Educação e Pesquisa (INEP), em Bissau, Guiné-Bissau.

Volker Nitsch é Professor de Economia da Universidade Técnica de Darmstadt, na Alemanha.

Ama Konadu Opong é Coordenadora de Projecto de cooperação IAO-ZEI no IAO em Praia, Cabo Verde.

George Owusu é Professor no Instituto de Estatística, Investigação Económica e Social na Universidade de Gana, em Accra.

Rike Sohn é Assistente Científico na ZEI e Coordenadora do Projecto de cooperação IAO-ZEI.

Djeneba Traoré é Diretora Geral do Instituto de Africa Ocidental (IAO), na Praia, Cabo Verde.

Índice

| | |
|--|-----|
| <i>Ludger Kühnhardt e Djénéba Traoré</i> | 3 |
| Prefácio | |
| <i>Rike Sohn e Ama Konadu Oppong</i> | 5 |
| Introdução | |
| <i>George Owusu</i> | 11 |
| Fatores que moldam a integração económica e o comércio regional na África ocidental | |
| <i>Sanoussi Bilal</i> | 35 |
| Influências externas na integração regional da África Ocidental: o papel das partes terceiras | |
| <i>Lelio Iapadre, Philippe De Lombaerde, e Giovanni Mastronardi</i> | 61 |
| Medição da regionalização do comércio em África: o caso da CEDEAO | |
| <i>Volker Nitsch</i> | 95 |
| Êxito ou fracasso: os efeitos variáveis do euro nas trocas comerciais | |
| <i>Simona Beretta</i> | 109 |
| Integração monetária: a escolha da política certa | |
| <i>Terhemba Ambe-Uva</i> | 151 |
| A experiência europeia de uma moeda comum: ensinamentos colhidos | |
| <i>Paulina Mendes</i> | 175 |
| A experiência da integração da Guiné-Bissau no seio da UEMOA: Que subsídios a transmitir à União Europeia? | |
| Anexo | 191 |

Nota: Todos os artigos foram escritos, na versão original, em Inglês e traduzidos para o Português por WAI-ZEI, com a exceção do artigo da Dra. Paulina Mendes que foi escrito em Francês .

Ludger Kühnhardt e Djénéba Traoré

Prefácio

Agrupamentos regionais destinados à política de construção de comunidade tornaram-se num elemento importante para a autonomia política, económica e cultural em todo o mundo, muitas vezes usando a experiência da União Europeia como uma fonte de inspiração. Neste contexto, o projecto bi-regional „integração regional sustentável na África Ocidental e Europa“ - uma cooperação entre o Instituto de África Ocidental (IAO), em Praia, Cabo Verde, e o Centro de Estudos sobre a Integração Europeia (ZEI), em Bonn, Alemanha - analisa os problemas e factores de integração regional na África Ocidental, levando em conta a experiência europeia. Este projecto único de pesquisa bi-regional é financiado pelo Ministério Federal Alemão de Educação e Pesquisa (BMBF).

Entre 2012 e 2016, a cooperação entre IAO e ZEI reúne estudiosos Europeus e da África Ocidental de diferentes origens, juntos pela primeira vez, a fim de analisar o desafio da integração regional sustentável a partir de várias perspectivas. O projecto está estruturado em três áreas de pesquisa inter-relacionadas: (a) a integração regional e os processos de formulação de políticas, (b) a integração económica regional e do comércio, e (c) o desenvolvimento da capacidade institucional para a integração regional. Investigadores e especialistas da África Ocidental e da Europa em conjunto analisam e discutem as suas perspectivas, metodologias de acções e conteúdo, contribuindo assim para uma nova rede científica bi-regional que apoia a parceria entre a África e a Europa.

Esta antologia apresenta os resultados de intensas discussões de grupos de estudo na área de pesquisa (b), durante as reuniões na Cidade da Praia, Cabo Verde, em Outubro de 2012, e em Bonn, Alemanha, em Março de 2013. Superando as limitações da língua, a distância e as perspectivas académicas, os autores têm utilizado seus conhecimentos e experiência excepcional, a fim de comparar e cooperar nas oportunidades para a integração económica e do comércio regional, bem como as lições aprendidas com a experiência europeia

Prefácio

de uma moeda comum. Esperamos que os resultados deste trabalho venham estimular novas discussões entre outros pesquisadores, agentes governamentais e profissionais envolvidos nos processos de integração regional sustentável e eficaz na África Ocidental e na Europa.

Prof. Dr. Ludger Kühnhardt
Diretor do ZEI

Prof. Dr. Djénéba Traoré
Diretora do IAO

Bonn/Praia, agosto 2013

Rike Sohn e Ama Konadu Oppong

Introdução

Ambos, os Estados membros da União Europeia (UE) e os Estados membros da Comunidade Económica dos Estados Oeste Africano (CEDEAO) começaram inicialmente a sua cooperação com o objectivo de reforçar o comércio regional: Desde a sua fundação, ambas as organizações regionais trabalharam no sentido de uma união aduaneira, a fim de beneficiar de economia de escala, facilitar o acesso aos recursos e infra-estrutura existentes, com o objectivo geral de estimular o crescimento económico, e por conseguinte, associado a prosperidade como assumido pela teoria económica. Como a integração económica aumenta o peso e a importância dos mercados regionais, também é considerado como uma ferramenta para melhorar a posição dos estados membros na economia global, com a união monetária ser outro trampolim sob a forma de fortalecer a harmonização e coerência económica.

Neste contexto, o processo de integração europeia pode ser visto como uma fonte de inspiração e modelo potencial para a integração regional em todo o mundo e, em particular, a região de África Ocidental. No entanto, ambos os lados são confrontados com problemas diferentes no que diz respeito ao seu respectivo nível de integração: Embora a UE é economicamente e financeiramente unida, e lida com os desequilíbrios atuais e potenciais contágios resultante da integração financeira avançada, a CEDEAO luta com baixos níveis de comércio intra-regional, dependências externas e o objetivo contínuo para estabelecer uma região ampla de moeda comum.

Com a atual crise na zona do Euro marcando um ponto de viragem para o desenvolvimento de uma economia global e do desenvolvimento regional em todo mundo, o foco mudou para longe das políticas de liberalização de reguladores no sentido de proteção esperada contra crise fiscal mundial e melhores estruturas de governação económica e fiscal. Enquanto as configurações insti-

Introdução

tucionais das organizações regionais, em princípio oferecem oportunidades para gerenciar e resolver estes problemas, os interesses nacionais adquiridos é que levam a longos procedimentos de tomada de decisão e evitam a implementação de políticas permanecem. Na África Ocidental, novos desafios são os diferentes modos de operação e sobreposições institucionais das duas principais instituições regionais CEDEAO e União Económica e Monetária do Estados da África Ocidental (UEMOA).

É nesta busca de uma abordagem mais sistemática para as questões atuais de cooperação e integração económica Africana e a necessidade de desenvolvimento de qualidades específicas e conhecimento para profissionais e o público em geral que o Instituto da África Ocidental (IAO), em Praia, Cabo Verde, foi lançado. O IAO é o primeiro instituto do género que oferece uma análise académica dos processos e instituições, assessoria política concreta e da difusão de conhecimentos e informações sobre os processos de integração regional na África Ocidental. Foi fundada em 2008 com o incentivo significativo do agrupamento de integração regional de África Ocidental: CEDEAO, UEMOA, ECOBANK, UNESCO e o governo de Cabo Verde.

Desde então, o Centro de Estudos de Integração Europeia (ZEI) e Instituto de África Ocidental desenvolveram uma parceria cada vez mais estreita, resultando em uma investigação multilateral e projeto de consultoria que é financiado pelo Ministério Federal Alemão de Educação e Pesquisa (BMBF), no período de 2012 -2016. O projeto „Integração Regional Sustentável na África Ocidental“ reflete a atenção especial do Governo Federal Alemão sobre a internacionalização da ciência e da pesquisa na promoção de formas novas e inovadoras de cooperação em investigação entre instituições Alemãs e parceiros nos países em desenvolvimento, especialmente na África.

Dentro deste quadro, o contorno temático desta antologia IAO-ZEI, lida com três das questões mais importantes no que diz respeito à integração económica e monetária em África Ocidental, que também são áreas focais do respectivo grupo de estudo económicos IAO-ZEI:

- Como podem os projetos de integração regional contribuir para reforçar o comércio regional e a integração da região de África Ocidental para a economia global?

- Quais são os efeitos da integração monetária e como as sinergias podem ser criadas?
- Até que ponto as experiências de outras regiões podem ser úteis nesse processo e em que medida a Europa pode beneficiar também a partir das perspectivas de outros projectos de integração regional?

Os temas de comércio regional e integração monetária foram escolhidos em primeiro lugar, porque eles são os elementos básicos e fundamentais no processo de integração regional, em todo o mundo; segundo, ambos os assuntos são altamente relevantes para as recentes agendas políticas na África Ocidental e na Europa e, em terceiro lugar, porque a sua interligação intrínseca faz uma análise conjunta ainda mais necessário.

Especificamente, os respectivos autores enfocam o seguinte:

O primeiro artigo do Prof. George Owusu, da Universidade de Gana, dá uma visão geral das características estruturais dos mercados de África Ocidental, bem como as tendências recentes no seu desenvolvimento macroeconómico. Usando dados de Indicadores do Desenvolvimento do Banco Mundial, ele compara padrões de comércio intra-regionais para parceiros comerciais externos, analisa os efeitos das políticas de Bretton Woods e dá recomendações práticas para aumentar o comércio no seio de bloco económico da CEDEAO.

Em um contexto semelhante, Sanoussi Bilal analisa a influência Europeia sobre os processos de integração regional na África Ocidental, comparando-o com outros fatores externos, tais como a dinâmica pan-africanos e os autores emergentes. O Chefe da Unidade de Governação Económica, Comércio e Integração Regional do Centro Europeu de Gestão de Política de Desenvolvimento (CEGPD) em Bruxelas, na Bélgica, também reflete sobre acordos de parceria económica da UE (APE) como um conjunto abrangente de reformas dinâmica para a integração regional.

Philippe De Lombaerde, Diretor Associado da Universidade das Nações Unidas, em Bruges, na Bélgica, Professor Lelio Lapadre e Professor Giovanni Mastroardi, ambos da Universidade de L'Aquila, contribuem significativamente nesta pesquisa, apresentando uma visão aprofundada sobre os indicadores e modelos estatísticos para medir o grau de regionalização do comércio. A aplicação

Introdução

destes métodos ao caso específico da CEDEAO e da UEMOA, eles tiraram conclusões importantes sobre o efeito da abertura comercial e as barreiras da distância sobre a integração económica regional na África Ocidental.

Desde do comércio anterior na análise financeira, o professor Volker Nitsch, da Universidade Técnica de Darmstadt analisa os efeitos da integração monetária no comércio. Embora a maioria das publicações nesta área, foca sobre efeitos global, ele usa pares de países por suas regressões do tipo gravidade, a fim de analisar se a adopção de uma moeda comum, é susceptível de promover a integração económica entre os países membros ou a eliminação de flexibilidade da taxa de câmbio, pode sim levar a desequilíbrios comerciais bilaterais.

Em uma revisão concisa, da literatura de consenso sobre se juntar a união monetária, e o regime monetário e cambial adequada para um país específico, Professor Simona Beretta, da Universidade Católica do Sagrado Coração de Milão, mostra como a atual „crise do euro“, ilustra a fraqueza inerente concepção institucional da União Económica e Monetária (UEM). Sublinhando a importância das condições não-materiais e promover a integração política em períodos de profunda incerteza financeira, ela faz um apelo para arquiteturas institucionais „incompletos“, mas resistente.

Além de arquitectura destas experiências europeias de integração monetária, Terhemba Ambe-Uva, professor da National Open University de Nigéria, acrescenta uma perspectiva mais especializada sobre a opção de uma moeda comum para toda a região de Africa Ocidental. Isso poderia, por exemplo, ser feito através da introdução de uma moeda comum em países não-membros da UEMOA e, conseqüentemente, unindo-se com Franco CFA da zona UEMOA em uma moeda de toda a região, o Eco.

O último artigo da Dra. Paulina Mendes, Investigadora Permanente do Instituto Nacional para a Investigação e Análise (INEP), em Bissau analisa a experiência de integração da Guiné-Bissau na UEMOA, destacando não apenas os efeitos sobre a estabilização macroeconómica, mas também sobre a evolução socio-económico e convergência cultural. Além disso, ela investiga Que lições da zona do euro poderia tirar da experiência da UEMOA.

A antologia IAO-ZEI à mão, revela a magnitude dos obstáculos existentes e questões em aberto no que diz respeito à integração económica e monetária,

tornando a análise mais acadêmica ainda mais necessário com o objetivo de fornecer uma base sólida para o conselho de política concreta. Esta coleção é para inspirar ainda mais a investigação e a reflexão política para melhorar a base de conhecimentos de integração regional sustentável.

George Owusu

Fatores que moldam a integração económica e o comércio regional na África Ocidental

Introdução

Após muitos anos de esforços para promover a integração económica e o comércio regional, os países do bloco económico da África ocidental mantêm-se ainda surpreendentemente isolados uns dos outros. A atenção dedicada no passado a conversações e seminários para aprofundar a harmonização das regras e regulamentos administrativos em prol de uma integração efetiva parece ter tido um resultado limitado. A maioria dos países membros da região ainda não cortou os cordões umbilicais que os unem aos antigos colonizadores. A esta situação vem juntar-se a recente influência de novos atores mundiais como sejam o Brasil, a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul (os BRICS). Além disso, semelhanças nas exportações de produtos de base e matérias-primas, dependência excessiva das instituições de Bretton Woods para a ajuda económica e a regulamentação mundial em matéria de comércio têm contribuído sobremaneira para as influências externas que são atualmente exercidas sobre as várias tentativas para promover o comércio livre e a integração efetiva entre os países membros na região.

Na realidade, as complexidades prevaletentes nos mercados financeiros internacionais e os meandros das regras comerciais que são desvirtuadas a bel-prazer pelas várias potências económicas a nível mundial exigem atenção imediata no sentido de uma integração efetiva entre os países na África ocidental. Foroutan (1992) avultou fatores como características estruturais das economias, prossecução das políticas de substituição das importações e distribuição irregular dos custos e benefícios da integração decorrentes das diferenças económicas como as razões de mais peso por que a integração

efetiva na África subsariana (ASS) permanece quase uma miragem. Acrescentou que apesar de um renovado interesse no regionalismo a nível mundial, é improvável que a integração regional, tal como conduzida na África subsariana até à data, se venha a concretizar no futuro (Foroutan 1992,p.ii). Anos volvidos sobre esta análise e previsão, os países na região esforçam-se ainda por alcançar uma integração comercial significativa.

Se bem que as preocupações de Foroutan (1992) ainda perdurem enquanto obstáculos maiores, as fronteiras geográficas coloniais entre os países parecem ter-se acentuado na época recente devido à instabilidade política generalizada e à manutenção dos laços coloniais. A atual situação política na Costa do Marfim e no Mali e a intervenção da França é uma cabal ilustração de como o espaço político na região é controlado por forças externas. Nas áreas do comércio e da gestão económica, quanto menos se falar da influência das instituições ocidentais como a OMC, o FMI e o Banco Mundial, melhor será!

A despeito destes desafios que parecem insuperáveis, o comércio livre e a efetiva integração regional na África ocidental permanecem parte integrante dos esforços atuais para a realização do desenvolvimento socioeconómico na região. Não é por acaso que o regionalismo aberto é considerado entre os académicos como uma resposta cabal ao turbulento e assimétrico processo de globalização económica em curso (Ansah-Koi e Bofo-Arthur, 1995; Machinea e Rozenwurcel, 2005). Já é tempo, pois, de os países membros reafirmarem a sua determinação na velha agenda para alcançar uma efetiva integração económica (Ansah-Koi e Bofo-Arthur, 1995).

Servindo-se de dados selecionados dos recentes Indicadores de Desenvolvimento Mundial publicados pelo Banco Mundial (edição de 2012), o presente documento examina as influências externas na integração económica e no comércio regional na África ocidental. Começa com um breve historial dos blocos económicos na África ocidental, a que se segue uma apreciação das características estruturais dos países na região. O documento analisa a evolução de algumas variáveis macroeconómicas importantes para explicar as influências externas na integração económica e no comércio regional na África ocidental. Termina com uma conclusão e os possíveis meios para superar os níveis relativamente baixos de comércio intrarregional no bloco económico da CEDEAO/ECOWAS.

Blocos económicos na África ocidental

A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO/ECOWAS), que foi fundada em 28 de maio de 1975, é o principal bloco económico da região. Compõe-se de quinze países da África ocidental, nomeadamente: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. Como um dos pilares da Comunidade Económica Africana, tem sido principalmente incumbida de alcançar a autossuficiência coletiva para os seus Estados membros criando um único e vasto bloco comercial através da união económica e comercial. No entanto, afora a missão de manutenção da paz que serve para recordar à população na sub-região, a existência da CEDEAO/ECOWAS, a montanha pariu um rato.

Considerando as dificuldades na penetração dos mercados dos países do Norte devido às barreiras comerciais, sobretudo as não pautais, a busca da integração foi vista como um dos melhores meios de alcançar os objetivos de desenvolvimento e vencer as questões relacionadas com a globalização (Zannou, 2010). Contudo, alguns anos depois do seu estabelecimento, mais concretamente em 1993, o Tratado da CEDEAO/ECOWAS teve de ser revisto para reforçar o processo de integração. O tratado revisto criou novas entidades de vigilância e arbitragem (o Tribunal de Justiça e o Parlamento), bem como novos mecanismos financeiros (ECDPM, 2006). Por exemplo, o novo tratado visava garantir a criação da união económica e monetária com vista a favorecer o crescimento económico e o desenvolvimento na África ocidental (Diop et al., 2008; Zannou, 2010). Este objetivo devia ser concretizado através da eliminação dos direitos aduaneiros no comércio entre os membros da CEDEAO/ECOWAS paralelamente a impostos de natureza similar, do estabelecimento de uma pauta aduaneira comum, da harmonização das políticas económicas e financeiras e da criação de uma zona monetária única.

Embora o Tratado de 1993 tivesse gerado grandes expectativas, houve muito quem, com base nos seus resultados gerais, questionasse se o Tratado da CEDEAO/ECOWAS não precisaria de uma outra revisão. As várias reformas implementadas desde a revisão de 1993 parecem não ter conseguido causar um impacto significativo. Por exemplo, ainda que a CEDEAO/ECOWAS seja desde 2000 uma zona de comércio livre (ECDPM, 2006), o desejo de contar com um efetivo comércio intracomunitário continua por materializar, já que o

comércio na África ocidental permanece excepcionalmente baixo. Segundo a CEDEAO (2005) e Zannou (2010), a quota de comércio intracomunitário relativamente ao volume total de comércio da CEDEAO/ECOWAS ronda 12 a 15 por cento. Esta quota de comércio intrarregional entre os países da CEDEAO/ECOWAS não é desfavorável em comparação com várias outras comunidades económicas regionais: 10,7 por cento na União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA); 12,8 por cento na Comunidade da África Oriental (EAC); 7,7 por cento na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC); 16,2 por cento no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL); 9,6 por cento na Comunidade das Caraíbas (CARICOM) e 9,6 por cento na Comunidade Andina (CAN). No entanto, o comércio intra-regional na África ocidental é muitíssimo inferior à quota da União Europeia que foi de 60,4 por cento em 2003 (Rahman et al., 2006; Zannou, 2010) e aproximadamente 72 por cento em 2009 (Murray, 2011).

Outros grupos integram o bloco da CEDEAO/ECOWAS. Estes incluem a União do Rio Mano (MRU), que foi criada em 1973. A MRU era inicialmente composta pela Libéria e pela Serra Leoa mas a Guiné e a Costa do Marfim aderiram como membros em 1980 e 2008, respetivamente. Em 1994, foi criada outra iniciativa de integração regional, a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), no contexto da desvalorização do franco CFA (Zannou, 2010). A UEMOA herdou grande parte da estrutura institucional da União Monetária da África Ocidental (criada em 1962) e da Comunidade Económica da África Ocidental (criada em 1973) (ECDPM, 2006). Entre os membros da UEMOA contam-se sete países francófonos da África ocidental da antiga zona CFA (Benim, Burquina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo) e a Guiné-Bissau. Com uma agenda política centrada na consolidação da sua união aduaneira, na melhoria, convergência e monitorização das políticas macroeconómicas nacionais e na elaboração e implementação dos setores políticos, a UEMOA é o mais avançado processo de integração regional na África ocidental (ECDPM, 2006).

Segundo Ngaide (2012), embora a UEMOA seja exclusivamente composta pelos países francófonos da África ocidental, representa um aprofundamento do processo de integração na sub-região. Acrescenta que, com base nos resultados obtidos em termos de estabilização cambial e estabelecimento de regimes pautais comuns e organizados, a UEMOA inspirou o respeito dos doadores nacionais e internacionais e demonstrou que os obstáculos à integ-

ração sub-regional podem ser transpostos quando os atores se centram nos fundamentos da integração.

Outro grupo económico, o Programa de Cooperação Monetária (EMCP) da CEDEAO/ECOWAS, foi aprovado em 1987 para criar uma zona monetária única na sub-região. Integrado no esforço para implementar o EMCP, os Chefes de Estado dos seis países da CEDEAO/ECOWAS decidiram em 2000 estabelecer uma segunda zona monetária na sub-região conhecida como Zona Monetária da África Ocidental (ZMAO). A ZMAO é composta pela maioria dos países anglófonos da sub-região da África ocidental, nomeadamente Nigéria, Gana, Serra Leoa, Gâmbia e Libéria, a que se veio juntar a Guiné – nem todos membros da UEMOA. Estes países representam 60% da população da sub-região da CEDEAO/ECOWAS, bem como do seu PIB. A fim de agilizar a realização dos objetivos da ZMAO, o Instituto Monetário da África Ocidental (IMAO) foi estabelecido, em janeiro de 2001, com vista a dar início ao trabalho preparatório para a introdução de uma moeda única e para a criação de um banco central comum na ZMAO. No entanto, a falha persistente na satisfação dos critérios de convergência para a introdução de uma moeda única na ZMAO tornou-a ineficaz até à data.

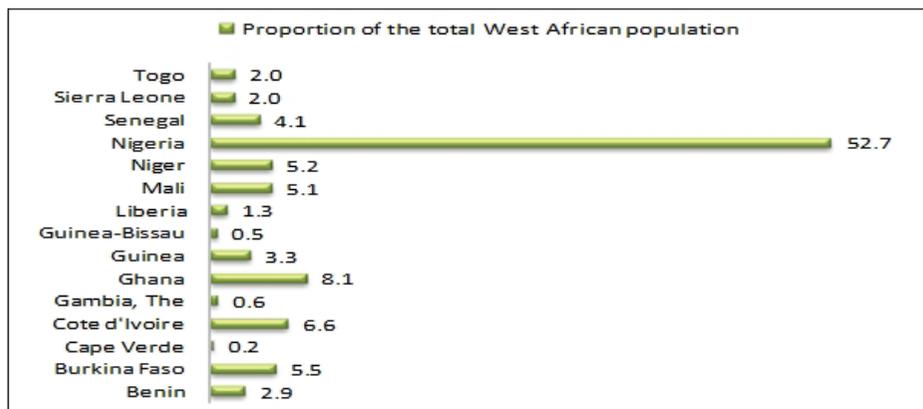
Características estruturais dos países da África ocidental

As características estruturais dos países foram descritas como uma das principais determinantes do regionalismo aberto (Foroutan, 1992). Numa situação em que os países afiguram-se ter características macroeconómicas similares, a integração financeira torna-se muito fácil. No entanto, a dificuldade em proceder à livre troca de bens e serviços entre estes países agrava-se se eventualmente produzirem e exportarem os mesmos bens. Na presente secção examinam-se algumas características estruturais dos países da África ocidental.

A dimensão de uma economia pode explicar, em certa medida, os benefícios prováveis que serão alcançados com a integração e o comércio livre. A figura 1 e o anexo 1 ilustram as dimensões das economias em termos de proporção do número total de habitantes na África ocidental. De uma população estimada de 300,7 milhões de pessoas na sub-região no ano de 2010, quase 53 por cento viviam na Nigéria. Ao Gana, o segundo maior país em termos de população, correspondiam apenas cerca de 8 por cento. Esta distribuição retrata a Nigéria

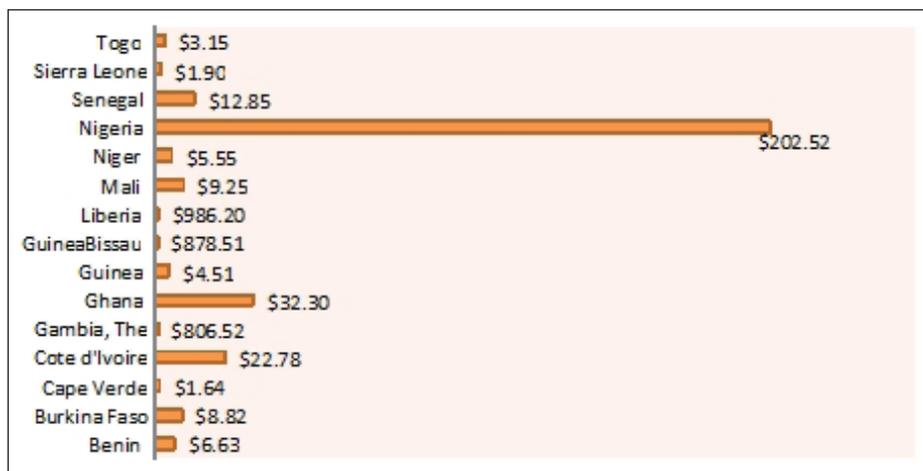
Fatores que moldam a integração económica e o comércio regional

Figura 1: Proporção estimada da população dos vários países da CEDEAO/ECOWAS em 2010



Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Mundial (edição de 2012)

Figura 2: PIB medido em dólares americanos (2010)



Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Mundial (edição de 2012)

como já tendo atingido o necessário poder de mercado para atrair o investimento estrangeiro e apresentar-se quiçá como forte motor do poder económico global. Por conseguinte, a Nigéria, em comparação com Cabo Verde, o país

menos povoado na região, poderá não ter grande necessidade de integração regional.

Em termos de produto interno bruto (PIB) (ver figura 2 e anexo 2), a Nigéria ainda domina com cerca de 202,5 mil milhões de dólares americanos do PIB regional total no valor de 314,6 mil milhões de dólares americanos registados em 2010. Isto representa 64,4 por cento do PIB da região, o que põe a Nigéria quase em pé de igualdade com outras potências económicas do mundo. No entanto, o PIB per capita como indicado no quadro 1 sugere que a Nigéria não é economicamente muito potente. O PIB per capita do país em 2010 é o terceiro mais elevado na região depois de Cabo Verde e Gana. Isto faz da Nigéria tão-só um país de rendimento médio baixo com potencial de rápido crescimento económico através de integração regional económica.

Quadro 1: PIB per capita (dólares americanos)

| Country | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| Benin | 346.00 | 352.90 | 404.60 | 496.60 | 547.10 | 561.60 | 601.50 | 683.70 | 799.80 | 771.70 | 749.50 |
| Burkina Faso | 212.40 | 222.40 | 252.70 | 318.80 | 370.50 | 382.30 | 394.70 | 449.30 | 518.60 | 509.30 | 535.60 |
| Cape Verde | 1,233.30 | 1,265.00 | 1,371.60 | 1,769.40 | 1,980.20 | 2,055.40 | 2,316.50 | 2,756.00 | 3,181.50 | 3,227.90 | 3,322.80 |
| Cote d'Ivoire | 628.20 | 624.20 | 668.60 | 787.00 | 873.10 | 908.00 | 947.70 | 1,061.60 | 1,233.20 | 1,190.80 | 1,154.10 |
| Gambia, The | 324.50 | 312.90 | 268.70 | 259.00 | 274.40 | 306.60 | 328.50 | 409.00 | 502.40 | 436.10 | 466.50 |
| Ghana | 259.70 | 270.40 | 306.20 | 369.90 | 420.10 | 495.40 | 919.60 | 1,084.50 | 1,226.20 | 1,090.40 | 1,324.60 |
| Guinea | 373.00 | 341.40 | 354.80 | 394.10 | 412.40 | 324.80 | 306.60 | 449.10 | 395.30 | 426.70 | 451.90 |
| Guinea-Bissau | 173.70 | 157.40 | 157.90 | 361.40 | 389.80 | 418.80 | 414.60 | 485.00 | 582.50 | 562.40 | 579.90 |
| Liberia | 197.00 | 184.70 | 186.70 | 135.00 | 148.70 | 166.60 | 184.60 | 211.40 | 230.30 | 229.30 | 246.90 |
| Mali | 214.50 | 225.90 | 278.50 | 352.40 | 381.60 | 402.60 | 431.60 | 509.70 | 604.30 | 601.30 | 601.90 |
| Niger | 164.60 | 172.00 | 185.40 | 225.40 | 243.30 | 262.10 | 270.80 | 307.70 | 371.60 | 351.30 | 357.70 |
| Nigeria | 371.80 | 378.80 | 455.30 | 508.40 | 644.00 | 802.80 | 1,014.60 | 1,129.10 | 1,374.70 | 1,091.10 | 1,278.40 |
| Senegal | 493.60 | 499.80 | 532.20 | 666.00 | 758.90 | 799.10 | 838.80 | 986.50 | 1,135.70 | 1,054.70 | 1,033.90 |
| Sierra Leone | 153.50 | 187.20 | 207.70 | 209.50 | 221.30 | 240.50 | 266.90 | 303.70 | 348.30 | 323.50 | 324.70 |
| Togo | 277.30 | 269.60 | 292.20 | 340.20 | 389.70 | 391.10 | 398.30 | 446.40 | 547.60 | 534.90 | 523.10 |

Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Mundial (edição de 2012)

Não obstante, a imagem geral da sub-região que ressalta do quadro 1 é o significativo crescimento do PIB per capita em todos os países (ver Alaba, 2012). Em toda a região, para muitos países o crescimento do PIB per capita duplicou ou triplicou. Os resultados aberrantes em termos de crescimento do PIB per capita reportam-se ao Gana, Nigéria e Senegal. No caso do Gana, o PIB per capita aumentou de cerca de 260 dólares americanos em 2000 para cerca de 1324 dólares americanos em 2010. Uma imagem semelhante, embora em menor grau, observa-se na Nigéria e no Senegal.

Fatores que moldam a integração económica e o comércio regional

A questão crucial a que é necessário dar resposta é a extensão em que a prosperidade crescente a nível de cada país facilita ou dificulta a integração económica e comercial na sub-região da África ocidental. Esta situação poderia descrever-se como uma faca de dois gumes em que, por um lado, a prosperidade crescente reforça o estado atual ou o status quo em termos de integração económica e comercial frágil, à medida que os países consideram não existirem motivos imperiosos para suspender ou debilitar as suas relações com os atuais fluxos comerciais fora da CEDEAO/ECOWAS, e, por outro, a prosperidade crescente poderia acelerar e aprofundar o processo de integração, à medida que a infraestrutura económica é desenvolvida para facilitar o crescimento subsequente – alimentando o comércio regional, quer direta quer indiretamente.

Quadro 2: Taxa de inflação média, preços no consumidor (% anual), 2000 - 2010

| Country | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Berlin | 4.2 | 4.0 | 2.5 | 1.5 | 0.9 | 5.4 | 3.8 | 1.3 | 7.9 | 2.2 | 2.3 |
| Burkina Faso | -0.3 | 5.0 | 2.2 | 2.0 | -0.4 | 6.4 | 2.3 | -0.2 | 10.7 | 2.6 | -0.8 |
| Cape Verde | -2.5 | 3.3 | 1.9 | 1.2 | -1.9 | 0.4 | 5.4 | 4.4 | 6.8 | 1.0 | 2.1 |
| Cote d'Ivoire | 2.5 | 4.3 | 3.1 | 3.3 | 1.4 | 3.9 | 2.5 | 1.9 | 6.3 | 1.0 | 1.7 |
| Gambia, The | 0.8 | 4.5 | 8.6 | 17.0 | 14.2 | 4.8 | 2.1 | 5.4 | 4.5 | 4.6 | 5.0 |
| Ghana | 25.2 | 32.9 | 14.8 | 26.7 | 12.6 | 15.1 | 10.9 | 10.7 | 16.5 | 19.3 | 10.7 |
| Guínea | .. | .. | .. | .. | .. | 31.4 | 34.7 | 22.8 | 18.4 | 4.7 | 15.5 |
| Guinea-Bissau | 8.6 | 3.3 | 3.3 | -3.5 | 0.9 | 3.3 | 2.0 | 4.6 | 10.5 | -1.7 | 2.5 |
| Liberia | .. | .. | 14.2 | 10.3 | 7.8 | 10.8 | 7.3 | 11.4 | 17.5 | 7.4 | .. |
| Mali | -0.7 | 5.2 | 5.0 | -1.3 | -3.1 | 6.4 | 1.5 | 1.4 | 9.2 | 2.2 | 1.1 |
| Niger | 2.9 | 4.0 | 2.6 | -1.6 | 0.3 | 7.8 | 0.0 | 0.1 | 11.3 | 4.3 | 0.8 |
| Nigeria | 6.9 | 18.9 | 12.9 | 14.0 | 15.0 | 17.9 | 8.2 | 5.4 | 11.6 | 11.5 | 13.7 |
| Senegal | 0.7 | 3.1 | 2.2 | 0.0 | 0.5 | 1.7 | 2.1 | 5.9 | 5.8 | -1.1 | 1.3 |
| Sierra Leone | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. | 11.6 | 14.8 | 9.3 | 16.6 |
| Togo | 1.9 | 3.9 | 3.1 | -1.0 | 0.4 | 6.8 | 2.2 | 1.0 | 8.7 | 2.0 | 1.8 |

Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Mundial (edição de 2012)

A inflação, uma medida do custo de vida num país, é um dos critérios de convergência que está a ser implementado pelo IMAO para medir o grau de uniformidade para a possível adoção de uma moeda única na ZMAO e posteriormente em toda a sub-região da África ocidental. O quadro 2 apresenta a evolução da inflação média nos países da África ocidental durante o período de 2000-2010. Em termos gerais, o quadro indica que o custo de vida varia consoante os países na região.

Um aspeto notório do quadro 2 é que as taxas médias anuais de inflação parecem ser geralmente inferiores nos países francófonos da África ocidental

aos países anglófonos da região. Por exemplo, as taxas médias de inflação em 2010 eram relativamente altas para a Serra Leoa, a Nigéria e o Gana (os três principais gigantes económicos da região). Exceto a Guiné com uma taxa média anual de inflação de 15,5 por cento, todos os outros países francófonos e a Guiné-Bissau apresentam taxas anuais de inflação inferiores a 3,0 por cento em 2010. Além disso, as diferenças na taxa média de inflação entre os países francófonos não são muito marcantes quando comparadas com os países anglófonos. Significa isto que, embora o custo de vida pareça ser quase similar para os países na África ocidental francófona, ele varia nos países anglófonos da região. A extensão em que esta tendência facilita ou dificulta a integração regional é matéria que está ainda por estudar.

Quadro 3: Número de utilizadores de internet por cada 100 habitantes

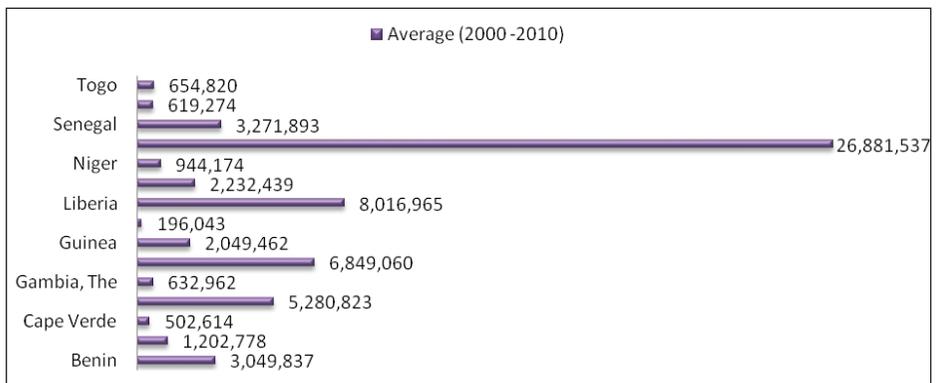
| Year | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Benin | 0.2 | 0.4 | 0.7 | 1.0 | 1.2 | 1.3 | 1.5 | 1.8 | 1.8 | 2.2 | 3.1 |
| Burkina Faso | 0.1 | 0.2 | 0.2 | 0.4 | 0.4 | 0.5 | 0.6 | 0.8 | 0.9 | 1.1 | 1.4 |
| Cape Verde | 1.8 | 2.7 | 3.5 | 4.3 | 5.3 | 6.1 | 6.8 | 8.3 | 20.0 | 25.0 | 30.0 |
| Cote d'Ivoire | 0.2 | 0.4 | 0.5 | 0.8 | 0.8 | 1.0 | 1.5 | 1.8 | 2.0 | 2.3 | 2.6 |
| Gambia, The | 0.9 | 1.3 | 1.8 | 2.4 | 3.3 | 3.8 | 5.2 | 6.2 | 6.9 | 7.6 | 9.2 |
| Ghana | 0.2 | 0.2 | 0.8 | 1.2 | 1.7 | 1.8 | 2.7 | 3.8 | 4.3 | 5.4 | 9.5 |
| Guinea | 0.1 | 0.2 | 0.4 | 0.5 | 0.5 | 0.5 | 0.6 | 0.8 | 0.9 | 0.9 | 1.0 |
| Guinea-Bissau | 0.2 | 0.3 | 1.0 | 1.4 | 1.8 | 1.9 | 2.1 | 2.2 | 2.4 | 2.3 | 2.5 |
| Liberia | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | .. | .. | 0.6 | 0.5 | 0.5 | 7.0 |
| Mali | 0.1 | 0.2 | 0.2 | 0.3 | 0.4 | 0.5 | 0.7 | 0.8 | 1.6 | 1.9 | 2.7 |
| Niger | 0.0 | 0.1 | 0.1 | 0.2 | 0.2 | 0.2 | 0.3 | 0.4 | 0.7 | 0.8 | 0.8 |
| Nigeria | 0.1 | 0.1 | 0.3 | 0.6 | 1.3 | 3.5 | 5.5 | 6.8 | 15.9 | 28.4 | 28.4 |
| Senegal | 0.4 | 1.0 | 1.0 | 2.1 | 4.4 | 4.8 | 5.6 | 7.7 | 10.6 | 14.5 | 16.0 |
| Sierra Leone | 0.1 | 0.2 | 0.2 | 0.2 | 0.2 | 0.2 | 0.2 | 0.2 | 0.2 | 0.3 | .. |
| Togo | 1.9 | 2.8 | 3.6 | 3.7 | 3.8 | 4.0 | 4.3 | 4.5 | 4.8 | 5.1 | 5.4 |

Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Mundial (edição de 2012)

A integração e o comércio livre entre as economias aumentam consideravelmente com o nível de tecnologia disponível nos países. De acordo com Mussa (2000), a tecnologia é um dos fatores importantes que influenciam o padrão e o ritmo da integração económica nas suas várias dimensões. Recorrendo ao número de utilizadores de internet por cada 100 habitantes como referência, afigura-se que as tecnologias de informação e comunicação (TIC) ainda não suscitaram o interesse da população na sub-região (ver quadro 3). No entanto, parece registar-se uma evolução cada vez mais positiva no uso da tecnologia, especialmente por países como Cabo Verde, Nigéria e Senegal e, em menor medida, Gana e Gâmbia.

2010. Segue-se-lhe em menor grau Cabo Verde (quase 20,8 mil milhões de dólares americanos), Costa do Marfim (cerca de 7,5 mil milhões de dólares americanos) e Gana (3,6 mil milhões de dólares americanos). Curiosamente, as exportações destes dois últimos países são dominadas pelos produtos derivados do petróleo. No caso da média das importações de mercadorias para a região entre 2000 e 2010 (ver figura 4), a Nigéria continua a liderar, seguida da Libéria, do Gana e da Costa do Marfim, por esta ordem. Isto torna a Nigéria, a Costa do Marfim e o Gana agentes muito importantes para a integração económica e comercial na sub-região, já que apresentam níveis relativamente elevados tanto de exportações como de importações de mercadorias.

Figura 4: Importações de mercadorias (em milhares de dólares americanos)



Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Mundial (edição de 2012)

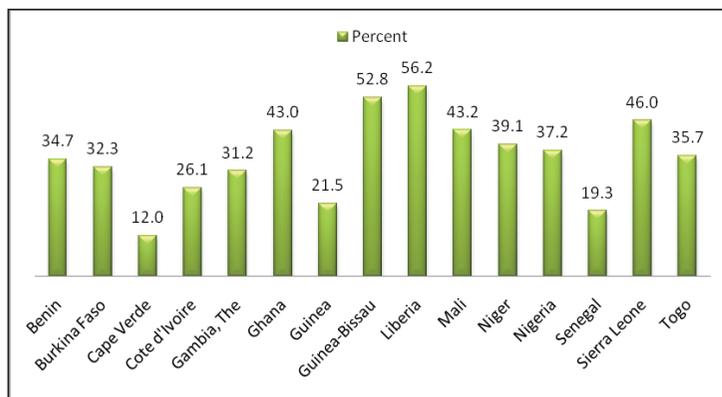
O quadro 4 mostra o comércio de mercadorias como proporção do PIB dos países da África ocidental. A Libéria lidera nesta categoria com um volume de comércio de 95,5 por cento do PIB do país. No entanto, à semelhança de muitos países emergentes, o comércio da Libéria é fortemente influenciado pelas exportações; a evolução do volume de exportações do país durante a década passada é extremamente desanimadora (Figura 3). Afora o Burquina Faso onde o volume de comércio esteve sempre muito abaixo dos 50 por cento, todos os outros países têm apresentado volumes de comércio superiores a metade dos respetivos PIB.

Quadro 4: Comércio de mercadorias (% do PIB)

| Country | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | Country Average |
|------------------|-------|------|------|------|------|------|-------|------|-------|------|------|-----------------|
| Benin | 44.6 | 42.0 | 41.8 | 40.3 | 36.1 | 37.2 | 41.5 | 55.6 | 53.4 | 49.0 | 51.3 | 44.8 |
| Burkina Faso | 31.4 | 31.2 | 30.0 | 29.2 | 34.2 | 31.8 | 33.0 | 34.0 | 33.7 | 34.0 | 37.8 | 32.8 |
| Cape Verde | 44.7 | 43.3 | 46.1 | 44.7 | 48.3 | 46.9 | 50.8 | 57.8 | 55.3 | 46.9 | 47.7 | 48.4 |
| Cote d'Ivoire | 61.2 | 61.6 | 68.5 | 66.0 | 75.1 | 82.9 | 82.3 | 77.6 | 78.0 | 77.9 | 79.7 | 73.7 |
| Gambia, The | 48.0 | 34.5 | 46.7 | 44.8 | 59.6 | 58.0 | 53.3 | 51.2 | 40.9 | 43.5 | 36.1 | 47.0 |
| Ghana | 93.3 | 91.7 | 74.2 | 72.6 | 73.5 | 76.0 | 51.4 | 49.8 | 54.5 | 53.5 | 57.6 | 68.0 |
| Guinea | 41.1 | 46.1 | 45.1 | 36.2 | 41.6 | 57.0 | 70.5 | 57.5 | 71.7 | 50.7 | 52.1 | 51.8 |
| Guinea-Bissau | 56.2 | 62.8 | 55.5 | 27.4 | 30.4 | 34.1 | 34.7 | 39.8 | 38.6 | 41.9 | 39.3 | 41.9 |
| Liberia | 177.8 | 65.7 | 63.3 | 67.9 | 95.8 | 83.2 | 102.1 | 95.2 | 125.3 | 79.6 | 94.4 | 95.5 |
| Mali | 55.8 | 65.2 | 53.9 | 50.4 | 48.0 | 49.8 | 57.4 | 52.4 | 62.2 | 53.1 | 56.2 | 54.9 |
| Niger | 37.7 | 35.2 | 34.4 | 35.7 | 38.9 | 42.1 | 40.0 | 42.2 | 48.5 | 52.5 | 55.5 | 42.1 |
| Nigeria | 64.6 | 61.7 | 43.2 | 51.6 | 60.1 | 63.4 | 58.6 | 61.1 | 64.7 | 52.7 | 62.3 | 58.5 |
| Senegal | 52.0 | 56.0 | 56.7 | 53.2 | 54.1 | 58.4 | 56.2 | 57.8 | 65.0 | 52.7 | 54.0 | 56.0 |
| Sierra Leone | 25.5 | 26.2 | 33.4 | 39.9 | 38.8 | 40.6 | 43.6 | 41.5 | 38.4 | 40.5 | 58.1 | 38.8 |
| Togo | 69.6 | 68.5 | 69.0 | 78.1 | 71.9 | 81.3 | 77.9 | 75.8 | 76.2 | 73.1 | 74.5 | 74.2 |
| Regional Average | 60.2 | 52.8 | 50.8 | 49.2 | 53.8 | 56.2 | 56.9 | 56.6 | 60.4 | 53.4 | 57.1 | 55.2 |

Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Mundial (edição de 2012)

Figura 5: Valor acrescentado médio da agricultura (% PIB), 1980 - 2010



Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Mundial (edição de 2012)

A figura 5 e o anexo 4 apresentam a evolução do nível de diferenças entre as estruturas das várias economias na África ocidental entre 1980 e 2010. Exceto Cabo Verde (12 %), Guiné (21,4%) e Senegal (19,3%), todos os outros países registaram, pelo menos, um quarto do respetivo PIB em atividades no sector agrícola. Significa isto que as economias na África ocidental dependem, em larga medida, da agricultura. A agricultura é a principal fonte de rendimento para

60 por cento da população da região e satisfaz 80 por cento das necessidades alimentares regionais (Alaba 2012).

Segundo Alaba (2012), a agricultura oferece o potencial mais expressivo para fomentar a integração regional na África ocidental devido à diversidade de recursos ecológicos e às variedades vegetais e animais que grassam em muitos países da região. Acrescenta que, embora a produção e o comércio agrícola regional tenham melhorado nas últimas décadas, a carne, os produtos lácteos e os cereais ainda ocupam os primeiros lugares nas faturas das importações destes países. Estes produtos agrícolas representam cerca de metade das importações regionais e o seu valor duplicou nas últimas décadas – provenientes principalmente da Europa, Ásia e América do Norte.

São, porém, produtos que podem ser manufacturados e comercializados entre os países na sub-região da África ocidental com efeitos multiplicadores positivos no crescimento económico regional e na redução da pobreza.

Fatores que influenciam a integração económica e o comércio regional

Esta secção examina a evolução das principais variáveis macroeconómicas para explicar as influências externas na integração económica e no comércio regional na África ocidental. Examina influências externas no desenvolvimento económico e no comércio na sub-região pelo prisma do endividamento crescente, da manutenção dos antigos colonizadores, dos frágeis regimes institucionais e jurídicos da comunidade regional e das deficientes infraestruturas existentes nos países e entre eles.

Endividamento crescente

Examine-se a questão a partir da influência do endividamento crescente dos países da África ocidental. Historicamente, as economias da África ocidental destacam-se pela sua aliança económica com as economias desenvolvidas e as instituições financeiras internacionais do mundo ocidental, especialmente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Por exemplo, no início dos anos 80, alguns países na região adotaram as reformas económicas impostas pelo Banco Mundial/FMI. Estas reformas foram concebidas com

Fatores que moldam a integração económica e o comércio regional

base na ortodoxia neoliberal, com uma visão particularmente otimista quanto à eficácia do mecanismo de mercado (Donkor, 1997; Aryeetey e Tarp, 2000; Nugent, 2004). Por consequência, após a adoção das reformas, era suposto que esse país liberalizasse o seu sector financeiro segundo as normas projetadas pelos doadores. Significa isto que os países da sub-região que aprovaram o plano de recuperação económica (PRE) tiveram de se submeter às diretivas do Banco Mundial/FMI durante vários anos. Por regra, tais diretivas não se compadecem com o disposto nos tratados dos grupos económicos regionais.

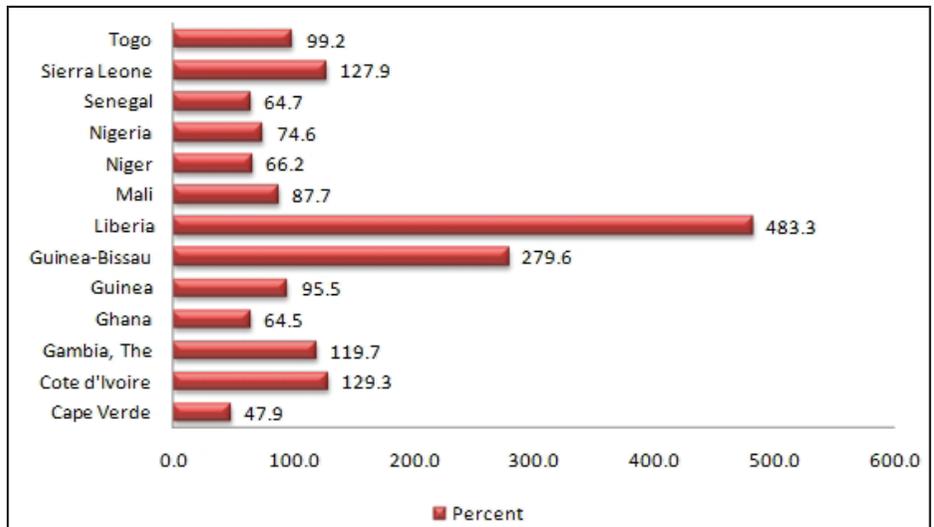
Outro programa económico diretamente consequente do volume total da dívida acumulada é o instrumento de redução da dívida a favor dos países pobres altamente endividados (PPAE), que determina as condições que os países devem preencher para receber o pacote de ajuda. Estes pacotes de ajuda contêm termos e condições que comprometem os valores locais e regionais e, por conseguinte, expõem países endividados a influências externas às suas fronteiras nacionais e regionais. Em suma, caso os países na sub-região estejam interessados em contrair empréstimos deverão também abrir-se às influências dos doadores.

A figura 6 ilustra (ver também anexo 4) a taxa média de endividamento externo em percentagem de RNB dos países entre 1980 e 2010. A Libéria e a Guiné-Bissau lideram esta categoria. No caso da Libéria, os gestores da economia terão de dedicar cerca de cinco anos do rendimento nacional bruto total ao pagamento da dívida até se subtraírem às diretivas externas.

Uma análise atenta da figura 6 revela que, em todos os países da sub-região da África ocidental, o endividamento externo médio em relação ao RNB continua elevado. Não só a situação da Libéria e da Guiné-Bissau é extremamente elevada, mas também é certamente alta noutros países como Costa do Marfim, Serra Leoa, Gâmbia e Togo. Mesmo no país com o menor volume de dívida, Cabo Verde, o seu endividamento externo médio em percentagem do RNB durante o período de 1980 - 2010 rondou os 48 por cento. Face a um fraco crescimento económico, é provável que a dívida e o serviço da dívida venham a ser pagos com novos empréstimos e/ou com receitas geradas pelas exportações. Em ambos os cenários, o projeto de integração deverá ou sair comprometido, à medida que seja necessário obter mais recursos através de empréstimos que comportam mais condicionalidades, ou terá de abrir mão de investimentos no país que facilitam a integração regional. Assim, enquanto os limitados recursos

disponíveis de cada país forem utilizados para saldar as dívidas, as perspectivas de aprofundamento da integração regional passarão provavelmente para segundo plano.

Figura 6: Taxa média de endividamento externo (% RNB), 1980 - 2010



Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Mundial (edição de 2012)

Manutenção da ligação com os colonizadores

Muito embora se reconheça que, nas últimas décadas, os países africanos (incluindo os países da África ocidental) estreitaram as relações com os novos atores mundiais dos BRICS, há provas irrefutáveis da continuação da influência exercida pelos antigos colonizadores sobre as ex-colônias.¹ No entanto, este estado de coisas prevalece devido ao fracasso dos países africanos independentes em reestruturar as suas economias e aos sistemas de governação inadequados com que a maioria dos países na era pós-independência se

1 A análise centra-se na influência exercida sobre os países da África Ocidental pelos antigos colonizadores. Isto, porém, não diminui de modo algum a influência exercida por outros atores mundiais, nomeadamente os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Fatores que moldam a integração económica e o comércio regional

confrontou (Nugent, 2004). O quadro 5 apresenta a evolução do fluxo bilateral de recursos financeiros entre a França e os países da África ocidental. É patente no quadro 5 que uma proporção significativa dos recursos financeiros provenientes de França é canalizada para as suas antigas colónias. A única exceção diz respeito aos fluxos de França para a Libéria em 2010. À semelhança da França e das suas antigas colónias, o quadro 6 também indica que uma parte substancial dos fluxos de ajuda bilateral líquida do Reino Unido (RU) para as economias no bloco da África ocidental é dirigida principalmente para

Quadro 5: Quota por país dos fluxos bilaterais líquidos totais provenientes de França para a CEDEAO/ECOWAS (%)

| Country | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Benin | 11.12 | 9.29 | 4.49 | 5.64 | 5.28 | 2.12 | 2.55 | 6.53 | 7.50 | 2.81 | 4.78 |
| Burkina Faso | 12.31 | 9.62 | 5.98 | 10.12 | 7.02 | 3.93 | 4.54 | 13.28 | 16.05 | 4.32 | 6.26 |
| Cape Verde | 0.65 | 0.57 | 0.35 | 0.59 | 0.39 | 0.20 | 0.15 | 0.69 | 0.99 | 0.22 | 0.29 |
| Cote d'Ivoire | 23.40 | 24.13 | 58.96 | 17.86 | 5.22 | 2.72 | 3.69 | 5.86 | 4.46 | 66.91 | 13.58 |
| Gambia, The | 0.01 | 0.11 | 0.04 | 0.06 | 0.01 | 0.01 | 0.02 | 0.09 | 0.05 | 0.02 | 0.03 |
| Ghana | 0.49 | 0.97 | 1.13 | 2.79 | 6.26 | 1.88 | 0.80 | 4.81 | 4.86 | 2.77 | 3.31 |
| Guinea | 2.96 | 4.46 | 2.50 | 4.54 | 6.07 | 1.48 | 0.71 | 6.37 | 8.25 | 4.58 | 3.53 |
| Guinea-Bissau | 1.00 | 0.84 | 0.44 | 0.55 | 0.45 | 0.15 | 0.34 | 0.39 | 0.63 | 0.34 | 0.18 |
| Liberia | 0.12 | 0.33 | 0.19 | 0.20 | 0.07 | 0.03 | 0.07 | 0.13 | 3.03 | 0.02 | 22.75 |
| Mali | 14.69 | 13.29 | 7.05 | 10.72 | 6.84 | 4.14 | 2.82 | 24.76 | 9.25 | 4.17 | 7.60 |
| Niger | 6.19 | 8.08 | 3.82 | 23.92 | 16.44 | 3.48 | 3.07 | 6.56 | 7.66 | 3.20 | 4.90 |
| Nigeria | 0.61 | 3.24 | 0.98 | 1.23 | 0.62 | 70.51 | 70.07 | 1.37 | 1.34 | 0.51 | 0.87 |
| Senegal | 22.04 | 22.38 | 11.59 | 18.33 | 42.80 | 7.78 | 9.94 | 20.44 | 21.36 | 7.86 | 15.41 |
| Sierra Leone | 0.11 | 0.43 | 0.40 | 0.21 | 0.29 | 0.10 | 0.07 | 4.82 | 0.14 | 0.02 | 0.03 |
| Togo | 4.31 | 2.26 | 2.07 | 3.25 | 2.23 | 1.47 | 1.15 | 3.90 | 14.43 | 2.26 | 16.47 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Mundial (edição de 2012)

Quadro 6: Quota por país dos fluxos bilaterais líquidos totais provenientes do RU para a CEDEAO/ECOWAS (%)

| Country | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Benin | 0.08 | 0.04 | 0.02 | 8.22 | 0.00 | 0.00 | 0.07 | -0.03 | 0.00 | 0.01 | 0.00 |
| Burkina Faso | 0.24 | 0.90 | 0.12 | 0.04 | 1.25 | 0.11 | 0.08 | -0.07 | 0.05 | 0.04 | 0.02 |
| Cape Verde | 0.02 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.02 | 0.10 | 0.23 | 0.15 | 0.16 |
| Cote d'Ivoire | 0.59 | 0.62 | 4.76 | 0.83 | 1.14 | 0.13 | 0.05 | -7.12 | 0.10 | 0.03 | 4.52 |
| Gambia, The | 1.14 | 1.94 | 0.70 | 0.36 | 0.09 | 0.06 | 0.12 | 0.96 | 1.09 | 0.77 | 0.34 |
| Ghana | 43.39 | 50.44 | 49.73 | 48.17 | 54.10 | 4.96 | 4.82 | 29.16 | 43.49 | 31.71 | 28.99 |
| Guinea | 0.22 | 0.56 | 1.08 | 0.82 | 0.61 | 0.06 | 0.03 | 0.21 | 0.33 | 0.18 | 0.00 |
| Guinea-Bissau | 0.08 | 0.02 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.01 | 0.04 | 0.03 | 0.01 |
| Liberia | 1.78 | 0.60 | 1.16 | 2.97 | 3.18 | 0.31 | 0.44 | 2.37 | 9.35 | 6.88 | 4.45 |
| Mali | 0.54 | 0.59 | 2.78 | 0.08 | 0.07 | 0.05 | 0.12 | -0.08 | 0.00 | 0.01 | 0.01 |
| Niger | 0.86 | 0.27 | 0.24 | 0.17 | 1.62 | 0.33 | 0.18 | 0.45 | 2.12 | 1.28 | 0.55 |
| Nigeria | 12.43 | 16.90 | 16.93 | 16.56 | 24.36 | 91.16 | 91.88 | 54.86 | 13.62 | 38.91 | 46.05 |
| Senegal | 1.30 | 0.49 | 0.23 | 0.26 | 1.76 | 0.29 | 0.29 | 2.21 | 0.28 | 1.34 | 0.16 |
| Sierra Leone | 37.09 | 26.36 | 22.05 | 21.36 | 11.77 | 2.51 | 1.89 | 16.90 | 26.71 | 16.53 | 14.76 |
| Togo | 0.23 | 0.27 | 0.19 | 0.16 | 0.06 | 0.04 | 0.02 | 0.05 | 2.60 | 2.15 | -0.01 |
| Total | 100.00 | 100.00 | 100.00 | 100.00 | 100.00 | 100.00 | 100.00 | 100.00 | 100.00 | 100.00 | 100.00 |

Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Mundial (edição de 2012)

as três antigas colônias do RU: Nigéria, Gana e Serra Leoa.

Com um fluxo de ajuda bilateral de tal importância, não é surpresa nenhuma ver estas antigas colônias francesas e britânicas alinharem-se económica e politicamente cada vez mais com a França e a Grã-Bretanha, respetivamente. Porém, a inquebrantável aliança entre os antigos colonizadores e as ex-colônias pode prejudicar a integração económica e o comércio regional entre os países na sub-região. Isto tem como pano de fundo os frágeis regimes institucionais e jurídicos da comunidade regional. Nessas condições, os países sentem-se incentivados a contornar o direito primário da CEDEAO/ECOWAS (disposições do tratado que estabelece a CEDEAO/ECOWAS) e o direito derivado (composto de todos os outros instrumentos jurídicos aprovados pela CEDEAO/ECOWAS) (Salami, 2011).

Políticas comerciais liberais e obstáculos técnicos às trocas regionais

A despeito de um desejo ardente de prosseguir a integração regional, o processo tem sido posto em causa pelas políticas comerciais liberais e pelos obstáculos técnicos às trocas regionais. À semelhança de muitos países na África subsariana, as reformas económicas e os programas de ajustamento estrutural (PAE) desde o meio dos anos 80 têm resultado na adoção pelos países da África ocidental de um modelo económico liberalizado que envolve a importação e a exportação livres de produtos de base e matérias-primas. Estas políticas comerciais liberais que favorecem grandes volumes de importações do Ocidente e da Ásia fazem concorrência direta aos produtos regionais. Segundo Soule (2012), o comércio regional é prejudicado ainda pela multiplicação de postos de controlo ao longo das fronteiras nacionais, bem como pela extorsão e corrupção que agravam os custos de transação. Acresce que estudos recentes têm revelado custos de transação extremamente elevados em muitos postos de controlo na África ocidental. Não surpreende, pois, que muitos países na região procurem outras opções em termos de trocas comerciais e económicas.

A demonstração da influência externa na integração económica e nas trocas comerciais na África ocidental é apresentada no quadro 7. Os dados do quadro 7 sugerem que apenas 17,8 por cento do total das importações de mercadorias para a região no decurso da última década (2000–2010) provêm de países da região. Significa isto, um volume considerável de importações proveniente de

Fatores que moldam a integração económica e o comércio regional

países fora da região. No entanto, os países francófonos (UEMOA) parecem ter recebido relativamente mais importações de países situados na sub-região em comparação com a Libéria, Cabo Verde e Nigéria. Em particular, as reduzidas importações regionais da Nigéria e de Cabo Verde revestem-se de interesse porque ambos os países são vistos como os principais impulsionadores potenciais do crescimento económico regional – a Nigéria pela dimensão do seu mercado e economia, e Cabo Verde pelo seu crescente rendimento per capita e base produtiva.

Quadro 7: Importações de mercadorias de economias em desenvolvimento na região (% total de importações de mercadorias)

| Country | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | Country Average |
|------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-----------------|
| Benin | 22.2 | 26.5 | 26.3 | 27.5 | 27.1 | 29.1 | 9.8 | 7.8 | 7.1 | 7.4 | 7.7 | 18.0 |
| Burkina Faso | 31.0 | 31.1 | 30.4 | 45.1 | 44.9 | 30.1 | 32.3 | 29.5 | 28.8 | 40.6 | 43.4 | 35.2 |
| Cape Verde | 1.8 | 2.1 | 2.4 | 5.4 | 2.7 | 3.2 | 1.7 | 1.5 | 1.9 | 2.3 | 1.5 | 2.4 |
| Cote d'Ivoire | 28.1 | 22.1 | 20.1 | 18.8 | 24.4 | 28.6 | 31.7 | 28.7 | 34.6 | 26.8 | 29.1 | 26.6 |
| Gambia, The | 16.0 | 13.2 | 15.2 | 14.3 | 18.3 | 22.1 | 22.1 | 18.3 | 20.7 | 15.5 | 16.9 | 17.5 |
| Ghana | 22.1 | 25.0 | 25.2 | 26.2 | 24.3 | 25.6 | 25.6 | 22.0 | 24.4 | 24.4 | 24.9 | 24.5 |
| Guinea | 24.4 | 21.2 | 10.5 | 12.5 | 21.4 | 10.6 | 8.1 | 6.5 | 5.9 | 5.7 | 6.4 | 12.1 |
| Guinea-Bissau | 13.6 | 16.6 | 23.1 | 37.4 | 30.1 | 23.3 | 21.5 | 24.1 | 24.6 | 17.8 | 22.1 | 23.1 |
| Liberia | 1.3 | 1.2 | 1.0 | 1.3 | 1.8 | 2.4 | 2.3 | 1.6 | 1.4 | 0.9 | 0.9 | 1.5 |
| Mali | 26.0 | 24.5 | 23.2 | 20.2 | 25.5 | 28.0 | 27.9 | 30.0 | 32.5 | 25.7 | 30.9 | 26.8 |
| Niger | 13.2 | 35.0 | 32.2 | 34.0 | 27.7 | 19.9 | 21.6 | 23.6 | 19.1 | 17.0 | 21.1 | 24.0 |
| Nigeria | 4.1 | 8.9 | 4.5 | 5.0 | 6.1 | 6.0 | 5.5 | 4.8 | 4.4 | 4.7 | 4.9 | 5.4 |
| Senegal | 19.2 | 16.0 | 15.0 | 19.2 | 18.9 | 18.0 | 11.1 | 15.0 | 19.7 | 15.9 | 15.2 | 16.7 |
| Sierra Leone | 6.4 | 8.1 | 9.6 | 11.5 | 17.0 | 18.9 | 18.4 | 16.2 | 12.3 | 24.3 | 24.8 | 15.2 |
| Togo | 22.1 | 16.8 | 17.0 | 19.5 | 18.0 | 17.1 | 16.4 | 14.2 | 19.1 | 16.0 | 13.6 | 17.3 |
| Regional Average | 16.8 | 17.9 | 17.0 | 19.9 | 20.5 | 18.9 | 17.1 | 16.3 | 17.1 | 16.3 | 17.6 | 17.8 |

Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Mundial (edição de 2012)

Acresce que as exportações de mercadorias (ver quadro 8) dos países da África ocidental para os países na região durante a década não diferiram muito das importações de mercadorias. Os membros da UEMOA exportaram mais uma vez proporções relativamente mais elevadas do seu total de exportações de mercadorias para os países na sub-região: Togo (60%), Níger (40,9%), Senegal (40,4%), Costa do Marfim (27,4%) e Benim (23,6%). Comparados com os membros da UEMOA os números de Cabo Verde e dos países anglófonos da região são muito reduzidos: Cabo Verde (2,2%), Serra Leoa (4,3%), Libéria (6,9%), Nigéria (8,7%), Gana (9,2%) e Gâmbia (9,5%). Comparando as importações e as exportações de mercadorias, pode-se deduzir que os países francófonos mantêm extensas relações comerciais entre si. A ampla utilização da moeda única entre os países francófonos no espaço da UEMOA e a persistente fratura entre anglófonos e francófonos poderiam em parte ser os

fatores facilitadores. A estes fatores podem somar-se as prevaletentes políticas comerciais liberais dos países que favorecem a importação maciça de bens de fora da África ocidental, bem como as dificuldades técnicas na condução do comércio transfronteiriço (Soule, 2012) como já se afirmou.

Quadro 8: Exportações de mercadorias para as economias em desenvolvimento na região (% total de exportações de mercadorias)

| Country | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | country Average |
|------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-----------------|
| Benin | 10.7 | 7.3 | 28.2 | 19.9 | 26.7 | 25.7 | 24.8 | 27.6 | 27.1 | 31.9 | 29.9 | 23.6 |
| Burkina Faso | 22.0 | 23.2 | 22.2 | 89.3 | 79.4 | 23.7 | 22.8 | 30.2 | 25.4 | 14.6 | 13.7 | 33.3 |
| Cape Verde | 1.8 | 1.7 | 5.9 | 1.2 | 0.8 | 0.5 | 4.7 | 0.6 | 6.2 | 0.1 | 0.4 | 2.2 |
| Cote d'Ivoire | 27.5 | 27.4 | 29.1 | 20.9 | 25.5 | 27.6 | 26.9 | 28.8 | 29.1 | 27.6 | 30.6 | 27.4 |
| Gambia, The | 18.0 | 10.3 | 7.4 | 8.1 | 10.2 | 12.6 | 7.2 | 9.2 | 8.1 | 5.9 | 7.0 | 9.5 |
| Ghana | 5.3 | 6.1 | 8.4 | 8.9 | 8.9 | 9.6 | 10.0 | 11.0 | 10.4 | 11.5 | 10.7 | 9.2 |
| Guinea | 6.4 | 14.6 | 3.1 | 10.6 | 1.4 | 1.4 | 1.4 | 1.5 | 2.2 | 2.6 | 2.3 | 4.3 |
| Guinea-Bissau | 1.2 | 3.8 | 4.5 | 20.1 | 14.4 | 18.6 | 28.9 | 10.6 | 30.3 | 26.4 | 30.5 | 17.2 |
| Liberia | 1.2 | 0.8 | 0.9 | 1.3 | 1.4 | 1.3 | 13.6 | 1.1 | 4.4 | 18.2 | 32.2 | 6.9 |
| Mali | 6.4 | 9.1 | 6.9 | 3.8 | 3.4 | 2.4 | 2.1 | 4.2 | 8.5 | 11.3 | 6.6 | 5.9 |
| Niger | 48.5 | 45.3 | 43.7 | 41.0 | 31.1 | 26.7 | 22.5 | 32.5 | 54.4 | 26.6 | 77.6 | 40.9 |
| Nigeria | 7.0 | 6.4 | 9.4 | 8.4 | 9.3 | 8.8 | 8.3 | 8.8 | 8.9 | 10.8 | 9.6 | 8.7 |
| Senegal | 27.7 | 29.4 | 32.0 | 38.2 | 38.4 | 42.0 | 42.8 | 50.6 | 48.3 | 44.3 | 50.2 | 40.4 |
| Sierra Leone | 4.2 | 6.1 | 3.5 | 1.6 | 1.6 | 3.4 | 2.5 | 4.4 | 2.8 | 9.1 | 8.0 | 4.3 |
| Togo | 40.4 | 63.0 | 60.4 | 57.3 | 62.4 | 69.5 | 60.9 | 53.7 | 74.5 | 54.4 | 63.2 | 60.0 |
| Regional Average | 15.2 | 17.0 | 17.7 | 22.0 | 21.0 | 18.3 | 18.6 | 18.3 | 22.7 | 19.7 | 24.8 | 19.6 |

Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Mundial (edição de 2012)

Quadro 9: Exportações de mercadorias para economias de elevado rendimento (% total de exportações de mercadorias)

| Country | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | country Average |
|------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-----------------|
| Benin | 23.4 | 8.1 | 17.5 | 20.5 | 15.9 | 13.1 | 24.8 | 22.6 | 27.2 | 14.5 | 13.0 | 18.2 |
| Burkina Faso | 76.5 | 75.1 | 72.8 | 9.8 | 19.7 | 73.0 | 68.5 | 66.6 | 70.6 | 41.3 | 39.2 | 55.7 |
| Cape Verde | 97.5 | 98.3 | 94.1 | 98.7 | 99.0 | 86.6 | 79.3 | 88.2 | 89.9 | 98.1 | 95.7 | 93.2 |
| Cote d'Ivoire | 50.2 | 52.1 | 57.8 | 65.2 | 61.3 | 57.3 | 60.3 | 58.2 | 59.3 | 59.3 | 51.6 | 57.5 |
| Gambia, The | 71.3 | 78.6 | 70.1 | 52.5 | 55.6 | 31.7 | 41.0 | 36.7 | 30.8 | 32.5 | 44.7 | 49.6 |
| Ghana | 74.8 | 72.7 | 70.1 | 66.9 | 63.3 | 60.3 | 60.5 | 56.3 | 50.5 | 51.9 | 52.8 | 61.8 |
| Guinea | 80.6 | 84.4 | 76.1 | 78.1 | 66.2 | 55.0 | 45.5 | 41.8 | 44.8 | 51.7 | 35.1 | 59.9 |
| Guinea-Bissau | 6.9 | 7.9 | 11.6 | 14.0 | 29.9 | 5.5 | 5.9 | 1.2 | 1.9 | 2.4 | 4.0 | 8.3 |
| Liberia | 84.2 | 81.8 | 89.1 | 87.5 | 86.1 | 76.7 | 76.5 | 73.6 | 52.3 | 72.9 | 58.4 | 76.3 |
| Mali | 50.7 | 47.6 | 53.3 | 38.2 | 28.3 | 33.1 | 45.0 | 28.6 | 24.9 | 28.7 | 43.9 | 38.4 |
| Niger | 51.0 | 54.3 | 55.7 | 58.2 | 68.4 | 72.5 | 64.6 | 64.6 | 43.6 | 72.9 | 16.7 | 56.6 |
| Nigeria | 70.4 | 69.3 | 61.5 | 69.1 | 72.4 | 78.5 | 72.2 | 67.8 | 69.2 | 63.2 | 64.3 | 68.9 |
| Senegal | 48.7 | 41.6 | 34.4 | 32.2 | 31.6 | 29.5 | 31.0 | 33.2 | 17.9 | 30.0 | 26.9 | 32.5 |
| Sierra Leone | 91.2 | 83.2 | 88.6 | 89.9 | 91.7 | 89.6 | 90.7 | 77.9 | 70.5 | 76.0 | 63.1 | 82.9 |
| Togo | 25.1 | 21.7 | 26.0 | 27.0 | 19.4 | 13.1 | 9.3 | 7.2 | 6.8 | 8.0 | 11.2 | 15.9 |
| Regional Average | 60.2 | 58.4 | 58.6 | 53.9 | 53.9 | 51.7 | 51.7 | 48.3 | 44.0 | 46.9 | 41.4 | 51.7 |

Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Mundial (edição de 2012)

Ao contrário do volume reduzido de importações e exportações de mercadorias registado durante a década (2000 – 2010) entre as economias na sub-região

Fatores que moldam a integração económica e o comércio regional

da África ocidental, as importações e exportações de mercadorias registadas durante o mesmo período entre as economias na África ocidental e as economias de elevado rendimento afiguram-se ser muito elevadas (ver quadros 9 e 10). Significa isto que, os países na sub-região exportam e importam uma percentagem significativa do seu total de importações e exportações de mercadorias de e para países de alto rendimento. No entanto, em termos percentuais, as exportações de mercadorias para as economias de elevado rendimento da Europa, América do Norte e Ásia parecem ser muito elevadas no caso de Cabo Verde e dos países anglófonos da África ocidental.

Quadro 10: Importações de mercadorias de economias de elevado rendimento (% total de importações de mercadorias)

| Country | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | Country Average |
|------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-----------------|
| Benin | 61.5 | 57.4 | 56.1 | 55.2 | 50.8 | 54.2 | 29.1 | 29.7 | 35.9 | 34.3 | 34.8 | 45.4 |
| Burkina Faso | 52.6 | 51.5 | 46.8 | 36.9 | 35.3 | 42.8 | 38.4 | 37.4 | 38.9 | 41.2 | 37.3 | 41.7 |
| Cape Verde | 85.9 | 85.6 | 86.7 | 82.6 | 84.5 | 82.3 | 84.7 | 85.4 | 84.2 | 83.9 | 83.7 | 84.5 |
| Cote d'Ivoire | 46.2 | 49.7 | 58.5 | 61.3 | 56.8 | 53.3 | 46.3 | 45.5 | 36.2 | 38.3 | 34.7 | 47.9 |
| Gambia, The | 46.8 | 46.5 | 42.0 | 40.5 | 34.0 | 33.7 | 29.5 | 27.4 | 30.0 | 30.5 | 27.0 | 35.3 |
| Ghana | 61.3 | 56.1 | 52.6 | 47.5 | 47.2 | 44.5 | 41.9 | 40.1 | 39.7 | 41.6 | 40.7 | 46.7 |
| Guinea | 61.5 | 62.4 | 71.1 | 59.6 | 33.4 | 39.3 | 35.1 | 34.0 | 36.1 | 32.5 | 26.2 | 44.7 |
| Guinea-Bissau | 48.5 | 49.8 | 46.9 | 37.2 | 43.0 | 55.7 | 50.7 | 46.0 | 42.0 | 36.1 | 38.8 | 45.0 |
| Liberia | 93.0 | 94.8 | 94.7 | 95.1 | 90.3 | 90.8 | 86.9 | 83.9 | 82.9 | 80.3 | 69.6 | 87.5 |
| Mali | 32.7 | 34.5 | 31.9 | 33.1 | 32.5 | 29.6 | 30.1 | 29.7 | 28.2 | 33.7 | 28.1 | 31.3 |
| Niger | 80.5 | 44.5 | 42.6 | 40.9 | 53.2 | 62.5 | 59.4 | 60.1 | 48.6 | 51.0 | 49.1 | 53.9 |
| Nigeria | 75.2 | 70.9 | 73.8 | 62.7 | 56.3 | 53.1 | 54.0 | 56.4 | 54.3 | 51.7 | 49.6 | 59.8 |
| Senegal | 58.8 | 59.9 | 59.8 | 54.0 | 52.4 | 52.5 | 60.1 | 51.1 | 45.9 | 48.9 | 51.7 | 54.1 |
| Sierra Leone | 81.3 | 75.4 | 77.2 | 69.5 | 60.0 | 56.2 | 43.3 | 45.6 | 42.5 | 37.7 | 35.5 | 56.7 |
| Togo | 62.6 | 64.1 | 63.7 | 61.1 | 55.4 | 54.1 | 55.5 | 55.7 | 47.9 | 50.4 | 50.9 | 56.5 |
| Regional Average | 63.2 | 60.2 | 60.3 | 55.8 | 52.3 | 53.6 | 49.7 | 48.5 | 46.2 | 46.1 | 43.8 | 52.7 |

Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Mundial (edição de 2012)

Não obstante, uma análise mais atenta do quadro 10 revela que, ao contrário das exportações de mercadorias para as economias de elevado rendimento, onde foram registados números relativamente mais elevados para Cabo Verde e os países anglófonos, nota-se uma certa uniformidade em todos os países na sub-região quanto às importações de mercadorias. Com a exceção de Cabo Verde e Libéria, as médias nacionais para os países francófonos e anglófonos parecem ser quase idênticas.

Os regimes institucionais e jurídicos frágeis da comunidade económica regional

Segundo Salami (2011), a maioria dos acordos de integração económica sub-regional (incluindo a CEDEAO/ECOWAS) que visam estabelecer uma união

aduaneira e um mercado comum através da abolição de obstáculos à livre circulação de bens, pessoas, serviços e capitais fracassou devido à fragilidade da sua estrutura institucional e jurídica. Acrescenta ainda que esta frágil estrutura institucional e jurídica tem prejudicado a capacidade de consecução dos objetivos por parte das comunidades económicas regionais.

Utilizando a União Europeia (UE) como modelo de integração regional, Salami (2011) demonstra o motivo por que a CEDEAO/ECOWAS e outras comunidades económicas sub-regionais em África são frágeis – ausência de estruturas institucionais e jurídicas que façam cumprir as leis e os regulamentos das organizações. Em particular, Salami (2011) ressalta o importante papel desempenhado pelo Tribunal de Justiça Europeu (TJE) no funcionamento efetivo da UE. Assim, enquanto instituição responsável pela interpretação e aplicação do Tratado da CE (direito primário e derivado), o TJE tem, entre outras funções, competência para interpretar as disposições do Tratado da UE no contexto de reenvios prejudiciais dos tribunais nacionais. Na realidade, a resposta do TJE às questões prejudiciais submetidas pelos tribunais e a subsequente implementação destas interpretações nas jurisdições nacionais reconhecem a supremacia da legislação da UE (Salami, 2011).

Claramente, na África ocidental não existe uma estrutura institucional e jurídica com competências e recursos para interpretar e aplicar as disposições da CEDEAO/ECOWAS, à semelhança do que ocorre com a UE/TJE. Faltando à estrutura institucional e jurídica da CEDEAO/ECOWAS autoridade real para forçar os Estados membros ao cumprimento das obrigações decorrentes do tratado ou a capacidade para definir e aplicar as condições propícias ao desenvolvimento de um mercado comum e à integração, o processo é deixado aos desígnios e caprichos de cada país. Estes países, no entanto, têm poucos incentivos para aprofundar o processo de integração devido às circunstâncias prevaletentes, nomeadamente o crescente endividamento e as relações estabelecidas com os antigos colonizadores na assistência ao desenvolvimento. Assim, a frágil estrutura institucional e jurídica da CEDEAO/ECOWAS é simultaneamente causa e consequência das influências externas e da débil integração regional económica e comercial na África ocidental.

Conclusão

Ficou mais do que evidente que a integração económica e comercial entre países na sub-região permanece ainda muito débil. Os países da região acham mais conveniente estabelecer relações comerciais com os países de alto rendimento do que com os seus parceiros na região. Além disso, estes países recebem assistência mais vultosa dos países de alto rendimento e, por conseguinte, usam o comércio como expressão de gratidão. O estudo também considera o cordão umbilical colonial muito forte, especialmente quanto ao fluxo de ajuda, e conclui que os antigos colonizadores têm mais influência nas ex-colónias do que a CEDEAO/ECOWAS nas economias individuais da região. Mais ainda, o fraco padrão comercial entre os países é facilitado pelas atuais políticas comerciais liberais de muitos países que favorecem a importação maciça de bens (incluindo os produzidos na sub-região) e por uma frágil estrutura institucional e jurídica para garantir a aplicação do tratado da CEDEAO/ECOWAS.

Não obstante, perfila-se uma vasta gama de oportunidades de integração económica e comercial, especialmente na área dos produtos de base agrícolas. Argumentou-se que a integração económica e comercial na África ocidental é débil, talvez devido a semelhanças nas exportações dos produtos agrícolas cultivados na região. No entanto, este argumento não aprecia devidamente a diversidade das zonas e culturas ecológicas, e a produção de uma vasta gama de diferentes produtos de base agrícolas incluindo cereais (milho, arroz, painço, etc.), produtos lácteos e carne, que oneram atualmente as faturas das importações de muitos países na região.

No entanto, é provável que o processo de integração seja acelerado graças ao reforço das estruturas institucionais e jurídicas da CEDEAO/ECOWAS para dotar as instituições regionais da capacidade de definir e forçar os Estados membros ao cumprimento das obrigações decorrentes do tratado. Além disso, impõe-se que os Estados membros promovam esforços conscientes para cortar o cordão umbilical com os antigos colonizadores. Embora tal não seja tarefa fácil dado o carácter profundamente enraizado daquelas relações, a mudança só será possível se houver reconhecimento entre todos os Estados membros da crucial importância da integração regional para o seu desenvolvimento socioeconómico a longo prazo.

Referências

Adenikinju, A., Soderling, L., Soludo, L. e Varoudakis, A., 2002. Manufacturing competitiveness in Africa: Evidence from Cameroon, Cote d'Ivoire, Nigeria and Senegal. *Economic Development and Cultural Change*, 50(3), pp.643-665.

Alaba, O., 2012. *The geographic and economic potentials of West Africa*. Papier présenté au Workshop of the Scientific and Political Dialogues Activities of the West African Institute (WAI), Abidjan, 29-30 de marco de 2012.

Ansah-Koi, K. e Bofo-Arthur, K., 1995. *Regional integration in West Africa*, Proceedings of a conference held October 1994 in Accra/Ghana. Accra: Friedrich Ebert Stiftung.

Aryeetey, E. e Tarp, F., 2000. Structural adjustment and after: Which way forward for economic reforms in Ghana? *Academy of Management Review* 12(1), pp.67-75.

Awotwi, J. A. e Owusu, G., 2007. *E-Governance in an environment with limited resources: A case study of Ghana*. ACM International Conference Proceeding Series 232, pp.345-348. Disponível: <<http://doi.acm.org/10.1145/1328057.1328129>>.

Donkor, K., 1997. *Structural Adjustment and Mass Poverty*. Aldershot: Ashgate.

European Centre for Development Policy Management (ECDPM), 2006. *Overview of the regional EPA negotiations: West Africa-EU Economic Partnership Agreement*. ECDPM InBrief 14B, Maastricht: ECDPM. Disponível: <www.ecdpm.org/inbrief14b>.

Foroutan, F., 1992. *Regional integration in Sub-Saharan Africa: Experience and prospect*. Trade Policy Research Working Papers. Washington: Banco Mundial, Département Economique des Pays.

Harsch, E., 2002. Making African integration a reality. *Africa Recovery*, 16(2), pp.10-15.

Fatores que moldam a integração económica e o comércio regional

Machinea, J. L. e Rozenwurcel, G., 2005. *Macroeconomic coordination in Latin America: Does it have a future?* Santiago: United Nations Publication.

Murray, E., 2012. *Outlook of regional integration in Latin America: Lessons learned, key players and potential network in West Africa*. Papier présenté au Workshop of the Scientific and Political Dialogues Activities of the West African Institute (WAI), Abidjan, 29-30 de marco de 2012.

Mussa, M., 2000. *Factors driving global economic integration*. Papier présenté à Jackson Hole, Wyoming au symposium financé par la Banque Fédérale de Réserve de Kansas City sur Global Opportunities and Challenges, 25 de agosto de 2000.

Ngaide, A., 2012. *Historical and cultural foundations of regional integration in Africa*. Papier présenté au Workshop of the Scientific and Political Dialogues Activities of the West African Institute (WAI), Abidjan, 29-30 de marco de 2012.

Nugent, P., 2004. *Africa since independence*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

Salami, I., 2011. Legal and institutional challenges of economic integration in Africa. *European Law Journal*, 17(5), pp.667–682.

Soule, B.G., 2012. *Research assessment and strategy of key players on regional integration in West Africa*. Papier présenté au Workshop of the Scientific and Political Dialogues Activities of the West African Institute (WAI), Abidjan, 29-30 de marco de 2012.

Zannou, A., 2010. Determinants of intra-ECOWAS trade flows. *African Journal of Business Management*, 4(5), pp.678-686. Disponível: <<http://www.academicjournals.org/AJBM>>.

Sanoussi Bilal

Influências externas na integração regional da África Ocidental: o papel das partes terceiras

Introdução

Para que a integração económica regional tenha sucesso e viabilidade deve, em primeiro lugar e antes de mais, ser impulsionada por forças domésticas. Isto aplica-se também à África Ocidental. Não obstante, a integração regional não surge do nada. Muitos fatores, que vão dos históricos e geopolíticos aos económicos e ideológicos, influenciam este processo. Entre estes contam-se os parceiros externos do agrupamento regional.

No caso da África Ocidental, as antigas potências coloniais e, de forma mais geral, a União Europeia (UE), têm tido um impacto decisivo no contorno, estrutura, conteúdo e dinâmica da integração da África Ocidental. Mas não estão sós. Por exemplo, outros países/regiões africanas e a União Africana (UA) também têm exercido influência, bem como algumas organizações internacionais. Cada vez mais, os atores emergentes, entre outros, têm um papel a desempenhar.

O objetivo do presente documento é descrever sucintamente algumas das principais influências exercidas pelas partes terceiras nos processos de integração regional da África Ocidental. Neste contexto, é dada especial atenção à influência europeia na África Ocidental, positiva ou não, que é depois conciliada com outras influências. O ponto 2 examina a influência da União Europeia enquanto modelo e fonte de inspiração para os objetivos de integração e arquitetura institucional, enquanto o ponto 3 realça o apoio europeu, nomeadamente em termos de ajuda ao desenvolvimento, à integração da África Ocidental. Os pontos 4, 5 e 6 definem, respetivamente, os papéis

Influências externas na integração regional da África Ocidental

dos demais parceiros internacionais, da dinâmica pan-africana e dos atores emergentes. O ponto 7 reflete sobre as ambições dos acordos de parceria económica promovidos pela União Europeia, como um conjunto abrangente de reformas destinadas a dinamizar a integração, e como podem gorar-se. Por fim, o ponto 8 termina salientando o papel de primeira importância da dinâmica endógena na integração regional da África Ocidental, que as partes terceiras, na melhor das hipóteses, apenas poderão acompanhar.

A influência europeia

A experiência da integração europeia tem sido, em larga medida, reconhecida não só como um exemplo, mas também como um modelo de integração regional. De facto, atendendo à sua longa história, vasto campo de ação, maior aprofundamento e alargamento sucessivo, a União Europeia tem sido considerada como o símbolo da integração regional. E, pese embora o intuito não ser o de reproduzir o percurso da integração europeia, a UE é frequentemente evocada enquanto aspiração possível ou, no mínimo, ponto de referência, nomeadamente em termos da sua arquitetura institucional e cobertura política. Neste sentido, a UE tem influenciado fortemente o recente processo de integração na África Ocidental.

Considere-se, em primeiro lugar, a arquitetura institucional. A União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO/ECOWAS) adotaram algumas normas, disposições jurídicas, instituições e políticas similares às da UE. Esta evolução radica no passado colonial desta região e nas suas estreitas relações culturais, políticas e económicas com a França. Como na Europa, a integração económica da África Ocidental é vista como um instrumento para favorecer uma coesão mais profunda e dinâmica.

A UEMOA e a CEDEAO/ECOWAS apresentam algumas das principais características da arquitetura institucional da UE (ver anexo 1): uma Comissão regional, um Conselho (chefes de Estado e ministros), uma Assembleia Parlamentar regional, um Tribunal de Justiça regional, complementado por um Tribunal de Contas na UEMOA, um Conselho/Comité Económico e Social, um banco central regional e um banco de desenvolvimento. Assinale-se também que o Tratado da UEMOA inspirou-se no Tratado de Maastricht.

Não quer isto dizer que as instituições europeias e da África Ocidental sejam exatamente iguais. As suas competências e funcionamento diferem, como, de resto, o grau de integração. No entanto, a integração mais estreita entre a CEDEAO/ECOWAS e a UEMOA, que estão a formar uma união aduaneira e uma união monetária, também exige a adaptação e o reforço adicional das suas instituições, inspirados na experiência da UE.

É de realçar o papel decisivo da França, e agora da UE, na união monetária da UEMOA. O estabelecimento da zona do franco CFA é resultado direto da vontade de manter a ligação monetária ao franco francês após a independência de muitas antigas colónias francesas. Do mesmo modo, a criação da UEMOA está vinculada a uma desvalorização em 50% do franco CFA da África Ocidental. Com a criação do euro, o franco CFA deixou de estar unicamente subordinado ao Tesouro francês e ao franco francês, mas ao Banco Central Europeu e ao euro.

Uma das influências europeias na integração da África Ocidental resulta, pois, dos laços históricos com a região, da proximidade geográfica, das relações culturais, económicas e políticas e da atração do modelo de integração europeu. Tal pode explicar em parte a tónica importante na integração institucional e económica cada vez mais profunda na agenda de integração regional da África Ocidental, em oposição a uma abordagem mais pontual ou pragmática da integração económica centrada em abater as barreiras à integração e em melhorar as ligações infraestruturais, à semelhança da Ásia, por exemplo.

Apoio da UE à África Ocidental

A União Europeia defende firmemente o mérito da integração regional, inclusive como instrumento ao serviço do desenvolvimento. Segundo a Comissão Europeia (CE), a integração regional entre países em desenvolvimento, se realizada de forma transparente e aberta (conceito de regionalismo aberto), contribui para a sua inserção na economia mundial e desempenha um papel essencial na prevenção de conflitos e na manutenção da paz (Comissão Europeia, 1995, 2002). Consequentemente, a UE, “aproveitando a sua experiência e utilizando os diversos instrumentos ao seu dispor”, presta apoio aos países em desenvolvimento nas suas iniciativas regionais (Conselho da União Europeia e Comissão Europeia, 2000).

Influências externas na integração regional da África Ocidental

O Parlamento Europeu também perfilha o ponto de vista da Comissão Europeia e do Conselho sobre o importante papel que a integração regional e os acordos de comércio livre podem desempenhar “no estabelecimento de um sistema de comércio mundial mais equitativo” e, conseqüentemente, apoia inequivocamente e promove a integração regional entre países em desenvolvimento (Parlamento Europeu, 2002, p.14).

Este apoio às iniciativas de integração regional assume várias formas. Integra-se no apoio político aos princípios da integração regional. Ou seja, a UE deve abraçar e facilitar iniciativas abertas de integração regional entre países em desenvolvimento, que são entendidas como complemento da integração comercial multilateral. Neste contexto, a UE também está disposta a partilhar a sua experiência sobre questões relacionadas com a integração regional com países em desenvolvimento, reconhecendo embora que cada região tem especificidades próprias.

É isto precisamente o que a UE está a fazer relativamente à África Ocidental.

A CE tem usado o Acordo de Parceria Económica (APE) como um dos principais instrumentos comerciais para apoiar a integração regional (ver ponto 4).

Para além deste “apoio político” e da partilha de experiência, a UE também tem canalizado uma fatia significativa da ajuda ao desenvolvimento e da assistência técnica para o apoio regional, que é uma das seis áreas prioritárias da sua ajuda ao desenvolvimento.

O apoio da Comissão Europeia à África Ocidental centra-se em áreas prioritárias nomeadamente criar mercados regionais, incluindo em matéria de serviços e investimento, facilitar o desenvolvimento de empresas melhorando o enquadramento regulamentar, intensificando as capacidades produtivas e promovendo a mobilização de capital; ligar as redes de infraestruturas regionais (nomeadamente através do Fundo Fiduciário EU-África para as Infraestruturas); contribuir para melhorar a segurança alimentar, nomeadamente apoiando a Política Agrícola Regional (ECOWAP) da CEDEAO/ECOWAS e o Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP); reforçar as instituições regionais graças à prestação de assistência técnica, à oferta de programas de criação de capacidades e à melhoria das capacidades institucionais nacionais; melhorar a governação e a cooperação regional em prol da paz e

da segurança, inclusive nos esforços para combater o terrorismo, a pirataria, a criminalidade organizada, o tráfico de droga ou o tráfico de seres humanos, bem como apoiar as iniciativas (nomeadamente promovidas pela UA e pelas Nações Unidas) de consolidação da paz e de reconstrução pós-conflito; e conceber políticas regionais para o desenvolvimento sustentável, especialmente quanto à gestão comum de recursos naturais, migração e coesão social.

Relativamente à assistência financeira, o X Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), que abrange o período de 2008-2013, constitui atualmente o principal instrumento do apoio da UE à integração regional da África Ocidental. Os fundos regionais assim recebidos têm como objetivo geral promover a integração regional como meio de reduzir a pobreza, fomentar o crescimento económico e favorecer a paz e a segurança. Na África Ocidental, 597 milhões de euros foram destinados ao Programa Indicativo Regional (PIR). Como indica o quadro 1, deste total, 418 milhões de euros foram atribuídos ao objetivo específico de “aprofundar a integração regional, reforçar a competitividade e implementar o APE” (ver quadro 2 para a articulação concreta destes objetivos); o remanescente é dedicado a consolidar a boa governação e a estabilidade regional e a financiar outros programas, nomeadamente no domínio do ambiente e do apoio a intervenientes não estatais.

Quadro 1: Programa Indicativo Regional para a África Ocidental, 2008-13

| Tipo de apoio | Montante (€m) |
|---|----------------------|
| Setor de concentração I: aprofundar a integração regional, reforçar a competitividade e implementar o APE | 418 |
| Setor de concentração II: Consolidar a boa governação e a estabilidade regional | 119 |
| Outros programas (incluindo o apoio a intervenientes não estatais) | 60 |
| Total | 597 |

Fonte: União Europeia, 2008. *European Community - West Africa. Regional Strategy Paper and Regional Indicative Programme 2008 – 2013*. [pdf] Available at: <http://ec.europa.eu/development/center/repository/Scanned_r10_rsp_2007-2013_en.pdf>

Influências externas na integração regional da África Ocidental

Quadro 2: Setor de concentração 1 do PIR para a África Ocidental, 2008-2013

| | |
|-----------------------------|--|
| Objetivo global | Aprofundar a integração regional, reforçar a competitividade e implementar o APE |
| Objetivos concretos | Apoiar a região em: a) Dar continuidade ao processo de integração regional através da implementação das reformas necessárias a um mercado comum e da consolidação da estabilidade macroeconómica b) Assegurar a implementação efetiva do APE maximizando os esperados efeitos positivos e minimizando os possíveis custos de ajustamento c) Reforçar a competitividade dos setores produtivos e a rede das infraestruturas regionais |
| Resultados previstos | São os seguintes os resultados previstos do PIR: a) Criação da união aduaneira da CEDEAO/ECOWAS b) Aumento das trocas comerciais c) Consolidação do mercado comum d) Implementação do APE e) Aumento da capacidade de exportação da região f) Melhoria da segurança alimentar g) Implementação das reformas fiscais e compensação dos efeitos fiscais do APE h) Reforço do conhecimento dos desafios de integração regional nos principais setores produtivos i) Melhoria da gestão das infraestruturas rodoviárias regionais |

| | |
|-----------------------------|---|
| Áreas de intervenção | <p>As principais áreas de intervenção no setor de concentração são:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Aprofundar a integração regional b) Melhorar a segurança alimentar c) Lançar programas de desenvolvimento e reforço da competitividade ao abrigo do APE d) Prosseguir o apoio à política regional de interconexão e ao reforço das infraestruturas e) Prestar apoio institucional à governação económica |
|-----------------------------|---|

Fonte: União Europeia, 2008. *European Community - West Africa. Regional Strategy Paper and Regional Indicative Programme 2008 – 2013*. [pdf] Available at: <http://ec.europa.eu/development/center/repository/Scanned_r10_rsp_2007-2013_en.pdf>

Os respetivos Programas Indicativos Nacionais (PIN) para os países da África Ocidental ao abrigo do X FED também destinam 247 milhões de euros ao apoio em áreas de ajuda relacionada com o comércio e 1 067 milhões de euros para infraestruturas, que, em larga medida, contribuem igualmente para promover a integração regional.

Para além destes instrumentos, outras instituições e iniciativas de dimensão comunitária podem prestar apoio ao Programa do APE para o Desenvolvimento (PAPED) nos próximos anos, sobretudo o Banco Europeu de Investimento (BEI) e o Fundo Fiduciário EU-África para as Infraestruturas. O BEI, por exemplo, administra a Facilidade de Investimento estabelecida nos termos do Acordo de Parceria de Cotonu. Para o período de 2008-13, dispõe de 1,5 mil milhões de euros. Isto acresce ao considerável volume de fundos ainda disponível da dotação do IX FED (que ascendia originalmente a 2 mil milhões de euros), bem como a mais 2 mil milhões de euros de empréstimos que o Banco concede aos países ACP a cargo de recursos próprios. O Fundo Fiduciário EU-África para as Infraestruturas conjuga contribuições da Comissão Europeia e dos Estados-membros da UE.

Cabe ainda registar o apoio direto dos Estados-membros da UE através dos seus programas bilaterais de cooperação para o desenvolvimento, particularmente a nível nacional nos países parceiros da África Ocidental, mas crescentemente

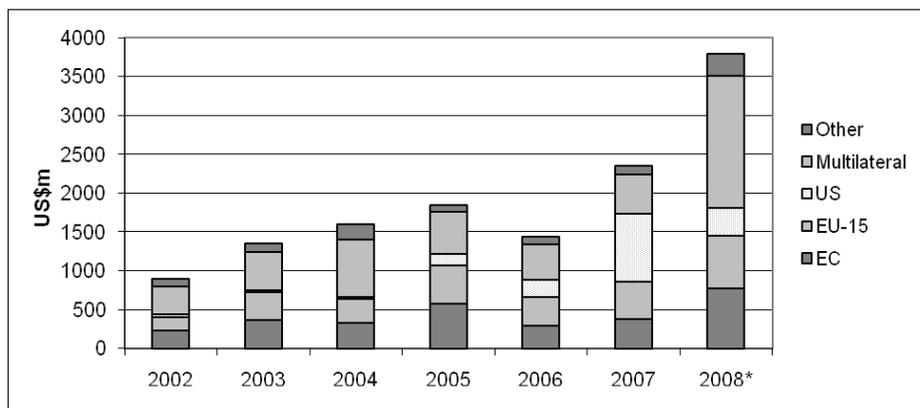
Influências externas na integração regional da África Ocidental

também a nível regional, em auxílio de instituições regionais (nomeadamente, CEDEAO/ECOWAS e UEMOA) e de programas (nomeadamente, ECOWAP – a Política Agrícola Regional da CEDEAO/ECOWAS).

Apoio internacional à integração na África Ocidental

Importa reconhecer que, se a Europa é uma importante fonte de auxílio financeiro à integração regional da África Ocidental, está longe de ser a única. É extremamente difícil recolher dados sobre ajuda regional. Não obstante, a fonte de informação mais completa será provavelmente encontrada dando especial atenção à ajuda ao comércio (AoC), uma dimensão importante de integração económica. Devido aos compromissos recentes e à crescente atenção dada à AoC entre doadores, os níveis de recursos consagrados a projetos no domínio comercial têm registado um aumento significativo nos últimos anos. Como é visível na figura 1, os fluxos de AoC para a África Ocidental cresceram expressivamente de 889 milhões dólares dos Estados Unidos em 2002, para 3 789 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em 2008 (o que representa uma taxa média de crescimento nominal de mais de 23 por cento por ano). No mesmo período, a AoC da UE (CE e Estados-membros) para a África Ocidental mais do que triplicou em termos nominais expressos em dólares, passando de

Figura 1: Ayuda para el Comercio 2002-08



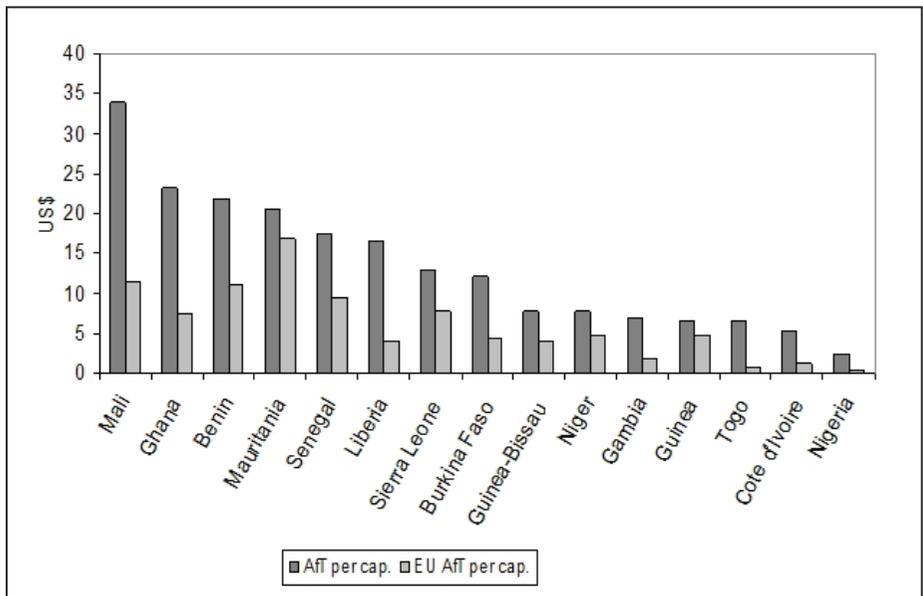
Fonte: OCDE-CAD, 2012: QWIDS Query Wizard for International Development Statistics, Aid for Trade Activities. Os montantes indicados referem-se a dotações de autorização, em dólares dos Estados Unidos; os montantes relativos ao ano de 2008 baseiam-se em dados provisórios.

400 milhões para 1 448 mil milhões de dólares dos Estados Unidos. Saliente-se também que os maiores aumentos foram registados em 2007 e 2008, quando a iniciativa AoC datada de 2005 começou a ser implementada com determinação.

As instituições financeiras multilaterais, nomeadamente Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento e agências das Nações Unidas, bem como o Quadro Integrado Alargado têm fornecido uma assistência substancial aos países da África Ocidental. O seu papel tem sido predominante não só em termos de auxílio financeiro, mas também de assistência técnica, assessoria política e partilha de conhecimento.

Curiosamente, a maior fatia da assistência à integração económica é canalizada a nível nacional e não regional. Assim, alguns países da África Ocidental têm recebido proporcionalmente maior apoio à integração económica do que outros.

Figura 2: Os “filhos” e os “enteados” da ajuda ao comércio África Ocidental, 2008



Nota: Os dados são provisórios; UE = 15 membros da UE que integram o CAD

Fonte: OCDE (dados relativos a AoC), FMI (população e PIB), cálculos dos autores.

Influências externas na integração regional da África Ocidental

Considerando a AoC per capita, a figura 2 ajuda a identificar possíveis “enteados” da ajuda ao comércio (por exemplo, Costa do Marfim, Gâmbia e Togo) que recebem muito menos AoC do que a média quando comparados com os “filhos” (por exemplo, Benim, Mali, Mauritânia e Senegal). Isto reclama uma maior atenção de todos os doadores ao apoio dado à integração regional e uma maior coerência entre a agenda doméstica, a nível nacional e regional, e o apoio recebido.

A dimensão africana

A integração regional da África Ocidental não pode ser plenamente apreciada se considerada como processo isolado. Em vez disso, insere-se numa dinâmica de integração africana mais vasta. Além da dimensão histórica e das fronteiras nacionais algo arbitrárias resultantes do seu passado colonial, a África Ocidental faz parte integrante do processo de integração pan-africano. Isto é verdade tanto em termos de dinâmica como de arquitetura institucional.

Neste contexto, a União Africana desempenha um papel cada vez mais importante. A UA reconheceu apenas 8 comunidades económicas regionais (CER) enquanto pilares da integração pan-africana. Entre elas figura a CEDEAO/ECOWAS, mas não a UEMOA, a região mais profundamente integrada. A lógica subjacente não é a de negar os esforços envidados pela UEMOA. Pelo contrário, o princípio adotado é o de favorecer uma maior integração da África Ocidental sob a alçada da CEDEAO/ECOWAS mas com base nos resultados da UEMOA.

A integração pan-africana mantém-se como programa ambicioso e de certa forma distante. Mas acontecimentos recentes têm contribuído para abrir caminho a progressos palpáveis. As duas Cimeiras de Chefes de Estado da UA realizadas em 2012 inscreveram a “promoção do comércio intra-africano” no topo da agenda. O objetivo é acelerar a transição para uma maior e mais eficaz integração, dando passos concretos para reduzir significativamente os obstáculos e outros entraves ao comércio entre as nações africanas, no interior destas e entre as CER. Se bem que não seja provável que a criação da Zona de Comércio Livre Continental (ZCLC) se concretize até 2017, esta é um sinal claro da vontade política renovada de manter a integração regional no topo da agenda.

Neste contexto, a dinâmica da Zona de Comércio Livre Tripartida (ZCLT) entre o Mercado Comum da África Austral e Oriental (COMESA), a Comunidade da África Oriental (EAC) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) também pode ter um impacto significativo na integração da África Ocidental. Lançada pelos Chefes de Estado de três CER em Kampala em 2008, a ZCLT assenta em três pilares: integração do mercado, desenvolvimento da infraestrutura e industrialização.

A influência potencial na África Ocidental é dupla. Primeiro, a ZCLT considerada na dimensão pan-africana é um elemento central para a ZCLC. Depois, a África Ocidental tem-se preocupado em ser encarada como o outro pilar importante do processo de integração da UA, com base no eixo de integração UEMOA-CEDEAO/ECOWAS e na sua agenda de integração mais ampla. Logo, poderá instaurar-se um clima de emulação entre a África Ocidental e a ZCLC, bem como de partilha de experiência. A UA pode, pois, tornar-se um fórum mais dinâmico de interação entre as CER. A segunda influência possível será passar de uma incidência na remoção das barreiras comerciais e no estabelecimento de pautas aduaneiras comuns para uma agenda de integração efetiva, que dê mais atenção ao desenvolvimento das infraestruturas transfronteiriças e ao reforço da capacidade produtiva, nomeadamente mediante a promoção de cadeias de valor regionais. Isto pode traduzir-se na África Ocidental por uma atenção acrescida à implementação do programa regional como complemento fundamental da integração institucional e política.

O papel dos atores emergentes

A influência crescente das economias emergentes, nomeadamente China, Brasil, Índia e outros, também é intensamente sentida na África Ocidental. Ao considerar o papel dos atores emergentes no processo de integração da África Ocidental, deve-se ter em conta duas características essenciais. A primeira é que os atores emergentes não são doadores e, embora alguns doadores tradicionais se lhes refiram como “doadores emergentes”, o facto é que eles próprios não se reconhecem nessa identidade. Ao invés, a cooperação Sul-Sul é o quadro de referência dominante para o qual a ajuda tem pouco significado. Considerar os fluxos de ajuda e os quadros tradicionais da cooperação para o desenvolvimento, como se fez nos pontos 3 e 4 por exemplo, seria assaz enganador. A segunda é que a maioria dos atores emergentes promove a cooperação Sul-Sul no plano

Influências externas na integração regional da África Ocidental

bilateral, nas relações país a país, negligenciando a dimensão regional da cooperação. A principal exceção é, evidentemente, o envolvimento da China e da Índia, por exemplo em instâncias como o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), as Cimeiras Índia-África e o Conselho Empresarial Índia-África. Mas estas são principalmente estruturas de cúpula ao abrigo das quais a cooperação bilateral se desenrola.

Não é de admirar, pois, que os atores emergentes ainda não figurem no topo quanto à sua associação a iniciativas de integração regional, incluindo na África Ocidental. As tendências recentes entre atores emergentes sugerem, porém, que os processos de integração africanos poderão vir a concitar mais atenção num futuro próximo. Tal dependerá principalmente da coesão dos agrupamentos regionais e da vontade dos seus membros de envolver os atores emergentes numa plataforma regional e não apenas bilateral.

Na África Ocidental, há indícios de que isto pode vir a acontecer, ainda que lentamente. Por exemplo, em outubro de 2012, a China assinou com a CEDEAO/ECOWAS um acordo de cooperação na área do desenvolvimento de infraestruturas, comércio e investimento. O acordo visa estimular a cooperação empresarial, promover o intercâmbio de informações e a formação em comércio regional e internacional, e fomentar o investimento no sector da agricultura, silvicultura, pesca, indústria, construção e finanças.¹ Mas uma das principais facetas deste acordo é estimular o desenvolvimento das infraestruturas, como parte da linha de crédito no montante de 20 mil milhões de dólares dos Estados Unidos posta ao dispor de África na última Cimeira do FOCAC, o que poderia incluir o apoio da China à construção da autoestrada costeira que liga Dacar a Lagos. Em termos mais gerais, o financiamento das infraestruturas na África Ocidental tem sido estimulado pelo investimento chinês nos recursos extrativos e pela necessidade de criar infraestruturas adequadas, nomeadamente no transporte ferroviário. Os interesses políticos e económicos da China na África Ocidental parecem estar em sintonia.

O mesmo parece ocorrer com outros atores emergentes, nomeadamente Índia e Brasil. A Índia tem privilegiado as relações económicas e os laços empresariais, que estão refletidos no Memorando de Entendimento que assinou com a

1 Ver Comunicado à Imprensa da CEDEAO/ECOWAS n° 289/2012, 25 de outubro de 2012.

CEDEAO/ECOWAS em maio de 2011, por exemplo. Isto abrange o reforço da cooperação em áreas como o sector bancário e agroalimentar, bem como na indústria metalúrgica, mecânica, energética, têxtil, do couro, dos transportes, das comunicações, eletrónica e biotecnológica.² O estreitamento das relações entre a África Ocidental e a Índia também tem sido visível no apoio indiano à delicada iniciativa sobre o algodão na África Ocidental (nomeadamente para os países abrangidos pela quarta iniciativa sobre o algodão: Benim, Burquina Faso, Chade e Mali), bem como através da criação de feiras comerciais regionais.

Analogamente, o Brasil e a CEDEAO/ECOWAS lançaram iniciativas conjuntas para intensificar a sua cooperação em matéria de luta contra a pobreza, segurança alimentar, ambiente, energia renovável, criação de capacidades e diálogo político³, embora, na prática, os esforços se concentrem na agricultura.

Se bem que a cooperação regional dos países emergentes na África Ocidental esteja a dar os primeiros passos, cabe principalmente às CEDEAO/ECOWAS/UEMOA e respetivos países membros envolver mais ativamente os parceiros emergentes numa base regional, se assim o entenderem.

O APE e a integração da África Ocidental: vencer ou fracassar

A responsabilidade por uma das mais ambiciosas agendas para reforçar a integração da África Ocidental recai sobre a UE e sobre a perspectiva de concluir um acordo regional de parceria económica entre a CEDEAO/ECOWAS e a UE. Paradoxalmente, no entanto, pode também converter-se numa das maiores ameaças ao processo de integração da África Ocidental.

Fundamentação do APE

Em conformidade com o disposto no Acordo de Cotonu, os Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) e a UE começaram a 27 de setembro de 2002 as negociações oficiais dos acordos de parceria económica (APE). Volvido um ano sobre as negociações a nível dos Estados ACP, cada um dos principais

2 Ver Comunicado à Imprensa da CEDEAO/ECOWAS n° 065/2011, 9 de maio de 2011.

3 Ver Comunicado à Imprensa da CEDEAO/ECOWAS n° 105/2010, 3 de julho de 2010.

Influências externas na integração regional da África Ocidental

agrupamentos regionais dos Estados ACP iniciou negociações com vista a um APE regional com a UE: a África Central (CEMAC+) e a África Ocidental (CEDEAO/ECOWAS+) em outubro de 2003, a África Austral e Oriental (COMESA) em fevereiro de 2004, as Caraíbas (CARIFORUM) em maio de 2004, a África Austral (SADC) em julho de 2004, e o Pacífico em setembro de 2004.

O objetivo das negociações com a África Ocidental, bem como com outros agrupamentos regionais dos Estados ACP, tem sido estabelecer zonas de comércio livre recíprocas que tenham como objetivo primordial o desenvolvimento, escorem e apoiem o processo de integração regional e facilitem a integração da região na economia mundial. O prazo previsto para concluir as negociações era o fim de 2007 para que os APE entrassem em vigor em 2008.

Os APE, como proposto pela Comissão Europeia, devem criar essencialmente zonas de comércio livre (ZCL) orientadas para o desenvolvimento. Destinavam-se inicialmente a abranger não só o comércio de bens e produtos agrícolas, mas também os serviços, e a resolver a questão das barreiras pautais, não pautais e técnicas às trocas comerciais. Outras áreas relacionadas com o comércio também devem ser abrangidas, incluindo a crescente cooperação entre a UE e os Estados ACP, nomeadamente concorrência, proteção dos direitos de propriedade intelectual, normalização e certificação, medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS), investimento, comércio e ambiente, normas comerciais e laborais, regulamentação sobre a proteção do consumidor em geral e sobre a proteção da saúde do consumidor em particular, segurança alimentar, contratos públicos, etc.

Um princípio básico dos APE inscrito no Acordo de Cotonu é que estes acordos devem escorar e reforçar o processo de integração regional dos Estados ACP. Segundo a Comissão Europeia, realizando-se a partir de mercados regionais bem integrados e de maiores dimensões, os APE regional devem contribuir para fomentar a integração dos Estados ACP na economia mundial, proporcionar economias de escala, estimular o investimento e contribuir para tornar irreversíveis as necessárias reformas.

O princípio advogado pela Comissão Europeia é que a integração económica a nível regional com a UE deve reforçar o respetivo processo de integração dos agrupamentos regionais. Deve intensificar os benefícios da integração

regional entre países em desenvolvimento, sob a forma de fluxos acrescidos de comércio e investimento, por exemplo, da Europa e no seio das regiões em desenvolvimento. Isto deve dar mais incentivos aos membros dos agrupamentos regionais para se empenharem nos objetivos de uma região (e não se autoexcluírem de um agrupamento que está ligado à UE). Esta parceria regional com a UE deve, pois, contribuir para aumentar a credibilidade dos processos de integração regional, em especial em África.

Neste contexto, a UE deve também ser vista como um “fiador externo” para evitar uma inversão na política económica e de integração e criar um efeito de compartimentação através da cooperação com a UE e do possível acordo birregional (Lee, 2003).

Assim, para a África Ocidental, o APE deve oferecer principalmente a possibilidade de consolidação do processo de integração económica no seu território e entre a UEMOA e a CEDEAO/ECOWAS. A parceria com a Europa também deve oferecer paralelamente o adicional apoio ao desenvolvimento para facilitar o processo de ajustamento durante a implementação do APE e reforçar a capacidade dos países e das regiões da África Ocidental de tirar o máximo partido das novas oportunidades de desenvolvimento que o APE proporcionará.

O teste à realidade

Tirando algumas exceções, a agenda do APE não suscitou o entusiasmo que uma parceria de desenvolvimento eficaz era suposto despertar, especialmente na África Ocidental.

A África Ocidental, como, aliás, muitos outros agrupamentos regionais de Estados ACP, teve alguma dificuldade em falar em unísono durante as negociações com a UE. Outra coisa não era de esperar de uma região que nunca tinha participado em negociações em matéria de comércio livre com uma parte terceira como a UE sobre uma tão grande variedade de temas. Além disso, surgiram tensões, principalmente no decurso da fase inicial das negociações, entre a UEMOA, que, na qualidade de união aduaneira com uma política externa comum, considerava-se mais avançada e coesa nas suas posições negociais do que a estrutura da CEDEAO/ECOWAS mais vasta e menos integrada, que era apenas uma zona de comércio livre em que os

Influências externas na integração regional da África Ocidental

países membros conservam plena soberania na determinação da política de comércio externo. A adoção de uma posição comum por uma ZCL como a CEDEAO/ECOWAS requer, pois, um processo de coordenação forte e bem estruturado entre os países membros. A vontade política tem frequentemente sido insuficiente, tanto a nível nacional como regional. Interesses contraditórios têm motivado tensões na região. Uma capacidade institucional débil, tanto a nível doméstico como a nível da UEMOA/CEDEAO/ECOWAS, também tem ocasionalmente impedido a África Ocidental de defender cabalmente os interesses dos seus membros durante as negociações com a UE.

A Comissão Europeia também contribuiu para exacerbar algumas das tensões regionais. Isto começou em 2002-2003, quando Pascal Lamy, Comissário responsável pelo Comércio, convidou o representante da UEMOA para conversações informais antes do início das negociações regionais formais. À época, a UEMOA dizia-se pronta a celebrar um APE com a UE, e queixava-se da apatia dos parceiros da CEDEAO/ECOWAS, em particular, e dos Estados ACP, em geral. Posteriormente, em 2007, o Comissário apontou diretamente o dedo à Nigéria pela sua falta de envolvimento nas negociações, chamando-lhe “o elefante na sala”, isto é, aquele que impedia que elas avançassem.

Mas as negociações do APE também contribuíram para pôr a tónica na agenda regional, incluindo os países e as organizações da África Ocidental. No decurso da fase inicial das negociações do APE regional, foi dada especial atenção durante as sessões negociais à análise do processo de integração regional da África Ocidental. Acresce que a pressão para alcançar posições regionais em todos os temas do APE contribuiu para elevar o perfil da dimensão regional na agenda política da África Ocidental. Assim, o processo de negociação do APE desempenhou um papel estimulante para manter a atenção na integração regional e consolidar a agenda regional da África Ocidental, quanto mais não fosse para formar uma frente coerente no contexto do APE.

No entanto, a conclusão dos APE provisórios exerceu um impacto muito negativo na coesão regional de muitos agrupamentos de Estados ACP e, em particular, na África Ocidental.

Até à data, apenas 37 países ACP celebraram algum tipo de acordo e só 25 selaram o seu compromisso mediante a assinatura do acordo (15 dos quais são das Caraíbas).

Na África Ocidental, apenas a Costa do Marfim e o Gana tinham concluído um APE provisório no fim de 2007, apenas para preservar o acesso ao mercado da UE já que o regime preferencial unilateral de tipo Lomé/Cotonu expirara no fim de 2007. Com efeito, em outubro de 2007, a região da África Ocidental informou a UE que, à luz das numerosas questões ainda em negociação no âmbito do APE, não estaria em posição de concluir um acordo até ao fim do ano. O impacto desta medida foi irrelevante para a maioria dos países da África Ocidental. Na verdade, dos 16 países que fazem parte do agrupamento da África Ocidental (15 CEDEAO/ECOWAS mais a Mauritânia), 13 eram então países menos desenvolvidos (PMD) – Cabo Verde deixou entretanto o grupo dos PMD. A iniciativa da UE “Tudo menos Armas” (TMA), integrada no seu Sistema de Preferências Generalizadas (SPG), concede isenções aduaneiras e não aplica quotas às exportações provenientes de países menos desenvolvidos no acesso ao mercado da UE. Assim, o fim das preferências de Cotonu a 1 de janeiro de 2008 não se traduziu em perdas para estes 13 países. Pelo contrário, a Costa do Marfim, o Gana e a Nigéria são países que não fazem parte dos PMD e, como tal, só podiam beneficiar do SPG até 2008 na ausência de um APE. A consequente perda das preferências comerciais não prejudicava a Nigéria devido à riqueza em petróleo, que, por isso, alinhou com o resto da região. No entanto, para a Costa do Marfim e o Gana, aquela perda teria tido um impacto significativo na economia, nomeadamente devido à elevada dependência das exportações de cacau e banana para a UE, não abrangidas pelo SPG. Em consequência, a Costa do Marfim e o Gana apressaram-se a celebrar um APE provisório com países individuais, que também concede acesso com isenção de direitos aduaneiros e sem contingentes a todas as suas exportações.

Inútil será dizer que isto tem sido fonte de graves tensões na África Ocidental. A Costa do Marfim presidia à região na altura. A Costa do Marfim e o Gana foram acusados de prejudicar a solidariedade regional. Simultaneamente, a Costa do Marfim e o Gana queixaram-se da ausência de apoio por parte das duas organizações regionais, a UEMOA e a CEDEAO/ECOWAS, que não as ajudaram a encontrar uma solução e a concluir uma APE apropriada. Assim, em vez de consolidar o regionalismo na África Ocidental, os APE provisórios revelaram-se um espinho no processo de integração económica.

A Costa do Marfim assinou o seu APE provisório a 26 de novembro de 2008, o qual foi devidamente notificado alguns dias depois à Organização Mundial do Comércio (OMC). Em contraste, o Gana apenas rubricou o seu APE provisório

Influências externas na integração regional da África Ocidental

no termo das negociações em dezembro de 2007, mas nunca o chegou a assinar. Convirá referir que a Costa do Marfim ainda não deu início ao processo de ratificação do acordo e nenhum destes países começou a aplicar os APE provisórios. A conclusão de um APE provisório permitiu que os dois países mantivessem o mercado da UE aberto às suas exportações, sem qualquer reciprocidade.

Paralelamente, as negociações para um APE regional prosseguem desde 2008 com todos os países da África Ocidental. Os progressos têm sido lentos, mas a Comissão Europeia permanece esperançada em que as negociações sejam concluídas, o mais brevemente possível, com êxito. Sopra um vento de otimismo entre alguns negociadores do APE, inclusive na Comissão Europeia, o que poderá significar que a conclusão de alguns APE estará à vista, nomeadamente na África Ocidental e na EAC. Isto seria um resultado muito positivo, desde que reflita os principais interesses de todas as partes. Com efeito, se uma região não conseguisse alcançar uma posição comum sobre o APE, tal viria perturbar gravemente o processo de integração económica na África Ocidental. Não só a CEDEAO/ECOWAS não se tornaria numa união aduaneira efetiva, mas também a pauta aduaneira comum da UEMOA deixaria de fazer sentido, já que todas as importações da UE transitariam pela Costa do Marfim e pelo Gana para chegar ao mercado da África Ocidental. Assim, apesar de um APE regional entre a CEDEAO/ECOWAS e a UE ser desejável, subsistem muitas incertezas e a infeliz experiência das longas negociações apela definitivamente à prudência.

A dimensão do desenvolvimento

Vinculada à dimensão da integração regional, outra preocupação fundamental para a África Ocidental, em particular, e para os Estados ACP, em geral, tem sido a dimensão do desenvolvimento consubstanciada nos APE ou por vezes a falta dela. A conclusão de APE orientados para o desenvolvimento, aprovada por todas as partes no Acordo de Cotonu, tem sido reiterada em múltiplas ocasiões pelas principais instituições da UE (Comissão Europeia, Parlamento Europeu e Conselho da UE e seus Estados-membros), pelas instituições ACP (Conselho ACP), pelos países e pelos agrupamentos da África Ocidental e pan-africanos (União Africana, CEDEAO/ECOWAS, UEMOA), bem como pelas instituições paritárias ACP-UE (Conselho, Assembleia Parlamentar Paritária).

Esta dimensão do desenvolvimento pode ser articulada em torno de três eixos distintos mas estreitamente associados:

1. Compromissos do APE no sentido de liberalizar as trocas comerciais e estabelecer regras claras para a promoção de uma envolvente empresarial melhorada, tendo em conta os períodos de exclusão e transição disponíveis aos países ACP para a liberalização pautal e para a implementação de outras partes do acordo, e flexibilidades em áreas como salvaguardas e proteção da indústria incipiente;
2. As políticas concomitantes e as reformas das instituições e estruturas que são necessárias para tirar o máximo partido das novas oportunidades comerciais, e
3. A oferta de apoio ao desenvolvimento adequado para cobrir os custos de ajustamento, levar a cabo reformas e implementar o acordo.

Nestas condições, as partes também reconhecem a necessidade manifesta de oferta de ajuda ao desenvolvimento para criar capacidades e implementar os APE e as reformas concomitantes. A UE está empenhada em prestar a ajuda ao desenvolvimento associada aos APE como parte da iniciativa de Ajuda ao Comércio, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento e de outras fontes de instituições da UE e dos Estados-membros, conforme mencionado no ponto 3. No entanto, a África Ocidental apela a que seja estabelecido no APE um explícito compromisso vinculativo mais avultado e mais abrangente da UE.

PAPED/EPADP

Foi neste contexto que surgiu o Programa APE para o Desenvolvimento da África Ocidental (EPADP/PAPED). O programa PAPED é uma iniciativa da África Ocidental, que foi elaborada por e para a região através de uma abordagem de participação ampla conduzida pelas Comissões da CEDEAO/ECOWAS e da UEMOA a nível regional e nacional. Correspondendo a uma solicitação da UE, visa constituir um quadro capaz de identificar as necessidades de cooperação para o desenvolvimento resultantes de um APE.

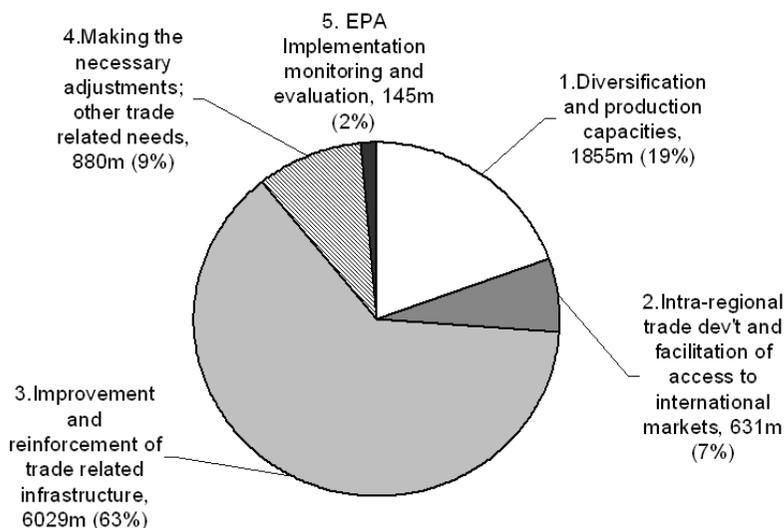
Em termos de estrutura, o PAPED justifica a necessidade de medidas de acompanhamento do APE, relacionadas com a integração regional, por dois

Influências externas na integração regional da África Ocidental

motivos: colher os benefícios e mitigar os efeitos negativos do APE. O PAPED consiste em 5 eixos estratégicos que requerem o apoio ao desenvolvimento do APE, cada um dos quais se reparte em diferentes “componentes” correspondentes a áreas de apoio programático. São elaborados projetos específicos a nível nacional através da definição de “Planos Operacionais Nacionais” e o financiamento global de cada componente para o período quinquenal inicial fica a cargo do próprio PAPED.

A figura 3 apresenta uma discriminação destes custos por eixo do PAPED.

Figura 3: Custo Estimado de Programas por eixo de PAPED (Euro)



Fonte: PAPED; *Nota:* 1. Diversificação e capacidade de produção, 1855m (19%); 2. Desenvolvimento do comércio intra-regional e facilitação de acesso aos mercados internacionais, 631 (7%); 3. Melhoramentos e reforço das infra-estruturas comerciais, 6029m (63%); 4. Levantamento de ajustamentos necessários; outras necessidades relacionadas com o comércio, 880m (9%); 5. Implementação, monitorização e avaliação do EPA, 145m (2%)

Em 2010, o custo total estimado do PAPED, tal como apresentado no quadro global regional, era de 9,54 mil milhões de euros para o período quinquenal inicial. Dois terços deste montante estão atualmente afetados a infraestruturas relacionadas com o comércio, nomeadamente reabilitação de redes energéticas, rodoviárias e de telecomunicações.

Convirá sublinhar que muitos elementos do PAPED abrangem objetivos que ultrapassam o estrito contexto do APE. O PAPED estabelece uma visão regional comum – partilhada pelas duas organizações regionais CEDEAO/ECOWAS e pela UEMOA – de integração económica no território da África Ocidental e com o resto do mundo. Como tal, o PAPED será um útil instrumento técnico e um convite a todos os doadores, UE e não EU, para que optem por uma abordagem mais eficaz e coerente que satisfaça as necessidades de ordem comercial e de integração económica de toda uma região.

A UE respondeu favoravelmente à iniciativa PAPED. Nas suas conclusões sobre o Programa do APE para o Desenvolvimento (PAPED) de 10 de maio de 2010, o Conselho da União Europeia concordava em “aumentar o volume total da sua ajuda ao comércio de forma coerente com o aumento gradual do volume global da ajuda ao desenvolvimento destinado a alcançar o objetivo fixado para 2015, e em função das necessidades que os países parceiros considerem prioritárias”. Isto está também em conformidade com a Estratégia Conjunta de Ajuda ao Comércio adotada pela UE em 2007. Este compromisso será implementado através de uma série de canais existentes a nível da UE e através de programas bilaterais dos Estados-membros da UE, bem como através de contribuições para a região via agências multilaterais, nomeadamente o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e órgãos das Nações Unidas (NU). Para além de reiterar os compromissos em matéria de ajuda ao comércio e de eficácia da ajuda, a UE considera que (i) “durante os próximos cinco anos, os fundos disponíveis para as ações relativas ao PAPED provenientes de todos os seus instrumentos de financiamento ascendem a pelo menos 6,5 mil milhões de euros”, enquanto (ii) “durante o mesmo período, estima-se que a ajuda total ao comércio a conceder à África Ocidental por todos os doadores ascenda a mais de 12 mil milhões de dólares”.

No entanto, apesar de a UE sublinhar a disponibilidade de recursos para apoiar o PAPED, as conclusões do Conselho não asseguram novos compromissos de financiamento significativos. O potencial da resposta da UE ao PAPED radica, pois, na sua operacionalização.

O desafio que se perfila consiste na implementação do Programa, através do trabalho dos países da África Ocidental, organizações regionais e doadores, a fim de explorar o seu potencial valor acrescentado como quadro estratégico para a AoC na África Ocidental.

Influências externas na integração regional da África Ocidental

Para tanto, é necessária coerência entre o PAPED e outros quadros estratégicos regionais e nacionais. Enquanto instrumento concebido, entre outros, para reforçar a integração económica da região, o PAPED complementa outros importantes quadros de integração regional da África Ocidental, especialmente o Programa Económico Regional da UEMOA, o Programa de Desenvolvimento Comunitário da CEDEAO/ECOWAS, as Iniciativas para a Paz e a Segurança e as políticas sectoriais essenciais (por exemplo, a energia e o ECOWAP na agricultura), bem como as estratégias nacionais de desenvolvimento. Mecanismos eficazes para assegurar a coerência contínua e a coordenação da implementação dos quadros serão cruciais para o seu êxito.

Em última instância, o mérito do PAPED e o apoio da UE dependerá da vontade política e da capacidade tanto da África Ocidental como da UE de converter eficazmente princípios e boas intenções em ações coerentes e coordenadas.

O novo prazo da UE: alteração do Reg. (CE) n°1528/2007

A Comissão Europeia anunciou a 30 de setembro de 2011 que os países que concluíram um Acordo de Parceria Económica, mas não deram os passos necessários para preparar a sua ratificação, deixariam de beneficiar da oferta de acesso ao mercado europeu no contexto dos APE a partir de 1 de janeiro de 2014. Embora o Conselho tenha subscrito a proposta da CE, o Parlamento Europeu propôs o prazo de 2016. No âmbito de um trílogo entre a Comissão Europeia, o Conselho e o Parlamento Europeu, outubro de 2014 foi definido como prazo alternativo, para coincidir com o fim da atual Comissão.

O Regulamento (CE) n° 1528/2007 prevê o acesso ao mercado da UE em regime de isenção de direitos e sem limite de contingentes para os países ACP que concluíram um APE a partir de 1 de janeiro de 2008. O Regulamento requer que os países iniciem o processo de ratificação do Acordo num “prazo razoável”. Na situação atual, o regulamento em causa é um instrumento temporário e unilateral da UE com vista a assegurar que, na pendência da implementação do acordo pelos países ACP, não se veriquem perturbações nas trocas comerciais.

A mensagem transmitida pela UE é clara: se os países como a Costa do Marfim e o Gana quiserem continuar a beneficiar do acesso ao mercado no âmbito do APE, terão de assinar e iniciar a ratificação do presente APE ou celebrar um

novo APE regional. Quanto aos outros países, ou serão abrangidos por um dos regimes do novo SPG (isto é, Tudo exceto Armas para os PMD, SPG normal ou SPG+) ou não beneficiarão das preferências (como poderá ser o caso do Botsuana e da Namíbia).

A intenção da UE também é clara: estabelecer um novo prazo para restabelecer o impulso para a conclusão dos APE finais a nível regional, sempre que possível. A substituição dos APE provisórios por APE regionais finais seria certamente um melhor resultado. A ameaça de remover o acesso ao mercado tem a vantagem paralela de promover o cumprimento das obrigações da OMC, caso alguns países se sintam tentados a manter o *status quo*.

Assim, espera-se que alguns países, à semelhança de 2007, ponderem cabalmente se devem ou não concluir um APE. Alguns países podem sofrer pressões para assinar e iniciar a ratificação, e, em última análise, implementar, de um APE que pode não corresponder plenamente às suas ambições e interesses em termos de conteúdo, calendário e configuração geográfica, por receio de perturbações no mercado, em particular se correrem o risco de perder o acesso preferencial à UE. No entanto, outros países podem simplesmente retirar-se. Se não for alcançada uma posição comum a nível regional, os APE podem perturbar gravemente todo o esforço de integração regional. De facto, como se poderá conceber que a Costa do Marfim e o Gana tenham cada um pelo seu lado um acordo bilateral de comércio livre com a UE, abram os seus mercados domésticos aos produtos europeus, enquanto os seus parceiros da África Ocidental, com quem formam uma união aduaneira, continuam a proteger o seu mercado da UE? Como já se disse acima, na prática, os produtos da UE inundariam todo o mercado regional através destes dois países, tornando a união aduaneira da África Ocidental e o processo de integração totalmente ineficazes. Este cenário não é exclusivo da África Ocidental, mas teria consequências particularmente negativas para a região.

No entanto, 2014 não é 2007. O mundo mudou e agora a resposta pode ser diferente. A crise financeira entrou em cena, a África está muito mais confiante nas suas perspetivas económicas e a crescente importância dos parceiros “emergentes” induziu um novo dinamismo geopolítico, reduzindo de facto o efeito de alavanca da UE. Se não se chegar a um acordo adequado, é de esperar que alguns países da África Ocidental abandonem a mesa das negociações. Resta saber se a solidariedade regional e uma posição comum serão finalmente mantidas.

Conclusão

A integração regional da África Ocidental é, em primeiro lugar e antes de mais, um processo endógeno, próprio dos países da África Ocidental e da arquitetura institucional regional que eles próprios conceberam para esse efeito. A dependência excessiva em parceiros externos só pode pôr em causa esta apropriação. A África Ocidental deve, pois, conservar o destino regional nas suas próprias mãos.

Ao fazê-lo, podem, no entanto, envolver partes terceiras num diálogo frutuoso e construtivo para acompanhar o seu próprio processo de integração. Os europeus têm desempenhado um importante papel neste contexto, como fonte de inspiração e como matriz de apoio à dinâmica regional na África Ocidental. Mas o papel dominante desempenhado pela Europa, tanto como modelo quanto em termos de dependência da ajuda externa, também pode ter contribuído para alguns dos problemas que o processo de integração na África Ocidental enfrenta. Os indiscutivelmente bem-intencionados acordos de parceria económica já contribuíram para dificultar as relações entre os países da África Ocidental e podem, em última instância, levar à fragmentação do processo de integração económica na CEDEAO/ECOWAS e UEMOA, caso os países da África Ocidental não consigam alcançar uma posição comum a nível regional.

Neste contexto, o apoio multilateral e internacional às iniciativas regionais pode parecer menos restritivo. Como, aliás, o crescente envolvimento dos atores emergentes não só China, Índia e Brasil, mas também Turquia, Coreia do Sul, Indonésia, etc., que podem tornar-se parceiros mais ativos da integração da África Ocidental. E o processo de integração pan-africano pode oferecer novas oportunidades de uma integração diferenciada mas mais coerente do continente africano, em geral, e da África Ocidental, em particular.

Em última análise, cabe à África Ocidental determinar as condições aplicáveis ao envolvimento das partes terceiras no seu processo de integração. A apropriação nacional e regional e uma liderança política clara são essenciais neste esforço.

Referências

CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental), 2012. *relatório de imprensa*, 289/2012, 25 de outubro de 2012.

CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental), 2011. *relatório de imprensa*, 065/2011, 09 de maio de 2011.

CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental), 2010. *relatório de imprensa*, 105/2010, 03 de julho de 2010.

CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental), 1975. *Treaty of ECOWAS*. Disponível: <http://www.iss.co.za/AF/RegOrg/unity_to_union/pdfs/ecowas/3ECOWASTreaty.pdf>.

Lelio lapadre, Philippe De Lombaerde, e Giovanni Mastronardi

Medição da regionalização do comércio em África : o caso da CEDEAO¹

Introdução

O processo de regionalização do comércio pode ser definido como a tendência dos fluxos comerciais a crescerem mais intensamente entre países vizinhos pertencentes à mesma região (comércio intrarregional) do que entre países pertencentes a diferentes regiões (comércio extrarregional). Isto resulta do estabelecimento de um número crescente de acordos de integração regional numa base preferencial (regionalismo), bem como da tendência das empresas a desenvolver as suas atividades de forma mais intensa dentro das fronteiras regionais do que numa escala global (regionalização orientada para o mercado).

Em termos mais gerais, há que reconhecer que a rede de relações comerciais internacionais não se desenvolve ao mesmo ritmo em todos os países parceiros. Pelo contrário, conforme previsto pelos modelos gravitacionais, a intensidade dos fluxos comerciais bilaterais apresenta um grau elevado de variabilidade, dependendo da dimensão relativa dos países parceiros e da sua distância, bem como de uma série de fatores adicionais que segmentam os mercados nacionais (pautas aduaneiras, restrições quantitativas, moedas diferentes, regulamentações, etc.) ou que criam relações preferenciais, como a utilização de uma língua comum, fluxos migratórios e acordos de comércio livre.

1 O presente documento é uma versão atualizada e ampliada de lapadre e Luchetti (2009).

Medição da regionalização do comércio em África: O caso da CEDEAO

O regionalismo está no cerne de vivos debates nos círculos políticos e académicos. Por um lado, a integração regional, especialmente se não se limitar à simples remoção das barreiras comerciais, é suscetível de aumentar a produção de bens públicos transnacionais e de resolver uma multiplicidade de problemas complexos na governação das relações transfronteiriças. Mais concretamente, crê-se que o grau de integração que se pode atingir numa escala regional será mais profundo do que o que seria possível a nível multilateral. Por outro lado, a aplicação de regimes comerciais preferenciais não raro sobrepostos pode ter efeitos prejudiciais, devido à fragmentação da estrutura regulamentar do mercado, ao desvio dos fluxos comerciais e à dificuldade dos progressos das negociações multilaterais. Assume, pois, primordial importância medir corretamente a intensidade da regionalização do comércio, no sentido de melhorar o entendimento da globalização económica, alimentar o debate público sobre os seus efeitos na prosperidade das sociedades e apoiar o processo decisório a todos os níveis.

Um dos principais factos estilizados em matéria de comércio intrarregional na África subsariana refere-se aos seus níveis relativamente baixos, que podem ser interpretados como ilustração (ou mesmo demonstração) de acordos económicos regionais ineficazes ou falhados ou como um indicador da inexistência de condições prévias para uma integração regional mais alargada e profunda nas várias sub-regiões africanas. No entanto, provas empíricas sobre a regionalização do comércio baseiam-se frequentemente em indicadores estatísticos simples que não têm em devida conta as diferenças entre países no valor do comércio total, conduzindo a classificações duvidosas entre as regiões. Depois de examinar as limitações destas medidas tradicionais, este documento apresenta um conjunto de indicadores estatísticos relativamente novos, no intuito de avaliar mais corretamente o grau efetivo de regionalização do comércio entre os países africanos.

A abordagem adotada é a da estatística descritiva. Não se pretende estabelecer relações causais entre a intensidade dos fluxos comerciais e os acordos de integração regional ou outros fatores possíveis, tarefa essa que exigiria um exercício econométrico que excede os limites deste documento.

O ponto seguinte apresenta uma breve descrição da literatura empírica sobre a dinâmica do comércio intrarregional na África Ocidental e as suas principais conclusões. O ponto 3 apresenta um resumo dos resultados obtidos mediante

a aplicação aos países africanos de um conjunto de indicadores de regionalização do comércio tradicionais e novos. Para este efeito, a África foi dividida em seis regiões não sobrepostas, que correspondem, tanto quanto possível, às principais áreas de integração regional. Os países que são partes em mais de um acordo de integração regional (AIR) foram atribuídos à região em relação à qual mostram o máximo nível de preferências reveladas pelos agentes económicos, como definido mais adiante. Uma lista das regiões e dos respetivos países membros figura no Anexo. A composição dos países de cada região tem-se mantido constante ao longo do tempo, independentemente das datas em que os países membros aderiram aos AIR. O ponto 4 dedica-se mais concretamente à África Ocidental, distinguindo entre os países membros da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e os demais membros da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). A ideia é demonstrar em que medida a utilização de uma moeda comum resulta em fluxos comerciais intrarregionais mais intensos. O ponto 5 conclui situando a questão da regionalização do comércio numa perspetiva mais geral do papel de África no comércio mundial, defendendo que a prioridade política deve ser a de criar as infraestruturas materiais e imateriais necessárias para aumentar a abertura internacional dos países africanos, tendo em vista expandir simultaneamente o comércio intrarregional e o comércio extrarregional.

Regionalização do comércio na África Ocidental: breve resenha bibliográfica

Considera-se geralmente que as trocas comerciais entre os países africanos são relativamente baixas, mesmo em comparação com outras áreas em desenvolvimento. Por exemplo, a CNUCED (2009) compara a quota de comércio intrarregional dos países africanos (9 por cento em média entre exportações e importações em 2004-06) com a dos países em desenvolvimento da América (20 por cento) e da Ásia (47 por cento) e apresenta dados que remontam a 1960, concluindo que “a África tem tido sistematicamente uma percentagem muito inferior de comércio intrarregional em comparação com as outras regiões”

(CNUCED, 2009: 21).² Outros analistas chamaram igualmente a atenção para os níveis baixos e insuficientes de comércio intrarregional na África Ocidental, em particular, e na África subsariana, mais em geral, e para o incremento marginal dos níveis de comércio intrarregional ao longo de várias décadas de regionalismo formal (Straubhaar, 1987; Foroutan, 1993; Foroutan e Pritchett, 1993; Elbadawi, 1997; O’Connell, 1997: 140-142; Lyakurwa et al., 1997: 180; Jebuni, 1997; Ogunkola, 1998; Inter Africa Group, 2002; Goldstein, 2002, 2003; Diabré, 2003; Kennes, 2003; Slocum et al., 2003; Longo e Sekkat, 2004; Odularu 2009; Keane et al., 2010; Zannou, 2010; Igue, 2011; Rommel, 2011). Também foram observados baixos níveis de comércio intra-industriais de produtos fabricados (Goldstein, 2003: 42). E, como Elbadawi fez notar, “independentemente das “abordagens normativas” – baseadas em considerações relacionadas com o bem-estar ou o crescimento – a que se recorresse chegar-se-ia sempre à conclusão de que [a África subsariana] não é suficientemente integrada e que o comércio intrarregional é “muito escasso” (Elbadawi, 1997:213).

Considera-se que os baixos níveis de comércio intrarregional são o resultado duradouro de padrões de comércio estabelecidos na era colonial, quando os países africanos eram obrigados a exportar os seus recursos naturais para a Europa, sem criar laços económicos com os países vizinhos (NISER, 2002). Além disso, isto é frequentemente apresentado como elemento de prova da ineficácia dos acordos de integração regional (AIR) entre países africanos para a realização dos seus objetivos comerciais. Como Yeates (1999) e Goldstein (2003: 42) referiram, a evolução “animadora” no comércio intra-africano registada no início dos anos 1990 (de aproximadamente 8 por cento em 1989 para cerca de 12 por cento em 1995) não pode ser atribuída à expansão do comércio nos agrupamentos de países abrangidos por um acordo de comércio preferencial. Utilizando um modelo gravitacional de fluxos bilaterais (comércio de produtos não petrolíferos), Foroutan e Pritchett (1993) não produziram uma variável indicatriz com expressão estatística para a CEDEAO; apenas na CEAO encontraram um efeito significativo da adesão nos fluxos comerciais bilaterais. Ao mesmo tempo, destacam o facto de o comércio intra-africano parecer estar relativamente próximo dos resultados do modelo gravitacional.

2 Alega-se frequentemente que os dados oficiais subestimam a importância real do comércio intrarregional em África, devido à grande dimensão das transações transfronteiriças ilegais e informais. Pese embora a gravidade deste problema em certos países, o panorama geral não deverá ser significativamente afetado (CNUCED, 2009: 107).

Por outras palavras, os níveis “relativamente baixos” do comércio intra-africano podem explicar-se pela dimensão económica dos parceiros e pela distância, pelo menos em média. Trata-se de um ponto importante que é abordado mais adiante neste artigo. Utilizando um modelo gravitacional ampliado e recorrendo a dados relativos à primeira metade dos anos 1980, Elbadawi (1997: 224-226) conclui que tanto a CEAO como a CEDEAO aumentaram significativamente as trocas no interior do bloco comercial. No entanto, utilizando dados relativos à segunda metade dos anos 1980, vê-se que a CEAO deixa de estimular o comércio intrarregional (enquanto diversão do comércio), e o efeito da CEDEAO nas trocas comerciais é reduzido. Noutro estudo da autoria de Soloaga e Winters (2000) não se observaram alterações significativas na propensão para as trocas no interior do bloco comercial na sua avaliação econométrica dos efeitos comerciais da criação ou da renovação dos vários processos de integração regional nos anos 1990.³ Gbetnkom e Avom (2005) desenvolvem modelos de tipo gravitacional para estimar o comércio intra-UEMOA e chegam à conclusão que, embora a adesão à UEMOA tenha influenciado positivamente (e com expressão estatística) os fluxos comerciais no final dos anos 1990, o comércio intrarregional é ainda, em termos gerais, inferior ao potencial previsto.

Este elo fraco que parece existir entre a integração regional e o comércio intrarregional deve-se não só à deficiente implementação dos compromissos regionais (regras e políticas), mas também à multiplicação de obstáculos não pautais (ONP) e à falta de condições fundamentais para o seu sucesso, nomeadamente infraestruturas adequadas, complementaridades entre os padrões de especialização, estabilidade macroeconómica e boa governação (Oyejide, 1997; Lyakurwa et al., 1997; Kennes, 2003: 156-157; Longo e Sekkat, 2001, 2004; Keane et al., 2010; DFID, 2011).

Quanto aos efeitos comerciais da estabilidade cambial, a África Ocidental constitui obviamente um caso interessante, com alguns países a partilhar uma moeda comum, enquanto outros mantêm uma autonomia monetária. Se bem que alguns estudos transnacionais sugiram que existem provas de um efeito positivo da estabilidade cambial no comércio dos países em desenvolvimento, em termos gerais elas parecem ser contraditórias quando se examina à lupa

3 Apenas nalguns casos, quer as importações quer as exportações (não conjugadas) revelaram uma expressiva diversão do comércio (Soloaga e Winters, 2000).

a África subsariana nos anos 1980 e 1990 (O'Connell, 1997: 126-127). Utilizando dados sobre as importações na UMOA, por exemplo, Medhora (1990) não encontra provas de um efeito da estabilidade/volatilidade cambial no comércio. Elbadawi (1997) encontra efeitos positivos significativos da integração monetária na CEAO nas trocas no interior do bloco comercial no início dos anos 1980, mas estes efeitos invertem-se no final da mesma década.⁴ No entanto, trabalhos mais recentes por Fielding e Shields, no contexto do teste de endogeneidade dos critérios das OMA (áreas monetárias ótimas) na zona do franco, revelam efeitos substanciais com expressão estatística significativa da adesão ao CFA nos fluxos comerciais bilaterais na África subsariana (Fielding e Shields 2005).⁵ Zannou (2010) também encontrou provas de uma relação positiva entre a estabilidade cambial e o comércio intra-CEDEAO.

Pelos motivos já expostos, o aumento das interações comerciais intra-africanas é frequentemente considerado entre os objetivos intermédios como o que merece prioridade absoluta da ação política nacional, regional ou internacional, por exemplo, União Africana, NEPAD, agências das Nações Unidas, OCDE, Secretariado da Commonwealth, United Bank of Africa, Afreximbank, DFID, etc. (UNU 2002; Diabré, 2003; Campbell, 2003; UNECA, 2004; Odularu, 2009; Keane et al., 2010; Nonor, 2010; DFID, 2011; Ekra, 2012). Afora os esperados benefícios económicos estáticos e dinâmicos de uma integração mais profunda também tem sido sugerido que atingir os níveis críticos mínimos de interdependência económica na África Ocidental, pode vir a produzir efeitos positivos na dinâmica política da região (Goldstein, 2003: 56).

O próximo ponto examinará mais atentamente os níveis aparentemente baixos de comércio intra-africano.

4 Efeitos similares foram obtidos por Devarajan e de Melo (1990).

5 Ver igualmente Cuyvers et al. (2005: 130-132).

Regionalização do comércio em África: uma avaliação quantitativa

O indicador estatístico mais simples usado para avaliar a importância relativa do comércio intrarregional é a sua quota no comércio total da região (*quota de comércio intrarregional*, S_i):

$$S_i = t_{ii}/t_i \quad [1]$$

$$0 \leq S_i \leq 1$$

em que: t_{ii} = comércio intrarregional (exportações mais importações) da região i
 t_i = comércio total da região i .

Dada a sua natureza intuitiva, este indicador é frequentemente usado na análise empírica dos AIR (ver, por exemplo, WTO, 2011: quadro I.4).

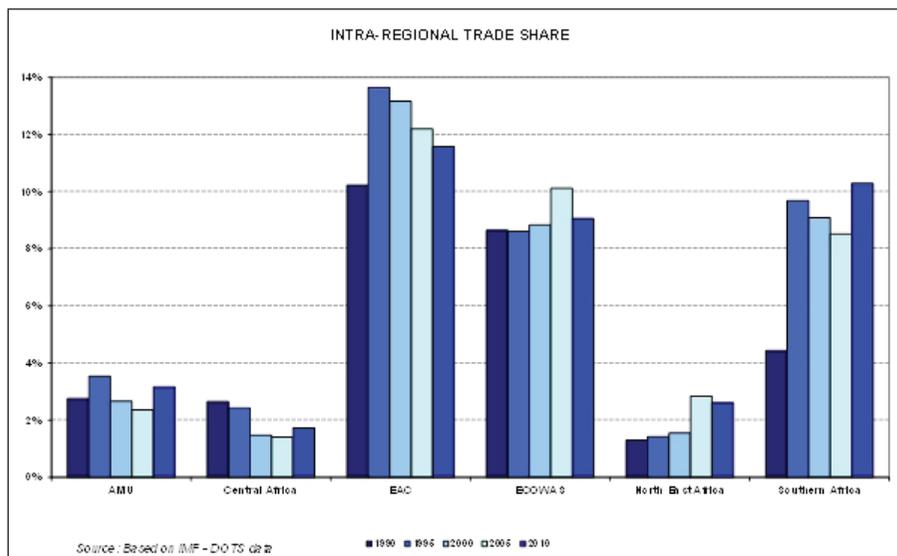
As quotas de comércio intrarregional das seis regiões africanas identificadas no presente documento são apresentadas na figura 1. Na figura 2, as quotas da CEDEAO e da UEMOA são comparadas com os valores correspondentes das regiões selecionadas a nível mundial.

A EAC, a CEDEAO e a África Austral apresentam quotas de comércio intrarregional relativamente mais importantes, em níveis ligeiramente inferiores a algumas regiões americanas, nomeadamente Caricom, América Central e Mercosul. Este indicador é de apenas cerca de 2 por cento na UMA (União do Magrebe Árabe), África Central e Nordeste de África, inferior mesmo ao nível registado na SAARC (Associação da Ásia do Sul para a Cooperação Regional), que ronda atualmente os 3,5 por cento.

Uma tendência ascendente da quota de comércio intrarregional nas últimas duas décadas é visível apenas na CEDEAO, Nordeste de África e África Austral.

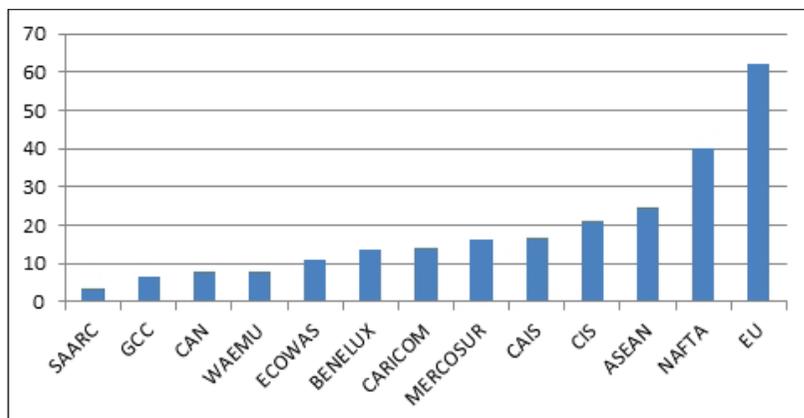
Medição da regionalização do comércio em África: O caso da CEDEAO

Figura 1: Quotas de comércio intrarregional das sub-regiões africanas, 1990-2010



Fonte: baseado em dados de FMI - DOTS, anos 1990, 1995, 2000, 2005, 2010

Figura 2: Quotas de comércio intrarregional da CEDEAO, da UEMOA e das regiões selecionadas a nível mundial, 2008.



Fonte: RIKS

Infelizmente, como demonstram Anderson e Norheim (1993), entre outros, a quota de comércio intrarregional causa pelo menos dois problemas, comprometendo a sua utilização em estudos transregionais e séries cronológicas. Independentemente do nível de integração do comércio, a quota de comércio intrarregional de uma região é positivamente afetada por:

1. O número dos seus países membros para um determinado valor do seu comércio total;
2. A sua dimensão em termos de comércio total para um determinado número de países membros.

O último problema é particularmente insidioso, porque imprime à quota de comércio intrarregional um desvio pró-cíclico, de tal forma que as regiões dinâmicas, cujo comércio cresce mais rapidamente do que a média mundial, tendem a apresentar quotas de comércio intrarregional em crescimento, independentemente do seu grau de integração do comércio, isto é, mesmo na hipótese de o peso de todos os parceiros no comércio da região ser igual ao seu peso no comércio mundial (“neutralidade geográfica”).

Uma possível alternativa é oferecida pelo *índice de intensidade do comércio intrarregional* (I_i), que, na sua expressão mais simples, é igual ao rácio entre a quota de comércio intrarregional (S_i) da região i e a sua quota de comércio mundial (W_i):⁶

$$I_i = S_i/W_i = (t_{ii}/t_i)/(t_i/T) \quad [2]$$

$$0 \leq I_i \leq (T / t_i)$$

6 Importa recordar que, na medida em que um país não tem relações comerciais consigo próprio, o denominador do índice deve ser corrigido subtraindo do comércio total da região, bem como do comércio mundial, um valor n do comércio total da região (em que n é o número de países na região), como demonstrado por Anderson e Norheim (1993: 82, nota de rodapé 6). Esta correção garante que o índice seja aproximadamente igual à unidade, se a orientação geográfica do comércio da região não for enviesada no sentido interno. Quanto mais similares forem os valores do comércio dos países membros, tanto mais baixo será o erro de aproximação. Ver igualmente Frankel (1997: 25-29). A correção de Anderson e Norheim é importante para comparar os níveis de intensidade do comércio de diferentes regiões, mas pode ser desprezada se o interesse se concentrar na evolução cronológica da intensidade do comércio intrarregional numa única região. Por outro lado, esta correção não resolve outros problemas suscitados pelo facto de nenhum país poder efetuar transações comerciais consigo próprio, o que foi sublinhado por Savage e Deutsch (1960). Um processo de correção mais rigoroso foi proposto por Freudenberg, Gaulier e Ünal-Kesenci (1998). Ver igualmente Gaulier, Jean e Ünal-Kesenci (2006).

Medição da regionalização do comércio em África: O caso da CEDEAO

em que: t_{ii} = comércio intrarregional da região i
 t_i = comércio total da região i
 T = comércio mundial.

Este índice é igual à unidade se o peso da região no próprio comércio for igual ao seu peso no comércio mundial (neutralidade geográfica). Pelo contrário, se o comércio intrarregional for relativamente mais importante do que os fluxos comerciais com o resto do mundo, como acontece habitualmente, o índice será superior a um.

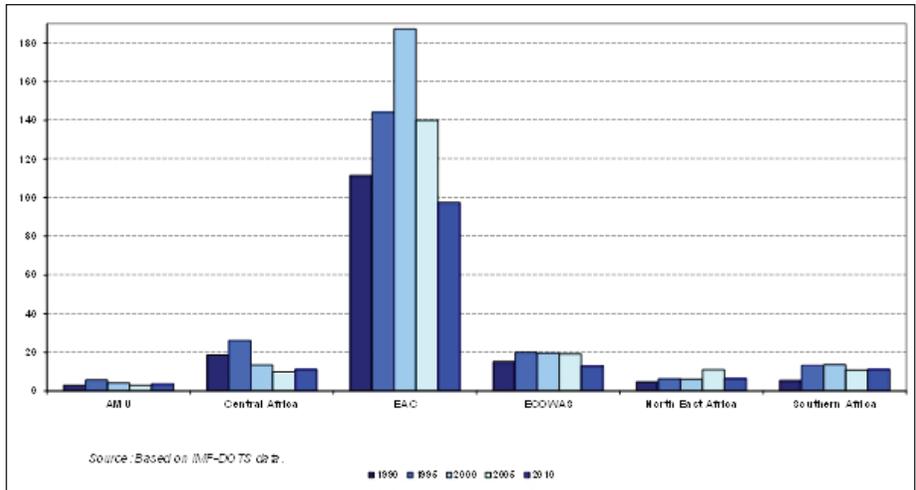
Da mesma forma, um *índice de intensidade do comércio extrarregional* (E_i) pode ser definido como:

$$E_i = (1 - S_i) / (1 - W_i) \quad [3]$$
$$0 \leq E_i \leq [T / (T - t_i)]$$

Os índices de intensidade do comércio intrarregional também têm sido ocasionalmente usados no estudo do comércio africano (ver, por exemplo, Yang e Gupta, 2007), em que atingem níveis muito elevados, levando a concluir que o comércio intrarregional é muito mais importante nos países africanos do que seria de esperar com base no seu peso no comércio mundial. A figura 3 apresenta estes indicadores para as seis regiões africanas abrangidas pelo presente documento.

A leitura da figura é dificultada pelos níveis extremamente elevados atingidos por este indicador na EAC, em que a quota de comércio intrarregional é 100 vezes superior ao peso da região no comércio mundial. Os índices de intensidade do comércio intrarregional são sempre muito superiores ao valor de 1 também nas outras cinco regiões, mas apresentam uma tendência ascendente apenas no Nordeste de África e na África Austral.

Figura 3: Índice de intensidade do comércio intrarregional



Fonte: baseado em dados de FMI - DOTS, anos 1990, 1995, 2000, 2005, 2010

O índice de intensidade do comércio intrarregional, apesar de superar as limitações impostas por uma quota de comércio não corrigida, é, por seu turno, afetado por uma série de problemas estatísticos, que restringe a sua interpretabilidade e utilidade:

1. *Variabilidade do intervalo*: o valor máximo do índice é uma função decrescente do comércio total da região, de tal forma que os índices calculados para diferentes regiões e/ou períodos não são perfeitamente comparáveis entre si;
2. *Assimetria do intervalo*: o intervalo do índice abaixo do valor limite de 1 é muito mais pequeno do que o acima, o que pode conduzir a avaliações enviesadas das suas alterações e criar problemas nas estimativas econométricas que envolvam o índice;
3. *Ambiguidade dinâmica*: os índices de intensidade do comércio intrarregional e extrarregional podem avançar na mesma direção, desde que estejam reunidas determinadas condições, criando problemas de interpretação.

Uma possível solução foi proposta por Iapadre (2006) com um *índice de introversão do comércio regional*, que mede a intensidade das “preferências

Medição da regionalização do comércio em África: O caso da CEDEAO

reveladas pelos agentes económicos” (RTP) entre países pertencentes à mesma região.⁷

O índice de introversão do comércio regional (J_i) baseia-se numa versão modificada dos índices de intensidade do comércio intrarregional e extrarregional (HI_i , HE_i), em que a quota de comércio intrarregional é comparada com a quota da região nas trocas comerciais com outras regiões (e não com o comércio mundial), para que o seu intervalo seja independente da dimensão da região. J_i sobe (ou desce) apenas se a intensidade do comércio intrarregional crescer mais (ou menos) rapidamente do que a do comércio extrarregional. O índice torna-se simétrico através da alteração do rácio entre HI_i e HE_i , para que o valor limite da neutralidade geográfica ($J_i = 0$) divida o seu intervalo em duas partes iguais. Além disso, um aumento em J_i demonstra que a intensidade dos fluxos de comércio intrarregional cresceu mais do que a do comércio extrarregional, resolvendo o problema da ambiguidade dinâmica dos índices de intensidade do comércio tradicional.

A sua fórmula é a seguinte:

$$J_i = (HI_i - HE_i)/(HI_i + HE_i) \quad [4]$$
$$-1 \leq J_i \leq 1$$

em que:

$$HI_i = S_i/V_i = (t_{ii}/t_i)/(t_r/t_r)$$
$$HE_i = (1 - S_i)/(1 - V_i)$$

t_{ii} = comércio intrarregional da região i ;
 t_i = comércio total da região i ;
 t_r = comércio extrarregional da região i ;
 t_r = comércio total do resto do mundo.

O correspondente índice de extroversão do comércio regional (F_i) pode ser definido como:

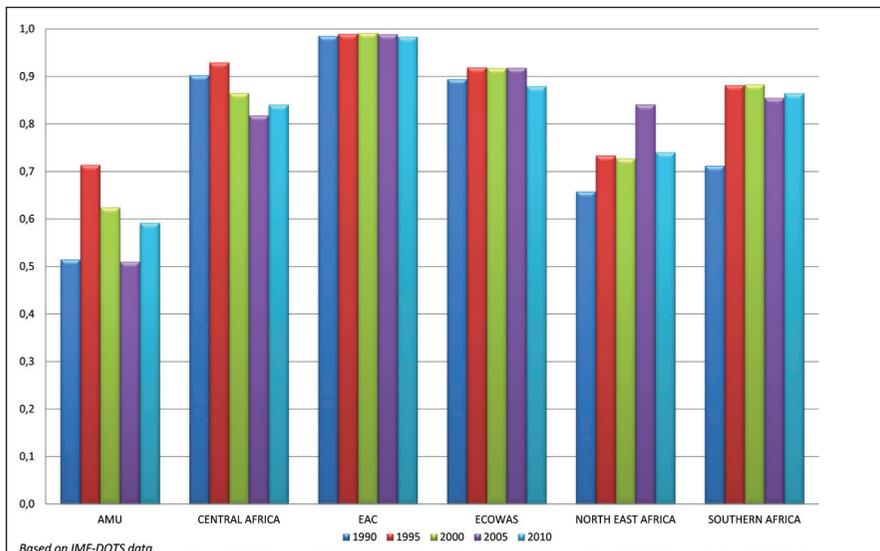
$$F_i = (HE_i - HI_i)/(HE_i + HI_i) = -J_i \quad [5]$$
$$-1 \leq F_i \leq 1$$

7 Ver igualmente, Iapadre and Plummer (2011).

Outra propriedade interessante do índice de introversão do comércio regional é que mede simultaneamente a intensidade relativa do comércio intrarregional na região alvo i e no resto do mundo, considerada como uma única “região complementar”. Por outras palavras, dividindo o mundo em duas regiões, dado que, por definição, $S_2 = (1 - V_1)$; $V_2 = (1 - S_1)$, e *vice-versa*, é fácil demonstrar que $J_2 = J_1$, independentemente da dimensão das regiões. De modo intuitivo, afigura-se lógico que, se o mundo for dividido em apenas duas regiões, qualquer nível de introversão do comércio numa delas implica o mesmo resultado na outra, com o caso limite em que ambas estejam completamente isoladas uma da outra.

Os índices de introversão do comércio para as seis regiões africanas abrangidas são apresentados na figura 4. Os principais factos já visíveis nas figuras anteriores não sofrem alteração, mas este indicador permite comparações mais fiáveis entre diferentes regiões.

Figura 4: Introversão do comércio regional



Fonte: baseado em dados de FMI - DOTS, anos 1990, 1995, 2000, 2005, 2010

Medição da regionalização do comércio em África: O caso da CEDEAO

O índice de introversão do comércio regional pode ser visto como um caso particular do índice RTP bilateral, mostrando a intensidade relativa dos fluxos comerciais entre um par de países ou regiões (Iapadre e Tironi, 2009).

Uma perspetiva mais global do comércio regional em África é oferecida pelo quadro 1, que mostra os índices RTP não só para o comércio intrarregional (índices de introversão), mas também para o comércio entre cada par de regiões africanas, bem como para as suas trocas comerciais com a União Europeia (27), que é de longe o mais importante parceiro extrarregional dos países africanos.

Quadro 1: Índice RTP

| Revealed Trade Preference Index | | | | | | | | |
|---------------------------------|-------|----------------|-------|--------|-------------------|-----------------|----------------|-------------------|
| 1990 | AMU | CENTRAL AFRICA | EAC | ECOWAS | NORTH EAST AFRICA | SOUTHERN AFRICA | EUROPEAN UNION | REST OF THE WORLD |
| AMU | 0,52 | | | | | | | |
| CENTRAL AFRICA | 0,56 | 0,90 | | | | | | |
| EAC | -0,36 | -0,99 | 0,99 | | | | | |
| ECOWAS | -0,32 | 0,68 | -0,37 | 0,89 | | | | |
| NORTH EAST AFRICA | 0,31 | -0,83 | 0,69 | -0,93 | 0,66 | | | |
| SOUTHERN AFRICA | -0,82 | -0,54 | 0,47 | -0,27 | -0,72 | 0,71 | | |
| EUROPEAN UNION | 0,53 | 0,32 | 0,09 | 0,07 | 0,08 | 0,01 | 0,68 | |
| REST OF THE WORLD | -0,57 | -0,44 | -0,32 | -0,22 | -0,10 | -0,05 | -0,70 | 0,71 |
| 2000 | AMU | CENTRAL AFRICA | EAC | ECOWAS | NORTH EAST AFRICA | SOUTHERN AFRICA | EUROPEAN UNION | REST OF THE WORLD |
| AMU | 0,62 | | | | | | | |
| CENTRAL AFRICA | -0,02 | 0,87 | | | | | | |
| EAC | -0,87 | -0,52 | 0,99 | | | | | |
| ECOWAS | 0,08 | 0,78 | -0,25 | 0,92 | | | | |
| NORTH EAST AFRICA | 0,19 | -0,76 | 0,83 | -0,64 | 0,73 | | | |
| SOUTHERN AFRICA | -0,64 | 0,27 | 0,85 | 0,29 | -0,44 | 0,88 | | |
| EUROPEAN UNION | 0,60 | 0,09 | -0,15 | -0,03 | 0,04 | -0,03 | 0,77 | |
| REST OF THE WORLD | -0,83 | -0,18 | -0,30 | -0,17 | -0,07 | -0,16 | -0,77 | 0,78 |
| 2010 | AMU | CENTRAL AFRICA | EAC | ECOWAS | NORTH EAST AFRICA | SOUTHERN AFRICA | EUROPEAN UNION | REST OF THE WORLD |
| AMU | 0,59 | | | | | | | |
| CENTRAL AFRICA | 0,00 | 0,84 | | | | | | |
| EAC | -0,79 | -0,19 | 0,98 | | | | | |
| ECOWAS | -0,20 | 0,68 | -0,37 | 0,88 | | | | |
| NORTH EAST AFRICA | 0,56 | -0,51 | 0,75 | -0,41 | 0,74 | | | |
| SOUTHERN AFRICA | -0,61 | 0,03 | 0,83 | 0,47 | -0,28 | 0,86 | | |
| EUROPEAN UNION | 0,46 | -0,04 | -0,41 | -0,19 | -0,19 | -0,20 | 0,79 | |
| REST OF THE WORLD | -0,49 | -0,05 | -0,10 | -0,04 | 0,09 | -0,05 | -0,78 | 0,77 |

Source: based on IMF DOTS data.

Tomando o índice RTP do “resto do mundo” como padrão de referência da integração do comércio internacional, o quadro mostra que a introversão do comércio regional é particularmente elevada na África subsariana (ASS). Por outras palavras, a incapacidade dos países da ASS de participar de forma bem-

sucedida no comércio extrarregional traduz-se numa intensidade de comércio relativamente elevada com parceiros regionais, que vem ilustrar o conceito de “introversão do comércio” usado para atribuir o índice RTP ao comércio intrarregional. Por outro lado, a introversão do comércio regional é relativamente baixa na região da UMA, devido principalmente às suas relações mais intensas com a União Europeia. Enquanto, nos anos 1990, a introversão do comércio aumentava no mundo inteiro (exceto na África Central), a maioria da região africana sofreu um declínio acentuado do índice na última década.

Os fluxos comerciais entre diferentes regiões africanas são relativamente menos intensos do que os fluxos intrarregionais e são fortemente afetados pela distância geográfica. Com efeito, registaram-se em 2010 índices RTP positivos para fluxos inter-regionais quase exclusivamente entre regiões vizinhas. No entanto, os índices RTP para fluxos inter-regionais entre zonas africanas têm vindo a crescer nas últimas duas décadas, particularmente os respeitantes à CEDEAO e à África Austral, cujo índice bilateral passou a positivo.

O que é possivelmente mais expressivo no quadro 1 é que os índices RTP entre regiões africanas e a União Europeia apresentaram uma tendência descendente generalizada nas últimas duas décadas e, afora a UMA, todos se tornaram negativos em 2010. Em vez de estimularem o comércio com os países africanos, os regimes preferenciais da UE não conseguiram evitar o enfraquecimento das relações comerciais bilaterais.

Por outro lado, os índices RTP para as regiões africanas com o resto do mundo (excluindo a África e a UE), apesar de permanecerem negativos na sua maioria, têm subido de forma consistente nas últimas duas décadas, refletindo talvez o papel crescente dos países africanos como fornecedores de matérias-primas à China e outros países emergentes.

O facto de, em geral, o comércio entre regiões africanas ter crescido mais rapidamente do que o comércio intrarregional é confirmado pela dinâmica do coeficiente de assortatividade, um indicador proposto por Newman (2003) no contexto da “análise de redes binárias” a fim de medir até que ponto as interações entre os nós da rede tendem a seguir um padrão “homofílico”. Quando aplicado a uma matriz multirregional de valores do comércio (Iapadre e Tironi, 2009), este índice mede globalmente a tendência dos países a intensificarem mais as trocas comerciais com parceiros intrarregionais do que com parceiros de outras regiões.

Medição da regionalização do comércio em África: O caso da CEDEAO

O resultante *coeficiente de assortatividade intrarregional* pode ser definido como:

$$IAC = (Tr(R) - ||R^2||) / (1 - ||R^2||) \quad [6]$$

em que R é a matriz dos fluxos comerciais intrarregionais e inter-regionais, dividida pelo seu total, Tr é o operador traço e $||R^2||$ é a soma de todos os elementos da matriz R^2 .

IAC é igual a zero no caso de neutralidade geográfica, isto é, quando as regiões comerciam umas com as outras na proporção dos seus valores de comércio total, e atinge o valor máximo de um no caso limite de inexistência de comércio inter-regional. Por outro lado, no caso limite de inexistência de comércio intrar-regional, o valor mínimo (negativo) de IAC é igual a:

$$- ||R^2|| / (1 - ||R^2||).^8$$

No caso de Africa, o índice IAC é relativamente elevado, confirmando a presença de introversão do comércio regional, mas tende a cair ao longo do tempo (de 0,64 em 1990 para 0,51 em 2010), refletindo a intensificação relativa dos fluxos inter-regionais.

Um outro aspeto importante da regionalização do comércio é a diversificação geográfica dos fluxos comerciais. Se a distribuição das exportações e importações intrarregionais for proporcional à dimensão do comércio dos parceiros regionais (neutralidade geográfica), tal pode revelar que as barreiras intrarregionais relacionadas com a distância não afetam a direção dos fluxos comerciais bilaterais, mostrando o progresso da integração regional.

Um *índice de neutralidade geográfica intrarregional* (IRGNI) pode ser definido como o indicador de similaridade de Finger-Kreinin entre a distribuição nacional do comércio intrarregional em cada região e o seu referencial de neutralidade,

8 The minimum IAC of -1 (perfect disassortativity) is reached when $Tr(R) = 0$ (no intra-regional trade) and $||R^2|| = 0.5$. The latter parameter depends on the distribution of extra-regional flows and on the number of regions. It can be shown that $||R^2||$ is equal to 0.5 only for a two-region world with no intra-regional trade. For a symmetric matrix with a number of regions larger than 2, the minimum IAC is higher than -1 and grows with the number of regions.

baseado no valor do comércio extrarregional de cada parceiro. A sua fórmula é a seguinte (lapadre e Tironi, 2009, p. 12):

$$\text{IRGNI}_i = 1 - \frac{\sum_{j \neq i} |IS_{ij} - IV_{ij}|}{2} \quad [7]$$

em que:

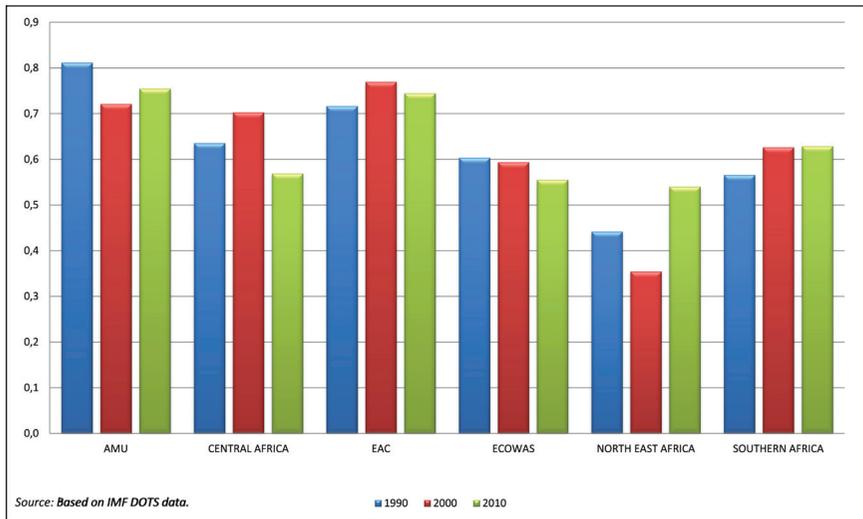
IS_{ij} = quota do parceiro j no comércio intrarregional da região i ;

IV_{ij} = quota do parceiro j no comércio extrarregional total da região i .

Este índice varia entre 0, quando o comércio intrarregional da região i está concentrado nos parceiros que não têm comércio extrarregional, e 1, quando está neutralmente distribuído por todos os possíveis parceiros regionais.

A figura 5 apresenta o IRGNI para as seis regiões africanas abrangidas por este documento.

Figura 5: Neutralidade geográfica do comércio intrarregional



Fonte: baseado em dados de FMI - DOTS, anos 1990, 2000, 2010.

Medição da regionalização do comércio em África: O caso da CEDEAO

Os dados não apresentam uma tendência clara, com a África Austral a evoluir para um grau mais elevado de neutralidade intrarregional enquanto outras regiões se movem mais erráticamente ou na direção oposta (CEDEAO). Em geral, o processo de integração regional não parece ter reduzido significativamente a importância das barreiras relacionadas com a distância para o comércio bilateral no território das regiões africanas.

Pode chegar-se a uma avaliação mais precisa da regionalização do comércio considerando igualmente o grau de abertura comercial total (intrarregional e extrarregional) de cada região. Os elevados níveis de introversão regional são mais preocupantes quando se somam a baixos níveis de abertura comercial, sublinhando o facto de as preferências comerciais intrarregionais não serem tanto o resultado de políticas de integração bem-sucedidas quanto o produto inevitável de problemas no comércio extrarregional.

O grau de abertura relativa de uma região (O_i) pode ser medido pelo seu rácio comércio/PIB em relação à média mundial do rácio comércio/PIB:

$$O_i = (t_i / y_i) / (T / Y) \quad [8]$$

em que:

| | | |
|-------|---|---|
| t_i | = | comércio total da região i . |
| T | = | comércio mundial. |
| y_i | = | produto interno bruto (PIB) da região i . |
| Y | = | PIB mundial. |

No entanto, este indicador é afetado por vários problemas, similares aos já examinados para os índices de intensidade do comércio. Uma solução possível é um indicador simétrico da abertura comercial relativa (SO_i), que é igual a zero se o grau de abertura da região for igual à média mundial:

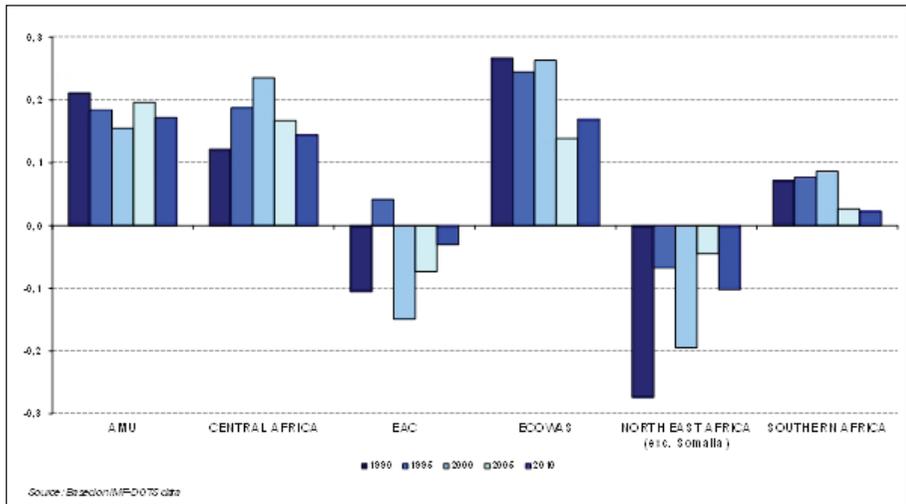
$$SO_i = \frac{\{(t_i / y_i) - [(T - t_i) / (Y - y_i)]\}}{\{(t_i / y_i) + [(T - t_i) / (Y - y_i)]\}} \quad [9]$$
$$-1 \leq SO_i \leq 1$$

O rácio comércio/PIB é uma medida imperfeita da abertura comercial por várias razões. Em primeiro lugar, deve recordar-se que os fluxos comerciais são medidos em termos de produção bruta (incluindo o valor dos bens semia-

cabados), enquanto o PIB é expresso em termos de valor acrescentado. Este problema não pode ser facilmente resolvido porque os dados sobre o valor da produção nacional bruta não estão disponíveis a curto prazo.⁹ Em segundo lugar, na medida em que o PIB inclui o setor dos serviços, o comércio de bens e serviços deve ser usado no numerador. Em terceiro lugar, independentemente destes problemas estatísticos, o rácio comércio/PIB deve ser usado com muita cautela nas comparações entre países, porque tem uma relação inversa com a dimensão do país (ver Anderson e Norheim, 1993: 80, nota de rodapé 1). Mantendo-se inalteráveis os outros fatores, os países maiores tendem a rácios comércio/PIB menores, apenas porque o seu rácio entre a dimensão do mercado interno e externo é mais pequeno.

Tendo em conta as reservas acima referidas, a figura 6 avalia o grau de abertura comercial relativa das seis regiões africanas abrangidas.

Figura 6: Abertura relativa (indicadores sistêmicos)



Fonte: baseado em dados de FMI - DOTS, anos 1990, 1995, 2000, 2005, 2010

9 A Organização Mundial do Comércio lançou recentemente a iniciativa “Fabricado no Mundo”, um projeto que visa medir as trocas comerciais em termos de valor acrescentado e alguns dos resultados preliminares já foram publicados (ver: <http://www.wto.org/english/res_e/statis_e/miwi_e/miwi_e.htm>).

Medição da regionalização do comércio em África: O caso da CEDEAO

Apesar da sua dimensão muito pequena, o que se traduzirá em indicadores de abertura elevados, todas as regiões africanas tendem a apresentar índices SO_i relativamente baixos e muitas vezes decrescentes. Em duas delas, o rácio comércio/PIB é inferior à média mundial, como indica o sinal negativo do índice SO_i .

Pode alegar-se que níveis de introversão regional elevados tendem a ser acompanhados por um grau de abertura comercial total baixo, o que é patente no caso da EAC.

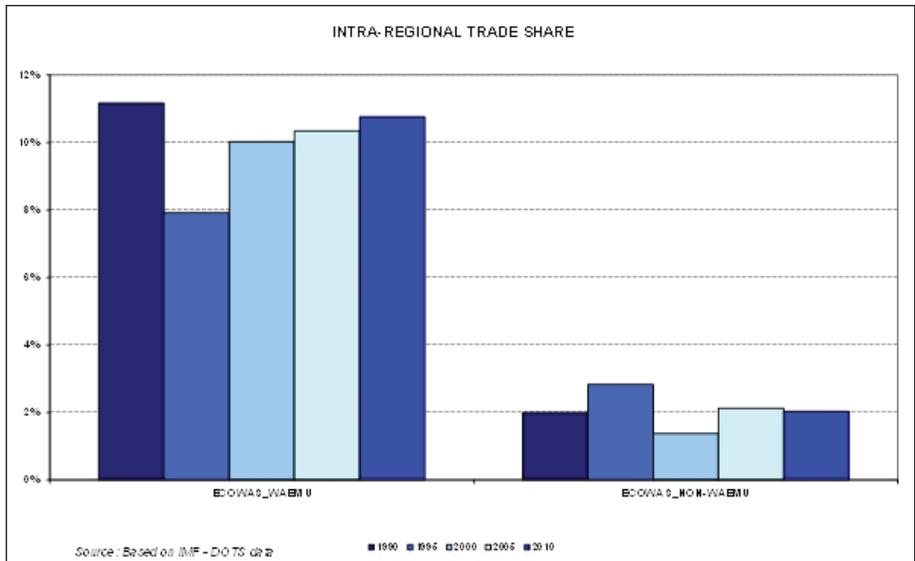
Integração monetária e regionalização do comércio na África Ocidental: uma descrição das provas

A África Ocidental é por vezes indicada como uma das poucas regiões africanas em que as iniciativas de integração regional têm sido relativamente bem-sucedidas em termos de efetiva liberalização do comércio. Contudo, as características estruturais que limitam a abertura internacional dos países africanos também são particularmente fortes nesta zona, exacerbadas ainda pelos graves problemas de instabilidade política. Por outro lado, a utilização de uma moeda comum, que é uma das heranças do passado colonial num importante subconjunto de países da região (UEMOA), pode ter facilitado o crescimento do comércio intrarregional.

Uma avaliação quantitativa preliminar destas questões pode ser realizada aplicando os indicadores apresentados no ponto 2 a duas sub-regiões distintas da África Ocidental, nomeadamente, os oito países pertencentes à UEMOA (Benim, Burquina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo) e os restantes sete membros da CEDEAO (Cabo Verde, Gâmbia, Gana, Guiné, Libéria, Nigéria e Serra Leoa).

À semelhança de outras regiões africanas, a quota de comércio intrarregional afigura-se relativamente baixa tanto na UEMOA como entre os outros membros da CEDEAO (Figura 7). No entanto, há uma considerável diferença entre os dois grupos, apresentando a UEMOA níveis muito superiores ao resto da CEDEAO, pese embora o seu menor valor (em 2010 o comércio total rondava os 45 mil milhões de dólares na UEMOA, contra cerca de 165 mil milhões de dólares no resto da CEDEAO, registado em larga medida pela Nigéria).

Figura 7: Quotas de comércio intrarregional na África Ocidental

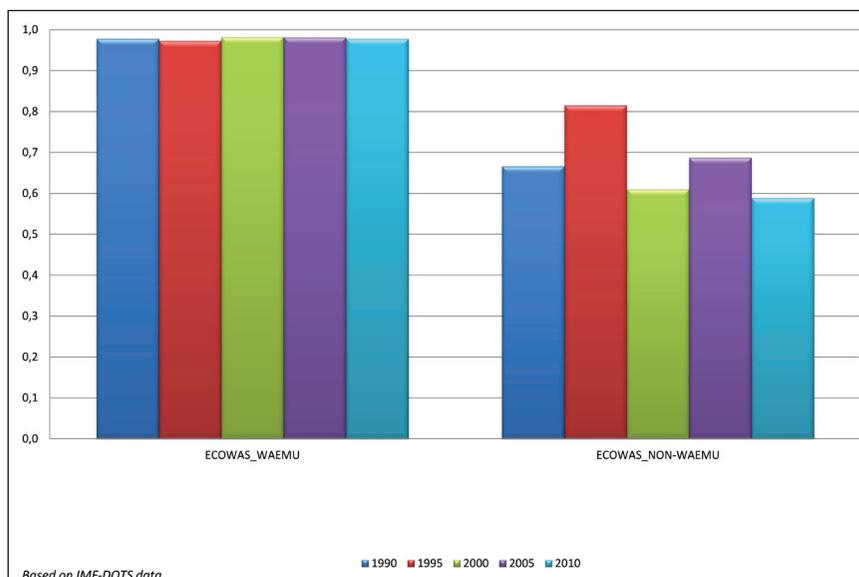


Fonte: baseado em dados de FMI - DOTS, anos 1990, 1995, 2000, 2005, 2010

Uma mensagem similar é veiculada pelo índice de introversão do comércio regional (Figura 8), que, no caso da UEMOA, situa-se em níveis muito próximos da faixa máxima de um, enquanto para o resto da CEDEAO apresenta uma tendência descendente, atingindo níveis que se situam entre os mais baixos da África subsariana. Este resultado decorre principalmente do facto de o peso da UEMOA no comércio mundial ter permanecido muito reduzido nas últimas duas décadas (ligeiramente superior a 0,1 por cento), enquanto o resto da CEDEAO subiu de 0,3 por cento em 1995 para mais de 0,5 por cento em 2010. Por outras palavras, a última sub-região, embora tenha aumentado a sua participação no comércio mundial, não conseguiu reforçar a sua integração intrarregional.

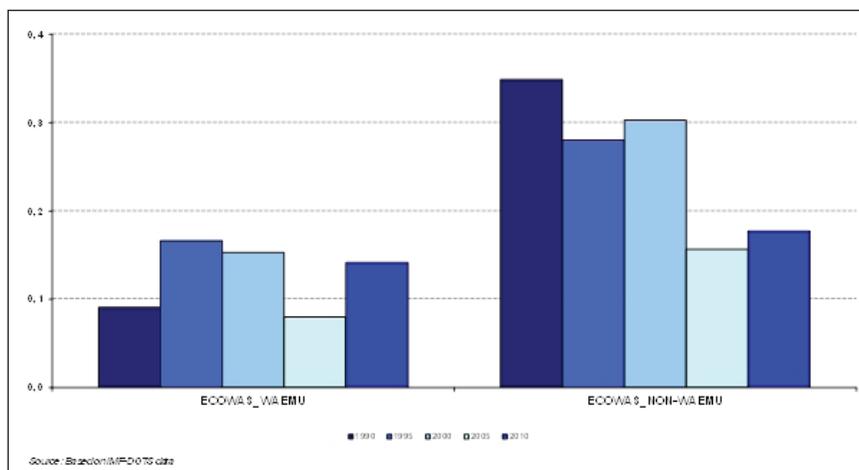
É interessante verificar que as preferências reveladas pelos agentes económicos entre as duas sub-regiões são muito superiores às dos países CEDEAO não-UEMOA (0,93 contra 0,59 em 2010).

Figura 8: Introversão do comércio regional na África Ocidental



Fonte: baseado em dados de FMI - DOTS, anos 1990, 1995, 2000, 2005, 2010

Figura 9: Abertura comercial relativa na África Ocidental (indicadores sistêmicos)

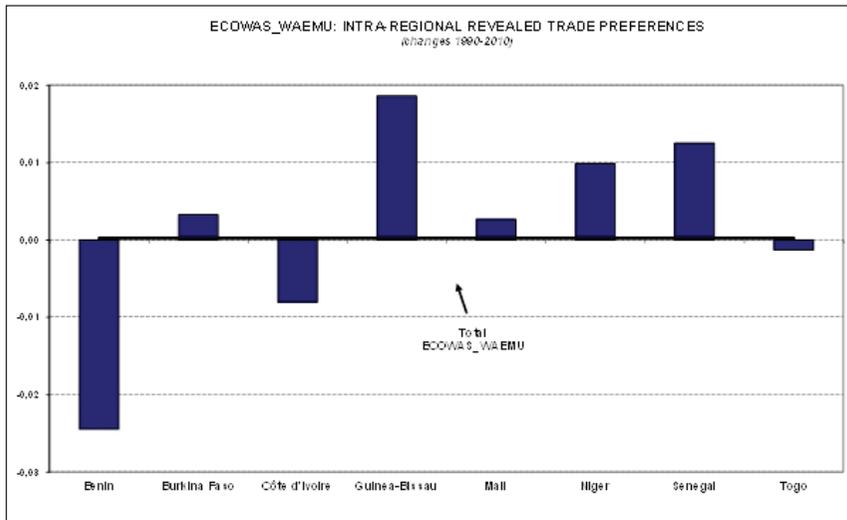


Fonte: baseado em dados de FMI - DOTS, anos 1990, 1995, 2000, 2005, 2010

O nível de introversão regional mais elevado na UEMOA deve ser igualmente associado ao seu grau de abertura comercial mais baixo em comparação com o resto da CEDEAO. Como mostra a figura 9, nas duas sub-regiões o índice de abertura relativa é positivo, isto é, superior à média mundial. No entanto, o seu nível é particularmente baixo na UEMOA, apesar da reduzida dimensão da sua economia.

As figuras 10 e 11 proporcionam uma visão sintética das mudanças intrarregionais verificadas nas preferências comerciais reveladas pelos agentes económicos em cada país ao longo das últimas duas décadas. No caso da UEMOA, a maioria dos países membros reforçou o seu índice RTP intrarregional, que já era extremamente elevado. Ao invés, no resto da CEDEAO, a tendência dominante é descendente, com a única exceção de Cabo Verde.¹⁰

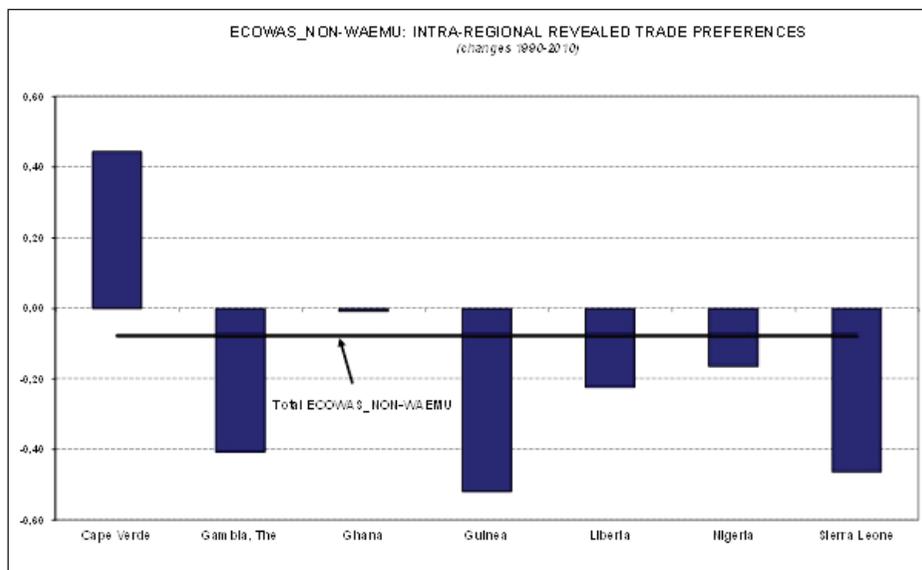
Figura 10: Preferências reveladas pelos agentes económicos no comércio intrarregional na UEMOA (variação 1990-2010)



10 De acordo com a base de dados DOTS do FMI, em 1990, Cabo Verde não tinha relações comerciais com nenhum país da sua sub-região. Mesmo em 2010, o seu índice RTP intrarregional permanece negativo e muito baixo. A Guiné e a Libéria também apresentam índices RTP intrarregionais negativos.

Medição da regionalização do comércio em África: O caso da CEDEAO

Figura 11: Preferências reveladas pelos agentes económicos no comércio intrarregional entre países CEDEAO não-UEMOA (variação 1990-2010)



Como já foi afirmado, estes indicadores descritivos, embora ofereçam uma medida precisa da regionalização do comércio, não deixam estabelecer relações causais e, sobretudo, não permitem estimar em que medida as diferenças entre as duas sub-regiões da CEDEAO se devem à utilização de uma moeda comum na UEMOA.

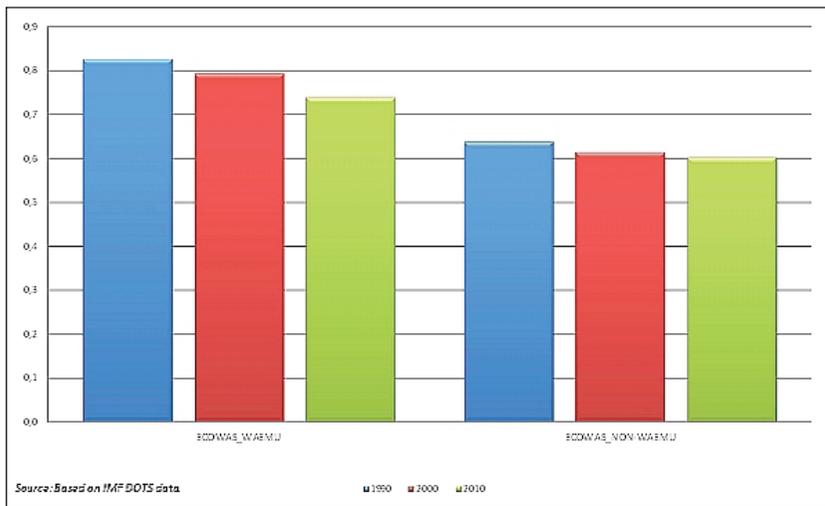
Outros fatores podem entrar em jogo, por exemplo, o facto de a maioria dos países não-UEMOA (exceto Guiné, Libéria e Serra Leoa)¹¹ não ter fronteiras comuns. No entanto, parece razoável admitir que a integração monetária tem facilitado o comércio intrarregional na UEMOA.

Considerando a diversificação geográfica do comércio intrarregional, a figura 12 revela que a UEMOA se caracteriza igualmente por um índice de neutrali-

11 A Guiné, a Libéria e a Serra Leoa também são membros da União do Rio Mano (MRU), mas a instabilidade política e os conflitos têm prejudicado gravemente a sua agenda de integração (ECA, 2007).

dade elevado, em comparação com o resto da CEDEAO. Por outras palavras, o comércio entre países da UEMOA afigura-se ser relativamente menos afetado pelas barreiras relacionadas com a distância, confirmando um melhor grau de integração intrarregional. No entanto, nas duas sub-regiões o índice de neutralidade geográfica revela uma tendência decrescente nas últimas duas décadas, que pode sugerir que os fluxos preferenciais bilaterais se tornaram mais importantes.

Figura 12: Neutralidade geográfica do comércio intrarregional na África Ocidental



Fonte: baseado em dados de FMI - DOTS, anos 1990, 1995, 2000, 2005, 2010

Conclusões: a integração regional das trocas comerciais e o papel de África no mercado mundial

Todos os indicadores apresentados tendem a veicular a ideia que a regionalização do comércio em África não é baixa. Embora as quotas de comércio intrarregional sejam muito mais reduzidas do que noutras regiões em desenvolvimento, elas são superiores ao que seria de esperar, dado o peso das regiões africanas no comércio mundial. Por outras palavras, a África revela um elevado grau de introversão do comércio regional, que parece dever-se

principalmente às suas muito exíguas capacidades de comércio extrarregional (limitadas por várias barreiras internas e externas), mais do que ao processo de integração regional.¹² Isto acontece na África Ocidental, e particularmente na UEMOA, embora nesta sub-região o comércio intrarregional possa ter sido facilitado pela utilização de uma moeda comum.

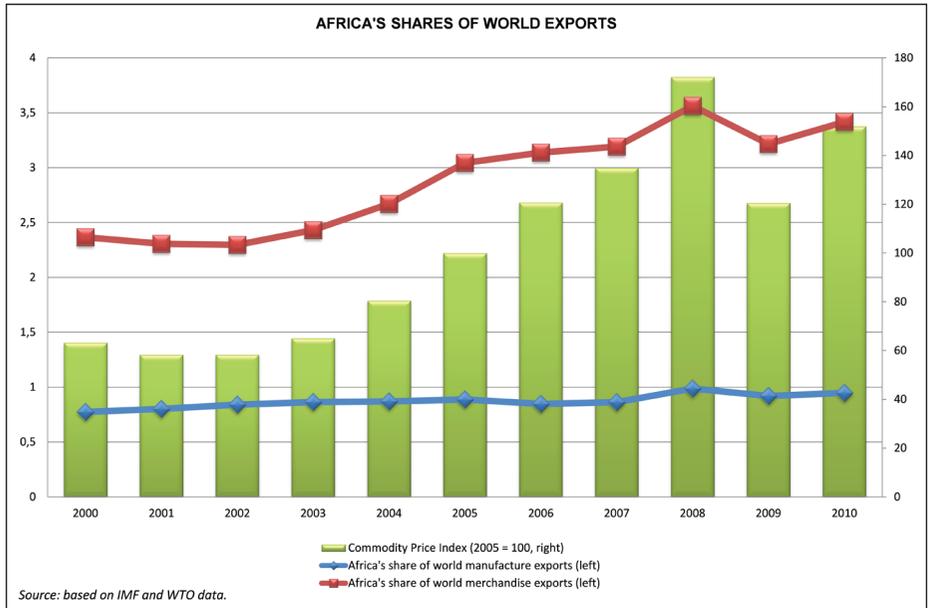
Pequenos sinais de mudança são, porém, visíveis nos dados, especialmente a tendência descendente da introversão do comércio em algumas regiões, e em particular na CEDEAO, que é acompanhada por fluxos ligeiramente mais intensos entre regiões africanas e com o resto do mundo, com a evidente exceção da UE.

Em certa medida, estas mudanças remontam ao recente recrudescimento de várias economias africanas, motivado principalmente pelo aumento extraordinário da procura de matérias-primas da China e outros países emergentes. A quota de exportação mundial de África, que tinha diminuído gradualmente até ao fim dos anos 1990, tem registado um aumento constante na última década (Figura 13). No entanto, esta recuperação deve-se principalmente ao importante aumento nos preços das matérias-primas, como mostra o facto de a quota das exportações de produtos manufacturados africanos a nível mundial ter crescido menos e permanecer muito aquém da sua quota total de exportações de mercadorias.

A incapacidade dos países africanos de desenvolver uma indústria transformadora competitiva parece ser a principal razão da sua persistente marginalidade no comércio mundial, o que também explica a sua elevada introversão do comércio regional. Apesar da forte incerteza quanto às perspetivas económicas mundiais, os preços das matérias-primas mantêm-se altos. Isto pode criar novas oportunidades de adoção das reformas estruturais necessárias para gerar um processo de desenvolvimento sustentável nos países africanos. As políticas de integração regional podem dar uma contribuição significativa para vencer este desafio. O seu sucesso será, no entanto, mais aferido pela sua capacidade de criar as necessárias infraestruturas para uma integração mais efetiva dos países africanos no mercado mundial do que pelo seu impacto no comércio intrarregional.

¹² Ver igualmente, DFID (2011).

Figura 13: Quota das exportações de África a nível mundial



Referências

Anderson, K. e Norheim, H., 1993. From imperial to regional trade preferences: Its effect on Europe's intra- and extra-regional trade. *Weltwirtschaftliches Archiv*, 129(1), pp.78-102.

Campbell, B., 2003. African Regional Integration in the Context of Globalization: Development Challenges and NEPAD. Em: H. Van Ginkel, J. Court e L. Van Langenhove, editores. *Integrating Africa: Perspectives on Regional Integration and Development*. UNU, Tokyo Press, pp.19-35.

Cuyvers, L., De Lombaerde, P., De Souza, E.e Fielding, D., 2005. Regional Monetary Cooperation and Integration. Em: M. Farrell, B. Hettne e L. Van Langenhove, editores. *Global Politics of Regionalism*. Londres: Pluto Press, pp.120-136.

Devarajan, S. e De Melo, J., 1990. *Membership in the CFA Zone: Odyssean Journey or Trojan Horse?* PRE Working Paper, 428, Washington: Banco Mundial.

DFID, 2011. *Regional Integration and Trade in Sub-Saharan Africa*. Trade and Investment Analytical Papers, 7.

Diabré, Z., 2003. UNDP Perspectives on African Integration. Em: H. Van Ginkel, J. Court e L. Van Langenhove, editores. *Integrating Africa: Perspectives on Regional Integration and Development*. UNU, Tokyo Press, pp.146-153.

ECA, 2004. *Assessing Regional Integration in Africa*. Adis Abeba: ECA.

ECA, 2007. Regional economic integration in Africa. Em: De Lombaerde, P. editor. *Multilateralism, regionalism and bilateralism in trade and investment. 2006 World Report on Regional Integration*. Dordrecht: Springer, pp.127-157.

Ekra, J.-L., 2012. *Obstacles to Intra-Regional Trade in West Africa*. Disponível: <<http://www.howwemadeitinafrica.com/obstacles-intra-regional-trade-west-africa/1732/>>.

Elbadawi, I., 1997. The Impact of Regional Trade and Monetary Schemes on Intra-Sub-Saharan Africa Trade. Em: A. Oyejide, I. Elbadawi e P. Collier, editores. *Regional Integration and Trade Liberalization in Sub-Saharan Africa. Vol. 1: Framework, Issues and Methodological Perspectives*. Londres: MacMillan, pp.210-255.

Fielding, D. e Shields, K., 2005. The Impact of Monetary Union on Macroeconomic Integration: Evidence from West Africa. *Economica*, 72(288), pp.683-704.

Foroutan, F., 1993. Regional Integration in Sub-Saharan Africa: Past Experience and Future Prospects. Em: J. De Melo e A. Panagariya, editores. *New Dimensions in Regional Integration*. Cambridge: Cambridge University Press, pp.234-271.

Foroutan, F. e Pritchett, L., 1993. Intra-Sub-Saharan African Trade: Is It too Little? *Journal of African Economies*, 2(1), pp.74-105.

Frankel, J.A., 1997. *Regional trading blocs in the world economic system*. Washington: Institute for International Economics.

Freudenberg, M., Gaulierk, G. e Ünal-Kesenci, D., 1998. *La régionalisation du commerce international : une évaluation par les intensités bilatérales*. CEPII Working Paper, 98(05), Paris: Centre d'Etudes Prospectives et d'Informations Internationales. Disponível: <<http://www.cepii.fr/francgraph/doctravail/resumes/1998/dt98-05.htm>>.

Gaulier, G., Jean, S. e Ünal-Kesenci, D., 2006. Explaining Regionalisation via Relative Trade Intensities. Em: P. De Lombaerde, editor. *Assessment and Measurement of Regional Integration*. Londres: Routledge, pp.86-106.

Gbetnkom, D. e Avom, D., 2005. Intégration par le marché: le case de l'UEMOA. *Région et Développement*, 22, pp.85-103.

Goldstein, A., 2002. *The New Regionalism in Sub-Saharan African Trade: More Than Meets the Eye?* Policy Brief, OCDE, 20.

Medição da regionalização do comércio em África: O caso da CEDEAO

Goldstein, A., 2003. Regional Integration and Development in Africa. Em: H. Van Ginkel, J. Court e L. Van Langenhove, editores. *Integrating Africa: Perspectives on Regional Integration and Development*, UNU, Tokyo Press, pp.36-68.

Iapadre, L., 2006. Regional Integration Agreements and the Geography of World Trade: Statistical Indicators and Empirical Evidence. Em: P. De Lombaerde, editor. *Assessment and Measurement of Regional Integration*. Londres: Routledge, pp.65-85.

Iapadre, L. e Luchetti, F., 2009. *Trade Regionalisation and Openness in Africa*. European University Institute, Working Paper RSCAS 2010/54.

Iapadre, L. e Tironi, F., 2009. *Measuring Trade Regionalisation: The Case of Asia*. UNU-CRIS Working Papers, W-2009/9.

Iapadre, L. e Plummer, M., 2011. Statistical Measures of Regional Trade Integration. Em: P. De Lombaerde, R. Flôres, L. Iapadre e M. Schulz, editores. *The Regional Integration Manual. Quantitative and Qualitative Methods*. Londres: Routledge, pp.98-123.

Igue, J., 2011. Economic Integration in West Africa. Em: C. Tolentino e M. Vogl, editores. *Sustainable Regional Integration in West Africa*. ZEI Discussion Paper, C208, pp.35-45.

Inter Africa Group, 2002. *The Economic Dimension to the African Union*. Documento preparado para o III Fórum de Desenvolvimento da África: Definição de prioridades para Integração Regional, Adis Abeba, 3-8 de março.

Jebuni, C.D., 1997. Trade Liberalization and Regional Integration in Africa. Em: A. Oyejide, I. Elbadawi e P. Collier, editores. *Regional Integration and Trade Liberalization in Sub-Saharan Africa. Vol. 1: Framework, Issues and Methodological Perspectives*. Londres: MacMillan, pp.353-369.

Keane, J., Calí, M. e Kennan, J., 2010. *Impediments to Intra-Regional Trade in Sub-Saharan Africa*. Londres: ODI-Commonwealth Secretariat.

Kennes, W., 2003. The European Union and Regionalism in Developing Countries. Em: H. Van Ginkel, J. Court e L. Van Langenhove, editores. *Integrating Africa: Perspectives on Regional Integration and Development*, UNU, Tokyo Press, pp.154-169.

Longo, R. e Sekkat, K., 2001. Obstacles to Expanding Intra-African Trade. Technical Paper, OCDE Development Center, 174.

Longo, R. e Sekkat, K., 2004. Economic Obstacles to Expanding Intra-African Trade. *World Development*, 32(8), pp.1309-1321.

Lyakurwa, W., McKay, A., Ng'eno, N. e Kennes, W., 1997. Regional Integration in Sub-Saharan Africa: A Review of Experiences and Issues. Em: A. Oyejide, I. Elbadawi e P. Collier, editores. *Regional Integration and Trade Liberalization in Sub-Saharan Africa. Vol. 1: Framework, Issues and Methodological Perspectives*. Londres: MacMillan, pp.159-209.

Medhora, R., 1990. The Effect of Exchange Rate Variability on Trade: The Case of the West African Monetary Union's Imports. *World Development*, 18(2), pp.313-324.

Newman, M.E.J., 2003. The Structure and Function of Complex Networks. *SIAM Review*, 45, pp.167-256.

NISER, 2002. *Reflecting on Africa's Historic and Current Initiatives for Political and Economic Unity*. Documento preparado para o III Fórum de Desenvolvimento da África: Definição de prioridades para Integração Regional, Adis Abeba, 3-8 de março.

Nonor, D., 2010. *ECOWAS Must Strengthen Her Institutions to Enhance Intra-Regional Trade*. Disponível: <<http://www.trademarsa.org/news/ecowas-must-strengthen-her-institutions-enhance-intra-regional-trade>>.

O'Connell, S.A., 1997. Macroeconomic Harmonization, Trade Reform, and Regional Trade in Sub-Saharan Africa. Em: A. Oyejide, I. Elbadawi e P. Collier, editores. *Regional Integration and Trade Liberalization in Sub-Saharan Africa. Vol. 1: Framework, Issues and Methodological Perspectives*. Londres: MacMillan, pp.89-158.

Medição da regionalização do comércio em África: O caso da CEDEAO

Odularu, G.O., 2009. Export Diversification as a Promotion Strategy for Intra-ECOWAS Trade Expansion. *African Journal of Business Management*, 3(2), pp.32-38.

Ogunkola, E.O., 1998. *An Empirical Evaluation of Trade Potential in the Economic Community of West African States*. AERC Research Paper, 84.

OMC, 2011. *International Trade Statistics 2011*. Genebra: Organização Mundial do Comércio.

Oyejide, T.A., 1997. *Regional Integration and Trade Liberalization in Sub-Saharan Africa*. Papel Especial, AERCD, 28.

Rommel, C., 2011. Barriers to Intra-Regional Trade in West Africa. Em: C. Tolentino e M. Vogl, editores. *Sustainable Regional Integration in West Africa*. ZEI Discussion Paper, C208, pp. 47-58.

Savage, I.R. e Deutsch, K.W., 1960. A statistical model of the gross analysis of transaction flows. *Econometrica*, 28, pp.551-572.

Slocum, N., Mordonu, A. e De Lombaerde, P. 2003. The Zambia-Malawi-Mozambique Growth Triangle (ZMM-GT): A Case Study of New Regionalism in Africa. Em: H. Van Ginkel, J. Court e L. Van Langenhove, editores. *Integrating Africa: Perspectives on Regional Integration and Development*. UNU, Tokyo Press, pp.89-121.

Soloaga, I. e Winters, A.L., 2000. *Regionalism in the Nineties: What Effect on Trade?* Banco Mundial, Development Economics Group, Documento de Trabalho, 2156.

Straubhaar, T., 1987. South-South Trade: Is Integration a Solution? *Intereconomics*, 1.

CNUCED, 2009. *Economic Development in Africa, Report 2009: Strengthening Regional Economic Integration for Africa's Development*. Genebra: Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

UNU, 2002. *Integrating Africa – Seven-Point Plan Prepared for the G8 Summit 2002*. Dia da África Symposium, Corpo Diplomático Africano e da Universidade das Nações Unidas, Tóquio.

Yang, Y. e Gupta, S., 2007. Regional Trade Arrangements in Africa: Past Performance and the Way Forward. *African Development Review*, 19(3), pp.399-431.

Yeats, A., 1999. *What Can Be Expected from African Regional Trade Arrangements? Some Empirical Evidence*. Banco Mundial, Documento de Trabalho pesquisa política, 2004.

Zannou, A., 2010. Determinants of Intra-ECOWAS Trade Flows. *African Journal of Business Management*, 4(5), pp.678-686.

Volker Nitsch

Êxito ou fracasso: os efeitos variáveis do euro nas trocas comerciais

Introdução

Nos anos 1990, o renascimento das uniões monetárias enquanto verdadeira opção política a nível mundial fez-se acompanhar de polémicas sobre as condições prévias económicas para o êxito da integração. Na Europa, uma volumosa literatura examinou empiricamente o grau de integração económica entre os países, com vista a determinar os potenciais candidatos preparados para a União Económica e Monetária (UEM). A definição dos critérios de convergência e o estabelecimento do pacto de estabilidade e crescimento vêm sustentar a visão de que a convergência real dos países membros era amplamente considerada como tendo relevância para o êxito da moeda única. No hemisfério ocidental, de forma análoga, os planos (de emergência) do Equador no sentido de adotar o dólar dos Estados Unidos como moeda nacional foram saudados com grande ceticismo. Stanley Fischer (2001), na altura Vice-Presidente do Fundo Monetário Internacional, salienta: “A decisão de “dolarizar” a moeda equatoriana foi tomada em desespero de causa. As entidades competentes não nos consultaram [...] se o tivessem feito, ter-lhes-íamos dito que não estavam reunidas as condições prévias necessárias para transformar a dolarização num êxito.”

Durante esse período, a decisão política em matéria de integração monetária, especialmente na Europa, parece ter sido cada vez mais dominada pelo método da Nike (“Basta fazer”): ver Barry Eichengreen (2002) para uma apreciação mais ampla do possível encadeamento das medidas políticas. Esta orientação estratégica pode ter-se ficado a dever inicialmente ao rápido sucesso da UEM: as instituições, sobretudo o recém-criado Banco Central Europeu, funcionavam

Os efeitos variáveis do euro nas trocas comerciais

bem. Também, o valor interno e externo da nova moeda provou ser estável. Com o bom funcionamento da UEM, um afastamento (parcial) dos princípios previamente acordados parecia viável. Mais tarde, em tempos de crise, os responsáveis políticos aprovaram uma série de medidas (não convencionais e eventuais), tentando desesperadamente indicar que estavam preparados para fazer tudo o que fosse necessário para salvar o euro.

No presente documento, examinam-se mais pormenorizadamente os efeitos da integração monetária nas trocas comerciais. Tem-se alegado que a adoção de uma moeda comum representa um passo muito importante para promover a integração económica entre países membros. Frankel e Rose (1998), por exemplo, sustentam convictamente que os critérios requeridos por uma área monetária ótima são endógenos.^{1, 2} Em contraste, Berger e Nitsch (2013a,b) salientam numa série de documentos a possível emergência de assimetrias, nomeadamente desequilíbrios comerciais bilaterais na sequência da ausência de flexibilidade da taxa de câmbio nominal.³ Nitsch (2005) salienta igualmente os custos da integração monetária analisando as provas abundantes sobre o desmembramento da união monetária no período pós-II Guerra Mundial. Exploram-se aqui os possíveis efeitos da fragmentação do processo de integração monetária.

Para analisar esta matéria, usa-se a literatura empírica sobre os efeitos reais da UEM. Um corpo considerável de obras interpreta a (livre) decisão dos onze países europeus de adotar o euro (como membros fundadores) enquanto experiência no terreno para examinar os efeitos da integração monetária. Contrastando com grande parte destes trabalhos, a tónica do presente documento não é posta no efeito global, já que se interessa particularmente pela variação do efeito de uns países membros para outros.

- 1 Frankel e Rose (1997, p. 754) chegam a afirmar: “Os países que aderirem à UEM, seja qual for a sua motivação, poderão satisfazer ex-post os critérios da área monetária ótima mesmo que não o tenham feito ex-ante!” (itálico aditado).
- 2 Com efeito, um número considerável de estudos documenta um aumento na intensidade das trocas comerciais entre os países membros da UEM após a adoção do euro; ver uma síntese desenvolvida em Baldwin (2006) e uma posição diferente em Berger e Nitsch (2008).
- 3 A literatura anterior estava particularmente preocupada com os possíveis efeitos na localização da indústria após um declínio nos custos de transação devido à integração monetária; ver, por exemplo, Krugman (1993).

Na expectativa dos resultados, considera-se que, embora o comércio entre os países membros da UEM pareça ser particularmente intenso em média, os efeitos do comércio repartem-se mais irregularmente ao longo do tempo. Estes resultados vêm somar-se às anteriores constatações de cada vez maiores desequilíbrios comerciais na área do euro.

O remanescente do documento estrutura-se do seguinte modo: o ponto seguinte descreve brevemente a metodologia e os dados, a que se segue a parte principal que apresenta os resultados empíricos. Termina com um curto resumo.

Metodologia e dados

Como é habitual na literatura sobre a matéria, usou-se um modelo gravitacional para identificar os efeitos da integração monetária no comércio. Sempre que possível, as variáveis estruturais (nomeadamente medidas da dimensão económica dos parceiros comerciais ou da distância geográfica entre eles) foram substituídas por um conjunto abrangente de efeitos fixos específicos de cada país e específicos de pares de países. Estimam-se, concretamente, regressões (modelo de tipo gravitacional) da forma (muito geral) seguinte:

$$(1) \quad \ln(\text{Exports}_{rpt}) = \alpha + \beta \text{EMU}_{rpt} + \psi X_{rpt} \{ + \sum_t \Phi_t T_t \} \{ + \sum_{rp} \Phi_{rp} \text{RP}_{rp} \} \\ \{ + \sum_{rt} \Phi_{rt} R_{rt} \} \{ + \sum_{pt} \Phi_{pt} P_{pt} \} + \varepsilon_{rpt},$$

em que a regressão é o logaritmo das exportações do país declarante r para o país parceiro p no momento t , EMU (a UEM) é uma variável indicatriz que assume o valor de um se os dois parceiros forem membros da área do euro no momento t e zero na situação contrária, X é um vetor de variáveis (gravitacionais) estruturais, e ε é o elemento perturbador. Como já foi dito, incluem-se igualmente várias combinações de efeitos fixos, sempre que possível. Por exemplo, para análises em painel, usam-se efeitos fixos temporais comuns $\{T\}$ para controlar as covariações no comércio ao longo do tempo. Permite-se igualmente que o comércio par a par se desvie sistematicamente da média da amostra somando-lhe efeitos fixos específicos do par $\{RP\}$. Por fim, substituem-se os efeitos temporais comuns por efeitos fixos temporais de país tanto para o país declarante $\{R\}$ como para o país parceiro $\{P\}$ a fim de cobrir quaisquer características dinâmicas específicas de cada país que possam

Os efeitos variáveis do euro nas trocas comerciais

afetar a situação comercial global dos países, incluindo alterações do enquadramento institucional, evoluções na competitividade específica de cada país ou mudanças no esforço necessário para financiar as exportações.⁴ Dada a abrangência do conjunto dos efeitos fixos, consideram-se estas exigentes especificações como um resultado consistente com a hipótese de que a integração na área do euro influenciará as trocas comerciais

Segundo Berger e Nitsch (2008, 2013a, b), a análise centra-se num conjunto homogêneo de 18 países europeus. Esta metodologia tem a vantagem de incluir países que quer fazem parte do quadro institucional da União Europeia (UE), quer estão-lhe estreitamente associados. A amostra compreende 15 países que eram membros da EU à data da introdução do euro (os onze que adotaram a moeda desde o início, a que se juntou a Grécia em 2001), mais a Islândia, a Noruega e a Suíça. No total, a amostra abrange o período de 1948 a 2011, mas são frequentemente analisados períodos mais curtos, normalmente apenas dados transversais para anos isolados, principalmente por conveniência computacional e interpretativa.

Os dados foram colhidos em diversas fontes de informação. Foram usados os dados sobre comércio da Direção de Estatísticas de Comércio do Fundo Monetário Internacional (em dólares dos Estados Unidos). Outras variáveis foram calculadas com base em informações extraídas de CIA World Factbook.

Resultados empíricos

Começa-se por atualizar os resultados apresentados em Berger e Nitsch (2013a,b). Em vez de analisar os dados globais relativos ao comércio, Berger e Nitsch examinam as relações comerciais par a par entre países europeus, dando relevo aos desequilíbrios bilaterais (à evolução dos) sob diferentes regimes cambiais. Perguntam concretamente: Quando é que o comércio remete para uma relação unidirecional? Para ter em conta as diferenças na

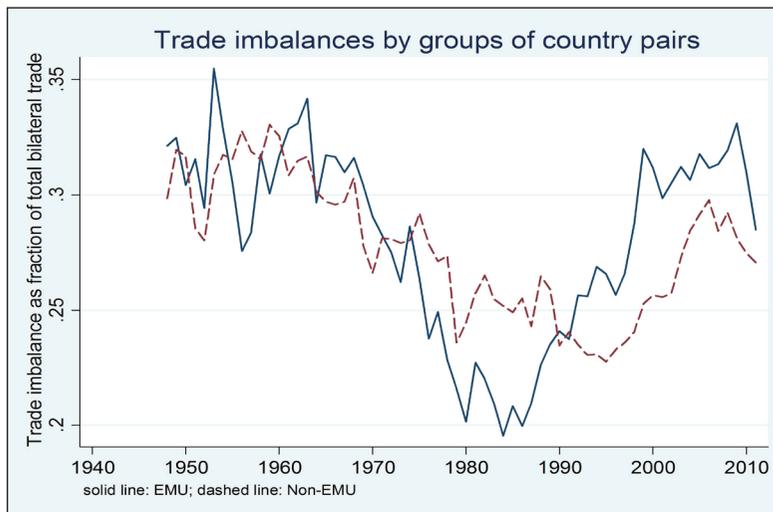
4 Exemplos da mudança de regime institucional coberta por efeitos fixos temporais incluem não só efeitos específicos por país da iniciativa do "Mercado único" mas também regimes cambiais pré-UEM. A introdução do euro facilitou sem dúvida o financiamento dos défices comerciais através de uma integração financeira mais estreita e, para alguns países, através da diminuição da taxa de juro real. Os efeitos fixos temporais também cobrirão qualquer descida sistemática na volatilidade da taxa de câmbio (real).

importância de uma relação comercial tanto do ponto de vista dos parceiros como do tempo, normalizam o excedente ou o déficit comercial em função do valor total do comércio bilateral. A relação é definida como:⁵

$$(2) \quad \text{TradeBalance}_{\text{rpt}} = (\text{Exports}_{\text{rpt}} - \text{Imports}_{\text{rpt}}) / (\text{Exports}_{\text{rpt}} + \text{Imports}_{\text{rpt}})$$

A figura 1 ilustra o valor absoluto médio dos desequilíbrios comerciais por grupos de pares de países, distinguindo entre os pares de países em que os dois parceiros são membros da área do euro e os pares que incluem pelo menos um país que não é membro da área do euro.⁶ Em conformidade com Berger e Nitsch (2013a,b), comprova-se que os desequilíbrios comerciais entre membros da área do euro se alargaram consideravelmente com a introdução do euro (e durante o período de adaptação), com um ajustamento parcial dos desequilíbrios (ou reequilíbrio) durante os períodos de crise.

Figura 1: Desequilíbrios comerciais



- 5 Dado o interesse na simetria das relações comerciais, a normalização em função do comércio total é a escolha natural (em vez de, por exemplo, a normalização em função da dimensão do país). Maiores magnitudes da variável de interesse apontam maiores desequilíbrios no comércio bilateral.
- 6 Utilizando a mediana em vez da média deixa os resultados qualitativamente inalterados. As diferenças entre grupos de países tornam-se ainda mais pronunciadas quando o grupo não-UEM é adicionalmente dividido em pares UEM-não-UEM e não-UEM-não-UEM; ver Berger e Nitsch (2013a,b).

Os efeitos variáveis do euro nas trocas comerciais

Quadro 1 exprime os resultados associados à regressão. As primeiras três colunas à esquerda do quadro reproduzem os resultados apresentados em Berger e Nitsch (2013a, b) (com um conjunto atualizado de dados sobre comércio). As restantes três colunas apresentam estimativas idênticas para uma amostra alargada, abrangendo dados até 2011. À semelhança de Berger e Nitsch, começa-se com a especificação mais parcimoniosa da equação (1): uma regressão do valor absoluto dos desequilíbrios comerciais bilaterais sobre uma indicatriz da adesão à UEM e um conjunto abrangente de efeitos fixos anuais. A seguir, acrescenta-se um conjunto abrangente de efeitos fixos par a par para que o coeficiente UEM cubra apenas a variação temporal no desequilíbrio comercial para os países membros da UEM depois da adoção do euro. Por fim, controlam-se as características específicas de cada país por variante temporal no país declarante e no país parceiro.

Quadro 1: Desequilíbrios comerciais sob regimes de taxas de câmbio fixas

| Período | 1948-2007 | | | 1948-2011 | | |
|--|-------------------|--------------------|-------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| UEM | 0.018* (0.009) | 0.033** (0.007) | 0.035* (0.015) | 0.023** (0.007) | 0.034** (0.006) | 0.045** (0.013) |
| Efeitos fixos temporais comuns? | Sim | Sim | Não | Sim | Sim | Não |
| Efeitos fixos par a par? | Não | Sim | Sim | Não | Sim | Sim |
| Efeitos fixos temporais por país? | Não | Não | Sim | Não | Não | Sim |
| Número de observações | 16,491 | 16,491 | 16,491 | 17,579 | 17,579 | 17,579 |
| Coefficiente de regressão Adj. R2 | 0.02 | 0.53 | 0.63 | 0.01 | 0.52 | 0.63 |

Notas: Regressão linear múltipla. A variável dependente é o desequilíbrio comercial absoluto como uma fração do comércio bilateral total. Os desvios-padrão robustos são indicados entre parênteses. **, * e # indicam diferenças significativas a 1%, 5% e 10%, respetivamente.

Como se pode ver, a cobertura adicional do episódio de crise na Europa deixa os principais resultados praticamente inalterados. Quando muito, os coeficientes estimados revelam-se ainda mais fortes, tanto económica quanto estatisticamente. Em suma, há provas claras de que os desequilíbrios comer-

ciais entre os países membros da área do euro se alargaram acentuadamente após a introdução da moeda comum.

Uma questão relacionada com a emergência dos desequilíbrios comerciais (com o risco de crescentes atritos potenciais entre parceiros) é saber se todos os países membros beneficiam por igual da adoção de uma moeda comum. Embora a esmagadora maioria dos estudos conclua pelo efeito positivo estatisticamente significativo do euro nas trocas comerciais, nomeadamente o excelente estudo realizado por Baldwin, DiNino, Fontagné, De Santis e Taglioni (2008), a distribuição destes benefícios por todos os países (e relações comerciais par a par) é muito menos clara.

Para explorar esta questão, analisa-se a distribuição dos resíduos de uma regressão gravitacional. Estimam-se concretamente as variantes específicas por ano da equação (1) em que as características específicas dos países são reunidas em conjuntos abrangentes de efeitos fixos para exportadores e importadores e a distância geográfica (o seu logaritmo), uma indicatriz da existência de língua comum e uma indicatriz da existência de fronteira comum destinam-se a cobrir as características (mais relevantes) específicas do par para o valor das exportações.⁷ Analisam-se seguidamente os resíduos separadamente para os pares em que os dois parceiros são membros da área do euro ('UEM') e para os pares que incluem pelo menos um parceiro com moeda nacional ('não-UEM').

A título de exemplo, o quadro 2 apresenta os resultados da estimação associados quando uma indicatriz UEM é acrescentada à especificação, indicando cada linha no quadro o resultado de uma estimação separada. A intenção não é geralmente a de interpretar literalmente os resultados, já que estimativas precisas poderão ser afetadas por problemas de endogeneidade e viés de variável omitida. Afigura-se interessante verificar que as trocas comerciais entre países membros da UEM foram particularmente intensas em todo o período da UEM entre 1999 e 2011, sem uma evolução clara para maior integração, mas com um forte incremento na intensidade em 2008 à data do 'Colapso do comércio internacional'.

7 Note-se que a participação conjunta na UEM é uma característica específica de um par de países que impede o uso de efeitos fixos par a par (diádicos).

Os efeitos variáveis do euro nas trocas comerciais

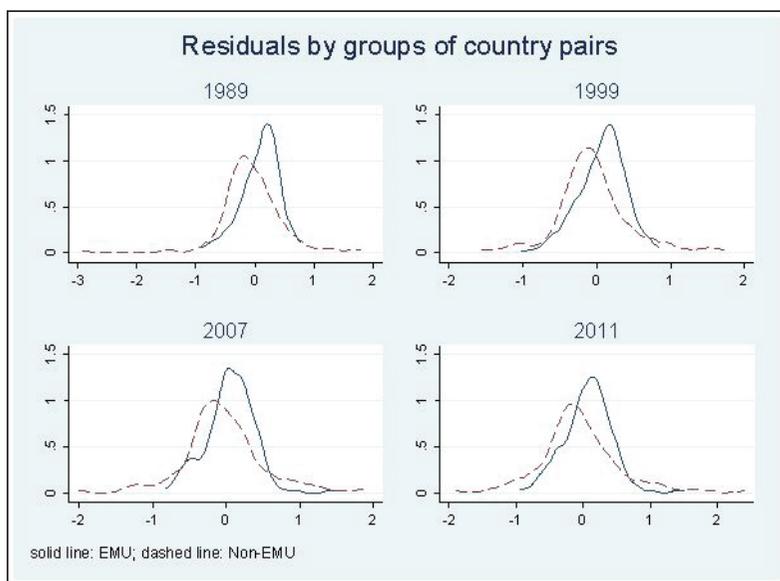
Quadro 2: Regressão gravitacional

| | EMU | | EMU |
|------|--------------------|------|--------------------|
| 1999 | 0.343* (0.138) | 2006 | 0.476** (0.170) |
| 2000 | 0.317* (0.139) | 2007 | 0.472** (0.168) |
| 2001 | 0.548** (0.167) | 2008 | 0.626** (0.175) |
| 2002 | 0.530** (0.161) | 2009 | 0.600** (0.169) |
| 2003 | 0.510** (0.112) | 2010 | 0.555** (0.181) |
| 2004 | 0.501** (0.167) | 2011 | 0.570** (0.186) |
| 2005 | 0.475** (0.166) | | |

Notas: Regressão linear múltipla. A variável dependente é o logaritmo das exportações. Regressores adicionais para os quais não são indicados coeficientes estimados: o logaritmo de distância, fronteira comum e língua comum. Todas as regressões incluem efeitos fixos específicos de exportador e importador. Os desvios-padrão robustos são indicados entre parênteses. **, * e # denotam diferenças significativas em 1%, 5% e 10%, respetivamente. Número de observações: 272.

Para analisar as diferenças na intensidade de comércio entre pares de países, a figura 2 traça as densidades de kernel (Epanechnikov) estimadas dos resíduos de uma regressão gravitacional (sem uma indicatriz UEM), dividida por grupos de pares de países. Analisando os resultados, destacam-se duas conclusões. A primeira é que há de facto provas de uma intensidade de comércio especialmente forte entre países membros da área do euro, porque os resíduos dos pares UEM são, em média, consideravelmente maiores do que os resíduos de pares não-UEM, sugerindo que a especificação do modelo gravitacional tende sistematicamente a ficar aquém na explicação do valor efetivo do comércio entre países membros da área do euro. A diferença entre comércio UEM e não-UEM é geralmente reconhecida pela variável indicatriz UEM. A segunda, e ainda mais importante, é que o intervalo da distribuição dos resíduos para os países membros da área do euro tinha aumentado com o tempo, indicando que a especificação do modelo gravitacional tornou-se gradualmente uma descrição mais apropriada para as trocas comerciais entre alguns pares de países da UEM. As distribuições tornam-se cada vez mais enviesadas à direita, com mais resíduos negativos. Há mesmo uma ligeira tendência para uma distribuição bimodal com dois vértices (twin peaks) nos últimos anos.

Figura 2: Densidades de kernel estimadas dos resíduos do modelo gravitacional

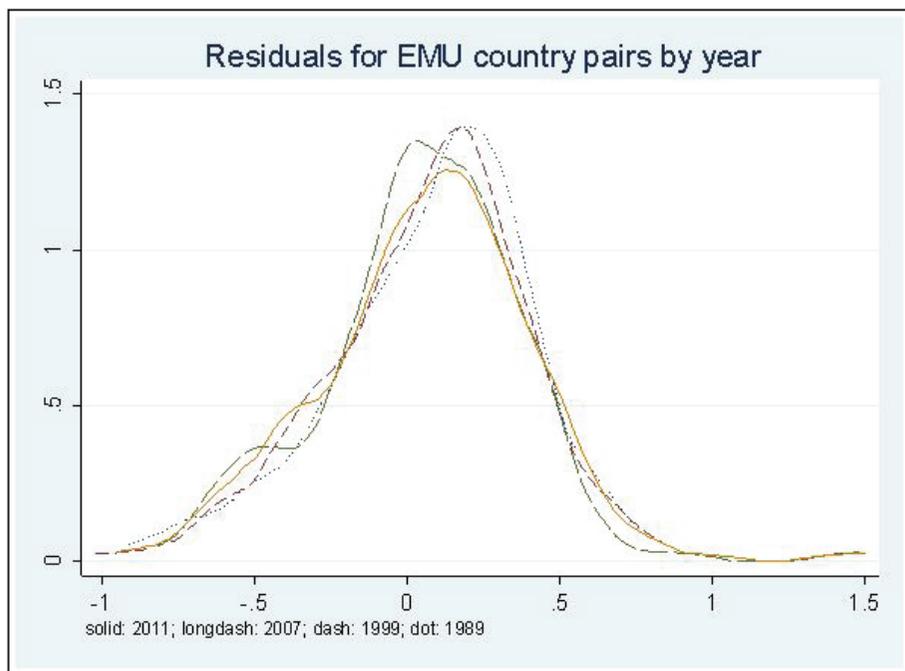


A figura 3 reforça estas observações, traçando a evolução das densidades de kernel estimadas para todos os países membros da UEM ao longo do tempo. As distribuições dos resíduos do modelo gravitacional desviaram-se para a esquerda com o passar dos anos, com o modo a aproximar-se de zero. Além disso, as distribuições alisaram-se.

No quadro 3, apresentam-se estatísticas adicionais sobre a distribuição dos resíduos do modelo gravitacional. Cada coluna do quadro apresenta os resultados para um único ano. Para cada ano, calculam-se as médias dos resíduos do modelo gravitacional para o comércio no âmbito da UEM e para o grupo de controlo dos pares de países que inclui, pelo menos, um membro não-UEM. Estas médias são apresentadas nas linhas superiores do quadro. Como já se exemplificou, os valores médios para os pares UEM são sistematicamente superiores aos pares não-UEM. No entanto, as diferenças parecem ter geralmente significado estatístico marginal, com valores p de um teste t para a igualdade de médias muitas vezes próximos de 0,1.

Os efeitos variáveis do euro nas trocas comerciais

Figura 3: Densidades de kernel estimadas dos resíduos do modelo gravitacional para os pares UEM ao longo do tempo



Quadro 3: Análise dos resíduos do modelo gravitacional

| Médias | 1989 | 1999 | 2007 | 2011 |
|---------------------------------------|--------|--------|--------|--------|
| UEM | 0.079 | 0.065 | 0.055 | 0.067 |
| Não-UEM | -0.053 | -0.044 | -0.038 | -0.045 |
| Teste t (valor p) | 0.02* | 0.05 | 0.11 | 0.07 |
| Teste de Kolmogorov-Smirnov (valor p) | 0.00* | 0.00* | 0.00* | 0.00* |

Notas: Usam-se resíduos de um modelo gravitacional (como exposto no quadro 2; sem uma indicatriz UEM). O teste t indica o valor absoluto para a hipótese nula de médias iguais de resíduos entre países UEM e não-UEM. O teste de Kolmogorov-Smirnov indica a probabilidade da hipótese nula da igualdade de distribuições entre países UEM e não-UEM. * indica diferença significativa a 5%.

Mais uma vez, interessa-nos principalmente a dispersão dos resíduos do modelo gravitacional. Assim sendo, reportam-se os resultados dos testes de Kolmogorov-Smirnov não-paramétricos para a igualdade das distribuições. Os valores p são apresentados na linha inferior. Como indicado, a hipótese de distribuições iguais é sempre fortemente rejeitada a 1%. No entanto, na medida em que não há uma variação estatisticamente identificável entre os anos, os resultados oferecem apenas perspectivas limitadas dos efeitos do euro.

Numa intenção de exaustividade, é também usada toda a amostra dos dados comerciais disponíveis, remontando a 1948. O anexo apresenta análogos da figura 2 e do quadro 3 para anos selecionados, ilustrando o processo de integração europeia posto em prática várias décadas antes da UEM.

Em termos gerais, os resultados indicam que as estimativas do efeito médio do euro no comércio ocultam variações consideráveis no efeito da moeda comum nos padrões de comércio bilateral. Com a formação da UEM, algumas relações comerciais par a par passaram a ser cada vez mais dominadas por um dos parceiros; outros pares sofreram um declínio relativo na intensidade das trocas comerciais. Por conseguinte, a introdução de uma moeda comum não implica necessariamente uma futura integração comercial. Pode mesmo levar a uma maior desintegração.

Conclusão

Há muito que se defende que os critérios de definição de áreas monetárias ótimas, nomeadamente a intensidade das trocas comerciais, são (em parte) endógenos; prevê-se que a adoção de uma moeda comum estreite ainda mais as relações comerciais. Levando ao extremo esta argumentação, as condições económicas e institucionais prévias para a integração monetária afiguram-se irrelevantes, porquanto a formação de uma união monetária promoverá mais integração, pondo, pois, em jogo todos os elementos necessários.

Os resultados iniciais da área do euro pareciam com efeito vir confirmar esta hipótese. Vários estudos revelam uma intensificação das trocas comerciais entre países membros com significativa importância económica e expressão estatística.

Os efeitos variáveis do euro nas trocas comerciais

Desde então, tornou-se, porém, cada vez mais óbvio que a moeda comum está igualmente associada a evoluções menos favoráveis, nomeadamente a ocorrência de desequilíbrios comerciais ou a crescente dispersão dos efeitos de promoção do comércio entre pares de países. À luz dos possíveis efeitos de desintegração de uma união monetária, as condições económicas e institucionais prévias (e não apenas a vontade política) tornaram-se um elemento essencial para o êxito da integração monetária.

Referências

- Baldwin, R., 2006. *The Euro's Trade Effects*. BCE Documento de Trabalho, 594.
- Baldwin, R. et al., 2008. *Study on the Impact of the Euro on Trade and Foreign Direct Investment*. European Economy Economic Papers, 321.
- Berger, H. e Nitsch, V., 2008. Zooming Out: The Trade Effect of the Euro in Historical Perspective. *Journal of International Money and Finance*, 28 (dezembro), pp.1244-1260.
- Berger, H. e Nitsch, V., 2013a. Wearing Corset, Losing Shape: The Euro's Effect on Trade Imbalances. *Journal of Policy Modeling* (no prelo).
- Berger, H. e Nitsch, V., 2013b. *Bilateral Imbalances in Europe*. CESifo Economic Studies (no prelo).
- Eichengreen, B., 2002. When to Dollarize. *Journal of Money, Credit and Banking*, 34 (fevereiro), pp.1-24.
- Fischer, S., 2001. Ecuador and the International Monetary Fund. Em: A. Alesina e R. Barro, editores. *Currency Unions*. Stanford: Hoover Institution Press.
- Frankel, J. A. e Rose, A. K., 1997. Is EMU More Justifiable Ex Post than Ex Ante? *European Economic Review*, 41 (abril), pp.753-760.
- Frankel, J. A. e Rose, A. K., 1998. The Endogeneity of the Optimum Currency Area Criteria. *Economic Journal*, 108 (julho), pp.1009-1025.
- Krugman, P. R., 1993. Lessons of Massachusetts for EMU. Em: F. Torres e F. Giavazzi, editores. *Adjustment and Growth in the European Monetary Union*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Nitsch, V., 2005. Have A Break, Have A .. National Currency: When Do Monetary Unions Fall Apart? Em: P. de Grauwe e J. Mélitz, editores. *Prospects for Monetary Unions after the Euro*. Cambridge, MA: MIT Press.

Simona Beretta

Integração monetária: a escolha da política certa

Escolha de um regime cambial adequado nos países em desenvolvimento

A longa história dos regimes monetários internacionais e das políticas cambiais nacionais tende a demonstrar a preocupação em evitar soluções extremas tendo como alternativa básica quer um mercado cambial “controlado”, quer um liberalizado.¹ Num mercado cambial aberto, optar por um regime intermédio afigura-se ser a escolha mais frequente. As alternativas à flutuação (“suja” ou mista) assumem geralmente a forma de “mãos atadas” através da indexação a uma moeda dita forte em diferentes graus desde as ligações cambiais ténues às ligações cambiais rígidas. A dolarização ou a euroização também é uma solução viável, especialmente para países pequenos com um parceiro natural

1 Maehle Teferra e Khachatryan (2013) examinam os casos de sucesso das reformas cambiais em países selecionados na África subsaariana (ASS), analisando os dados contextuais das políticas macroeconómicas e do desempenho económico durante e depois dessas reformas. Antes da liberalização, a maioria dos países examinados caracterizava-se por amplas medidas de racionamento de divisas, peso significativo dos mercados paralelos e diminuição do rendimento real per capita. Os países foram bem-sucedidos quando as reformas foram apoiadas. A apropriação e o compromisso para com as reformas são cruciais para evitar a alternância entre travagens e acelerações, em que as políticas são canceladas depois de os custos associados às reformas terem sido suportados mas antes de os benefícios poderem ser colhidos. A liberalização da taxa de câmbio foi um elemento fundamental dos esforços reformadores em todos os casos de sucesso, como também o foram as reformas estruturais, a redução do défice orçamental e da expansão monetária, e a assistência externa. Os programas de estabilização baseados na taxa de câmbio, sem uma política monetária e orçamental que os apoie, são na verdade arriscados. De igual modo, as tentativas de fixar a taxa de câmbio nominal por meios administrativos em níveis que são inconsistentes com os fundamentos económicos subjacentes e com as políticas monetária e orçamental resultaram numa taxa de câmbio cada vez mais sobrevalorizada, conduzindo ao fracasso.

Integração monetária: a escolha da política certa

de grandes dimensões (por motivos económicos e/ou geopolíticos).

As abordagens regionais à cooperação/integração monetária, geralmente associadas a acordos comerciais preferenciais, têm sido utilizadas na prática até à criação de uma moeda comum. Realcem-se a paridade regional a uma moeda internacional e a paridade intrarregional (com uma âncora local). A paridade intrarregional pode acarretar o agravamento da vulnerabilidade económica em relação às transações extrarregionais. Isto pode ser reduzido mediante a adoção de alguma forma de flutuação comum. A união monetária pode ser considerada como a assunção de um compromisso monetário firme numa região.

É possível identificar critérios fundamentais para a escolha do regime cambial adequado? Como demonstra claramente o atual debate na área do euro, a questão de saber quais são as condições mais importantes para que uma união monetária seja desejável é relevante em geral e não apenas para os países em desenvolvimento. No entanto, é mais provável que os custos de ajustamento de uma mudança de regime monetário sejam problemáticos em países de baixo e médio rendimento (devido ao eventual impacto na população pobre) e nos países emergentes em rápido crescimento (que, não raro, apresentam profundas desigualdades internas).

Escolha do regime cambial: consideração da natureza dos choques predominantes

Tal como Jeffrey A. Frankel intitulou um dos seus mais famosos discursos, é verdade que *Não existe um regime cambial ótimo para todos os países ou para todas as situações* (Frankel, 1999). Por exemplo, no modelo macroeconómico básico em economia aberta, os regimes cambiais opostos seriam desejáveis para efeitos de estabilização (isto é, para limitar o impacto dos choques exógenos no rendimento e no emprego) dependendo da natureza do choque (natureza real ou natureza monetária/financeira). No modelo IS-LM- i^* simples, a manutenção da turbulência real estaria associada a resultados de produto e emprego mais estáveis com um regime de taxas de câmbio flexíveis. Por outro lado, seria mais fácil enfrentar a crise monetária e financeira dentro de um sistema de taxas de câmbio fixas.

A declaração de Jeffrey A. Frankel torna a escolha da integração monetária atrativa para países que estão mais expostos a choques reais (por exemplo, choques dos termos de troca) e que se caracterizam por baixa integração financeira.

Apesar de as uniões monetárias estarem longe de serem irrevogáveis, elas possuem um grau significativo de persistência, superior aos demais sistemas de taxas de câmbio fixas – na medida em que criar uma união monetária requer um número de novas instituições, que se singularizam por considerável inércia. Um país pode arrepender-se de ter entrado numa união monetária se posteriormente a natureza prevalecente da turbulência se alterar. No entanto, a saída da união monetária poderá revelar-se mais onerosa do que simplesmente abandonar um sistema de taxas de câmbio fixas, devido à profunda reconstrução institucional que seria imprescindível para renacionalizar a moeda.

Escolha da combinação de regime financeiro/regime cambial

Se bem que, em princípio, dinheiro e finanças sejam duas realidades distintas (as finanças são uma forma de comércio intertemporal, transferindo poder de compra real de um agente para outro ao longo do tempo, enquanto o dinheiro serve como instrumento financeiro de transação à vista), as duas estão intimamente ligadas porque a transação à vista entre agentes económicos que estabelecem relações à distância (isto é, transações impessoais) requer moeda para ser reconhecida como uma reserva de valor fiável – possuindo, pois, os necessários atributos intertemporais (confiança e credibilidade são cruciais nos mercados financeiros e monetários).

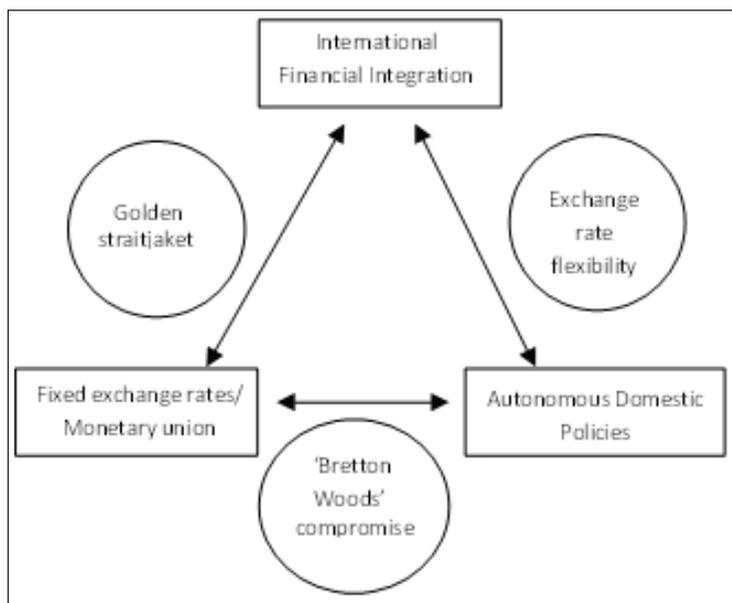
Consequentemente, os regimes monetários e os regimes financeiros influenciam-se sobremaneira. Com o processo de “globalização do capital” (Eichengreen, 2008), a evolução dos regimes cambiais e dos regimes financeiros tem estado interligada, resultando em mudanças de regime monetário devido às insustentáveis configurações recíprocas e/ou às consequências económicas politicamente inaceitáveis no plano doméstico.

Uma simples, mas nem por isso menos robusta, representação de como os regimes monetários, os regimes financeiros e as orientações da política económica doméstica (monetária e orçamental) se relacionam entre si é o

Integração monetária: a escolha da política certa

chamado “trilema”². A fig. 1 mais adiante ajuda a sintetizar a estrutura lógica do “trilema”: entre as três configurações apenas duas são conciliáveis num dado momento. A integração financeira internacional reduz o âmbito das políticas macroeconómicas nacionais no sistema de taxas de câmbio fixas (como no padrão-ouro ou num regime de ligação cambial rígida e sobretudo numa união monetária). A autonomia política nacional pode ser recuperada através da flexibilidade cambial (embora seja controverso que este espaço político macroeconómico baste para atingir os resultados esperados). Como terceira opção, os países podem adotar um quadro de política macroeconómica em que os fluxos financeiros internacionais são efetivamente controlados (por meio de controlo administrativo ou de uma intervenção direta na prática), para que a autonomia macroeconómica nacional seja preservada mesmo sob o sistema de taxas de câmbio fixas.

Fig. 1 – O “trilema”



Fonte: Adaptado de Rodrik 2000, p.181.

2 Obstfeld, Shambaugh e Taylor (2005) fornecem testes concretos sobre o “trilema”; Pisani-Ferry (2012) apresenta uma reinterpretação da recente crise do euro.

Os processos de inovação, desregulamentação e internacionalização, que alteraram profundamente a paisagem dos atores financeiros e dos instrumentos financeiros nas últimas décadas, explicam em larga medida a tendência progressiva para os países abandonarem a configuração do compromisso de “Bretton Woods”. Este incluía uma variedade de modalidades de controlo doméstico sobre a mobilidade do capital internacional e a opção quer por uma flutuação da taxa de câmbio (“suja”), quer por formas mais rigorosas de colaboração monetária regional ou internacional. Esta tendência foi claramente evidente até à crise financeira do sudeste asiático de 1997, que motivou a decisão de alguns países reintroduzirem controlos de capital como parte da sua estratégia de gestão pós-crise.

Uma questão a considerar é se e em que medida a integração financeira internacional é realmente possível em países onde o setor financeiro local (atores e instrumentos) está organizado de tal forma que não facilita interações do mercado com o mercado financeiro global, o qual se caracteriza por intermediação pouco significativa. Tal mercado, na verdade, só é “global” em certa medida – já que é muito hierárquico e assimétrico em termos de acesso (Beretta, 2012).

A intermediação financeira na África subsaariana é muito reduzida, em comparação com outras regiões do mundo (Ahokpossy, 2013). Isto deve-se a muitos fatores que diferem entre regiões, incluindo políticas financeiras, estrutura do mercado e comportamento microeconómico da banca. Em consequência, o crédito bancário é reduzido e as margens de juro são elevadas em comparação com o resto do mundo. Por outro lado, as instituições financeiras não bancárias são subdimensionadas ou praticamente inexistentes (Allen, Otchere e Senbet, 2010).³ A profundidade financeira, o acesso aos serviços financeiros, a qualidade operacional e a rentabilidade financeira geral também são problemáticos devido

3 Allen, Otchere e Senbet (2010) proporcionam uma análise exaustiva dos sistemas financeiros africanos incluindo bancos centrais, bancos que aceitam depósitos e instituições não bancárias, nomeadamente mercados acionistas, mercados obrigacionistas e instituições de microfinanciamento. A análise foca igualmente a África Ocidental (parte III).

a profundas razões institucionais.⁴ Pese embora estas observações poderem sugerir que o “trilema” não se aplica atualmente a África, importa igualmente recordar que a transformação financeira – possivelmente induzida por agentes externos – pode ser muito repentina. Além disso, há muito quem advogue o aprofundamento da integração financeira africana.⁵ Basta considerar os muitos casos em que as economias emergentes registaram uma expansão repentina dos seus mercados financeiros em termos de dimensão e inovação institucional, fruto da entrada maciça de investidores estrangeiros. Isto é típico nos mercados financeiros, em que o princípio de “o vencedor leva tudo” e um pequeno número de países tendem a atrair todo o investimento num determinado momento, exercendo uma espécie de efeito gregário. Por conseguinte, descurar o trilema pode ser arriscado para os países potencialmente bem-sucedidos.

A fragilidade das uniões monetárias “incompletas”

Uma união monetária “incompleta” é a expressão usada por De Grauwe (2009) para identificar as várias formas que o sistema de taxas de câmbio fixas pode assumir. A sua fragilidade está associada a um maior risco de ataques especulativos, que poderão ser de natureza inevitável, especialmente quando haja uma multiplicidade de equilíbrios.

- 4 Os estudos teóricos e empíricos, na linha do trabalho seminal de Douglas North, frisam a necessidade de prestar mais atenção à capacitação institucional, na medida em que as instituições desempenham um papel vital no desenvolvimento do setor financeiro, bem como de analisar o impacto dos fatores institucionais no desenvolvimento do setor financeiro. Em especial, um documento por Anayiotos e Toroyan (2009) estuda a interação entre quatro principais fatores institucionais (corrupção, estabilidade política, observância das disposições contratuais e disponibilidade de informações fíaveis) e indicadores de desenvolvimento do setor financeiro em África.
- 5 Mu, Phelps e Stotsky (2013) sustentam que há uma necessidade premente de promover o desenvolvimento do mercado obrigacionista na África subsaariana, já que viria melhorar a intermediação da poupança. Na realidade, a África é um exportador líquido de capital para o resto do mundo, principalmente porque há falta de canais locais eficazes para absorver este capital. Além disso, promover o desenvolvimento do mercado obrigacionista na África subsaariana pode melhorar a estrutura do sistema financeiro africano que está atualmente dominada pelos bancos. Os mercados obrigacionistas e os financiamentos bancários podem ser complementares, na medida em que os bancos disponibilizam capital (circulante) a curto prazo e os mercados obrigacionistas beneficiam de uma vantagem comparativa de financiamento a mais longo prazo de défices públicos e investimentos infraestruturais. Embora um número de países africanos tenha emitido obrigações do Tesouro em divisas, os mercados obrigacionistas em moeda local são considerados importantes a fim de apagar o chamado “pecado original”, ou seja, a incapacidade de emitir dívida na moeda local.

Com efeito, quando as taxas de câmbio são fixadas num nível que cria problemas quer na dimensão real da integração internacional (por exemplo, défices da balança de transações correntes), quer no grau de aceitação interna da evolução macroeconómica (por exemplo, aumento dramático do desemprego ou taxas inaceitáveis de inflação), tal situação dá origem a uma expectativa razoável de que a proteção da taxa de câmbio alvo pode ser abandonada pelas autoridades responsáveis pela condução da política cambial e que seja aplicada uma nova taxa de câmbio. Dada a natureza do problema, a direção da mudança da taxa de câmbio também é clara. Por conseguinte, os ataques especulativos tendem a tornar-se “apostas seguras”, enquanto a sua própria existência for capaz de modificar a capacidade da autoridade política de proteger as taxas de câmbio alvo. As expectativas podem tornar-se inevitáveis em caso de multiplicidade de equilíbrios, como acontece quando transações monetárias ocorrem principalmente nos mercados financeiros, onde os preços dos ativos são essencialmente gerados por expectativas.

A pertinência desta análise é confirmada pela crise da dívida soberana na área do euro. Em antecipação do que se expõe mais adiante, cabe notar desde já que, embora a fragilidade das uniões monetárias incompletas seja um resultado confirmado de análises teóricas e empíricas (uma aposta certa, crises inevitáveis), as uniões monetárias também podem ser financeiramente frágeis, por motivos que não são muito diferentes dos relevantes para as uniões incompletas.

O que se sabe sobre os custos e benefícios das uniões monetárias?

Em suma, a doutrina tradicional é a seguinte: uma moeda comum proporciona um espaço integrado que tem principalmente benefícios microeconómicos e custos macroeconómicos. Tal como na vida real, não sendo fácil dissociar os motivos micro e macroeconómicos das decisões dos agentes, o exposto só poderá servir de ponto de partida útil para uma análise empírica aprofundada, que contemple tanto os elementos materiais (integração real e financeira, macroconvergência, convergência institucional) como os elementos simbólicos (expectativas, motivações, crenças).

O principal benefício consiste em reduzir os custos de transação: o dinheiro - devido à sua natureza como “linguagem” para as transações económicas -

exibe rendimentos de escala crescente (externalidades de rede). Isto é, quanto mais uma “linguagem” for utilizada em transações com uma pluralidade de parceiros potenciais, tanto mais será realmente utilizada num processo autosustentado. Seria necessária uma moeda única a nível mundial para maximizar os benefícios associados às externalidades de rede positivas. Esta era a ideia, quando o sistema monetário internacional se caracterizava por uma moeda de referência dominante (a libra esterlina (£) na Pax Britannica, o dólar dos Estados Unidos (\$) na era de Bretton Woods e pós-Bretton Woods)⁶. A falta evidente nos dias de hoje de uma moeda única mundial, apesar de em termos estruturais o poder monetário internacional permanecer muito concentrado (Gu, 2012), é precisamente a razão por que as alternativas regionais tendem a tornar-se mais atraentes – juntamente com outros fatores fundamentais do regionalismo (Baldwin, 2006).

O custo essencial de uma união monetária consiste em perder os instrumentos de política macroeconómica. Uma união monetária implica a entrega do controlo das taxas de juro domésticas, já que as políticas que as influenciarão serão definidas a nível centralizado e significam, por definição, uma perda de política cambial na outra área. As questões relevantes são: qual o grau de eficácia destas políticas? E quais são os países que ficam a perder na criação de uma união monetária?

Como retirar grandes benefícios com baixos custos de uma união monetária? A teoria clássica da moeda ótima

Ao longo dos anos, têm sido tradicionalmente identificados seis critérios para uma área monetária ótima (AMO). Estes são claramente explorados em Baldwin e Wyplosz (2009) e sintetizados a seguir:

1. *Mobilidade dos fatores através das fronteiras nacionais (Mundell)*: Mobilidade dos trabalhadores através das fronteiras nacionais – o mecanismo de ajustamento internacional requerido por uma moeda comum pode revelar-se oneroso, devido a diferentes culturas, línguas, legislações, sistemas de segurança social, etc. Quanto à mobilidade de capitais, seria provavel-

⁶ Ver a vasta literatura sobre economia política internacional e a teoria da “instabilidade endógena”. Para uma introdução cabal, ver Cooper et al (1989).

mente necessário distinguir entre capital financeiro, físico, humano e social. Embora a mobilidade do capital humano e social seja onerosa pelo mesmo motivo do trabalho, o capital financeiro pode apresentar elevada mobilidade internacional num espaço geopolítico que ultrapassa largamente a área monetária. Convém, porém, aditar um senão é que a mobilidade dos fatores tende a seguir um mecanismo de “causalidade circular”, agravando as assimetrias na área.⁷ Por conseguinte, permite um ajustamento eficaz a médio e a curto prazo, mas o mecanismo é suscetível de criar assimetrias a longo prazo que podem consubstanciar-se em descontentamento político.

2. *Diversificação da produção (Kenen)*: Países em que a produção e a exportação são muito diversificadas e/ou países com estruturas produtivas similares estão sujeitos a menos choques assimétricos (estruturas similares) ou a choques assimétricos de pequena dimensão (diversificação), evitando assim tensões na definição da política macroeconómica ao nível dessa área⁸.
3. *Abertura comercial (McKinnon)*: Os países que são muito abertos ao comércio e mantêm intensas trocas comerciais entre si têm mais probabilidades de sucesso na formação e manutenção de uma área monetária.
4. *Transferências orçamentais*: Os países que concordam em compensar-se por choques adversos têm mais probabilidades de produzir uma moeda comum forte. As transferências inter-regionais circunscrevem-se geralmente às fronteiras nacionais, quer implicitamente (sistema de segurança social), quer explicitamente (em Estados federais). São necessárias para garantir o consenso em torno da unidade nacional. Algo similar é ainda mais necessário quando são países e não regiões que aspiram a partilhar a mesma moeda.

7 Mecanismo de “causalidade circular”: à medida que os recursos produtivos abandonam uma zona deprimida no âmbito de uma deslocalização para uma região de expansão mais rápida, as perspetivas locais agravam-se e será ainda mais provável que outras saídas se sigam.

8 As dimensões económicas relativas dos países membros podem ser uma importante fonte de assimetria numa área monetária, especialmente quando na presença de um “grande ator” como no caso da Alemanha na UE e do Brasil no Mercosul. Canales-Kriljenko, Gwenhamo e Thomas (2013) estudam o papel da África do Sul na UAAA. Como contribuição para compreender as eventuais repercussões da Nigéria na área da CEDEAO/ECOWAS ver também o capítulo 2 de “Nigeria and South Africa: Spillovers to the Rest of Sub-Saharan Africa”, FMI (2012).

Integração monetária: a escolha da política certa

5. *Preferências homogêneas (binómio inflação/desemprego) nos países membros*: Os países onde existe maior consenso quanto à forma de lidar com os choques têm mais probabilidades de concordar com políticas similares. Este critério (não material!) de otimalidade é muito relevante para um acordo sobre as políticas necessárias em caso de choques simétricos e assimétricos (porque fornece a base para uma melhor compreensão das ações dos parceiros).
6. *Comunidade de destino (Baldwin)*: Os interesses económicos comuns podem ser o elemento aglutinante na criação de uma área de moeda única. Muito concretamente, num dado momento pode revestir interesse para um país abrir mão da autonomia política para obter credibilidade seguindo um líder na área. Mas esta situação inicial não garante que os interesses económicos dos países membros continuem a coincidir ao longo dos anos. Numa união monetária, os países têm forçosamente de enfrentar conflitos de interesses de vez em quando (possivelmente devido ao impacto assimétrico das políticas de ajustamento) e podem considerar a desintegração. A comunidade de interesses (critério não material) pode exercer uma pressão credível no sentido da aceitação dos custos económicos em nome de um fim superior.

A natureza endógena das áreas monetárias ótimas (AMO)

Uma linha de investigação notável e consolidada frisa a ideia de que o mero facto de participar numa união monetária modifica as estruturas e instituições domésticas de uma forma que é coerente com tornar o sistema nacional mais similar ao que seria necessário para que fosse um membro “ótimo” da área monetária (Frankel e Rose, 1998). De facto, a unificação política impôs uma moeda comum a um conjunto heterogéneo de regiões, com a consequência de produzir áreas monetárias que se caracterizam pela durabilidade. A questão mais interessante, porém, é saber se a criação de uma união monetária reforça endogenamente a otimalidade da área monetária quando os membros não são regiões do mesmo Estado-nação, mas sim Estados independentes.

Cabe assinalar que participar numa união monetária modifica de facto as estruturas e instituições económicas, de uma forma que reflete os incentivos produzidos pela própria unificação. A harmonização das instituições pode

reforçar a viabilidade e a sustentabilidade a longo prazo de uma área monetária (Tavlas, 2009). Por outro lado, a mudança estrutural é suscetível de produzir impactos assimétricos em diferentes países, regiões e setores (ver adiante), que podem motivar fortes tensões políticas nos países e/ou entre países membros. Consequentemente, a viabilidade política e económica de uma área monetária, em determinado momento, não equivale necessariamente a uma sustentabilidade política a longo prazo da mesma natureza – a não ser que tenham sido criadas instituições comuns para dar resposta a problemas de equidade intra-área.

Área monetárias: uma análise mais profunda dos benefícios microeconómicos.

Custos de transação e incerteza

Os benefícios microeconómicos de uma união monetária incluem a redução dos custos de transação, tanto diretos (operações cambiais em caso de mobilidade internacional de pessoas e bens) como indiretos (acesso mais fácil a informação sobre preços reais). Maior transparência nos preços simplifica as comparações entre produtos nacionais e estrangeiros, porque o preço é expresso na mesma moeda, aumentando potencialmente a concorrência.

Como as alterações das taxas de câmbio, no período de decisão, estão excluídas quando é adotada uma moeda comum, a incerteza é reduzida. Embora as decisões sobre transações de bens e serviços não tenham habitualmente um horizonte temporal muito vasto, no caso das decisões de investimento, a estabilidade das taxas de câmbio oferece uma significativa redução da incerteza e deverá permitir a tomada de decisões de investimento de mais qualidade a longo prazo. Curiosamente, as implicações a curto prazo da estabilidade das taxas de câmbio no comércio e na economia podem ser ambivalentes, na medida em que as oscilações dos preços (ditadas pelas flutuações das taxas de câmbio) podem oferecer oportunidades de negócio.

Assim, a redução da incerteza é valiosa, especialmente devido ao seu impacto nos investimentos transfronteiriços, que podem ser reforçados por economias de escala dinâmicas (crescimento “endógeno”). Outro benefício potencial, fruto da criação de uma união monetária, é o aumento da receita de senhoriação que deriva de maiores economias de escala nos mercados financeiros.

Integração monetária: a escolha da política certa

Trata-se neste caso de um benefício duvidoso, porventura relevante para a União Monetária Europeia.

É possível medir os benefícios microeconómicos esperados de uma união monetária?

Medir os benefícios microeconómicos esperados de uma união monetária requer um investimento maciço em investigação empírica, incluindo um certo grau de aproximação.

No caso do processo de integração europeia real e monetária, Emerson et al (1988) apresentaram uma estimativa geral do benefício esperado do mercado único europeu de 1992,⁹ que contribuiu para o reforço do consenso em torno da sua realização. Quanto aos demais benefícios esperados, na sequência da integração monetária, o Relatório da Direção-Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros (1990) também desempenhou um papel muito importante na criação de consenso. Porventura porque beneficiou de um forte sentimento pró-UE, devido ao êxito económico do lançamento do mercado único. Este lançamento produziu os seus efeitos económicos mais significativos antes de ser implementado, porque as atividades de investimento floresceram à medida que as empresas se preparavam para o evento, para estarem em condições de aproveitar todas as oportunidades que a realização do mercado único ofereceria. Depara-se mais uma vez com a importância das condições não materiais (expectativas, crenças, motivações) na modelação das consequências materiais de uma decisão política.

Como o impacto de uma unificação monetária ultrapassa largamente a redução dos custos de transação microeconómicos, é justo que se diga que o Relatório de 1990 da Direção-Geral foi um instrumento de comunicação eficaz, mas não uma exploração sólida do que estava envolvido na criação de “uma moeda única”. Não é uma deficiência, é uma realidade. A relevância da Sexta condição de Baldwin: Comunidade de destino, em particular, explicou-se com o tempo.

9 A base de informação para a estimativa dos benefícios esperados por Emerson et al (1988) foi fornecida graças a um exame exaustivo das alterações suscetíveis de ocorrer nos setores produtivos e mais relevantes em termos quantitativos – as consequências prováveis da abertura dos contratos públicos à concorrência no mercado único.

A natureza não material desta condição para a otimalidade não a torna menos exigente – é tão-só mais difícil de explorar e permanece ainda hoje praticamente inexplorada.¹⁰ Além disso, criar uma moeda comum era uma experiência inédita, carecendo, à uma, de precedentes aplicáveis e de consenso acadêmico quanto aos efeitos presumíveis. Embora o consenso teórico sobre a materialização dos benefícios microeconómicos resultantes da criação de um mercado único fosse vasto, as consequências micro e macroeconómicas da unificação monetária eram (e porventura permanecem) extremamente polémicas. Analise-se, pois, esta controvérsia.

União monetária: Quais são os custos macroeconómicos (e os benefícios)?

Mediante a adoção de uma moeda comum, os países membros perdem dois instrumentos políticos para o ajustamento externo e interno: política de gestão cambial e política monetária doméstica. No entanto, os membros podem obter ganhos macroeconómicos através de garantia mútua.

Perda de taxas de câmbio intra-área para ajustamento externo

Os países membros perdem a possibilidade de tirar partido da desvalorização da taxa de câmbio intra-área, que pode ser um instrumento de ajustamento muito eficaz consoante os preços sejam flexíveis ou rígidos, passando a procura agregada da produção externa para a interna quando a balança de transações correntes de um país apresenta evolução desfavorável. A desvalorização da taxa de câmbio intra-área é considerada um instrumento particularmente valioso, sobretudo quando o comércio intra-área representa uma percentagem considerável do comércio externo de um país (isto é, quando é preenchida a terceira condição da AMO). Largar mão da possibilidade de controlar as taxas de câmbio intra-área tem uma consequência gravosa: a flexibilidade salarial e a mobilidade dos trabalhadores permanecem como os únicos (onerosos!) mecanismos de ajustamento.

¹⁰ O Novo Institucionalismo Económico representa uma via interessante de exploração, cobrindo perspetivas a muito longo prazo, como em Acemoglu e Robinson (2012). A interação lógica e prática entre desempenho económico, democracia e instituições domésticas representa uma fronteira de investigação fascinante no estudo dos processos de integração.

Integração monetária: a escolha da política certa

O ajustamento é uma tarefa crucial e frequentemente penosa. As alterações das taxas de câmbio são geralmente consideradas um instrumento menos oneroso do que a redução dos salários reais para dar resposta às limitações orçamentais intertemporais de um país (por exemplo, corrigir o défice excessivo da balança de transações correntes). Do mesmo modo, ajustar as taxas de câmbio seria preferível caso um país precisasse de responder a um choque assimétrico que não afete outros países. No entanto, as provas empíricas acerca da eficácia das alterações das taxas de câmbio nominais para ajustamentos reais são, quando muito, contraditórias, com muitos exemplos de ciclos viciosos de inflação-desvalorização que têm um impacto muito limitado na competitividade dos preços reais. Acresce que a própria competitividade tem muitas determinantes, para além da concorrência em matéria de preços.

Por conseguinte, afigura-se razoável concluir que os custos macroeconómicos das precedentes taxas de câmbio intra-área são incertos e não devem ser exagerados.

Largar mão da autonomia monetária doméstica

Um segundo instrumento que, por definição, se perde numa união monetária é a política monetária doméstica. Ainda que os bancos centrais nacionais possam reter algumas das missões anteriores, têm de abdicar do controlo monetário. Quanto custará esta situação, em termos de espaço político perdido, permanece uma questão muito controversa.

O custo potencial prende-se com o facto de passar a ser impossível prosseguir a combinação preferida de políticas domésticas entre inflação e desemprego. Adotar uma taxa de câmbio flexível permite, em princípio, escolher a melhor taxa de inflação interna. Numa união monetária isto é impossível.

Mas é este realmente o custo macroeconómico de uma união monetária? Numa ótica monetarista, é bastante duvidoso, já que a neutralidade da moeda entra em ação e os agentes progressistas e racionais ajustam-se imediatamente às alterações das políticas monetárias. Por conseguinte, todas as políticas macroeconómicas, incluindo a política monetária, revelar-se-ão provavelmente

ineficazes para estabilizar o PIB ao nível desejado (acima do “natural”).¹¹ Por outras palavras, não há muito espaço político a perder na adesão a uma união monetária, sobretudo se o potencial membro da união monetária tiver pequenas dimensões, um mercado de capitais subdesenvolvido, nenhuma reputação e pouca experiência operacional num mundo em plena mobilidade dos fluxos de capitais. Esse país perderia pouco ou nada na adesão a uma união monetária. Pelo contrário, poderia contar com ganhos evidentes na dimensão da política monetária, porque a taxa de juro real pode diminuir depois da adesão, já que desaparece o prémio de risco associado ao funcionamento de uma política monetária independente (Artis, 2006).

Possíveis benefícios macroeconómicos de uma união monetária: “importação” de melhores políticas e garantia mútua

Os benefícios macroeconómicos de uma união monetária, para um determinado país, incluem a garantia implícita decorrente da colocação em comum das reservas estrangeiras e porventura da importação de uma gestão macroeconómica prudente de uma autoridade monetária externa mais conceituada, como a autoridade monetária da economia dominante numa união monetária “incompleta” ou a autoridade monetária da União. O óbvio senão desta perspectiva é que assume, quase por definição, uma melhor qualidade de gestão macroeconómica pelo país ou pela instituição que define a política monetária para toda a área monetária (uma qualidade que é de esperar, mas que não pode ser dada com adquirida).¹² Além disso, a garantia mútua, enquanto tal, pode ser vista como geralmente desejável por todos os membros, num horizonte temporal mais vasto, mas numa perspectiva de curto a médio prazo, cada país é provável que contabilize a sua posição no mecanismo de garantia na coluna do “dar” ou na do “receber”. Por conseguinte, é necessário que existam razões válidas (materiais ou não materiais) para que um país aceite manter-se continuamente na coluna do “dar”.

11 Por exemplo, o anúncio de uma taxa de inflação doméstica “ótima” é temporalmente inconsistente na ótica monetarista; logo, não é eficaz na estabilização do PIB no nível desejado (De Grauwe, 2009).

12 A “queda” do sistema de Bretton Woods em 1971 pode ser explicada em termos de “instabilidade hegemónica” (Cooper et al, 1989).

Integração monetária: a escolha da política certa

Um outro potencial benefício macroeconómico que os países membros podem colher da adesão a uma união monetária é veiculado pelo facto de uma união monetária favorecer a formação de um mercado de capitais unificado,¹³ apto a conferir maior mobilidade à poupança nacional nos países. Tal poderia ajudar os países membros a fazer face aos choques assimétricos temporários, permitindo o alisamento do consumo. Mais uma vez, “o que é bom demais” pode acabar por ser mau, quando adia excessivamente o ajustamento permitindo a formação de desequilíbrios excessivos ou sobre-endividamento.

Mais incerto é saber se a formação de um mercado de capitais unificado pode ser útil para enfrentar problemas estruturais (choques permanentes, diferenciais de crescimento do PIB a longo prazo, desigualdades estruturais). É muito provável que a realização de um mercado de capitais unificado não seja suficiente e que venha a ser necessário um orçamento centralizado para o espaço integrado (como na UEM).

Seja como for, a eficácia dos mercados de capitais unificados para apoiar os países que se confrontam com choques tem mais a ver com as qualidades intrínsecas dos próprios mercados do que com o serem unificados. O papel das grandes instituições financeiras transnacionais não pode, de modo algum, ser subestimado a nível mundial, macrorregional e nacional.

Um custo macroeconómico adicional: maior vulnerabilidade financeira numa união monetária “completa”

A recente crise financeira revelou um segundo custo macroeconómico importante, a somar à perda dos instrumentos políticos a nível nacional. Este custo é a maior vulnerabilidade das dívidas soberanas nacionais.

13 Kalemli-Ozcan, Papaioannou e Peydró (2010) investigam os canais associados ao efeito do euro na integração financeira combinando dados sobre relações bancárias bilaterais com um conjunto de dados que regista o calendário das políticas de harmonização legislativa e regulamentar nos serviços financeiros em toda a União Europeia. Concluem que o impacto do euro na integração financeira justifica-se no essencial pela eliminação do risco cambial. A convergência legislativa e regulamentar também contribuiu para as transações financeiras transfronteiriças, ao passo que as trocas comerciais de bens não desempenham um papel importante na explicação do efeito positivo do euro na integração financeira.

Com efeito, os países membros de uma união monetária não têm controlo – por definição – sobre a moeda em que a própria dívida é emitida. Isto torna-os estruturalmente similares a países emergentes, que se vêem na impossibilidade de emitir dívida denominada na respetiva unidade monetária nacional, porque não seria considerado como investimento de carteira. Este “pecado original” (Eichengreen, 2003) é inerente a qualquer membro de uma união monetária, porque não há a possibilidade para este país de emitir moeda nacional para o serviço da dívida denominado em moeda nacional. Assim, não é possível reduzir o peso da dívida através de políticas inflacionárias. Por conseguinte, os ataques especulativos podem tornar-se mais frequentes. Há o risco de equilíbrios múltiplos e se o resultado é “mau” ou “bom” depende do sentimento do mercado, que pode, a longo prazo, ignorar variáveis fundamentais e centrar-se apenas na perspetiva a curto prazo (no entanto, o curto prazo pode ser suficientemente longo para exercer forte pressão nas políticas orçamentais domésticas).

A Espanha e o Reino Unido podem servir para ilustrar o paradoxo do “pecado original” (De Grauwe, 2011). Imagine-se um ataque especulativo às obrigações do Reino Unido: quando são vendidas as obrigações do tesouro britânico, a moeda nacional deprecia-se, o que ao longo do tempo impulsiona a produção doméstica do Reino Unido. O sistema não sofre qualquer crise de liquidez, porque a massa monetária do Reino Unido mantém-se inalterada. No caso da uma crise de liquidez, no entanto, o Banco de Inglaterra pode intervir como prestamista de último recurso (com um custo em termos de inflação).

Um ataque especulativo às obrigações do tesouro espanhol seria muito diferente. Quando as obrigações do tesouro são vendidas, os euros saem de Espanha e dirigem-se a outros países; mas não ocorre depreciação nem a produção doméstica é impulsionada. A massa monetária em Espanha diminui, provocando uma crise de liquidez que poderá levar a uma crise de solvência, dependendo da perceção do mercado. Isto é: uma crise da dívida soberana contamina uma crise bancária doméstica. Com mercados extremamente integrados (participação cruzada na dívida soberana), um “mau” equilíbrio num país tende a afetar os outros mercados financeiros (exportação da instabilidade).

Para além de custos e benefícios agregados de uma união monetária: avaliação dos impactos assimétricos nos países, regiões e setores participantes.

Ao avaliar os custos e benefícios de uma união monetária, a presença de assimetrias sugere prudência na criação de uma união monetária, mesmo quando se construa sobre uma precedente experiência bem-sucedida de integração real (quer um mercado único quer acordos comerciais preferenciais). “Um mercado, uma moeda” pode funcionar perfeitamente e criar enormes benefícios globais. No entanto, estes benefícios serão inevitavelmente distribuídos de forma assimétrica entre países, regiões e setores. Este resultado, reconhecido pela literatura sobre a integração real, é muito sólido e aplica-se igualmente à integração monetária. Mesmo as uniões monetárias bem-sucedidas, como a UEM, serão permanentemente postas em causa por conflitos de interesses objetivos entre países, regiões e setores.

Para além do impacto assimétrico dos efeitos microeconómicos de uma união monetária (que aumentará as transações transfronteiriças, aprofundará a integração e, por conseguinte, produzirá vencedores e vencidos entre países, regiões e sectores), também há condições macroeconómicas que podem ser identificadas como causas autónomas de assimetrias numa união monetária. Entre as principais causas de assimetrias, particularmente relevantes para a experiência europeia, contam-se as seguintes: diferentes instituições de mercado de capitais e de trabalho, diferentes ritmos de crescimento a longo prazo, diferentes preferências nacionais quanto ao binómio inflação/desemprego, diferentes perspetivas sobre o papel que compete ao setor público e diferentes sistemas fiscais.

Na sua análise abrangente da literatura, avaliando as vantagens e desvantagens das uniões monetárias na África Austral, Tavlas (2009) recorda vários estudos de propostas de uniões monetárias para África, ilustrando os custos potenciais de uma política monetária do tipo “solução universal” aplicável a membros de uniões prospetivas, muito diferentes sob todos os aspetos, para realizar uniões monetárias sustentáveis. Tavlas faz ainda referência a assimetrias problemáticas que vão de estruturas produtivas (donde choques assimétricos dos termos de troca) à eficácia institucional (responsabilização democrática, corrupção, e eficiência da administração pública). Debrun, Masson e Pattillo (2010) confirmam a importância das assimetrias para o caso

africano. Elaboraram uma análise custo-benefício da integração monetária para as uniões monetárias em prossecução ativa em África e demonstraram que os benefícios da união monetária tendem a provir de uma política monetária mais credível, enquanto os custos derivam de choques assimétricos e disparidades orçamentais. Além disso, as suas simulações indicam que as propostas uniões monetárias da EAC, da CEDEAO/ECOWAS e da SADC surtem francos benefícios para alguns membros potenciais, mas modestos ganhos líquidos e, por vezes, prejuízos líquidos para outros.

O impacto “real” de uma moeda comum (De Grauwe)

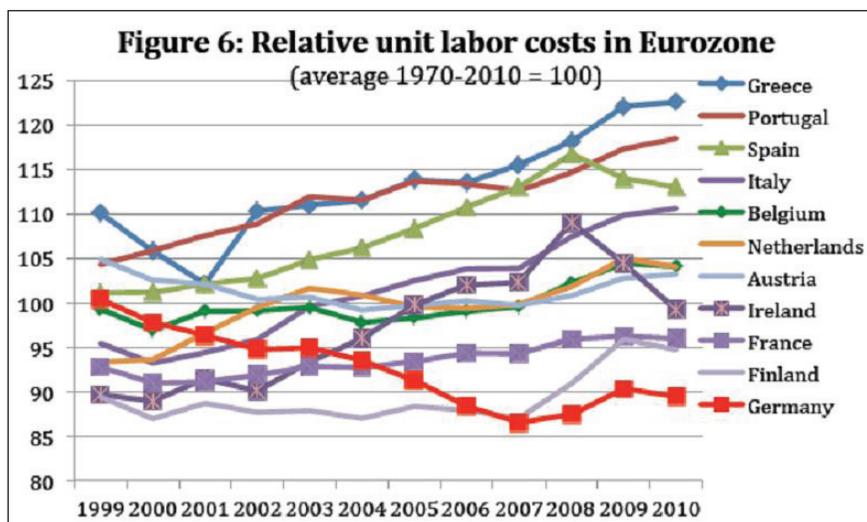
Uma moeda comum não põe termo aos problemas com que um país se confronta relativamente a restrições orçamentais intertemporais externas, segundo as quais nenhum país pode sistematicamente ser devedor estrangeiro através dos défices da balança de transações correntes (e nem sequer durante muitos anos consecutivos, se for um país pequeno e relativamente débil). Numa união monetária, o problema do equilíbrio intertemporal da balança de pagamentos parece agravar-se pela adesão à união (Berger e Nitsch, 2010), devido a mecanismos relacionados quer com os fluxos comerciais, quer com os financeiros, quer com ambos (Atoyán, Manning e Rahman, 2013).

Em particular, a competitividade dos preços da produção nacional continua a ser um problema numa união monetária, porque largando mão da gestão da taxa de câmbio nominal, cada país ou região acaba por ter de enfrentar as alterações das taxas de câmbio reais (ver tabela 1).

Os diferenciais de produtividade e os diferenciais de inflação são importantes no que respeita à sustentabilidade do crescimento a longo prazo de um país/região. As divergências nas posições competitivas na área do euro devem ser compreendidas e avaliadas adequadamente.¹⁴

14 Testes de Mongelli (2010b) relativos a uma relação sistemática entre o índice de integração institucional e o grau de integração económica, medido em função da abertura de comércio na UE.

Tabela 1: Custos unitários de trabalho relativos na área do euro
(média 1970-2010 = 100)



Fonte: Comissão Europeia, Ameco, citado em De Grauwe, 2011, p.12

Por que motivo ocorrem estas divergências? Por uma variedade de motivos, que podem ser explicados resumidamente pelo facto de grande parte das políticas económicas permanecerem em mãos nacionais. As políticas de despesas públicas, de tributação, salarial e social são todas decididas a nível nacional. Além disso, as alterações estruturais nos mercados de trabalho ficam-se pelas fronteiras nacionais. Isto reforça o potencial para evoluções divergentes a nível de salários e preços e para alterações significativas na posição competitiva, que, por seu turno, suscita intrincados problemas de ajustamento externo.¹⁵ Com efeito, os movimentos divergentes na competitividade na área do euro são, em parte, fruto de diferentes mudanças estruturais nas instituições do mercado de trabalho. As diferenças nas instituições nacionais do mercado de

¹⁵ De Grauwe (2011) dá o exemplo da moderação salarial e da redução dos custos unitários de trabalho na Alemanha, que podem ser explicados pelo facto de o poder dos sindicatos ter diminuído mais na Alemanha do que em qualquer outro país da área do euro, provavelmente devido ao aumento da posição negocial dos empregadores alemães, que podem de forma credível ameaçar deslocalizar as suas atividades para os vizinhos países da Europa Central.

trabalho podem criar choques assimétricos, que porventura originarão grandes custos de ajustamento.¹⁶

Um mercado, uma moeda, muitos Estados: a “arquitetura” institucional de uma união monetária

Conforme já argumentado, uma união monetária não se limita à economia. Os critérios da área monetária ótima (AMO) enviam sinais ambíguos e inconclusivos, porque custos e benefícios são assimetricamente distribuídos nos países e entre eles. Por isso não há (nem pode haver) um “interesse nacional” claramente identificado que seja invariável ao longo do tempo. Assim, nenhum conjunto de políticas bem definidas poderá transformar automaticamente um número de países numa AMO. Em particular, a convergência puramente nominal pode ser necessária mas não é suficiente. Uma vez implantada uma união monetária, tanto as políticas nacionais como as políticas da união têm de ser constantemente adaptadas ao ambiente económico em evolução, tendo sempre presente que os países, setores e regiões negativamente afetados podem constituir um obstáculo ao bom funcionamento da própria união.

A área do euro não pode ser qualificada como uma perfeita AMO. Tem funcionado e continuará a funcionar a custo. Custo esse que corresponde a zelar por que os parceiros débeis sejam apoiados pela união, com vista a encorajar a autonomia (ou seja aplicando uma visão “positiva” da subsidiariedade em que os problemas são enfrentados ao nível político mais baixo possível). Estes custos tendem a surgir nos mercados de trabalho e no desemprego, em tensões políticas (nos e entre países) na presença de choques assimétricos e devido à emergência das tendências protecionistas na eventualidade de choques simétricos (como o período de recessão prolongada que se atravessa). É necessária disponibilidade para suportar estes custos para que

16 Segundo Dullien e Fritsche (2009), alguma divergência no interior da união não é necessariamente sinónimo de dificuldades. A questão importante não é se as taxas de inflação diferem, mas se as diferenças resultam de características estruturais da economia suscetíveis de terem consequências graves a médio e a longo prazo. Por exemplo, uma taxa de inflação doméstica acima da média torna o investimento no setor transacionável menos atraente, enquanto o financiamento mais barato pode levar a investimento excessivo no setor da habitação. Constantes desvios na evolução do preço podem conduzir a uma forte sobrevalorização, em que os lucros sofrem e os investimentos contraem-se. Uma histerese pode manter o país num período prolongado de crescimento económico inferior à tendência.

Integração monetária: a escolha da política certa

a união monetária seja preservada e também para os manter no mínimo (que pode ser entendido politicamente como um valor demasiadamente alto, mas as políticas inadequadas agravá-lo-ão). Segundo De Grauwe (2011), a questão crucial é a seguinte: pode uma união monetária sobreviver sem união política?

Ao analisar que políticas são necessárias para uma união monetária, os parágrafos seguintes considerarão três pontos básicos: Em primeiro lugar, a arquitetura política: que desenho institucional deve ser delineado para as políticas da união e dos países membros. Em segundo lugar, a necessidade de uma estrutura institucional “incompleta”: política futura e ações institucionais, que são imprevisíveis nos seus pormenores, serão necessárias à sobrevivência da união monetária, e os países membros deverão estar prontos a adotá-las quando necessário (isto é, decisões contingentes no interior da arquitetura, possivelmente “forçando” reformas informais e substanciais). Em terceiro lugar, políticas de transição: por um lado, que políticas serão adotadas durante a transição para a criação de uma moeda comum e, por outro, expansão ou redução na sua composição?

Arquitetura política numa união monetária. Política monetária numa união monetária: arquitetura institucional e objetivos

Serão examinadas duas questões essenciais. A primeira refere-se à independência do banco central face à influência política: Qual deve ser o grau de independência de um banco central da interferência política? E qual pode ser? A segunda refere-se à estrutura de governação interna do banco central: Como se comparam as duas alternativas básicas? Nomeadamente uma estrutura federal (como a FED), que tenha em consideração as perspetivas dos membros, ou um conselho como principal órgão de decisão em que é requerido aos seus membros que NÃO representem os países membros [à semelhança do banco Central Europeu (BCE) e do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC)]? Devem os resultados da votação das decisões de política monetária

no conselho serem transparentes ou não?¹⁷

Estas questões suscitam um conjunto complexo de problemas interdisciplinares e é muito provável que exijam respostas adequadas a situações concretas. Nenhum desenho institucional consegue satisfazer as necessidades de todos os aspirantes a membros, em qualquer momento, e possivelmente nem mesmo as necessidades de todos os membros ao longo do tempo.

Quanto aos objetivos institucionais da política monetária, a discussão de fundo na área da economia consiste em saber se os objetivos estão inseridos num quadro em que prevalecem as regras ou a discricionariedade. No séc. XX – o século em que nasceu a gestão macroeconómica – assistiu-se a grandes oscilações. A atitude prevalecente no mundo ocidental, após o colapso do sistema de Bretton Woods (do poder externo) e na sequência da insatisfação com a situação inflacionária por que muitos países passaram nos anos setenta (discricionariedade), saldou-se por um acordo de que as regras monetárias (regras internas) poderiam oferecer uma solução viável, disponibilizando uma âncora nominal para estabilizar os preços a curto e a médio prazo sem afetar o crescimento a longo prazo (enquanto a gestão monetária ativa a curto prazo parecia produzir variabilidade nominal a curto prazo e nenhuns efeitos visíveis no crescimento a longo prazo, devido a rápidas adaptações às expectativas). Percebem-se assim as razões por que a arquitetura da área do euro prescreve a “estabilidade dos preços” com um objetivo institucional do BCE/SEBC. Essa decisão representou a imitação institucional da melhor gestão monetária efetiva a médio e a longo prazo na área na altura, nomeadamente pela Alemanha.

Quanto aos instrumentos políticos, deve analisar-se igualmente aqueles através dos quais os objetivos da política monetária institucional de uma União serão realizados. Tradicionalmente, considera-se que os efeitos das ações de política monetária são transmitidos através de vias monetárias ou credití-

17 Gersbach e Hahn (2009) discutem as vantagens e os inconvenientes da transparência na votação numa união monetária. Muitos bancos centrais – incluindo o Banco de Inglaterra e o Banco do Japão – publicam o registo das votações e as atas das suas reuniões, enquanto o Banco Central Europeu tem insistido sempre em manter secretas as informações sobre o processo decisório. Argumentam, pois, que o BCE, enquanto banco central de uma união monetária, está dentro da razão ao fazê-lo, na medida em que a falta de transparência na tomada de decisões tende a proteger uma instância da interferência política dos políticos nacionais na tentativa de promover os interesses nacionais.

Integração monetária: a escolha da política certa

cias — a visão da política monetária pelo prisma do dinheiro ou pelo prisma do crédito. Na primeira, alterações na quantidade nominal de dinheiro afetam diretamente as despesas públicas, enquanto, na segunda, as operações de mercado aberto induzem alterações nas taxas de juro que afetam as despesas públicas. A escolha da UEM dirigiu-se para o controlo da inflação.¹⁸

No entanto, a tónica colocada exclusivamente na estabilidade dos preços, típica da experiência da UEM, tem sido afetada pela crítica inicial da linha “esquerda”, sustentando que o crescimento também é importante. Mais ainda, uma crítica mais recente da linha “direita” é que os preços das atividades financeiras também são importantes e que a referência exclusiva ao deflator do PIB ou a índices similares é desajustada (ver, por exemplo, os relatórios anuais do Banco de Pagamentos Internacionais (BPI)). Por conseguinte, decidir que alvo (bens e serviços, ativos ou bens imobiliários) deve ser definido para o controlo da inflação precede a discussão dos instrumentos de política monetária.

Apesar de amplo consenso quanto ao facto de um banco central não independente, autorizado a aplicar políticas monetárias discricionárias, tenderia a produzir uma taxa de inflação alta e variável, com, na melhor das hipóteses, um impacto modesto nas taxas reais de crescimento e emprego a mais longo prazo, o profundo debate político mantém-se aberto. Será a estabilidade dos preços adequada como único objetivo institucional obrigatório? Ou deverá ser a estabilidade e o crescimento? Este importante debate mantém-se aberto na Europa e nos EUA, onde recentes políticas monetárias moderadas visam combater os elevados níveis de desemprego.

18 Davoodi, Dixit e Pinter (2013) discutem a eficácia do mecanismo de transmissão da política monetária nos países da África Oriental considerando as vias monetárias e creditícias. Concluem que a massa monetária e a taxa de juro de política, dois instrumentos de política monetária frequentemente usados, movem-se por vezes em direções que exercem efeitos expansionistas e restritivos que compensam a inflação — colocando sérios desafios à harmonização das políticas monetárias na EAC e à transição para a possível futura União Monetária da África Oriental.

Política fiscal: que grau de coordenação orçamental é viável e desejável?

São necessárias regras orçamentais comuns numa união monetária? Existem razões válidas para responder afirmativamente a esta pergunta. Como o incumprimento da dívida por parte de um país membro tem repercussões negativas em toda a união monetária e as situações problemáticas de dívidas públicas tendem a elevar as taxas de juro em toda a união monetária, o desenho institucional deverá limitar os incentivos a comportamentos oportunistas dos governos nacionais (Manasse, 2007).¹⁹

Esta posição foi fortemente criticada pela teoria dos mercados eficientes, segundo a qual os mercados financeiros são capazes de avaliar corretamente o risco de cada país membro. Esta crítica, que refletia a convicção geral antes de 2007, está a ser posta à prova com a crise financeira. Há bons motivos para crer que a insuficiência e a assimetria das informações e o comportamento estratégico por parte dos agentes, desde que suficientemente fortes para influenciar os preços de mercado, são características estruturais dos mercados financeiros, o que revela porventura um grau de ignorância estrutural que não devia ser descurado. Cabe, porém, reconhecer igualmente que concentrar a atenção obsessiva ou quase exclusivamente nos indicadores diários (nomeadamente, o diferencial entre a taxa de juro de referência e a nacional) parece perpetuar a tradição de atribuir aos mercados financeiros a capacidade de levar a cabo uma avaliação correta dos riscos nacionais.

As regras orçamentais comuns também são alvo de uma crítica prática, que não teórica, fruto de uma pergunta diferente: Serão as regras orçamentais comuns realmente viáveis? Elas são muito difíceis de aplicar mesmo quando aprovadas (tanto devido a práticas contabilísticas criativas como a pressões políticas). Enquanto a contabilidade criativa requer tão-só práticas mais trans-

19 O documento centra-se nos efeitos disciplinadores dos limites dos défices orçamentais comuns, em comparação com as regras “nacionais” de equilíbrio orçamental e as implicações das regras comuns na política de estabilização. A falta de incentivos à consolidação orçamental em períodos favoráveis é precisamente o motivo por que muitos observadores criticaram o Pacto de Estabilidade e Crescimento. Os resultados sugerem que os limites dos défices tornam-se menos eficazes para assegurar a disciplina orçamental quando a economia está exposta a maior volatilidade do produto. Este resultado lança dúvidas quanto à adequabilidade desta estrutura para as economias que enfrentam maior volatilidade do produto.

Integração monetária: a escolha da política certa

parentes e coordenadas, poderá ser difícil resistir à pressão política.

Os critérios orçamentais são muito importantes, porque a política fiscal é o principal instrumento através do qual os governos nacionais podem influenciar o desempenho macroeconómico. Regulamentação e vigilância recíproca devem garantir a congruência com a sustentabilidade interna e externa.²⁰

Examinando a experiência do Pacto de Estabilidade e Crescimento, não se pode deixar de mencionar os problemas de definição e aplicação a este respeito. Os limites impostos pelo Tratado de Maastricht (a dívida pública não deveria ultrapassar 60% do PIB; o défice orçamental não deveria ultrapassar 3% do PIB) são questionáveis do ponto de vista económico (não são “números mágicos”) e frágeis do ponto de vista político. Os défices podem ser insustentáveis devido ao nível das despesas públicas (G) e receitas fiscais (T) e não apenas pelas suas diferenças (tanto G/PIB como T/PIB podem ser muito elevados). Similarmente, os défices podem ser insustentáveis devido à composição interna de G (despesas correntes contra despesas de investimento) e T (receitas fiscais contra rendimentos fiscais, equidade fiscal entre os contribuintes, etc.).

Uma pergunta mais significativa seria então: *Deverão ser concebidas regras orçamentais comuns, que deem importância à qualidade e não apenas à quantidade?* Reputa-se ser esta uma das questões mais prementes face à atual experiência da União Europeia, reclamando a revisão total da filosofia subjacente às regras orçamentais.

Política financeira: prossecução da estabilidade financeira numa união monetária

O difícil percurso, descrito por Bagehot, requerido para equilibrar a concessão de empréstimo de último recurso em casos de falta de liquidez (que convém distinguir de insolvência), com a prevenção de situações de risco moral e a

²⁰ Iossifov et al (2009) discutem os critérios orçamentais na Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC) com vista a melhorá-los alargando os atuais critérios da região para incluir a vigilância dos choques externos. Argumentam que os indicadores orçamentais, excluindo as receitas do petróleo, como sejam a orientação orçamental não petrolífera, o impulso orçamental não petrolífero e o saldo primário não petrolífero, deverão receber atenção fulcral.

ameaça à credibilidade do banco. Este percurso tornou-se ainda mais difícil com a inovação financeira e a globalização, e com o aumento do número das instituições financeiras “demasiado grandes para falir” (ver igualmente os debates do Fundo Monetário Internacional sobre a necessidade mundial de um prestamista de último recurso²¹).

Um importante ensinamento da crise financeira tem sido que a regulação e a supervisão do sistema financeiro necessitam maior orientação macroprudencial. Implícita está a realização (a redescoberta, poder-se-ia dizer) que as tradicionais políticas de estabilização macroeconómica e microprudenciais não são suficientes, já que deixam uma lacuna regulamentar. Esta lacuna é criada por externalidades que os atores financeiros individuais não internalizam e pelo comportamento coletivo que os mecanismos do mercado não estão preparados para resolver. Daí resultam interdependências e ações individuais e coletivas que determinam excessivos efeitos de prociclicidade e fragilidades sistémicas (Agur e Sharma, 2013). Donde, a questão: *Como desenhar a regulação e a supervisão financeira com uma política monetária comum?*

O setor bancário e financeiro entre países será provavelmente reforçado pela criação de uma moeda comum, donde a necessidade de solucionar problemas relacionados com a arquitetura institucional da supervisão financeira e da política financeira, incluindo uma possível união bancária²². Esta questão foi largamente subestimada na preparação da União Monetária Europeia, mas no séc. XXI uma união monetária manter-se-á ou cairá em função da adequação da sua arquitetura política financeira. Como é sabido, o desenho financeiro da área do euro prevê uma moeda comum, emitida e gerida por uma autoridade monetária única e por uma pluralidade de instituições nacionais encarregadas da supervisão financeira. Um mercado financeiro, uma moeda, muitas instituições nacionais encarregadas da supervisão financeira: uma estrutura institucional claramente problemática que tem revelado a sua inadequação durante a crise financeira.

21 Fischer (1999); Jeanne, Wyplosz (2003).

22 IO FMI (2013b) explora minuciosamente os elementos necessários para a união bancária: estrutura de supervisão única, mecanismo de resolução único, rede de segurança comum, recapitalização direta do MEE, recapitalização da banca.

Como deverá ser estruturada esta atividade de “concessão de empréstimos + supervisão” numa união monetária?

Em princípio, uma união monetária pode proporcionar melhor proteção contra uma crise financeira. O papel de prestamista de último recurso funciona melhor numa área monetária grande. Os bancos nos pequenos países fora da área do euro apresentam grandes percentagens de passivos expressos em moeda estrangeira. Quando os passivos em moeda estrangeira são retirados, o banco central nacional não pode fornecer a liquidez necessária. Inversamente, os bancos de pequenos países na área do euro apresentam uma percentagem maior de passivos em euros e o BCE pode injetar quantidades ilimitadas de liquidez em euros.

Por conseguinte, a gestão localizada da crise, em princípio, deverá ser mais fácil numa união monetária. No entanto, tal gestão envolve inevitavelmente conflitos entre interesses nacionais, de tal forma que a derrogação nacional torna-se apeteável. Como uma crise bancária leva invariavelmente à recessão, gerir o processo de ajustamento depois de a crise bancária estar resolvida revela-se politicamente custoso. Por conseguinte, os países que são membros de uma união monetária podem ter mais dificuldade em sair da recessão do que os países “autónomos” que podem depreciar a moeda na esperança de fomentar a procura agregada.

Enquanto o BCE/SEBC entraram no mercado para conceder empréstimos de último recurso a nível da área do euro que permitissem manter a “hidráulica” do sistema a funcionar, a esfera da supervisão financeira permaneceu nas mãos das autoridades nacionais. Isto criou graves tensões entre países sempre que as instituições financeiras e bancárias transfronteiriças se viram em situação difícil. Quando a filial do banco A, operacional no país B, enfrenta problemas de falta de liquidez-insolvência, quem é responsável? O país B, onde a filial opera, ou o país A, onde a instituição-mãe tem sede? Por outro lado, as práticas contabilísticas nas instituições financeiras transfronteiriças permitem transferir lucros e prejuízos. Eis o motivo por que surgiu na UE o debate sobre a necessidade de uma união bancária.²³

²³ Ver caixa 1. European Union: Existing Framework for Financial Stability in IMF (2013b), p.10-11.

Pisani-Ferry (2012) apresenta uma análise muito clara que aborda a debilidade inerente ao desenho institucional da UEM em termos de um “novo” trilema já que as três atuais características do desenho institucional só podem ser comparadas duas a duas: nomeadamente, a proibição formal de financiamento monetário dos défices orçamentais, interdependência e exposição dos bancos às dívidas soberanas e inexistência de corresponsabilidade pela dívida pública. Desta “trindade” de opções de reforma destacam-se: em primeiro lugar, o alargamento do mandato do BCE para ultrapassar a regra da “proibição do financiamento monetário” e assumir o papel de prestamista de último recurso para as dívidas soberanas; em segundo lugar, a criação de uma federação bancária; em terceiro lugar, a instituição de uma união orçamental com obrigações comuns.²⁴

Cabe recordar que a Comissão Europeia (CE) publicou um Livro Verde a 23 de novembro de 2011 (CE, 2011) sobre a viabilidade de introduzir as chamadas “obrigações de estabilidade”²⁵. No entanto, como não foi dado nenhum passo decisivo na seleção de uma das três opções, apesar de um certo grau de inovação nas facilidades europeias de estabilidade financeira e de alguns passos tímidos em direção a uma união bancária, as fases subsequentes da crise da dívida soberana têm sido resolvidas com estratégias individualizadas, tornando muito complicadas as soluções para problemas relativamente pequenos (Chipre). Por outras palavras, a indecisão institucional e política revela-se extremamente onerosa.

O regime cambial de uma área monetária quanto aos países não membros

No caso da UEM, esta questão não mereceu grande discussão, o que se pode dever a uma variedade de fatores. Entre eles, convém mencionar a escala

24 Claessens, Mody e Shahin (2012) discutem propostas para títulos de dívida pública comuns na área do euro desempenhando duas funções: serviriam para, a curto prazo, estabilizar os mercados financeiros e os bancos e, a médio prazo, melhorar a estrutura de governação económica da área do euro, através do reforço da disciplina orçamental e da partilha de risco.

25 Inicialmente, a fundamentação da emissão comum centrou-se principalmente nos benefícios do reforço da eficiência do mercado, graças a maior liquidez no mercado de títulos da dívida soberana e no sistema financeiro na área do euro. Mais recentemente, no contexto da presente crise da dívida soberana, o centro do debate passou para aspetos de estabilidade.

Integração monetária: a escolha da política certa

das transações intra-área na UE – que limita obviamente a importância das taxas de câmbio externas para o produto e o emprego na área, bem como a experiência consolidada dos países membros das flutuações das taxas de câmbio em relação ao dólar dos Estados Unidos. Por isso, o Tratado de Maastricht isentou o BCE da responsabilidade da política cambial, incumbindo níveis políticos mais elevados de estabelecer o controlo das taxas de câmbio e de celebrar acordos de câmbio com não membros.

A questão de uma política cambial comum face a países terceiros pode ser muito mais relevante quando a área monetária é pequena e/ou a percentagem de transações intra-área não é muito importante. Chegar a um acordo seria especialmente difícil se não houver um parceiro económico externo “dominante”, o que é comum a todos os membros da união monetária.

Podem as uniões monetárias aumentar a convergência económica? Na afirmativa, em que áreas e em que medida?

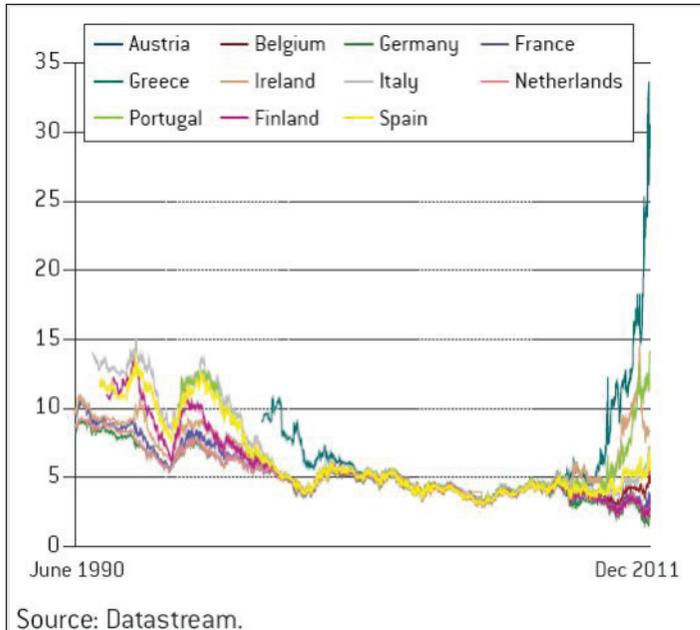
A convergência macroeconómica: o efeito “lua-de-mel” e depois dele

Uma experiência típica, comum a uma variedade de processos de integração, é o chamado efeito “lua-de-mel”. A fase inicial de um processo de integração tende a mostrar sinais muito positivos e expectativas de sucesso – resultando porventura em situações críticas (ver, por exemplo, a crise financeira do México na sequência da realização do Acordo de Livre Comércio da América do Norte, NAFTA).

Existem provas manifestas do efeito “lua-de-mel” no desempenho macroeconómico e financeiro da área do euro. Em particular, os diferenciais das taxas de juro das obrigações de dívida pública convergiram rapidamente depois da criação da UEM e permaneceram estáveis e muito baixos (possivelmente, demasiadamente baixos!) durante um período relativamente longo. A tabela 2 ilustra claramente que, porque a união monetária elimina o risco cambial e os passivos domésticos são redenominados na nova moeda, o risco global de passivos domésticos esperado pelos mercados é reduzido (efeito “lua-de-mel”). Esta nova situação tende a suavizar as restrições impostas pelo mercado quanto ao volume de títulos de dívida pública interna que pode ser emitido, porventura aliviando as pesadas limitações orçamentais de países individuais.

Se a emissão de dívida for excessiva, surgirão problemas de sustentabilidade. Não só a “lua-de-mel” não dura para sempre, como também pode afetar endogenamente a sustentabilidade financeira de países individuais, bem como toda a área, de modo negativo.

Tabela 2: Rendibilidade a 10 anos das obrigações de dívida pública de países selecionados da área do euro entre 1990 e 2011



Fonte: Pisani-Ferry 2012, p. 5

A convergência efetiva não é um resultado inevitável da união monetária

Uma moeda comum pode ser uma base influente para um processo de integração ascendente, incluindo a “desagregação” do comércio e do produto, a mobilidade dos fatores e o investimento transnacional. É uma base, não é uma causa determinante direta! As verdadeiras decisões de integração tomadas por agentes individuais derivam de um conjunto complexo de expectativas, motivações e crenças. Os fatores não materiais das ações reportam-se a

Integração monetária: a escolha da política certa

um conjunto (incompleto) de informação relativa à dimensão física da própria decisão (tecnologia relevante, custos locais contra custos externos e condições de mercado).

Verifica-se uma espécie de assimetria face aos custos das trocas comerciais relacionados com as diferentes moedas usadas por parceiros de comércio, finança e/ou investimento, que podem implicar a decisão de não concretizar as oportunidades de integração, enquanto por outro lado a simples existência de uma moeda única não implica automaticamente que as oportunidades de integração existam, surjam ou sejam reconhecidas.

Tal ocorre porque facilitar as condições materiais, como, por exemplo, uma moeda comum, pode ser necessário para certas formas de integração (cuja implementação já é considerada desejável), mas por outro lado uma moeda comum não basta para lhe dar corpo se as condições materiais (como os custos de transportes²⁶) e as condições não materiais (como a confiança mútua) não estiverem satisfeitas.

Será que uma moeda comum estimula outras formas de integração?

Os processos de integração, incluindo as uniões monetárias, criam vencedores e vencidos nos países e entre eles. A divergência nas tendências de competitividade a longo prazo também contribui para gerar tensões na área. Estas forças ponderosas nunca devem ser ignoradas. A coesão e as políticas estruturais são necessárias para a sobrevivência (política) da união monetária. Assim, é preciso um orçamento comum de montante congruente.

Porque a coesão e as políticas estruturais redistribuem custos e proveitos, são forçosamente controversas: numa união monetária uma tensa negociação política entre membros é fisiológica e não necessariamente patológica. Importa que as relações institucionais não se deterioresem até atingirem um nível de

²⁶ O conjunto de dados sobre os custos das trocas comerciais do banco Mundial (disponível em http://data.worldbank.org/data-catalog/trade-costs-dataset?cid=ISG_E_WBWeeklyUpdate_NL) oferece informações muito interessantes sobre os custos das trocas comerciais bilaterais. Estes custos reais continuariam a ser um obstáculo à integração na área, a despeito da unificação/cooperação monetária, a não ser que fossem diretamente resolvidos por políticas estruturais adequadas

tensão tal que seja impossível de gerir. Por conseguinte, os países parceiros, que partilham uma moeda comum e a governação da área monetária,²⁷ *devem* estar preparados para discutir e prosseguir a integração, sempre que requerido por fortes tensões assimétricas que ponham em risco a estabilidade da estrutura monetária. Por outras palavras, os países membros devem estar prontos a aceitar que, em determinado momento, a arquitetura política da união exige reformas e complementos.

Em suma, a resposta à pergunta “pode uma moeda comum estimular outras formas de integração?” é muito intrincada: ou ela traz novas formas de integração institucional (como sugere o desenrolar dos acontecimentos na União) e a moeda comum sobrevive, ou ela não as traz e a união enfrenta crises inevitáveis até ao eventual colapso.

Unões monetárias: o que se aprendeu com a experiência da UE?

Sobre a fase preparatória de uma moeda comum

A filosofia subjacente ao Tratado de Maastricht, que estabeleceu as bases para a unificação monetária europeia, era que a convergência monetária e financeira (proporcionada pela estabilidade das taxas de câmbio no âmbito do Sistema Monetário Europeu e pela convergência das taxas de juro nominais) era um pré-requisito para a elegibilidade. Juntamente com a observância das normas orçamentais, os dois “números mágicos” (a dívida pública não deveria ultrapassar 60% do PIB; o défice orçamental não deveria ultrapassar 3% do PIB) foram arbitrariamente interpretados, tendo o último critério sido explicitamente reformulado em termos de mudança de direção para uma meta de 60%.

De facto, a crise de 1992 do Sistema Monetário Europeu ditou a sua reforma, permitindo uma flexibilidade das taxas de câmbio muito maior dentro do sistema (mais ou menos 15% em relação às paridades). As flutuações das taxas de câmbio foram muito mais contidas, mas as grandes margens de flexibilidade permitiram desvios significativos das paridades centrais, tornando os ataques especulativos muito menos prováveis porque aposta muito menos segura.

27 Não se faz aqui referência às práticas de moeda comum, ligando um país muito pequeno ao seu grande parceiro natural como no caso de San Marino e da Itália. Seria um caso relativamente fácil.

Integração monetária: a escolha da política certa

Isto é, na fase preparatória, a orientação política dos futuros membros da união monetária (revelando o seu empenho numa coordenação política substancial) parecia ser muito mais relevante para o sucesso da fase de transição do que a definição formal das regras de convergência.

Em última análise, a união monetária representa simplesmente um passo (possivelmente “bem preparado”) rumo a um novo regime. Da experiência europeia, parece ser preferível não a considerar como a conclusão lógica de um processo de convergência harmonioso e ininterrupto, porque os choques (quer simétricos, quer assimétricos) não podem ser excluídos e será forçoso redesenhar o mapa dos vencedores e dos vencidos nos países e entre eles. Assim, a preparação para um processo contínuo de convergência nominal nunca será suficiente. O empenhamento real, enquadrado por requisitos formais mas flexíveis e básicos, parece ter funcionado melhor do que as estritas normas formais na fase preparatória da UEM.

Esta observação vem frisar a necessidade de os futuros membros de uma união monetária estarem preparados para todas as eventualidades na consecução do seu objetivo, sabendo que a profunda incerteza torna o futuro tudo menos previsível. Por outras palavras, num mundo onde a incerteza reina, não se pode falar em arquitetura institucional ideal nem em organização ótima da fase preparatória.

Desenho político institucional “incompleto” e sustentabilidade a longo prazo de uma moeda comum

Para além do desenho das instituições estritamente monetárias de uma união monetária, outras questões institucionais devem ser formuladas para o seu bom funcionamento, tal como o grau e a modalidade da coordenação das políticas orçamentais, que transpõem a fixação de um “número mágico” para a relação entre o défice e o PIB; a existência de um prestamista de último recurso, a vigilância transfronteiriça das instituições financeiras e bancárias; possivelmente, política cambial externa e, por último e necessariamente, um orçamento de coesão congruente a fim de resolver as divergências em compe-

titividade.²⁸

É necessário que o desenho institucional seja resiliente a choques imprevistos, mais do que ótimo em comparação com modelos necessariamente irrealistas. As arquiteturas incompletas (isto é: os acordos muito genéricos que serão ajustados ao longo do tempo) podem funcionar bem porque não são vistas como acordos perfeitos e imutáveis: por analogia com a análise microeconómica, um mundo incerto onde os custos de transação são importantes, requer contratos incompletos para compromissos sustentáveis a longo prazo em condições incertas (como os contratos de trabalho). Isto é, a sustentabilidade a longo prazo depende em larga medida do consenso político geral, que se analisa adiante.

União política nas uniões monetárias

A teoria das AMO tem sido usada quase exclusivamente para analisar se os países devem aderir a uma união monetária. No entanto, também pode ser usada para estudar as condições em que os atuais membros de uma união monetária podem querer *abandonar a união monetária*. Com efeito, a persistência dos Estados-nação numa união monetária é por si só uma fonte de possíveis choques assimétricos, porque a tributação e a despesa pública continuam a pertencer ao domínio de competência nacional e as políticas social e salarial tendem a ser definidas no plano nacional (ou mesmo infranacional). Isto ressalta a necessidade de discutir as possíveis consequências de acelerar a integração política numa união monetária.

Como uma união política afetaria a análise custo-benefício conducente à definição de uma AMO? Destacam-se dois canais de influência como os mais relevantes: em primeiro lugar, a união política facilita a criação de um sistema de transferências orçamentais que permitiria lutar contra choques assimétricos.

28 É interessante debater se as supramencionadas reformas institucionais poderiam (não apenas deveriam) realmente ser formuladas pela atual união monetária. Uma possível resposta nasce de uma revisita da história da cooperação monetária internacional, que deixa bem claro que substanciais mudanças de regime são possíveis mesmo sem alterar a estrutura institucional (ver o FMI, que alterou radicalmente o regime cambial sem mexer no dispositivo institucional, com alterações a posteriori limitadas a meras reformulações de texto. A mudança para taxas flexíveis ocorreu em 1973; a revisão dos Estatutos do FMI teve lugar em 1978, com a alteração do texto de “um sistema de taxas de câmbio estáveis” para “um sistema estável de taxas de câmbio”.

Integração monetária: a escolha da política certa

Em segundo lugar, a realização de uma união política reduz o risco de choques assimétricos que tenham origem política (por exemplo, choques devidos a despesas públicas e tributação, políticas sociais ou políticas salariais). Por conseguinte, a “otimalidade” de uma união monetária pode ser servida pela aceleração da união política.

Em todo o caso, a sustentabilidade de uma união monetária precisa de ser reforçada pela presença de um orçamento central a usar como mecanismo redistributivo entre Estados membros. Este não requer uma união orçamental completa (que pode mesmo produzir problemas de risco moral), mas um orçamento comum congruente e flexível, que permita o seu redimensionamento, se necessário.

O atual desafio para a UEM prende-se muito mais com a natureza assumida do Estado-nação, no âmbito do “novo trilema”. Se ela é assumida como irrenunciável, cada Estado membro deve ser defendido de choques temporários (incluindo a “irracionalidade” do mercado) na condição de que adira às regras do jogo coletivamente acordadas (nomeadamente, prudência orçamental e abertura dos mercados). Neste caso, podem ser necessários alguns “balões de oxigénio” para as dívidas públicas intra-união monetária. Se, por outro lado, cada Estado for responsável pelas dívidas próprias (sem cláusula de proibição de intervenção), terá de ser estabelecida alguma disposição para uma possível insolvência organizada.

A questão política que se coloca supera, em larga medida, os aspetos técnicos. A “comunidade de destino” constitui uma variável política permanente, frequentemente omitida, que marca a diferença entre uma área monetária frágil e uma sustentável. A título de exemplo, a união monetária alemã foi fruto de um forte sentimento nacional de comunhão de objetivos e de uma intensa consciência de pertença à mesma nação. A UEM é diferente porquanto este profundo motor político de integração está, na melhor das hipóteses, pouco desenvolvido a nível europeu.

O sucesso a longo prazo da área do euro depende do processo permanente de unificação política. Tal unificação política é necessária para reduzir a probabilidade da emergência de choques assimétricos e para integrar a área do euro numa estrutura mais vasta ligada por fortes laços políticos, que são imprescindíveis face aos inevitáveis ciclos económicos divergentes na área do euro.

Referências

- Acemoglu, D. e Robinson, J., 2012. *Why Nations Fail. The Origins of Power, Prosperity and Poverty*. Nova Iorque: Crown Publishers - Random House.
- Agur, I. e Sharma, S., 2013. *Rules, Discretion, and Macro-Prudential Policy*. FMI Documento de Trabalho, WP/13/65, março de 2013.
- Ahokpessi, C., 2013. *Determinants of Bank Interest Margins in Sub-Saharan Africa*. FMI Documento de Trabalho, WP/13/34, janeiro de 2013.
- Allen, F., Otchere, I. e Senbet, L.W., 2010. *African Financial Systems: A Review*. Working Paper 10-11, Universidade da Pensilvânia: Wharton Financial Institutions Center. Disponível: <<http://finance.wharton.upenn.edu/~allenf/download/Vita/Africa%20Financial%20Systems%20Mar%202010-final.pdf>>
- Anayiotos, G.C. e Toroyan, H., 2009. *Institutional Factors and Financial Sector Development: Evidence from Sub-Saharan Africa*. FMI Documento de Trabalho, WP/09/258, novembro de 2009.
- Artis, M. J., 2006. *What Do We Now Know About Currency Unions?* CEPR Discussion Paper No. 5677, Londres: Centre for Economic Policy Research, maio de 2006.
- Atoyan, R., Manning J. e Rahman, J., 2013. *Rebalancing: Evidence from Current Account Adjustment in Europe*. FMI Documento de Trabalho, WP/13/74, março de 2013.
- Baldwin, R., 2006. Multilateralising Regionalism: Spaghetti Bowls as Building Blocs on the Path to Global Free Trade. *The World Economy*, 29(11), pp.1451-1518. Disponível: <<http://graduateinstitute.ch/webdav/site/ctei/shared/CTEI/Baldwin/Publications/Chapters/Regionalism/Multilateralising%20Regionalism.pdf>>
- Baldwin, R. e Wyplosz, C., 2009. *The Economics of European Integration*. 3a edição. McGraw-Hill.

Integração monetária: a escolha da política certa

Baldwin, R., Gros, D. e Laeven, L. editores., 2010. *Completing the Eurozone Rescue: What More Needs to Be Done?* Londres: A VoxEU.org Publication, CEPR, junho de 2010.

Bank for International Settlements (BIS). Annual Report, various years.

Beetsma, R. e Giuliodori, M., 2010. The Macroeconomic Costs and Benefits of the EMU and Other Monetary Unions: an Overview of Recent Research. *Journal of Economic Literature*, 48(3), pp.603-41.

Beretta, S., 2012. Global Finance After the Crisis; Which 'Rules of the Game'? Em: S. Beretta e R. Zoboli, editores. *Crisis and change. The Geopolitics of Global Governance*. Milão: Vita e Pensiero.

Berger, H. e Nitsch, V., 2010. *The Euro's Effect on Trade Imbalances*. FMI Documento de Trabalho, WP/10/226.

Canales-Kriljenko, J. I., Gwenhamo, F. e Thomas, S., 2013. *Inward and Outward Spillovers in the SACU Area*. FMI Documento de Trabalho, WP/13/31, janeiro de 2013.

Claessens, S., Mody, A. e Shahin, V., 2012. *Paths to Eurobonds*. FMI Documento de Trabalho, WP/12/172, julho de 2012.

Comissão Europeia, 2011. *Green Paper on the feasibility of introducing Stability Bonds*. Bruxelas.

Cooper, R. N. et al., 1989. *Can Nations Agree? Issues in international economic Cooperation*. Washington D.C.: The Brookings Institutions.

Corsetti, G., 2008. *A Modern Reconsideration of the Theory of Optimal Currency Areas*. CEPR Discussion Paper no. 6712. Londres: Centre for Economic Policy Research. Disponível : <<http://www.cepr.org/pubs/dps/DP6712.asp>>.

Davoodi, H. R., Dixit, S. e Pinter, G., 2013. *Monetary Transmission Mechanism in the East African Community: An Empirical Investigation*. FMI Documento de Trabalho, WP/13/39, fevereiro de 2013.

Debrun, X., Masson, P. R. e Pattillo, C., 2010. *Should African Monetary Unions Be Expanded? An Empirical Investigation of the Scope for Monetary Integration in Sub-Saharan Africa*. FMI Documento de Trabalho, WP/10/157, julho de 2010.

Debrun, X., Masson, P. R. e Pattillo, C., 2005. Monetary Union in West Africa: Who Might Gain, Who Might Lose and Why? *The Canadian Journal of Economics*, 38, pp.454-81.

De Grauwe, P., 2006. What have we Learnt about Monetary Integration since the Maastricht Treaty? *Journal of Common Market Studies*, 44(4), pp.711-30. Disponível: <http://www.econ.kuleuven.be/ew/academic/intecon/Degrauwe/PDG-papers/Recently_published_articles/JCLS-2006.pdf>.

De Grauwe, P., 2009. *Economics of Monetary Union*. 8ª edição. Oxford University Press.

De Grauwe, P., 2011. *The Governance of a Fragile Eurozone*. Disponível: <http://www.econ.kuleuven.be/ew/academic/intecon/Degrauwe/PDG-papers/Discussion_papers/Governance-fragile-eurozone_s.pdf>.

Directorate-General for Economic and Financial Affairs, 1990. *One market, one money. An evaluation of the potential benefits and costs of forming an economic and monetary union*. European Economy, 44.

Dullien, S. e Fritsche, U., 2009. How bad is divergence in the euro zone? Lessons from the United States and Germany. *Journal of Post Keynesian Economics*, 31(3).

ECA (2007). *Regional Economic Integration in Africa. Multilateralism, Regionalism and Bilateralism in Trade and Investment: 2006 World Report on Regional Integration*. Em colaboração com a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento et al. Série Universidade das Nações Unidas sobre o Regionalismo, Vol. 1. Dordrecht: Springer. pp.127-157.

Eichengreen, B.J., Hausmann, R., and Panizza, U. 2003. *The Mystery of Original Sin*. Reproduzido em: Eichengreen, B.J. and Hausmann, R. eds., 2004. *Other People's Money: Debt Denomination and Financial Instability in Emerging Market Economics*. University of Chicago Press.

Integração monetária: a escolha da política certa

Eichengreen, B. J., 2008. *Globalizing Capital: A History of the International Monetary System*. 2a edição. Princeton University Press.

Emerson, M. et al., 1988. The economics of 1992. An assessment of the potential economic effects of completing the internal market of the European Community, Directorate-General for Economic and Financial Affairs. *European Economy*, 35.

European Financial Stability Fund, 2011. *FAQ*. [pdf] Disponível: <http://www.efsf.europa.eu/attachments/faq_en.pdf> [Página visitada em 20 de maio de 2011].

Fischer, S., 1999. *On the Need for an International Lender of Last Resort*. Discurso, American Economic Association and American Finance Association, Nova Iorque, 03 de janeiro de 1999. Disponível: <<http://www.imf.org/external/np/speeches/1999/010399.HTM>>.

FMI, 2012. *Sub-Saharan Africa. Maintaining Growth in an Uncertain World*. World Economic and Financial Surveys, Regional Economic Outlook, Washington, outubro de 2012.

FMI, 2013a. *European Union: Financial System Stability Assessment*. FMI Relatório do País, 13/75, Washington D.C.: FMI.

FMI, 2013b. *A Banking Union for the Euro Area*. Preparado por Goyal, R., Koeva Brooks, P., Pradhan, M., Tressel, T., Dell'Ariccia, G., Leckow, R. e Pazarbasioglu, C., Washington D.C.

Frankel, J. A., 1999. *No Single Currency Regime is Right for All Countries or at All Times*. Princeton: Universidade de Princeton, Seção International Finance.

Frankel, J.A. e Rose, A.K., 1998. The endogeneity of the optimum currency area criteria. *The Economic Journal*, 108, pp.1009-25. Disponível: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1468-0297.00327/abstract>>.

Gersbach, H. e Hahn, V., 2009. Voting Transparency in a Monetary Union. *Journal of Money, Credit and Banking*, Blackwell Publishing, 41(5), pp.831-53. Disponível: <http://ideas.repec.org/a/mcb/jmoncb/v41y2009i5p831-853.html>.

Gu, X., 2012. *Structural Power. The Rise of China and the US*. Em: S. Beretta and R. Zolobol editores. *Crisis and change. The Geopolitics of Global Governance*. Milão: Vita e Pensiero.

Iossifov, P. et al., 2009. *Improving Surveillance Across the CEMAC Region*. FMI Documento de Trabalho, WP/09/260, novembro de 2009.

Jeanne O., e Wyplosz C., 2003. *The International Lender of Last Resort. How Large Is Large Enough?* Em: M. P. Dooley e A. Jeffrey, editores. *Managing Currency Crises in Emerging Markets*. University of Chicago Press. Disponível: <<http://www.nber.org/books/dool03>>.

Kalemli-Ozcan, S., Papaioannou, E. e Peydró, J.L., 2010. What lies beneath the euro's effect on financial integration? Currency risk, legal harmonization, or trade? *Journal of International Economics*, 81, pp.75–88.

Karras, G., 2007. Is Africa an Optimum Currency Area? A Comparison of Macroeconomic Costs and Benefits. *Journal of African Economies*, 16(2), pp.234-58.

Maehle, N., Teferra, H. e Khachatryan, A., 2013. *Exchange Rate Liberalization in Selected Sub-Saharan African Countries: Successes, Failures, and Lessons*. FMI Documento de Trabalho, WP/13/32, janeiro de 2013.

Manasse, P., 2007. *Deficit Limits and Fiscal Rules for Dummies*. FMI Staff Papers, 54(3).

Mongelli, F.P., 2010a. *On the benefits and costs of participating in a monetary union*. CEPR Policy Insight, 46.

Mongelli, F.P., 2010b. *Some observations on 'political' in EMU*. CEPR Policy Insight, 47.

Mu, Y., Phelps, P. e Stotsky, J. G., 2013. *Bond Markets in Africa*. FMI Documento de Trabalho, WP/13/12, janeiro de 2013.

Obstfeld, M., 2013. *Finance at Center Stage: Some Lessons of the Euro Crisis*. Berkeley: Universidade da Califórnia, NBER e CEPR, janeiro de 2013.

Integração monetária: a escolha da política certa

Obstfeld, M., Shambaugh, J. C. e Taylor, A.M., 2005. The Trilemma in History: Tradeoffs among Exchange Rates, Monetary Policies, and Capital Mobility. *The Review of Economics and Statistics*, 87(3), pp.423-38.

Pisani-Ferry, J., 2012. *The Euro Crisis And The New Impossible Trinity*. Bruegel Policy Contribution, Ed 2012/01, janeiro de 2012.

Rodrik, D., 2000. How Far Will International Economic Integration Go? *Journal of Economic Perspectives*, 14, 1, pp.177-186.

Tavlas, G., 2009. The Benefits and Costs of Monetary Union in Southern Africa: A Critical Survey of the Literature. *Journal of Economic Surveys*, 23(1), pp.1–43.

Tsangarides, C. G., Ewencyk, P. e Hulej, M., 2006. *Stylized Facts on Bilateral Trade and Currency Unions: Implications for Africa*. FMI Documento de Trabalho 06/31. Disponível: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2006/wp0631.pdf>>.

Wyplasz, C., 2006. European Monetary Union: The Dark Sides of a Major Success. *Economic Policy*, 46, pp.207-47.

Yabara, M., 2011. *Capital Market Integration: Progress Ahead of the East African Community Monetary Union*. FMI Documento de Trabalho, WP/12/18.

Terhemba Ambe-Uva

A experiência europeia de uma moeda comum: ensinamentos colhidos

Introdução

Desde o fim da II Guerra Mundial, a integração europeia tem-se debatido entre o desejo de integração e a relutância em perder o controlo nacional sobre questões essenciais (Hembruff, 2011:7). Apesar disso, a União Europeia (UE) tornou-se um importante interveniente a nível internacional e a sua moeda o euro ocupa o segundo lugar na utilização internacional, a seguir ao dólar dos Estados Unidos (Dominguez, 2006: 68). A grande dimensão da economia da área do euro e a estabilidade associada ao euro explicam simultaneamente como o êxito e/ou o fracasso do euro contagiaria o mercado mundial. No entanto, a União Monetária Europeia (UME) encontra-se agora num período de estagnação, enfrentando talvez o seu maior desafio sob a forma de crise da dívida soberana, que afeta Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha (PIGS). mais tarde ainda chamado PIIGS, com a inclusão arbitrária da Irlanda. Como John Quiggin sucintamente realçou, „O verdadeiro problema veio quando esta análise foi estendida para o resto da periferia altamente endividados - geralmente referido em tais contas como os PIGS do grupo (Portugal, Itália, Grécia e Espanha). A Irlanda foi, por vezes, lançado como um segundo „I“. Este foi injusto e incorrecto, especialmente no que diz respeito a Espanha e a Irlanda, que tinham sido executado um excedente orçamental que antecedeu a crise“ (Quiggin, 2012:229). A crise parece invadir toda a área do euro. Os recentes receios de que a crise da dívida soberana se alastre a toda a área trouxeram à luz os correspondentes desafios à volta da construção de uma união monetária.

A atual crise da dívida soberana permanece complexa, com amplas repercussões (Kirkegaard, 2011), e gera ensinamentos inestimáveis para os países que

A experiência europeia de uma moeda comum: ensinamentos colhidos

contemplam uma união monetária. A literatura académica sobre a presente crise, embora não monolítica, considera a estrutura e o sistema de governação da União Económica e Monetária Europeia (UEME) como a causa subjacente à crise. UNECA/AU (2012:2) apoia este argumento e faz notar que "o euro é visto como uma moeda incompleta, porque o Tratado de Maastricht de 1992 estabelecia uma união económica e monetária sem uma união política, motivo por que ao Banco Central Europeu falta um erário europeu". Também sustenta que, embora os membros tenham uma moeda comum, emitem e gerem individualmente os títulos de dívida soberana. Assim, o fosso entre integração monetária e integração política deve oferecer importantes lições a África sobre a forma de gerir o seu plano de ação para a consecução da união monetária, como previsto no Tratado de Abuja de 1991.

O presente documento de referência analisa a arquitetura da moeda única da área do euro e os prováveis ensinamentos que a sub-região da África Ocidental pode colher da estrutura e da situação de crise que perdura na área do euro. Os ensinamentos para a sub-região são pungentes e esclarecedores em múltiplos aspetos. Para começar, o desejo e o plano de união monetária na África Ocidental têm sido fortemente influenciados pela experiência de integração europeia. Esta baseia-se num modelo linear de um movimento gradual, através de fases consecutivas na integração de mercados de bens, mão-de-obra e capitais e, por fim, integração monetária e fiscal. Depois, as desproporcionadas relações de poder e a posição hegemónica de alguns Estados membros também apresentam semelhanças. Por último, os recentes desafios enfrentados pelo euro devem transmitir à sub-região da África Ocidental outros importantes ensinamentos para a construção de uma união económica e monetária (McCarthy, 2012).

O presente documento está organizado como se descreve a seguir. Na primeira parte, traça-se o contexto geral do estudo. A parte seguinte examina o interesse crescente de África na integração monetária e, a seguir, destaca os progressos realizados em prol da adoção de uma moeda comum na África Ocidental. A parte subsequente apresenta o difícil percurso cumprido pela União Europeia (UE) rumo à introdução de uma moeda comum e os ensinamentos que a sub-região da África Ocidental pode colher da moeda única europeia. A última parte completa as constatações anteriores.

O interesse de África na integração monetária

O interesse na integração regional incluindo a integração monetária tem ocupado um lugar preponderante na agenda dos países africanos desde a independência e, nessa sequência, foram formados vários agrupamentos regionais. No centro destes esforços estão as tentativas de resolver os problemas de economias pequenas e fragmentadas, bem como o desejo de equilibrar as reconhecidas debilidades económicas e políticas para passar a desempenhar um papel importante na cena mundial (Rusuhuzwa e Masson, 2012). O *le franc des Colonies Françaises d'Afrique* (franco CFA) da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), a Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC) e a Área Monetária Comum (CMA) da África Austral são exemplos notáveis da integração monetária já implantada em África. Outros projetos regionais de união monetária estão em curso na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), no Mercado Comum da África Ocidental e Austral (COMESA), na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e na Comunidade da África Oriental (EAC). A nível continental, o objetivo de longo prazo da União Africana é uma moeda comum para todo o continente africano (Masson e Pattillo, 2004).

Uma síntese de várias contribuições académicas sobre áreas monetárias ótimas (AMO) mostra que as vantagens de uma união monetária são potencialmente gigantescas, como, aliás, as desvantagens. É, pois, importante que os vários agrupamentos regionais em África ponderem cuidadosamente os custos e benefícios da união monetária à luz da sua experiência histórica, política, económica e geoestratégica, bem como o seu grau e profundidade de integração. Do ponto de vista teórico, os principais benefícios de uma união monetária são a redução dos custos de conversão das moedas, as economias de escala devido à colocação em comum das reservas, a eliminação do risco cambial (Bartram e Karolyi, 2006) e a harmonização dos preços à escala regional (Rusuhuzwa e Masson, 2012). Espera-se que a moeda comum elimine a paridade de preços como estabelecido pela lei do preço único ou promova a convergência de preços (Fritsche, Lein e Weber, 2009). Espera-se igualmente que fomente a estabilidade macroeconómica, reduza/estabilize a inflação (Angelini e Lippi, 2007), promova as trocas comerciais (Chintrakarn, 2008), incremente o investimento (Skrekas, 2010), reforce a integração financeira (Coourdacier & Martin, 2009) e diminua as taxas de juro (Lane, 2006).

A experiência europeia de uma moeda comum: ensinamentos colhidos

Apesar dos seus méritos evidentes, os custos da união monetária advêm da inevitável perda de soberania no domínio da política monetária e cambial. Trata-se de um desafio de monta, sobretudo na eventualidade de choques assimétricos que podem tornar a política monetária única da união desajustada para alguns países membros. Como observou Colin McCarthy (2012), numa união monetária, os países membros perdem o controlo direto dos instrumentos de política monetária e cambial, que podem ser úteis para fazer face aos choques macroeconómicos específicos de cada país. Este será o Rubicão que os esforços de integração monetária em África deverão transpor.

Cinco princípios são geralmente considerados indispensáveis para que os países beneficiem da união monetária, incluindo preencher uma parte ou todos os seguintes critérios, que contribuem para mitigar os efeitos dos choques assimétricos: (a) flexibilidade de preços e salários, (b) mobilidade dos fatores intrarregionais, (c) abertura ao comércio, (d) diversificação de produtos, e (e) integração orçamental (Masson e Taylor, 1993). Para além de adotar estas políticas macroeconómicas, é igualmente importante que as mesmas radiquem num empenhamento político inequívoco. A vontade política é instrumental para a prossecução de políticas monetárias sólidas e o apoio do público foi identificado como sendo essencial para a construção de uma moeda comum (Masson e Pattillo, 2012).

O objetivo da CEDEAO é introduzir uma moeda comum até 2020, mediante a integração do franco CFA, atualmente utilizado pelos países francófonos, e do eco dos países anglófonos da África Ocidental. No entanto, sucedem-se os contratempores na implementação de uma moeda comum na sub-região. Por exemplo, pouco depois da decisão de criar o eco em dezembro de 2000, as díspares condições económicas dos países membros relegaram instantaneamente tal plano para a condição de um almejado documento de estratégia resultando nos repetidos adiamentos das datas de implementação. Um claro exemplo de desinteresse e apatia registou-se durante a presidência de John Kufor do Gana, cuja atitude cética para com a moeda comum imobilizou praticamente o projeto da Zona Monetária da África Ocidental (ZMAO). A nível mundial, a recente crise na área do euro veio lançar dúvidas quanto ao quadro da introdução do eco, que é similar à introdução do euro na União Europeia (Agyapong, 2012).

Progressos com vista à adoção de uma moeda comum na África Ocidental

Ao analisar as condições e os critérios definidos pela teoria económica para o estabelecimento de uma AMO, ou a adesão a uma, a probabilidade das condições se produzirem é relativamente inferior no caso da África Ocidental em comparação com a dos países da União Europeia. Se bem que desejosa de uma moeda comum, a possibilidade da sua realização na África Ocidental permanece difícil de alcançar e os céticos continuam a defender que tal oportunidade não vai surgir, pelo menos no futuro próximo.

Desde a fundação da CEDEAO em 1975, a ideia de uma moeda comum para a região e de uma moeda para todo o continente africano permanece na agenda da integração. Em abril de 2000, a CEDEAO adotou uma estratégia bietápica para a criação de uma moeda comum na região. Na primeira etapa, foi solicitado aos membros não-UEMOA da CEDEAO que formassem até julho de 2005 uma união monetária designada por ZMAO. A segunda etapa corresponde à fusão subsequente da UEMOA e da ZMAO para formar um grupo de moeda única. Esta união consumaria a adoção do eco (Ekong e Onye, 2012).

A UEMOA é constituída por oito membros, nomeadamente os países francófonos da África Ocidental (Benim, Burquina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo), que acordaram adotar e usar o franco francês (CFA), a moeda do país colonizador, mais a Guiné-Bissau. Na medida em que a zona do franco CFA foi criada sem critérios específicos ou pré-requisitos a cumprir, este modelo é obviamente considerado como menos rigoroso e menos intrincado que a UEM. Criado a 10 de janeiro de 1994 pelo Tratado de Dacar, a UEMOA começou a funcionar a 1 de agosto de 1994 na sequência da ratificação por sete países membros. Este modelo de união monetária aproxima-se do dos EUA, onde foi primeiro assinado um tratado para introduzir uma moeda comum, antes da decisão de criar um banco central comum e um parlamento regional comum. Este modelo não considera igualmente a questão da integração do mercado financeiro antes da adoção da moeda única.

Enquanto zona monetária comum, a UEMOA foi criada para propiciar uma maior competitividade económica através de mercados abertos e concorrenciais, bem como a racionalização e harmonização do enquadramento jurídico. Outros objetivos incluem a convergência de políticas e indicadores macroeconómicos

A experiência europeia de uma moeda comum: ensinamentos colhidos

para criar um mercado comum, coordenar políticas setoriais e harmonizar políticas orçamentais (Agyapong, 2012). Embora a UEMOA, enquanto zona monetária comum, seja ainda rudimentar em termos de integração económica e financeira, tem sido capaz de implementar critérios de convergência macroeconómica e institucionalizou um mecanismo eficaz de acompanhamento. Além disso, a zona adotou uma união aduaneira e uma pauta aduaneira comum no início do ano 2000, harmonizou os regimes de fiscalidade indireta e iniciou as políticas estruturais e setoriais na região. Não é de estranhar que um estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI) em setembro de 2002 apontasse a UEMOA como entre todos os agrupamentos regionais em África “aquele que estava mais afastado do caminho para a integração” (IMF Survey, 2002 : 1). Como indicam Masson e Pattillo (2001), desde o início da moeda da UEMOA, a área tem conseguido reduzir a inflação nos seus países membros, no entanto não tem sido eficaz na promoção do comércio intra-área. Mais de uma década volvida sobre a sua formação, a UEMOA ainda não atingiu a maioria dos objetivos previstos no Tratado de Dacar de 1994.

Considerando as dificuldades inerentes ao cumprimento dos critérios da ZMAO, foi preconizado que ela aplicasse o método adotado pela UEMOA, que não considera a integração financeira como a base para a adoção da moeda comum *ex ante* (Adam, Agyapong e Gyamfi, 2010). Ao contrário do euro e do proposto eco, o cumprimento dos critérios de convergência foi uma consideração *ex post* e não *ex ante*.

Em termos de desempenho macroeconómico, o crescimento não é evidência convincente, embora a zona do franco CFA tenha reduzido a taxa de inflação mais acentuadamente do que outros regimes monetários em África. Argumenta-se ainda que o êxito do franco CFA pode dever-se a fatores exógenos como sejam o apoio da França, em especial a garantia por parte do Tesouro francês da convertibilidade da moeda prestada pela conta de operações.

Com vista a dar por concluída a primeira etapa da união monetária tal como previsto pela CEDEAO, os líderes de cinco países da África Ocidental, nomeadamente Gâmbia, Gana, Guiné, Nigéria e Serra Leoa, declararam a sua intenção de prosseguir com a união monetária entre os países não-UEMOA da região, na sequência da Declaração de Acra e do Acordo de Bamako de 2000. A Libéria aderiu à zona a 16 de fevereiro de 2010, passando esta a contar seis membros.

O órgão estatutariamente competente para apresentar recomendações aos chefes de Estado da CEDEAO quanto ao início da emissão do eco é o Instituto Monetário da África Ocidental (IMAO). Determinou os critérios de convergência, que cada país membro da ZMAO tem de atingir: taxa de inflação inferior a 10 por cento, financiamento do banco central do déficit público de até 10 por cento da receita fiscal do ano precedente, uma dívida pública total inferior a 4 por cento do produto interno bruto (PIB) em 2003 e reservas de divisas acumuladas que cubram pelo menos três meses de importações. O IMAO também criou um Conselho de Convergência incumbido de assistir na coordenação das políticas macroeconômicas e estabeleceu um banco central comum, o Banco Central da África Ocidental. A primeira etapa foi concluída em 2005, prosseguindo os esforços para ultimar a etapa seguinte.

Com vista à conclusão da segunda etapa, o Conselho de Convergência da CEDEAO, que integra os ministros das Finanças e os governadores dos Bancos Centrais dos Estados membros, aprovou, a 25 de maio de 2009, um roteiro revisto para o estabelecimento de uma moeda única na África Ocidental até 2020. O roteiro articula uma estratégia clara, concisa e global para o estabelecimento de uma moeda única na região. Descreve igualmente as atividades a realizar antes da nova data em 2015 destinada a introdução de Eco, incluindo a revisão e harmonização dos critérios de convergência, a conciliação de estatísticas, políticas domésticas e o enquadramento jurídico, contabilístico e estatístico das finanças públicas (Niyiraga, 2012).

Os novos critérios de convergência e harmonização refletem a introdução do euro e a recente crise que se abateu sobre a área do euro. Entre 2009 e o primeiro trimestre de 2013, o roteiro previa a harmonização dos mecanismos reguladores e supervisores das instituições bancárias e financeiras, o estabelecimento de uma infraestrutura do sistema de pagamentos para as transações transfronteiriças, a conclusão da infraestrutura do sistema de pagamentos na Guiné, Gâmbia e Serra Leoa e a conclusão da integração em curso dos mercados financeiros da região. Espera-se que, até 2014, os instrumentos jurídicos para a criação da ZMAO estejam ratificados, seguidos pela criação do banco da ZMAO, do secretariado da ZMAO e da Agência de Supervisão Financeira da África Ocidental. A união monetária dos países na zona está agendada para 2015, o mais tardar. Isto deve ocorrer antes da introdução do eco, a moeda comum, em janeiro de 2015, a que se seguirá o desaparecimento das moedas nacionais dos cinco Estados membros constituintes (Niyiraga, 2012).

A experiência europeia de uma moeda comum: ensinamentos colhidos

Prevê-se que os processos de fusão das duas moedas comecem (incluindo a introdução de um protocolo adicional ao tratado revisto da CEDEAO para conferir base legal à união monetária) três anos antes da introdução da moeda única. A união monetária estará consumada em 2020 com a introdução de uma moeda regional, precedida do lançamento da união monetária, do estabelecimento de um banco central regional e, finalmente, do desaparecimento das moedas nacionais.

Embora a iniciativa de um espaço económico único e de uma união monetária na sub-região da CEDEAO já exista há cerca de 12 anos, a viabilidade de uma união monetária mais completa na CEDEAO ainda suscita vários problemas económicos e institucionais (Tsangarides e Qureshi, 2008; Masson e Pattillo, 2005). A segunda zona monetária da região (ZMAO) ainda não introduziu o eco, devido à inoperacionalidade das instituições e à incapacidade dos países membros de cumprir os critérios de convergência.

Em várias ocasiões, a introdução do eco foi adiada. Numa palavra, isto deve-se à dependência política da maioria das autoridades monetárias da CEDEAO dos respetivos governos nacionais, estando os bancos centrais frequentemente sob pressão para financiar défices públicos e praticar políticas monetárias excessivamente expansionistas. Os desafios para implementar uma moeda comum incluem: em primeiro lugar, os problemas orçamentais (resultantes da dependência excessiva das autoridades monetárias dos respetivos governos nacionais) são muito mais graves na África Ocidental e a credibilidade das instituições monetárias é muito mais frágil. Em segundo lugar, se a unificação da ZMAO e da UEMOA e a adoção do eco se concretizarem, é uma incógnita se a garantia de convertibilidade da moeda da UEMOA (o franco CFA) concedida pelo Tesouro francês, com paridade fixa com o euro, continuaria numa união monetária da dimensão prevista.

Em terceiro lugar, o baixo volume de comércio intrarregional na África Ocidental permanece uma fonte de preocupação constante. As trocas comerciais entre os países membros da UE ultrapassam os 60 por cento da totalidade das transações, ao passo que, na África Ocidental, continuam a rondar os 10 por cento. O êxito da área do euro deve-se em parte à integração comercial que precedeu a integração monetária. A literatura sobre as áreas monetárias ótimas destaca o comércio como o principal canal através do qual os benefícios de uma moeda comum serão desfrutados. Quanto mais os países comerciam uns com os outros,

especialmente numa determinada região, tanto mais valorizarão a estabilidade cambial regional. No entanto, o baixo volume de comércio intrarregional implica que a região da África Ocidental não possa desfrutar dos benefícios de uma moeda única. Espera-se que as uniões monetárias fomentem o bem-estar, na medida em que reduzem as eventuais perturbações no comércio intrarregional resultantes das oscilações de preços e das flutuações das taxas de câmbio bilaterais (Chuku, 2012:10).

Em quarto lugar, a adesão da relativamente grande economia nigeriana (e os efeitos das suas atividades fiscais/monetárias) tem implicações na integração monetária da região. A economia da ZMAO representa um PIB combinado de 390,6 mil milhões de dólares dos Estados Unidos, o que equivale a 73,3 por cento e 19,1 por cento do PIB da CEDEAO e de África, respetivamente. A Nigéria é de longe a economia dominante, com 77 por cento da população e 85,6 por cento do PIB da zona. Segue-se o Gana com apenas 9,2 por cento do PIB. Um cenário preocupante relacionado com o domínio da Nigéria é que, ao arrepio da Europa, onde os países mais fortes, como a Alemanha e a França, atuam de maneira financeiramente responsável e prestam atenção ao que se passa em países mais frágeis como Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha em África, os países mais fortes, como a Nigéria, são frequentemente os mais irresponsáveis, em termos de gestão financeira. A Nigéria nunca geriu adequadamente o seu orçamento e a sua balança corrente tem um comportamento cíclico, já que mais de três-quartos das suas receitas externas provêm de hidrocarbonetos. A sua população domina a região da CEDEAO. Seja como for, qualquer crise comercial que afete a Nigéria enquanto membro de uma comunidade económica regional recairá gradualmente em toda a região da CEDEAO.

Em quinto lugar, em comparação com a União Europeia, a mobilidade dos trabalhadores e dos fatores é baixa na sub-região da CEDEAO. A literatura económica, derivada, em larga medida, da teoria das áreas monetárias ótimas formulada por Robert Mundell, argumenta que uma AMO é um grupo de países em que a mobilidade dos trabalhadores e dos fatores é relativamente alta (Mundell, 1961). Se, por exemplo, um membro de uma AMO for atingido por choques assimétricos negativos relacionados com a procura, o trabalho e outros fatores de produção transitarão deste país para outros países membros, restabelecendo assim o emprego ao nível original. Esta mobilidade intervém para equilibrar os salários e os preços dos fatores de áreas com excesso de oferta

A experiência europeia de uma moeda comum: ensinamentos colhidos

para áreas com déficit de oferta. Embora dados fiáveis em matéria de circulação de trabalhadores na região sejam praticamente inexistentes, infere-se das provas empíricas que há grandes variações de um país para outro. Por exemplo, enquanto a mobilidade dos trabalhadores é relativamente elevada entre a Nigéria e o Benim, o que se explica em parte pelas fronteiras permeáveis entre os dois países e a sua proximidade relativa, a mobilidade é muito reduzida entre a maioria das demais economias. No outro extremo, situa-se o Gana. devido à imigração legal e aos entraves de segurança existentes no país (Chucks, 2012). A situação actual do país como um porto importante de destino para países da África Ocidental também é uma ameaça para as oportunidades de emprego e segurança social, entre Ganenses. Por isso, o governo introduziu medidas muito duras para os emigrantes da África Ocidental, especialmente da Nigéria em participar no mercado de trabalho em Gana.

O difícil percurso rumo a uma moeda comum na Europa

Pese embora a União Monetária Europeia ter sido proposta já em 1969, a sua matriz institucional só surge no Sistema Monetário Europeu (SME) de 1979, que introduz taxas de câmbio fixas, mas ajustáveis, entre as principais economias europeias (Dominguez, 2006: 69). No entanto, os primeiros passos formais para a integração monetária europeia remontam a outubro de 1962, coincidindo com o desenvolvimento da teoria das AMO, definidas como a área geográfica ótima para uma moeda única, ou para várias moedas, com taxas de câmbio irrevogavelmente fixadas. O memorando publicado pela Comissão em 1962, conhecido como *Memorando Marjolin*, lançou o debate sobre a moeda única e originou várias medidas em matéria de cooperação monetária.

O Relatório Werner, publicado em 1970, propunha-se melhorar as perspetivas de crescimento e bem-estar dos países europeus explorando os benefícios de uma união monetária e de uma política monetária comum. O Relatório Werner propunha o processo de reforma da moeda europeia e estabelecia um plano para a realização gradual da união económica e monetária. Propunha um programa em três fases para: (a) eliminar as flutuações cambiais intraeuropeias, (b) centralizar na UE as decisões em matéria de política monetária e (c) reduzir os entraves ao comércio ainda existentes na Europa. No entanto, as propostas do Relatório Werner nunca chegaram a ser implementadas, já que foram ofuscadas por outros acontecimentos mundiais (Hämäläinen, 2000).

Em 1972, após a queda do sistema de Bretton Woods, foi criada a “*serpente monetária*”, um mecanismo de taxas de câmbio para os países europeus, com vista à redução progressiva das margens de flutuação das moedas dos Estados membros. Assistiu-se em março de 1979 a um marco rumo à integração europeia com a emergência do Sistema Monetário Europeu (SME) que contribuiu significativamente para o estabelecimento do euro, começando por manter as margens de flutuação das taxas de câmbio das moedas dos Estados membros dentro de limites considerados aceitáveis (EU Facts, 2012).

O Relatório Delors de 1989 lançou os alicerces da moeda única. A emergente União Económica e Monetária (UEM) destinava-se a criar uma “União Europeia em que as moedas nacionais são substituídas por uma moeda única gerida por um banco central que atue em nome de todos os membros da UE.” (Petsas, 2003 Slide 20). Uma abordagem em três vertentes para a realização deste objetivo começou com a associação de todos os membros da UE ao mecanismo de taxas de câmbio (MTC) do SME. Depois, as margens de flutuação das taxas de câmbio seriam reduzidas e certas decisões em matéria de política macroeconómica passariam para o controlo da UE. Por fim, seguir-se-iam a substituição das moedas nacionais por uma moeda europeia única e a atribuição de todas as decisões em matéria de política monetária ao Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC).

Em 1992, a UE conseguiu criar mecanismos duradouros para consolidar e fazer convergir as economias e estabelecer uma união económica e monetária incluindo uma moeda única e estável enquanto parte do Tratado de Maastricht (EU, 1992). Apesar de uma crise nas taxas de câmbio fixas em 1992, o Banco Central Europeu (BCE) foi criado, em 1998, e o euro foi introduzido eletronicamente em 1999 e fisicamente em 2002 (Dominguez, 2006: 70). O Tratado de Maastricht, que conduziu à criação do euro, impõe uma série de restrições às políticas orçamentais dos Estados membros da UEM. O euro visava aumentar a transparência dos preços internacionais, na medida em que, em condições ideais, viria reforçar a concorrência, a arbitragem cambial e o comércio transfronteiriço (Frankel e Andrew, 2002), que deverão assegurar a convergência de preços (Bris e Micola, 2008).

Os Estados membros da área do euro incumbiram o Banco Central Europeu (BCE) de enquadrar a política monetária. Na qualidade de autoridade monetária comum, o BCE foi constituído como banco central totalmente independente,

A experiência europeia de uma moeda comum: ensinamentos colhidos

tendo como uma das suas missões principais assegurar a estabilidade dos preços (Bordo, Jonung e Markiewicz, 2011:2). Tanto o Tratado de Maastricht como o Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) atribuíram exclusivamente as competências em matéria de política orçamental na União Europeia (UE) aos governos nacionais. Estas regras, inerentes à União Económica e Monetária (UEM), aplicam-se aos Estados membros da área do euro, bem como aos Estados membros que não adotaram o euro. Como evidenciado por Bordo, Jonung e Markiewicz (2011:2), estes conjuntos de regras respeitantes ao sistema fiscal são controlados pela Comissão em diálogo político com os Estados membros. Este sistema representa o atual quadro da política orçamental da área do euro, que complementa a união monetária e a sua moeda única, o euro.

Embora a ideia de uma arquitetura institucional para enquadrar as políticas orçamentais e para preservar a sustentabilidade orçamental da união monetária tenha sido alvo de vivo debate mesmo antes da introdução do euro (European Economy, 2008), a recente crise na área do euro polarizou ainda mais o debate e acrescentou-lhe uma perspetiva normativa de disposições “adequadas” de política orçamental no seio da União Europeia. Os líderes africanos seguem de perto o debate para evitarem os erros cometidos na estrutura de governação económica da UE.

Ainda que a crise tenha vindo confirmar a necessidade de reestruturação e consolidação da União Europeia, a direção que a reestruturação deve tomar permanece problemática. Enquanto há quem defenda a extensão das competências fiscais de “Bruxelas”, também há quem argumente que a atual estrutura institucional é acertada e que o quadro da política orçamental deve pertencer aos Estados membros (Mckay, 2005). Alguns analistas argumentam que a união monetária não necessita de uma coordenação orçamental nos diversos Estados membros, ou pelo menos de menos coordenação do que a atual. Outro grupo recomenda melhorias na qualidade do processo das políticas orçamentais e das instituições orçamentais na UE, como via promissora para aperfeiçoar a governação da política orçamental na UE.

Que o debate está longe de ter terminado não é de surpreender Bordo, Jonung e Markiewicz (2011:2) alegam que a “área do euro é a primeira união monetária em que a política monetária é definida a nível central (europeu) enquanto a política orçamental é executada a nível descentralizado (nacional)”. Assim, é

evidente que é praticamente inexistente um quadro institucional capaz de fazer a área do euro sair do marasmo económico em que se encontra.

Ensinaamentos que a África Ocidental pode colher da moeda única europeia

Conforme se disse atrás, a União Africana e a maioria dos acordos de integração regional africanos visam explicitamente a união monetária como parte do objetivo final da integração. O Tratado de Abuja de 1991 apelou ao estabelecimento da Comunidade Económica Africana até 2027. O Tratado prevê um banco central africano, uma moeda comum, perfeita mobilidade dos fatores de produção e comércio livre de bens e serviços na comunidade. No caso da CEDEAO, existe um roteiro que prevê uma união monetária completa, incorporando uma moeda única e um banco central regional em 2020.

No seu estudo de uma moeda única em África, Masson e Pattillo (2004:10) chegaram a várias conclusões sobre os benefícios daquela face à área do euro. Em primeiro lugar, argumenta que, na medida em que os países da área do euro desfrutam de melhores comunicações e ligações de transporte do que os países africanos, a África não pode esperar os mesmos proveitos de economias de escala e as reduções de custos de transação, mesmo proporcionalmente à sua dimensão económica, que resultaram da União Monetária Europeia. Em segundo lugar, porque os países africanos são extremamente especializados, são muito afetados pelas crises comerciais, que frequentemente não atingem os mesmos produtos de base e, conseqüentemente, não avançam em conjunto. Em terceiro lugar, pese embora a mobilidade dos trabalhadores em certas regiões africanas exceder a europeia, é ainda limitada e politicamente sensível. Por fim, há uma evidente ausência de transferências fiscais intra-africanas. Na África Ocidental, não existe um mecanismo oficial de transferência fiscal na região, à exceção da assistência oficial e do apoio militar prestados pela Nigéria a outros países da região. É imprescindível que esta questão seja abordada antes da introdução do regime da moeda comum.

A maioria dos analistas concorda que o desejo e a concepção da união monetária em África têm sido fortemente influenciados pela experiência de integração europeia e a introdução do euro. O êxito inicial do euro serviu de exemplo a reproduzir em África para colher os benefícios de uma moeda única,

A experiência europeia de uma moeda comum: ensinamentos colhidos

veiculados na contribuição especial que dá ao comércio e ao investimento. Para além da eliminação do transtorno associado à conversão da moeda e à variação na taxa de câmbio nominal, a moeda comum, sustenta-se, proporcionaria enormes benefícios em termos de criação de comércio e de estabilidade microeconómica (McCarthy, 2012). No entanto, a crise da dívida soberana na área do euro persuadiu os observadores a abandonar a “falácia da transposição” para considerar os principais ensinamentos retirados das deficiências na arquitetura da zona.

O primeiro ensinamento que a moeda única europeia oferece à África Ocidental é a necessidade de um espaço adequado para desenvolver uma união económica. A experiência da UE salienta claramente a necessidade de criar consenso entre fatores políticos e económicos, bem como entre vários intervenientes no projeto de regionalização. Neste contexto, não só se espera que os políticos apelem à integração monetária, mas também é necessário o envolvimento ativo de diferentes grupos de pressão como as associações patronais, os meios de comunicação social, os sindicatos, os estudantes, entre outros. O envolvimento e empenho de diferentes intervenientes e instituições políticas a nível local e regional permanece o fator determinante para a concretização de um mercado monetário integrado, como demonstrado na UE. Acresce que uma firme liderança política e instituições fortes desempenham um papel fundamental neste processo.

O segundo ensinamento, derivado principalmente da crise, é a necessidade de ir além dos objetivos macroeconómicos ao construir uma moeda comum. A crise demonstrou claramente que os indicadores macroeconómicos, como a taxa de inflação, a balança das transações correntes e os défices orçamentais públicos embora sejam requisitos prévios importantes para a moeda comum não são suficientes. A convergência macroeconómica (na Europa, o cumprimento dos critérios de Maastricht) à porta da união monetária não é suficiente para garantir o êxito. A crise pôs assim em evidência outros fatores como disciplina, transparência, empenho político, entre outros que têm de ser considerados quando a união monetária faz parte do plano de integração regional (McCarthy, 2012).

O terceiro ensinamento, relacionado com o precedente, é o número de desafios associados a reunir economias díspares para formar uma moeda comum. A crise da área do euro demonstra que, embora a convergência macroeconó-

mica seja desejável, a convergência microeconómica é igualmente importante. Caso uma união monetária reúna economias díspares que se caracterizem por grandes diferenças em competitividade, tal pode vir a ser “um osso muito duro de roer”. É imperativo fazer notar que a causa subjacente aos problemas do euro é que a área do euro abrange um grupo de economias díspares, que operam a níveis de competitividade substancialmente diferentes. O antigo presidente francês, Nicolas Sarkozy, reconheceu este desafio quando observou que *“sem convergência económica não pode existir uma moeda comum, já que sem ela o euro seria muito forte para alguns e muito fraco para outros, e a área do euro desmantelar-se-ia”* (Bremner, 2011:59). Do mesmo modo, um jornalista do Financial Times analisou corretamente a situação ao afirmar: “A crise atual é estrutural, decorrente da deficiente conceção do euro e, sobretudo, da noção errada de que a política monetária comum funcionaria sem a integração de outras políticas – e não apenas da política orçamental... vincular monetariamente 17 economias diferentes e esperar que se esforcem por apressar o passo é absurdo” (Rattner, 2011:59).

Na CEDEAO, a disparidade criada pela Nigéria, enquanto economia de maiores dimensões, terá sérias implicações para a união monetária. Além disso, como importante exportador de petróleo, a economia da Nigéria difere, em larga medida, dos seus vizinhos, que exportam diferentes produtos de base e estão, assim, sujeitos a diferentes choques (Masson e Pattillo, 2012:13). A importância e a influência do país mais populoso do continente não podem ser subestimadas. A despeito do domínio demográfico e económico na zona, se a Nigéria tem dificuldade em cumprir os critérios de convergência, quanto mais os outros países membros. Os numerosos conflitos que o país enfrenta, bem como as débeis estruturas de governação, significam que não tem sido capaz de dar o exemplo. Ao contrário da área do euro onde países como a Alemanha atuam como mentores dos mais pequenos, como Portugal, o caráter periclitante de quase todas as economias na ZMAO não é um bom presságio (Somed, 2012).

O quarto ensinamento prende-se com a necessidade de maior integração orçamental e económica. Isto requer que os países membros transfiram uma parcela significativa de soberania (Norris, 2011). Como se disse na introdução, a União Económica e Monetária Europeia sofre de deficiências estruturais. A UNECA (2012) afirmou que a crise na área do euro foi gerada pelas várias discrepâncias na estrutura da união monetária. A crise revelou em larga

A experiência europeia de uma moeda comum: ensinamentos colhidos

medida os desafios do estatuto político *sui generis* da União Europeia, que deixou de ser uma simples coligação de Estados-nação, mas também não é uma entidade federal por direito próprio. Uma união monetária nunca poderia funcionar sem uma união política, incluindo a consolidação orçamental. No entanto, a União Monetária Europeia permanece a autoridade monetária centralizada, sem capacidade orçamental. Conta apenas com uma arquitetura institucional política relativamente débil, o que obsta ao seu funcionamento e sobrevivência. Para evitar tais consequências na África Ocidental, os acordos de integração regional devem esforçar-se por estabelecer uma única política orçamental, bem como uma única política monetária. No entanto, trata-se de uma tarefa hercúlea, dado que a região abrange países com diferentes contextos políticos, económicos e sociais. Estabelecer uma tal política requer grande vontade política, bem como coordenação política entre cada país. À semelhança da maioria dos Estados membros europeus, os líderes dos países africanos quererão conservar a sua soberania (UNECA, 2012).

O quinto ensinamento refere-se à necessidade de rever e atualizar continuamente as instituições políticas e de as equipar com mecanismos que atenuem as futuras crises económicas e financeiras. Como Robert Schuman disse muito apropriadamente na criação da Comunidade Europeia em 1950, “a Europa não se fará de uma só vez, nem de acordo com um plano único. Far-se-á através de realizações concretas que criarão, antes de mais, uma solidariedade de facto” (Schuman, 1950:1). A história da União Europeia demonstra que as situações de crise conduziram a uma maior integração. Assim, é provável que, através de vontade política e criatividade, o papel determinante da inovação contribua para resolver a crise na área do euro.

O último ensinamento que emana da experiência da moeda única europeia é a importância da colaboração e da promoção da coesão entre os Estados membros. A experiência da União Europeia demonstra que, embora os acordos de integração regional sejam primordialmente orientados por objetivos políticos, são principalmente construídos sobre alicerces económicos. Embora a lógica dos três fatores dominantes económicos, políticos e jurídicos na construção da União Monetária Europeia seja intrinsecamente distintiva: eles interagem e até certo ponto influenciam-se. É imperativo que os políticos e os decisores tratem resolutamente da perda de espaço para a formulação de políticas públicas, quer económica, social ou tática. Na Europa, tal facto é reconhecido há muito, visto ser consensual que os atuais problemas da área do euro terão de ser

solucionados na esfera política. McCarthy (2012) opinou que, em África, é importante procurar saber se os líderes políticos africanos terão mais facilidade em enfrentar os desafios suscitados pela união monetária e o que tal exige em termos de integração fiscal.

Conclusão

A despeito da recente crise na área do euro, a integração europeia constitui um êxito notável e representa um modelo de integração linear, que se caracteriza por uma integração incremental, cada vez mais profunda, paralelamente à expansão do número de membros. O movimento da integração monetária para a união monetária e a moeda única veio comprovar a resiliência das estruturas estabelecidas pela União Europeia há 50 anos. O que está em causa, no âmbito do presente documento de referência, é que ensinamentos poderão ser colhidos pela sub-região da África Ocidental da experiência da UE na construção de uma união monetária e introdução de uma moeda comum?

No entanto, um aspeto importante a assinalar é que passaram quase 50 anos entre a assinatura do Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço em 1951 e a introdução do euro. Entretanto, a possibilidade de uma integração económica e financeira mais profunda em África, especialmente na sub-região da África Ocidental tem continuado a suscitar o interesse de académicos e políticos, dentro e fora do continente.

É, por conseguinte, evidente da leitura deste documento que, pese embora a CEDEAO estar numa fase diferente de integração, a moeda única da União Europeia e a presente crise na área do euro constituem experiências inestimáveis para a África Ocidental no seu percurso rumo à integração monetária. O estudo trouxe para a ribalta uma série de ensinamentos que a África Ocidental pode colher tanto da moeda única como da crise em curso na UE. O documento identifica a necessidade de uma liderança firme e empenhada e de um espaço credível para o diálogo entre os diferentes intervenientes no processo de regionalização. Frisa ainda a importância de construir estruturas resilientes e inovadoras para reagir a situações imprevistas. Tais estruturas devem estar cientes da interação muitas vezes contraditória entre as vertentes económicas, políticas e jurídicas do processo de integração. De igual modo, espera-se que estas estruturas velem por reduzir as assimetrias na lógica

A experiência europeia de uma moeda comum: ensinamentos colhidos

do discurso político, que não se cingem à economia, afetando também os aspetos políticos e jurídicos que lhe estão subjacentes a nível local e regional. A experiência da União Europeia demonstra claramente que os processos de integração regional, as estruturas e os mandatos não são espontâneos nem estáticos, sendo, pois, imprescindível avaliá-los continuamente à luz da experiência. Assim, é essencial uma liderança política ativa para dar cabal resposta às vicissitudes de uma união monetária.

Referências

Adam, M. A., Agyapong, D. e Numapau, E. G., 2010. Dynamic Macroeconomic Convergence in WAMZ. *International Business and Management*, 1(1), pp. 85-110.

Agyapong, D., 2012. The Eurozone Currency Crisis: A Lesson for the West Africa Monetary Zone. *Asian Journal of Business and Management Sciences*, 1(11), pp.11-25.

Angelini, P. e Lippi, F., 2007. Did prices really soar after Euro cash changeover? Evidence from ATM withdrawals. *International Journal of Central Banking*, 3(4), pp.1-22.

Bartram, M. S. e Karolyi, K. A., 2006. The Impact of the Introduction of the Euro on Foreign Exchange Rate Risk Exposures. *Journal of Empirical Finance*, 13, pp.519–549.

Bordo, M. D., Jonung, L. and Markiewicz, A., 2011. *A Fiscal Union for the Euro: Some Lessons from History*. NBER Working Paper 17380, Cambridge, MA: NBER.

Bordo, M. D., Jonung, L. and Markiewicz, A., 2011. *A Fiscal Union for the Euro: Some Lessons from History*. NBER Working Paper 17380, Cambridge, MA: NBER.

Bremner, C., 2011. Sarkozy and Merkel demand Relaunch of European Ideal with ‘Treaty of Solidarity’, *London Times*, p.59, 2 dezembro 2011.

Bris, A. e Micola, R. A., 2008. *Separated by a Common Currency? Evidence from the Euro Changeover*. 3 de março de 2008.

Chintrakarn, P., 2008. Estimating the Euro Effects on Trade with Propensity Score Matching. *Review of International Economics*, 16(1), pp.186-198.

Chuku, A. C., 2012. The Proposed Eco: Should West Africa Proceed With a Common Currency? Documento apresentado na *Conference on Economic Development in Africa* do Centre for the Study of African Economies (CSAE) Oxford: Oxford University, 18-20 março 2012.

A experiência europeia de uma moeda comum: ensinamentos colhidos

Coeurdacier, N. e Martin, P., 2009. The Geography of Asset Trade and the Euro: Insiders and Outsiders. *Journal of the Japanese and International Economies*, 23(2), pp.90-113.

Dominguez, K. M. E., 2006. The European Central Bank, the Euro, and Global Financial Markets. *The Journal of Economic Perspectives*, 20(4), pp.67-88.

ECA, 2012. *Common Currency: Why events in Europe should not derail attempts to form a single currency in East Africa*. Bulletin of the Sub-regional Office for Eastern Africa (SRO-EA) of the United Nations Economic Commission for Africa (ECA), Edição n.º 8, janeiro 2012.

ECA/AUC, 2012. *The Impact of the European Debt Crisis on Africa's Economy: A Background Paper*. Apresentado na 5.ª Reunião Anual Conjunta da Conferência da UA dos Ministros da Economia e das Finanças e da Conferência ECA dos Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico, Addis Abeba, Etiópia, 26-27 março 2012.

Ekong, C. N. e Onye, K. U., 2012. On the Feasibility of a Common Currency in West Africa: Evidence from a Multivariate Structural VAR. *Current Research Journal of Economic Theory*, 4(4), pp.120-131.

EU Facts, 2012. *European Monetary System*. Disponível: <<http://www.civitas.org.uk/eufacts/FSECON/EC9.htm>> [Accessed 03 August 2012].

European Economy, 2008. *The EU's Response to Support the Real Economy During the Economic Crisis: An Overview of Member States' Recovery Measures*. Occasional Papers, 51. Bruxelas: DG ECFIN, Comissão Europeia.

FMI, 2002. *IMF Survey Supplement on the Fund* Volume 31 September 2002. Disponível: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/survey/sup2002/index.htm>> [Página visitada em 07 de janeiro de 2013].

Frankel, J. e Andrew, R., 2002. An Estimate of the Effect of Common Currencies on Trade and Income. *Quarterly Journal of Economics*, May 2002.

Fritsche, U; Lein, S e Weber, S., 2009. *Do Prices in the EMU Converge (Non-linearly)?* DEP Discussion Papers, Macroeconomics and Finance Series, Hamburgo 4/2009.

Hämäläinen, S., 2000. *The Single Currency and European Integration*. Discurso proferido no Seminário *EMU Experience and Prospects - A Small State Perspective*, Dublin: Institute of European Affairs, 16 de outubro de 2000.

Hembruff, J., 2011. European Son: Neoliberal Integration, the European Monetary Union and the European Sovereign Debt Crises, *Inquiry and Insight*, 4(1), pp.6-19.

Kirkegaard, J. F., 2011. Painful Euro Crisis and Lessons for the World – Part I. Yale: Center for the Study of Globalisation, *Yale Global Online Magazine*. Disponível: <<http://yaleglobal.yale.edu/content/painful-euro-crisis-and-lessons-world>> [Página visitada em 03 de dezembro de 2012].

Lane, P. R., 2006. *Global Bond Portfolios and EMU*. IIS Discussion Paper, 168. Disponível: <<http://ssrn.com/abstract=925858>> or <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.925858>> [Página visitada em 03 de novembro de 2012].

Masson, P. e Taylor, M., 1993. Fiscal Policy within Common Currency Areas. *Journal of Common Market Studies*, 31(1).

Masson, P. e Pattillo, C., 2001. Monetary union in West Africa (ECOWAS) - Is it desirable and how could it be achieved? Occasional Paper, 204, Washington: Fundo Monetário Internacional.

Masson, P. e Pattillo, C., 2004. A Single Currency for Africa. *Finance and Development*, dezembro, 2004.

Masson, P., e Pattillo, C., 2005. *The Monetary Geography of Africa*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press.

McCarthy, C., 2008. The Roadmap towards Monetary Union in Southern Africa – is the European experience commendable and replicable? Bordeaux: *Terceira Conferência Anual GARNET*, setembro 2008.

A experiência europeia de uma moeda comum: ensinamentos colhidos

McCarthy, C., 2012. *A Comment on the Lessons the Euro Crisis holds for African Monetary Integration*. SADC: Trade Law Centre.

McKay, D., 2005. Economic Logic or Political Logic? Economic theory, federal theory and EMU. *Journal of European Public Policy* 12, pp.528-544.

Mundell, R. A., 1961. A Theory of Optimum Currency Areas. *American Economic Review*, 53, pp. 657-664.

Niyiragira, Y., 2012. *Revised Plan of Single Currency for West Africa. African Union Monitor*. Disponível: <<http://www.pambazuka.org/aumonitor/comments/2421/>> [Página visitada em 01 de setembro de 2012].

Petsas, I., 2003. *Optimum Currency Areas and the European Experience*. New Jersey: Pearson Education, Inc.

Quiggin, J., 2012. *Zombie Economics: How Dead Ideas Still Walk among Us*. New Jersey: Princeton University Press.

Rattner, S., 2011. 'Look to Africa for Lessons in Sharing Currency'. *London Financial Times*, 21 de outubro de 2011.

Rusuhuzwa, T. K. e Masson, P. R., 2012. *Design and Implementation of a Common Currency Area in the East African Community*. Universidade de Toronto. Departamento de Economia. Documento de Trabalho 451.

Skrekas, N., 2010. Greek GDP Revised Down. *Wall Street Journal*. Disponível: <<http://online.wsj.com/article/SB10001424052748703453804575479162284898390.html>> [Página visitada em 05 de janeiro de 2013].

Somed, M., 2012. *Euro's Lessons For the Eco – WAMZ on High Alert*. Disponível: <<http://www.ghanabizmedia.com/ghanabizmedia/march-2012-banking-a-finance/574-euros-lessons-for-the-eco--wamz-on-high-alert.html>> [Página visitada em 13 de fevereiro de 2013].

Tsangarides, C. e Qureshi, M., 2008. Monetary Union Membership in West Africa: A Cluster Analysis. *World Development*, 36(7), pp.1261-1279.

UE, 1992. *Tratado de Maastricht: Tratado da União Europeia*. [pdf] Disponível: <<http://www.eurotreaties.com/maastrichteu.pdf>> [Página visitada em 07 de fevereiro de 2013]

Paulina Mendes

A experiência da integração da Guiné-Bissau no seio da UEMOA: Que subsídios a transmitir à União Europeia?

Introdução

A interação entre atores é uma das condições prévias para alcançar o bem-estar coletivo. Esta condição justifica o agrupamento dos mesmos em instituições como a família, a comunidade, o Estado e ao nível mais elevado em blocos regionais, de modo a satisfazerem os seus interesses, quer de caráter político como de caráter económico.

Assim sendo, a integração regional é uma das saídas encontradas pelos líderes políticos africanos proeminentes da época para incrementar as trocas comerciais e promover o crescimento económico e o desenvolvimento. Esta perspetiva é robustecida pelos teóricos da integração económica nomeadamente Balassa (1961) e Robson (1985) por advogarem que os países em desenvolvimento agrupados em blocos económicos regionais têm uma maior probabilidade de trabalharem numa maior sinergia política, o que contribui para fazer valer os seus interesses no mercado internacional e aumentar a sua competitividade.

O agrupamento de países com níveis de desenvolvimento desigual em blocos regionais, requer o consentimento voluntário e explícito dos mesmos sobre as premissas que o processo da integração regional engendra. Trata-se do respeito dos princípios de solidariedade e de compensação de forma a mitigar o desequilíbrio económico existente entre estes países e sustentar a integração.

A experiência da integração da Guiné-Bissau no seio da UEMOA

É o caso por exemplo da UEMOA, onde constata-se que a Costa do Marfim que goza da economia mais desenvolvida e diversificada desta organização regional, partilha o mesmo espaço de integração com a Guiné-Bissau, uma pequena economia fortemente concentrada num só produto que é a castanha de caju.

A Guiné-Bissau difere do resto dos países desta união por ser o único colonizado por Portugal e por ter suportado uma luta armada que durou onze anos. Igualmente após a sua independência viveu períodos sucessivos de instabilidade sociopolítica, que contribuí para o baixo nível das suas estruturas políticas e económicas.

O presente artigo visa, de um lado, destacar a experiência da integração da Guiné-Bissau no seio da UEMOA e evidenciar o seu impacto no domínio económico e social, por outro lado, realçar alguns subsídios que UEMOA pode transmitir a CE devido a longa experiência de integração monetária vivida neste domínio.

Para alcançar estes propósitos formulamos um conjunto de questões de modo a orientar a elaboração deste trabalho que são:

1. Que razões levaram a Guiné-Bissau a integrar uma organização tradicionalmente criada para responder os desígnios das antigas colónias francesas da África ocidental?
2. A integração da Guiné-Bissau na UEMOA refletiu-se na melhoria dos indicadores macroeconómicos do país e igualmente na mudança dos valores socioculturais do seu povo?
3. Que lições tiradas da experiência da UEMOA podem servir para atenuar a crise na zona Euro?

Para responder as questões levantadas estruturamos o artigo em quatro pontos: O primeiro destaca o enquadramento da Guiné-Bissau enquanto o país lusófono no seio da comunidade francófona; no segundo os antecedentes históricos da UEMOA, enquanto uma organização regional que teve as raízes na zona franco. O terceiro ponto ocupa da experiência da integração da Guiné-Bissau na UEMOA e o seu impacto no desenvolvimento socioeconómico do país. O último trata de subsídios que esta organização pode fornecer à zona Euro.

Guiné-Bissau: um país lusófono no seio da comunidade francófona

Os Portugueses chegaram a Guiné-Bissau em 1446 com o objetivo de dominar e explorar o país. Contudo, esta aspiração da potência colonial conheceu sobressaltos, tendo confrontado com resistência impar da parte do povo guineense. Esta resistência refletiu no curto período de dominação de Portugal em relação a este país, sendo menos de 60 anos no continente e 37 anos no arquipélago dos Bijagós (Mendy, 1997:22).

A Guiné-Bissau diferentemente de Angola e Moçambique que foram colónias do povoamento, ela foi colónia do enquadramento para exploração. Assim, o facto de ser colonizada por Portugal valeu-lhe a prerrogativa de integrar a CPLP (Comunidade de Países da Língua Portuguesa) criada em 1996, integrando Angola, Brasil, Cabo-verde, Moçambique, Portugal, São-Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Em termos de localização geográfica em relação aos seus congéneres com os quais partilharam o mesmo passado colonial, considera-se a Guiné-Bissau um enclave, localizando-se geograficamente distante dos outros países exceto Cabo Verde, na medida em que, partilha as fronteiras físicas apenas com países francófonos, antigas colónias da França, nomeadamente a Guiné ao Sul e com a República do Senegal ao Norte. Assim, em termos culturais a Guiné-Bissau aproxima-se mais dos seus vizinhos francófonos da sub-região, o que faz com que a integração da Guiné-Bissau no seio da UEMOA seja uma forma de reencontro entre irmãos, que foram separados relutantemente pelas potências coloniais no decurso da conferência do Berlim de 1884.

No plano monetário, ao contrário dos países da UEMOA, a Guiné-Bissau decidiu criar a sua própria moeda nacional, o Peso, depois de ter alcançado a sua independência a 24 de Setembro de 1973, substituindo a moeda portuguesa, o Escudo. Assim, foi criado o “Banco Nacional da Guiné” (BNG), que funcionou como um Banco Central, a Caixa de Tesouro e o Banco Universal.

A seguir a reforma monetária implementada em Março de 1976, criou-se o Peso guineense em substituição do Escudo português. Este último, cuja emissão tinha sido confiada ao Banco Nacional Ultramarino (BNU), tendo circulado desde 1902 no território que se tornou a Guiné-Bissau.

A experiência da integração da Guiné-Bissau no seio da UEMOA

Contudo, a história monetária do país tem sido cateterizado pela depreciação constante do Peso guineense, refletindo conseqüentemente na instabilidade dos preços. Se acrescentarmos a estes fatores ao facto da moeda nacional ser inconvertível, podemos facilmente apercebermo-nos das dificuldades pelas quais este País passou, nomeadamente nos domínios do comércio internacional e do investimento estrangeiro.

A 2 de Maio de 1997 num acordo assinado em Dakar, a Guiné-Bissau adotou o FCFA (Franco da Comunidade Financeira Africana), como moeda, integrando-se assim à UEMOA (União Económica e Monetária da África Ocidental) que alberga países, antigas colónias da França, nomeadamente, Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo. Todavia, a língua oficial de trabalho desta comunidade é o francês, implicando enormes esforços da parte da Guiné-Bissau, de modo a acompanhar as atividades delineadas por esta organização.

Antecedentes históricos da UEMOA

A criação da UEMOA remonta à cooperação política entre os países da antiga África Ocidental Francesa (AOF) que integrava Alto volta (actual Burkina Faso), Costa do Marfim, Dhaomey (Benim), Guiné, Mauritânia, Níger, Senegal e o Sudão francês (Mali), que preconizava controlar efetivamente estes territórios através de adoção de políticas monetária, comercial e legislativa comuns (Barry, 2006).

Para materializar estes objetivos em Junho de 1895 foi instituído a AOF, cuja função consistia em coordenar administrativa e financeiramente os territórios que integram esta zona, de modo, a conciliar os seus interesses e proporcionar uma solidariedade financeira, a fim fortalecer o seu investimento (Fernandes, 2007:122).

A evolução da atividade da emissão monetária culminou com a criação do Franco das Colónias francesas em África (F CFA) em 1945, foi rebatizado como o Franco da Comunidade Financeira Africana (F CFA), sendo moeda emitida pelo Banco Central de Estados de Africa Central (BCEAO), depois da independência em 1960 (Mendes, 2012:6).

Em 1959, criou-se a federação da AOF, integrando Dhaomey, Sudão francês (actual Mali), Senegal, Alto Volta, tendo restado finalmente somente o Senegal e o Sudão francês. Contudo, esta federação conheceu depois dias conturbados devido a divergência ideológica entre os presidentes de dois países na época: Modibo Keita, solidário com a Guiné e influenciado pelo comunismo almejava a implementação do Estado federal unitário, enquanto que Léopold Sédar Senghor, presidente do Senegal e pró-ocidental, defendia uma federação flexível de forma a fortalecer a influência da França na Região. Esta Federação findou-se com a ascensão dos dois países à independência (Fernandes, 2007:125).

No mesmo período foi criado o conselho de Entente ou União Sahel-Benim que integrava Alto Volta, Costa do Marfim e Daomé, tendo o Togo aderido a este união apenas em 1966. Este projecto não teve sucesso.

Em 1961 na capital do Níger, alguns países da África Ocidental francesa manifestaram mediante um acordo o interesse em preservar a moeda que vinham utilizando desde a época colonial.

Em 1962, Atual Burkina Faso e Benim, Costa do Marfim, Mali, Mauritânia, Níger, Senegal e Togo, assinaram em Paris o tratado que instituíu a união monetária. Um ano depois o Mali desvinculou-se desta organização e 11 anos depois seguiu-lhe a Mauritânia.

No decorrer dos anos 70 fizeram as reformas, visando não apenas africanizar recursos humanos da BCEAO, mas também deslocar a sua sede para o continente africano. Grosso modo, pretendia-se com esta reforma diminuir a tutela da França nas suas antigas colónias (Mendes, 2012:7). Igualmente, em 1973 foi instituído o Banco de Desenvolvimento da África Ocidental (BOAD).

Em 1984 Mali reintegra a União, de modo a beneficiar dos privilégios que a moeda comum oferece, nomeadamente a facilidade nas trocas comerciais entre os Estados membros, a garantia na assinatura de contratos, a garantia da convertibilidade da moeda pelo tesouro francês e existência de uma instituição monetária comum da emissão da moeda (Fernandes, 2007:142-143).

A seguir à crise económica que atingiu aos países da união em 1985 devido a baixa dos preços dos principais produtos da exportação no mercado internaci-

A experiência da integração da Guiné-Bissau no seio da UEMOA

onal, seus membros foram obrigados a suportar uma desvalorização de 50% do FCFA, a 10 de Janeiro de 1994. No mesmo ano foi decidido reforçar a união monetária acrescentando-lhe a dimensão económica, através da criação da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), dispondo de um dispositivo de supervisão multilateral de políticas económicas e financeiras; de uma pauta externa comum; da livre circulação de pessoas, bens e capitais e a harmonização das políticas setoriais.

Em Janeiro de 1999 com a entrada em vigor do euro a manutenção da cooperação que vinha desde o período colonial foi mantida. A decisão do Conselho Europeu n.º 98/683/CE, de 23 de Novembro de 1998 que autoriza a França a continuar a sua cooperação na Zona franco. Acaba por reconhecer a natureza orçamental desta cooperação. Desta decisão, resultou a ancoragem automática dos francos CFA ao euro por uma paridade fixa de 1 Euro por 655, 9570 FCFA (Mendes, 2012:7).

Em Dezembro de 2007, as instituições da UEMOA adotaram reformas institucionais que entraram em vigor em 1 de Abril de 2010, que visam de uma parte modernizar o quadro institucional da UEMOA e do BCEAO, de modo adequá-lo às novas exigências relativas as atribuições específicas do Banco Central; de outra, reforçar a estabilidade do sistema bancário e financeiro e atualizar os regulamentos, que regem as relações financeiras externas dos Estados-Membros da União Europeia.

No plano monetário, esta reforma é patenteada pela maior independência do BCEAO cuja missão principal passou a ser de estabilidade de preços. Todavia, a conta de operações (compte d'operations) aberta nos livros de Tesouro da República Francesa continua a constituir o elo de ligação entre os países africanos membros da zona CFA e a França (União Europeia). Mediante esta conta a França garante a convertibilidade ilimitada dos francos CFA e em contrapartida, os países africanos membros comprometem-se a depositar nela 50% das suas reservas em divisas e a respeitar um conjunto de princípios nomeadamente a liberdade da circulação de capital no seio da Zona Franco, a manutenção da paridade fixa, a partilha das reservas de divisas (Mendes, 2012:8).

UEMOA: Uma alavanca estratégica para a Guiné-Bissau

A UEMOA é uma organização económica regional, tradicionalmente criada para nortear os desígnios almejados pelos países africanos da África Ocidental colonizados pela França, de modo alcançar o seu desenvolvimento socioeconómico. Assim, a concretização do aspirado desenvolvimento é conseguido pela harmonização das políticas económicas, unificação dos mercados nacionais e implementação de políticas setoriais comuns; Iguamente requiere o fortalecimento da competitividade entre os Estados membros em atividades económicas e financeiras, a harmonização do quadro jurídico e a instituição da supervisão multilateral de forma a garantir a convergência macroeconómica.

A Guiné-Bissau sentiu-se a necessidade de integrar a UEMOA por ter vivido anos de desequilíbrios macroeconómicos marcantes nomeadamente, uma depreciação do peso, um sistema financeiro deficiente, um défice persistente das contas externas e das finanças públicas, um mercado pouco atrativo aos investidores e com a estrutura de produção pouco diversificada, com a castanha do cajú a constituir 90% do valor das exportações totais do país. Iguamente, o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e a poupança eram baixos devido a não convertibilidade da sua moeda (Mendes e Sall, 2012).

Apesar do contexto internacional ter contribuído para o marasmo de uma parte significativa das economias dos países da África subsaariana, no caso particular da Guiné-Bissau acrescenta-lhe a instabilidade sociopolítica, como um dos elementos com a contribuição importante na degradação dos indicadores macroeconómicos e no seu atraso em termos de desenvolvimento.

Estes elementos fizeram com que a Guiné-Bissau procure a UEMOA como solução para o seu desequilíbrio macroeconómico, através dos privilégios que a integração traz para os países membros, na medida em que, partilha as fronteiras ao Norte e ao Sul com os países francófonos. Todavia, a República da Guiné, desde que se tornou independente em Outubro de 1958, deixou de pertencer este bloco que vinha da época colonial.

A outra razão que poderá explicar a integração deste país neste bloco regional tem a ver com o atraso dos países da língua oficial portuguesa em conceber uma organização similar à UEMOA. Este atraso pode ser explicado por um lado, por estes países terem acedido à independências mais tarde, por outro,

por geograficamente localizarem-se afastados uns de outros.

UEMOA: um balão de oxigénio para a economia guineense

A integração de um país numa zona monetária engendra as vantagens que decorrem da utilização de uma moeda única entre os países que contribuem para a redução de incertezas ligadas a evolução da taxa de câmbio. Mendes e Sall (2012) advogam que as incertezas podem representar uma barreira à dinamização da atividade económica, essencialmente num país de baixo rendimento e que não tem acesso ao mercado financeiro, como a Guiné-Bissau. Com efeito, a redução do risco de câmbio permite por um lado, melhorar a decisão dos principais atores económicos, por outro, permite a redução da taxa de juros real, o que pode reflectir na selecção de melhores projectos adaptados e na melhoria da performance dos bancos.

A integração da Guiné-Bissau na UEMOA é feita com base no critério de análise custos/benefícios que, o país incorre ou adquire por integrar esta zona (Mendes e Sall ,2012) e não pelo respeito aos critérios como é o caso para se integrar a Zona Euro.

Em busca de discernir os impactos macroeconómicos da integração da Guiné-Bissau à UEMOA, o estudo realizado por Mendes e Sall (2012) demonstra claramente que a situação macroeconómica do país melhorou depois da sua adesão a esta comunidade. O quadro abaixo testemunha a evolução dos diferentes indicadores antes e depois da adesão.

Assim, a taxa de crescimento real passou de 3,3% de 1990 a 1996 para 4,1% de 2008 a 2011. A Inflação baixou consideravelmente de 45,7% para 4,1%. As despesas públicas por PIB aumentaram progressivamente de 16% para 21,3%. A taxa de investimento passou de 2,1% para 6,6%. Grosso modo, a maior parte dos indicadores registaram melhorias, inclusive durante o período do conflito militar de 1998-99.

Quadro 1: Principais Indicadores macroeconómicos

| Indicadores | Média durante o período | | | | |
|---------------------------------|-------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | 1990-1996 | 1997-1999 | 2000-2003 | 2004-2007 | 2008-2011 |
| Taxa de crescimento real | 3,5% | -7,2% | 0,2% | 3,1% | 4,1% |
| Inflação | 45,7% | 18,3% | 2,9% | 2,7% | 4,1% |
| Despesa Pública total/PIB | 16,0% | 16,8% | 19,9% | 21,1% | 21,3% |
| Investimento público/PIB | 6,6% | 4,2% | 5,8% | 3,5% | 4,1% |
| Massa salarial/Receitas fiscais | 72,7% | 88,2% | 83,6% | 96,6% | 80,6% |
| Saldo orçamental/PIB | -10,9% | -11,1% | -5,0% | -4,7% | -0,1% |
| Taxa de Pressão Fiscal | 2,1% | 3,0% | 4,9% | 5,4% | 7,2% |
| Taxa de Investimento | 2,1% | 3,0% | 9,1% | 7,0% | 6,6% |
| Taxa de cobertura Export/Import | 32,9% | 79,4% | 76,9% | 59,0% | 62,4% |
| Saldo corrente externo/PIB | -16,0% | -6,9% | 0,0% | -2,6% | -4,8% |

Fonte: BCEAO

Guiné-Bissau: entre a convergência macroeconómica e a convergência sociocultural

A integração da Guiné-Bissau a UEMOA não influenciou apenas o quadro macroeconómico do País, mas igualmente o quadro sociocultural. A forma de vestir e de pentear dos guineenses, essencialmente as mulheres mudou progressivamente, graças ao contato intenso com os cidadãos de outros países que integram esta organização, quer em seminários, ateliers, conferências e nas trocas comerciais.

A experiência da integração da Guiné-Bissau no seio da UEMOA

Os encontros entre operadores de países que formam este bloco regional nas grandes feiras semanais denominadas *lumo*, contribuem para o aumento da interdependência de valores e aculturação. Esta aculturação é patente no domínio da culinária, registando a incorporação de algumas receitas destes países na culinária guineense.

O impacto da adesão da Guiné-Bissau à UEMOA é marcante igualmente no domínio linguístico, na medida em que, constata-se uma grande difusão das línguas nacionais de cada país nos outros países, pois, os emigrantes têm tendência de conservar a língua do país de origem, embora aprendendo simultaneamente a língua do país de acolhimento. Do mesmo modo, os habitantes do país de acolhimento aprendem igualmente aquela do recém-chegado. Por exemplo, o Wolof é difundido na Guiné-Bissau por causa dos senegaleses que vendem no mercado de Bandim e cidadãos guineenses que temporariamente se deslocam ao Senegal. Da mesma forma também se assiste a difusão do crioulo no senegal através da relação entre os clientes guineenses e os comerciantes senegaleses nos mercados de Ziguinchor e de Dakar. Estes últimos acabam por aprender o crioulo sem conhecer a Guiné-Bissau.

Para além da coexistência entre os cidadãos dos países que compõem a UEMOA, o preceito do estatuto desta organização que instituiu a livre circulação de pessoas neste espaço comunitário permitiu que, alguns cidadão destes países escolham a Guiné-Bissau para fixar a sua residência e desenvolver negócios e/ou trabalhar. Alguns destes podem posteriormente contrair o matrimónio com os guineenses, o que contribui para intensificar a interdependência de valores e aculturação na Guiné-Bissau.

A colocação dos cidadãos guineenses nas diferentes estruturas da UEMOA que trabalham nestes países concorre igualmente para uma convergência sociocultural neste espaço regional.

Um outro setor que espelha a convergência cultural é o setor de ensino superior, quando se uniformizou os currículos Universidade Amílcar Cabral de Bissau com os dos outros países da UEMOA .

Os vários elementos destacados favorecem a aculturação e o reforço da partilha dos valores comunitário no seio da UEMOA.

UEMOA: Que subsídios a transmitir à União Europeia? As razões da crise na zona Euro

A crise da zona euro, que se iniciou em 2010 com a crise da dívida grega seguida pelas da Irlanda e de Portugal em 2011, revelou as insuficiências do critério de optimalidade da zona Euro enquanto zona monetária e os seus mecanismos para prevenir e gerir a crise Mendes (2012). Com efeito, o fracasso do mecanismo de supervisão multilateral das políticas económicas implementadas na zona Euro não permitiu identificar e/ou corrigir os desequilíbrios macroeconómicos nos diferentes países membros. Do mesmo modo, a insuficiência da solidariedade política bem como a manifestação tardia contribuíram para agravar as desconfianças e a especulação a nível dos mercados financeiros.

Por outro lado, o facto da definição e execução da política monetária única para toda a zona Euro tenha sido inteiramente confiada ao Banco Central Europeu com o objectivo único de promover a estabilidade de preços, enquanto que cada país conserva o poder de determinar as políticas orçamental e fiscal, cria problemas. Esta situação não terá favorecido uma melhor determinação da política mista óptima para zona Euro no seu conjunto.

Subsídios de UEMOA à zona Euro

Os países que integram a UEMOA são todos exportadores de produtos de base, tendo a maior probabilidade de ocorrerem choques assimétricos, devido à instabilidade dos preços destes produtos no mercado internacional e à diferença nas suas estruturas das exportações. Todavia, os choques assimétricos podem não trazer inconvenientes para uma união monetária, na medida em que, os países afetados podem ser ajudados pelos países não afetados.

É neste quadro que OSSA (2000) enfatiza a solidariedade entre os países membros como critério de optimalidade. Contudo, Mendes (2012) sublinha: para que a união monetária seja um “guarda-chuva” para todos os países é necessário que a solidariedade seja total entre países, mesmo que depois sejam desencadeadas acções sancionatórias internas em relação aos Estados que dolosamente tenham conduzido ao desequilíbrio macroeconómico (2012:13). A solução preconizada para a crise na zona franco em 1994 é o exemplo sui

A experiência da integração da Guiné-Bissau no seio da UEMOA

geniris da solidariedade, na medida em que, apesar dos países não terem sido afetados da mesma forma decidiram em solidariedade, suportando todos a desvalorização em 50% do FCFA.

Na zona Euro, a insuficiência da solidariedade política dos outros Estados membros e a lentidão na sua expressão, terão levado à desconfiança dos mercados financeiros e potenciou a especulação e conseqüentemente o contágio a outros países da Europa do Sul. Esta crise testemunha a importância de um poder político forte enquanto uma das condições necessárias para a estabilidade da moeda única, pois, historicamente, a moeda e a soberania sempre andaram juntas (Messiha, 2011).

No entanto, para que essa solidariedade seja efetiva é necessário que haja uma coordenação de políticas macroeconómicas, gestão comum e centralizada das reservas externas. Igualmente suscita a questão de uma certa integração política entre os Estados membros, pois na sua ausência será difícil sustentar por muito tempo a solidariedade entre países a longo prazo (Mendes, 2012:13).

Conclusão

A procura da estabilidade macroeconómica levou a Guiné-Bissau a abandonar a sua moeda nacional para se juntar aos outros países de África Ocidental na UEMOA.

Mesmo que o balanço seja mitigado, as conseqüências das instabilidades militar-políticas que seguiram após esta adesão foram mais severas aos níveis económico e social.

Assim, as conseqüências da adesão à UEMOA que se traduziram no controlo da taxa de inflação, numa abertura mais extensa ao comércio internacional e uma consolidação do sistema financeiro. Igualmente esta adesão contribuiu para atenuar os efeitos desfavoráveis do clima sociopolítico sobre a atividade económica depois do conflito político-militar de 1998/1999.

A Guiné-Bissau, embora seja um país lusófono, sentiu-se a necessidade de integrar esta união, na medida em que, partilha as fronteiras físicas com países que a compõem. Deste modo, o impacto da integração da Guiné-Bissau à

UEMOA não se limita apenas à convergência macroeconómica na região, mas também à convergência sociocultural.

A zona Euro poderia ter em consideração alguns ensinamentos a nível da UEMOA, nomeadamente a uniformização da legislação, a supervisão bancária como também a expressão da solidariedade. Todavia, para o aprofundamento do processo de integração ao nível da UEMOA, esses países deverão continuar a se inspirar na experiência europeia.

Referências

Alesina, A.; Barro, R.; Tenreyro, S. 2002. *Optimal Currency Areas*. Harvard Institute of Economic Research Working Papers 1958, Harvard - Institute of Economic Research.

Balassa, B. 1961. *Teoria de Integração Económica*. Tradução de Maria F. Gonçalves e Maria E. Ferreira. Lisboa, Livraria Clássica.

Banny, C 2000. Problematique de l'integration monetaire en Afrique de l'Ouest. *Segunda Conferência dos Presidentes de Assembleia Parlamentar do Oeste Africano*, Ouagadougou, 28-31 Março.

Barry, Boubacar (2006). *Senegâmbia: o desafio da história regional*. [pdf] SEPHIS – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Disponível a <<http://www.sephis.org/pdf/barry.portuguese.pdf>>.

BCEAO, 2010. *Relatório Anual versão resumida* [pdf] Disponível a <www.bceao.int>.

Comissão da UEMOA, 2002: *Le rapport d'activités de l'année 2002 de la Commission l'UEMOA*, Disponível a <<http://www.uemoa.int/Publication/RapportCom2001.pdf>>.

Fernandes, J. A., 2007. *Integração económica como estratégia do desenvolvimento do continente africano: Proposta de fusão entre a Comunidade de Estados da Africa Ocidental (CEDEAO) e a União económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)*. Dissertação de Mestrado em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.

Gomes, P. G., 1997. *Aspectos monetários da adesão versus integração da Guiné-Bissau na UMOA/UEMOA*. Boletim da Faculdade de Direito de Bissau, 1997.

Mendes, D. 2001. *A Problemática da Integração Monetária na África Ocidental: Europeizar ou Africanizar?* Dissertação de Mestrado em Economia Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Maio, 268 páginas.

Mendes, D. 2012. Programa da moeda Única da CEDEAO: Que Lições da Crise na Zona Euro. *VIII encontro de economistas de língua portuguesa, Reflexos da Crise Económica nos Países de Língua Portuguesa e as Conclusões do Encontro Rio +20*, Brasil, Belo Horizonte, 12-15 de Setembro.

Mendes, D.; Sall, Cheikh, Tidiane A. 2012. Les impacts macroéconomiques de l'adhésion de la Guiné-Bissau à l'UEMOA. *Economic Review of West Africa*, Vol.1 nº 1.

Mendy, P. K., 1991. A Relevância do Pensamento Ckeikh Anta Diop na África Lusófona: O Caso da Guiné-Bissau. in *Soronda: revista de estudos guineense*. Nova Série, Bissau, INEP. Nº 1, pp13-29.

Messiha, J. 2001. *Souveraineté et zone monétaire optimale : construit, coïncidence ou causalité? Du franc à l'euro : changements et continuité de la monnaie*. Poitiers, Novembro 2001.

Ossa, O., 2000. Zone monétaire et crise de change : le cas de la zone franc africaine. Libreville, Gabão: Applied Economics Laboratory.

PNUD, 1996. *Préparation du dossier d'adhésion à la zone franc et l'UEMOA*. Dossier de l'UEMOA, Bissau : Ministério de Economia e Finanças.

Robson, P., 1985. *Teoria económica da integração internacional*. Tradução de Carlos Laranjeiro, Coimbra.

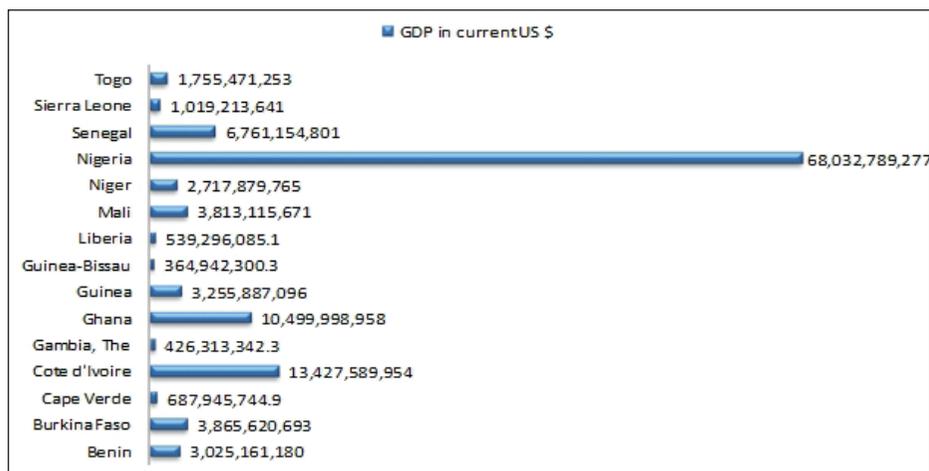
Anexo

Anexo1: Estimativa da população total dos países membros da CEDEAO/ ECOWAS em 2010 (%)

| Country | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Benin | 6,517,810 | 6,721,337 | 6,937,985 | 7,164,976 | 7,397,985 | 7,633,757 | 7,871,707 | 8,112,573 | 8,355,980 | 8,601,771 | 8,850,000 |
| Burkina Faso | 12,294,012 | 12,648,474 | 13,015,435 | 13,395,599 | 13,789,736 | 14,198,463 | 14,622,202 | 15,061,127 | 15,515,258 | 15,984,479 | 16,468,000 |
| Cape Verde | 437,238 | 445,096 | 452,740 | 460,031 | 466,784 | 472,883 | 478,267 | 483,023 | 487,371 | 491,621 | 496,000 |
| Cote d'Ivoire | 16,581,653 | 16,892,864 | 17,180,649 | 17,455,501 | 17,731,840 | 18,020,946 | 18,325,979 | 18,646,754 | 18,987,007 | 19,350,026 | 19,738,000 |
| Gambia, The | 1,297,084 | 1,335,674 | 1,376,035 | 1,417,818 | 1,460,493 | 1,503,678 | 1,547,259 | 1,591,357 | 1,636,107 | 1,681,734 | 1,729,000 |
| Ghana | 19,165,490 | 19,632,265 | 20,114,361 | 20,610,897 | 21,119,911 | 21,639,806 | 22,170,556 | 22,712,403 | 23,264,176 | 23,824,402 | 24,392,000 |
| Guinea | 8,344,486 | 8,472,339 | 8,604,936 | 8,743,954 | 8,889,321 | 9,041,448 | 9,201,941 | 9,373,619 | 9,559,110 | 9,761,217 | 9,982,000 |
| Guinea-Bissau | 1,240,655 | 1,264,855 | 1,289,526 | 1,314,795 | 1,340,814 | 1,367,695 | 1,395,492 | 1,424,191 | 1,453,757 | 1,484,120 | 1,515,000 |
| Liberia | 2,847,290 | 2,939,296 | 2,996,082 | 3,037,412 | 3,092,721 | 3,182,539 | 3,313,718 | 3,477,197 | 3,658,460 | 3,835,929 | 3,994,000 |
| Mali | 11,295,324 | 11,639,798 | 12,001,887 | 12,380,104 | 12,772,264 | 13,176,642 | 13,592,796 | 14,020,786 | 14,459,990 | 14,909,813 | 15,370,000 |
| Niger | 10,922,421 | 11,308,134 | 11,706,182 | 12,118,322 | 12,546,945 | 12,993,884 | 13,460,138 | 13,945,662 | 14,450,007 | 14,972,257 | 15,512,000 |
| Nigeria | 123,688,536 | 126,704,722 | 129,832,447 | 133,067,097 | 136,399,438 | 139,823,340 | 143,338,939 | 146,951,477 | 150,665,730 | 154,488,072 | 158,423,000 |
| Senegal | 9,505,862 | 9,758,841 | 10,023,194 | 10,297,956 | 10,581,316 | 10,871,908 | 11,169,549 | 11,474,661 | 11,787,123 | 12,106,865 | 12,434,000 |
| Sierra Leone | 4,143,115 | 4,303,850 | 4,505,515 | 4,730,020 | 4,952,134 | 5,153,435 | 5,327,364 | 5,478,289 | 5,612,129 | 5,739,293 | 5,867,000 |
| Togo | 4,793,504 | 4,926,142 | 5,050,919 | 5,170,252 | 5,288,273 | 5,408,044 | 5,529,908 | 5,652,811 | 5,776,837 | 5,901,839 | 6,028,000 |

Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Mundial (edição de 2012)

Anexo 2: PIB médio em dólares americanos durante o período de 1986 - 2010



Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Mundial (edição de 2012)

Anexo 3: PIB per capita (dólares correntes americanos)

| Country | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| Benin | 346.00 | 352.90 | 404.60 | 496.60 | 547.10 | 561.60 | 601.50 | 683.70 | 799.80 | 771.70 | 749.50 |
| Burkina Faso | 212.40 | 222.40 | 252.70 | 318.80 | 370.50 | 382.30 | 394.70 | 449.30 | 518.60 | 509.30 | 535.60 |
| Cape Verde | 1,233.30 | 1,265.00 | 1,371.60 | 1,769.40 | 1,980.20 | 2,055.40 | 2,316.50 | 2,756.00 | 3,181.50 | 3,227.90 | 3,322.80 |
| Cote d'Ivoire | 628.20 | 624.20 | 668.60 | 787.00 | 873.10 | 908.00 | 947.70 | 1,061.60 | 1,233.20 | 1,190.80 | 1,154.10 |
| Gambia, The | 324.50 | 312.90 | 268.70 | 259.00 | 274.40 | 306.60 | 328.50 | 409.00 | 502.40 | 436.10 | 466.50 |
| Ghana | 259.70 | 270.40 | 306.20 | 369.90 | 420.10 | 495.40 | 919.60 | 1,084.50 | 1,226.20 | 1,090.40 | 1,324.60 |
| Guinea | 373.00 | 341.40 | 354.80 | 394.10 | 412.40 | 324.80 | 306.60 | 449.10 | 395.30 | 426.70 | 451.90 |
| Guinea-Bissau | 173.70 | 157.40 | 157.90 | 361.40 | 389.80 | 418.80 | 414.60 | 485.00 | 582.50 | 562.40 | 579.90 |
| Liberia | 197.00 | 184.70 | 186.70 | 135.00 | 148.70 | 166.60 | 184.60 | 211.40 | 230.30 | 229.30 | 246.90 |
| Mali | 214.50 | 225.90 | 278.50 | 352.40 | 381.60 | 402.60 | 431.60 | 509.70 | 604.30 | 601.30 | 601.90 |
| Niger | 164.60 | 172.00 | 185.40 | 225.40 | 243.30 | 262.10 | 270.80 | 307.70 | 371.60 | 351.30 | 357.70 |
| Nigeria | 371.80 | 378.80 | 455.30 | 508.40 | 644.00 | 802.80 | 1,014.50 | 1,129.10 | 1,374.70 | 1,091.10 | 1,278.40 |
| Senegal | 493.60 | 499.80 | 532.20 | 666.00 | 758.90 | 799.10 | 838.80 | 986.50 | 1,135.70 | 1,054.70 | 1,033.90 |
| Sierra Leone | 153.50 | 187.20 | 207.70 | 209.50 | 221.30 | 240.50 | 266.50 | 303.70 | 348.30 | 323.50 | 324.70 |
| Togo | 277.30 | 269.60 | 292.20 | 340.20 | 389.70 | 391.10 | 398.30 | 446.40 | 547.60 | 534.90 | 523.10 |

Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Mundial (edição de 2012)

Anexo 4: Valor acrescentado da agricultura (% do PIB)

| Inty | Benin | Burkina Faso | Capa Verde | Cote d'Ivoire | Gambia, The | Ghana | Guinea | Guinea-Bissau | Liberia | Mali | Niger | Nigeria | Senegal | Sierra Le |
|------|-------|--------------|------------|---------------|-------------|-------|--------|---------------|---------|------|-------|---------|---------|-----------|
| 80 | 35.4 | 39.4 | 25.9 | 30.8 | 60.1 | 44.3 | 35.9 | 48.3 | 43.1 | 20.1 | 33.0 | 33.0 | 33.0 | |
| 81 | 32.7 | 30.7 | 28.5 | 34.4 | 55.3 | 53.3 | 31.6 | 45.7 | 45.7 | 22.3 | 45.7 | 45.7 | 45.7 | |
| 82 | 32.2 | 28.4 | 24.1 | 43.8 | 59.4 | 46.8 | 44.1 | 44.3 | 44.3 | 23.0 | 44.3 | 44.3 | 44.3 | |
| 83 | 33.2 | 28.2 | 21.9 | 37.1 | .. | 42.4 | 33.8 | 41.4 | 41.5 | 18.6 | 41.5 | 41.5 | 41.5 | |
| 84 | 33.3 | 29.1 | 24.1 | 31.2 | 51.9 | 41.3 | 33.5 | 44.2 | 35.8 | 20.1 | 35.8 | 40.1 | 38.1 | |
| 85 | 31.5 | 34.9 | 26.5 | 31.2 | 48.4 | 46.5 | 36.5 | 40.3 | 36.7 | 23.2 | 45.1 | 45.1 | 45.1 | |
| 86 | 33.7 | 30.4 | 16.0 | 33.5 | 48.0 | 45.3 | 37.4 | 42.4 | 34.7 | 24.1 | 38.0 | 38.0 | 38.0 | |
| 87 | 33.3 | 28.5 | 16.6 | 29.2 | 35.0 | 50.7 | 36.2 | 45.2 | 35.2 | 24.9 | 45.0 | 45.0 | 45.0 | |
| 88 | 34.4 | 29.6 | 17.6 | 32.0 | 49.7 | 58.1 | 36.1 | 45.0 | 35.4 | 21.2 | 46.0 | 46.0 | 46.0 | |
| 89 | 31.9 | 28.5 | 16.2 | 32.7 | 30.8 | 49.4 | 38.7 | 47.8 | 34.1 | 22.6 | 46.0 | 46.0 | 46.0 | |
| 90 | 36.1 | 28.8 | 14.4 | 31.5 | 29.0 | 45.1 | 60.8 | 45.5 | 35.3 | 19.9 | 46.9 | 46.9 | 46.9 | |
| 91 | 36.3 | 30.9 | 13.4 | 33.3 | 27.8 | 45.6 | 54.1 | 45.1 | 39.2 | 20.3 | 38.8 | 38.8 | 38.8 | |
| 92 | 36.0 | 29.8 | 11.8 | 34.0 | 26.2 | 45.0 | 51.3 | 46.1 | 36.8 | 18.6 | 37.9 | 37.9 | 37.9 | |
| 93 | 33.8 | 31.0 | 13.7 | 28.2 | 25.2 | 41.4 | 18.0 | 44.5 | 36.5 | 20.6 | 43.1 | 43.1 | 43.1 | |
| 94 | 33.5 | 35.2 | 12.6 | 25.3 | 27.5 | 42.0 | 20.9 | 46.4 | 40.8 | 19.0 | 39.4 | 39.4 | 39.4 | |
| 95 | 34.0 | 35.4 | 13.6 | 24.7 | 30.0 | 42.7 | 19.3 | 49.5 | 40.2 | 21.0 | 42.9 | 42.9 | 42.9 | |
| 96 | 37.7 | 39.0 | 13.5 | 24.6 | 29.8 | 43.9 | 17.8 | 51.8 | 38.9 | 19.9 | 47.9 | 47.9 | 47.9 | |
| 97 | 37.5 | 36.4 | 12.2 | 23.3 | 29.5 | 40.1 | 20.9 | 44.5 | 38.9 | 19.8 | 58.2 | 58.2 | 58.2 | |
| 98 | 38.2 | 39.2 | 11.6 | 24.1 | 28.4 | 40.2 | 22.0 | 46.5 | 42.6 | 19.4 | 61.8 | 61.8 | 61.8 | |
| 99 | 37.8 | 32.6 | 11.6 | 22.0 | 34.1 | 39.9 | 22.5 | 46.5 | 40.7 | 19.0 | 82.0 | 82.0 | 82.0 | |
| 00 | 36.5 | 29.0 | 12.9 | 24.2 | 35.8 | 39.4 | 20.3 | 41.6 | 37.8 | 19.1 | 58.4 | 58.4 | 58.4 | |
| 01 | 35.5 | 36.6 | 11.4 | 24.7 | 36.3 | 39.3 | 22.0 | 37.8 | 40.0 | 18.5 | 47.1 | 47.1 | 47.1 | |
| 02 | 33.8 | 34.9 | 10.4 | 25.7 | 27.6 | 39.2 | 22.5 | 35.0 | 39.6 | 15.5 | 47.8 | 47.8 | 47.8 | |
| 03 | 32.1 | 35.6 | 10.2 | 25.6 | 31.1 | 40.2 | 22.3 | 36.8 | 42.7 | 17.6 | 46.7 | 46.7 | 46.7 | |
| 04 | 32.1 | 32.9 | 9.9 | 23.2 | 33.7 | 41.5 | 25.1 | 36.2 | 34.2 | 15.9 | 44.9 | 44.9 | 44.9 | |
| 05 | 32.2 | 34.1 | 9.0 | 22.8 | 32.1 | 40.9 | 24.2 | 38.6 | 32.8 | 16.7 | 51.2 | 51.2 | 51.2 | |
| 06 | .. | 33.3 | 8.3 | 22.9 | 30.3 | 30.4 | 23.8 | 36.9 | 32.0 | 14.8 | 51.1 | 51.1 | 51.1 | |
| 07 | .. | .. | 7.2 | 23.9 | 28.7 | 29.0 | 25.3 | 36.5 | 32.7 | 13.4 | 49.9 | 49.9 | 49.9 | |
| 08 | .. | .. | 6.6 | 25.0 | 28.5 | 31.0 | 24.9 | 61.3 | .. | 15.6 | 50.2 | 50.2 | 50.2 | |
| 09 | .. | .. | 9.2 | 24.7 | 27.5 | 31.6 | 16.9 | .. | .. | 17.2 | 52.2 | 52.2 | 52.2 | |

Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Mundial (edição de 2012)

Anexo 5: Volume da dívida externa (% do RNB)

| Year | Cape Verde | Chade | DRC | Zambia | Tha | Ghana | Guinea | Guinea-Bissau | Liberia | Mali | Niger | Nigeria | Senegal | Sierra Leone | Togo |
|------|------------|-------|-------|--------|-----|-------|--------|---------------|---------|-------|-------|---------|---------|--------------|-------|
| 1980 | .. | 77.1 | 57.7 | .. | .. | 31.7 | 131.1 | 73.8 | 41.1 | 35.0 | 14.6 | 43.3 | 45.9 | 102.4 | |
| 1981 | .. | 102.9 | 81.8 | 36.6 | .. | 36.6 | 97.6 | 89.0 | 56.9 | 48.8 | 19.6 | 54.5 | 54.5 | 109.3 | |
| 1982 | .. | 127.5 | 98.8 | 36.9 | .. | 36.9 | 104.3 | 101.9 | 67.3 | 49.4 | 24.6 | 62.1 | 49.4 | 121.5 | |
| 1983 | .. | 144.0 | 106.1 | 41.4 | .. | 41.4 | 121.8 | 133.0 | 78.2 | 55.2 | 51.2 | 77.6 | 66.6 | 126.9 | |
| 1984 | .. | 134.6 | 129.1 | 44.9 | .. | 44.9 | 183.5 | 133.8 | 95.9 | 69.5 | 64.9 | 85.2 | 58.0 | 118.9 | |
| 1985 | .. | 153.4 | 112.5 | 50.7 | .. | 50.7 | 200.2 | 154.8 | 113.1 | 87.5 | 68.1 | 90.3 | 85.4 | 128.9 | |
| 1986 | 54.0 | 135.2 | 172.3 | 49.0 | .. | 49.0 | 99.6 | 288.2 | 208.0 | 105.4 | 76.5 | 118.2 | 80.3 | 192.7 | 104.6 |
| 1987 | 50.3 | 147.6 | 144.2 | 66.5 | .. | 66.5 | 108.1 | 291.4 | 233.9 | 107.2 | 76.1 | 137.9 | 83.4 | 154.0 | 102.9 |
| 1988 | 42.7 | 143.4 | 119.6 | 60.4 | .. | 60.4 | 100.5 | 366.5 | 218.2 | 105.1 | 76.1 | 132.6 | 81.7 | 102.6 | 91.9 |
| 1989 | 42.4 | 177.0 | 126.4 | 64.2 | .. | 64.2 | 96.3 | 296.5 | 319.2 | .. | .. | .. | .. | .. | .. |
| 1990 | 39.3 | 187.3 | 126.7 | 64.7 | .. | 64.7 | 98.4 | 297.7 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. |
| 1991 | 38.2 | 199.2 | 126.4 | 64.2 | .. | 64.2 | 92.1 | 311.3 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. |
| 1992 | 36.0 | 189.1 | 117.9 | 67.2 | .. | 67.2 | 84.3 | 357.9 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. |
| 1993 | 41.0 | 197.0 | 117.7 | 78.2 | .. | 78.2 | 89.2 | 355.1 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. |
| 1994 | 43.2 | 230.7 | 118.2 | 95.7 | .. | 95.7 | 94.0 | 383.6 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. |
| 1995 | 44.1 | 188.7 | 113.0 | 86.9 | .. | 86.9 | 90.0 | 379.4 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. |
| 1996 | 40.9 | 174.0 | 117.2 | 85.3 | .. | 85.3 | 85.9 | 371.6 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. |
| 1997 | 41.4 | 141.9 | 103.8 | 84.6 | .. | 84.6 | 96.1 | 362.8 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. |
| 1998 | 46.2 | 123.6 | 115.9 | 86.2 | .. | 86.2 | 102.6 | 504.5 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. |
| 1999 | 57.0 | 112.2 | 113.1 | 85.1 | .. | 85.1 | 94.4 | 446.7 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. |
| 2000 | 61.3 | 124.9 | 120.7 | 126.6 | .. | 126.6 | 101.0 | 466.5 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. |
| 2001 | 63.5 | 116.9 | 123.6 | 121.9 | .. | 121.9 | 104.6 | 492.6 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. |
| 2002 | 64.0 | 109.0 | 166.0 | 115.4 | .. | 115.4 | 102.7 | 499.6 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. |
| 2003 | 56.4 | 98.5 | 189.3 | 101.5 | .. | 101.5 | 99.3 | 229.3 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. |
| 2004 | 51.1 | 89.4 | 183.9 | 81.4 | .. | 81.4 | 92.5 | 215.6 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. |
| 2005 | 49.4 | 76.2 | 157.9 | 64.0 | .. | 64.0 | 109.0 | 180.6 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. |
| 2006 | 49.2 | 76.9 | 154.5 | 16.4 | .. | 16.4 | 122.1 | 182.0 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. |
| 2007 | 44.6 | 73.3 | 116.0 | 19.8 | .. | 19.8 | 82.3 | 158.8 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. |
| 2008 | 41.6 | 56.0 | 47.0 | 19.0 | .. | 19.0 | 93.2 | 130.3 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. |
| 2009 | 45.8 | 55.0 | 66.6 | 24.5 | .. | 24.5 | 79.0 | 135.6 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. |
| 2010 | 54.3 | 52.6 | 63.3 | 27.2 | .. | 27.2 | 69.1 | 124.8 | .. | .. | .. | .. | .. | .. | .. |

Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Mundial (edição de 2012)

Anexo 6: Exportações de mercadorias (milhares de dólares americanos)

| Year | Benin | Burkina Faso | Cape Verde | Cote d'Ivoire | Gambia, Th | Guinea | Guinea-Bissau | Mali | Niger | Nigeria | Senegal | Sierra Leone | | |
|------|-----------|--------------|------------|---------------|------------|-----------|---------------|---------|---------|-----------|---------|--------------|-----------|---------|
| 2000 | 392,000 | 209,000 | 11,000,000 | 3,888,000 | 13,000 | 1,671,000 | 666,000 | 62,000 | 329,000 | 34,300 | 283,000 | 20,975,000 | 930,000 | 13,000 |
| 2001 | 374,000 | 223,000 | 10,000,000 | 3,946,000 | 10,000 | 1,716,000 | 751,000 | 65,000 | 127,900 | 723,000 | 272,000 | 18,045,000 | 1,003,000 | 29,000 |
| 2002 | 448,000 | 346,742 | 10,340,421 | 3,275,000 | 12,000 | 1,830,000 | 709,000 | 34,000 | 176,100 | 874,000 | 279,000 | 17,975,000 | 1,067,000 | 48,661 |
| 2003 | 341,000 | 320,344 | 12,742,000 | 5,788,000 | 8,000 | 2,324,296 | 609,000 | 65,000 | 108,900 | 928,000 | 432,000 | 24,031,000 | 1,237,000 | 92,23 |
| 2004 | 369,568 | 479,287 | 13,094,000 | 6,919,000 | 10,000 | 2,430,000 | 744,230 | 75,000 | 103,800 | 976,433 | 437,000 | 38,651,000 | 1,306,000 | 138,394 |
| 2005 | 378,234 | 468,000 | 17,613,256 | 7,697,339 | 8,000 | 2,802,207 | 832,690 | 89,484 | 131,300 | 1,100,520 | 489,000 | 30,487,000 | 1,378,103 | 138,493 |
| 2006 | 736,000 | 868,000 | 20,625,100 | 8,477,000 | 11,464 | 3,726,680 | 103,300 | 74,000 | 137,800 | 1,330,000 | 307,946 | 38,716,000 | 1,593,970 | 231,03 |
| 2007 | 1,048,839 | 623,000 | 19,219,000 | 8,688,863 | 12,318 | 4,194,720 | 1,203,000 | 107,036 | 200,200 | 1,336,232 | 663,286 | 66,603,900 | 1,673,829 | 243,233 |
| 2008 | 1,282,233 | 693,159 | 31,388,200 | 10,390,000 | 13,670 | 3,469,736 | 1,342,010 | 128,181 | 242,400 | 2,097,118 | 910,000 | 84,118,000 | 2,170,481 | 215,66 |
| 2009 | 1,190,844 | 900,492 | 33,226,000 | 10,996,302 | 13,000 | 3,639,710 | 1,049,720 | 119,444 | 148,830 | 2,120,000 | 860,000 | 33,000,000 | 2,017,386 | 230,662 |
| 2010 | 1,200,000 | 1,288,134 | 44,379,997 | 10,320,000 | 13,000 | 7,896,230 | 1,230,000 | 123,000 | 231,119 | 2,330,000 | 930,000 | 82,000,000 | 2,161,128 | 337,662 |

Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Mundial (edição de 2012)

Anexo 7: Importações de mercadorias (milhares de dólares americanos)

| Year | Benin | Burkina Faso | Cape Verde | Cote d'Ivoire | Gambia, The | Guinea | Guinea-Bissau | Liberia | Mali | Niger | Nigeria | Senegal | Sierra Leone | |
|------|-----------|--------------|-------------|---------------|-------------|------------|---------------|---------|------------|-----------|-----------|------------|--------------|-----------|
| 2000 | 362,933 | 453,316 | 237,390,942 | 2,733,763 | 334,223 | 2,864,579 | 52,736 | 303,597 | 3,398,767 | 1,230,213 | 778,305 | 3,623,419 | 1,462,897 | 316,239 |
| 2001 | 622,481 | 331,845 | 247,310,438 | 2,794,300 | 393,333 | 2,676,707 | 488,784 | 302,983 | 4,413,203 | 1,405,024 | 323,028 | 7,931,469 | 1,727,112 | 428,237 |
| 2002 | 720,914 | 377,407 | 269,661,063 | 2,493,220 | 409,277 | 3,008,232 | 877,300 | 302,332 | 3,027,317 | 1,381,679 | 390,688 | 8,737,681 | 1,297,324 | 493,483 |
| 2003 | 896,076 | 773,830 | 330,067,383 | 3,383,283 | 303,323 | 3,943,009 | 694,000 | 129,796 | 4,273,678 | 1,331,800 | 494,930 | 14,835,989 | 2,253,488 | 600,392 |
| 2004 | 897,238 | 1,014,246 | 428,893,643 | 4,703,647 | 374,626 | 3,220,473 | 1,160,238 | 133,906 | 4,897,768 | 1,862,343 | 567,946 | 20,496,263 | 2,263,487 | 521,896 |
| 2005 | 892,949 | 1,101,333 | 432,209,890 | 3,971,437 | 633,332 | 3,919,600 | 1,903,334 | 213,199 | 3,699,893 | 2,067,028 | 831,370 | 24,498,714 | 3,215,730 | 606,138 |
| 2006 | 3,643,283 | 1,230,193 | 340,486,993 | 3,616,229 | 707,373 | 6,993,618 | 2,309,272 | 200,338 | 7,397,333 | 2,372,977 | 998,046 | 29,166,301 | 3,423,348 | 332,662 |
| 2007 | 3,133,794 | 1,386,793 | 746,340,436 | 6,672,893 | 829,364 | 9,483,479 | 2,956,327 | 230,423 | 8,783,029 | 2,819,493 | 1,066,389 | 38,675,354 | 4,423,344 | 624,228 |
| 2008 | 6,891,001 | 2,016,643 | 836,128,139 | 9,791,304 | 872,811 | 12,211,336 | 3,822,020 | 288,461 | 11,388,931 | 3,182,373 | 1,688,664 | 34,314,667 | 5,263,643 | 833,071 |
| 2009 | 6,014,662 | 1,774,892 | 707,767,172 | 7,004,116 | 833,754 | 10,238,652 | 3,673,448 | 324,903 | 12,566,614 | 3,048,404 | 1,386,072 | 43,289,086 | 4,354,800 | 804,030 |
| 2010 | 7,180,450 | 2,048,670 | 742,473,428 | 8,008,832 | 868,643 | 12,774,881 | 4,111,238 | 274,568 | 17,498,847 | 3,377,390 | 1,608,333 | 47,726,379 | 4,371,973 | 1,009,368 |

Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Mundial (edição de 2012)

Anexo: Estrutura institucional comparada da UE, UEMOA e CEDEAO

CEDEAO

La Banque d'Investissement et de Développement de la CEDEAO (BIDC) est devenu l'institution financière pour le programme du Nouveaux Partenariat pour le Développement de l'Afrique (NEPAD) dans l'Afrique de l'Ouest suivant la nomination de la CEDEAO comme l'agence réalisatrice du Plan d'action dans la sous-région.

Para mais informações visite <<http://www.sec.ecowas.int/sitecedea0/english/institutions.htm>> ou <http://www.iss.co.za/AF/RegOrg/unity_to_union/pdfs/ecowas/3ECOWASTreaty.pdf>

UEMOA

No âmbito do processo de integração regional, a UEMOA estabeleceu os objetivos seguintes: i) a promoção da competitividade das atividades económicas e financeiras dos Estados, ii) a convergência dos desempenhos e das políticas económicas dos Estados, mediante a instituição de um procedimento de vigilância multilateral, iii) a criação de um mercado comum assente na livre circulação de pessoas, bens, serviços, capitais e no direito de estabelecimento bem como numa pauta externa comum e numa política comercial comum; iv) a coordenação das políticas setoriais nacionais, pela execução de ações comuns e eventualmente de políticas comuns nos principais domínios da atividade económica, v) a harmonização das legislações dos Estados-membros, na medida do necessário ao bom funcionamento do mercado comum.

Para mais informações visite <<http://www.uemoa.int/organes/organisation.htm>> ou <<http://www.uemoa.int/organes/consultatif.htm>>

União Europeia (UE)

| | | | | | |
|---|--|---|---|---|---|
| Organizações regionais | Comissão Europeia | Conselho Europeu | Parlamentos | Tribunal de Justiça | Bancos Regionais |
| União Europeia | Comissão Europeia (representa os interesses da UE) → Órgão executivo - Propõe legislação - Gere + executa as políticas e o orçamento da UE | Conselho Europeu - Impulsiona as grandes questões políticas que se prendem com a integração europeia. - Define orientações e pode emitir, por consenso, declarações e resoluções Conselho da União Europeia (representa os governos dos EM) → Principal instância de decisão da União - Na maior parte dos casos, decide com base em propostas da CE e em associação com o PE, quer através do procedimento de consulta (agricultura, matéria judicial, cooperação policial, tributação) ou em codecisão (por exemplo, mercado interno) - Coordena as políticas económicas dos EM - Conclui acordos internacionais entre a UE + Estados terceiros + organizações internacionais - Aprova o orçamento conjuntamente com o PE | Parlamento Europeu (eleito diretamente pelas populações dos EM) → Assembleia legislativa (adota a legislação, juntamente com o Conselho, = codecisão) Poder: - Legislativo - Orçamental - Supervisor | Tribunal de Justiça Tribunal Europeu de Justiça → Órgão legislativo - Assegura o cumprimento da legislação europeia (é o supremo tribunal da UE) e decide em matéria de interpretação do direito europeu/ Tribunal de Primeira Instância - Decide sobre matérias previstas no Estatuto dos Funcionários Tribunal de Contas - Verifica a legalidade e a regularidade das receitas e despesas da União Europeia | Banco Central Europeu - É responsável pela política monetária da UE Banco Europeu de Investimento - Contribui para a realização dos objetivos da UE através do financiamento de projetos de investimento |
| União monetária + realização integral do mercado único | | | | | |
| - 27 membros | | | | | |
| - Fundada em 1956 pelo Tratado de Roma | | | | | |
| Todas as decisões e procedimentos baseados nos Tratados, aprovados por todos os EM | | | | | |

União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)

Organizações regionais

União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)

- Fundada em 1994
- 8 membros
- Objetivo = criação de um mercado comum assente na liberdade de circulação de pessoas, bens, serviços e capitais.
- União aduaneira em curso de implementação

| Comissão | Conselho | Parlamentos | Tribunal de Justiça | Outros órgãos | Bancos Regionais |
|---|---|---|--|--|---|
| A Comissão - Poder executivo - Formula recomendações + emite pareceres à Conferência + Conselho - Executa o orçamento da União - Pode recorrer ao Tribunal de Justiça se os EM não cumprirem as suas obrigações | Conferência dos Chefes de Estado - Órgão supremo da União - Principal instância de decisão e dispõe sobre a orientação da política da União - Decide sobre a futura adesão de membros Conselho de Ministros - Assegura a implementação das orientações gerais adotadas pela Conferência - Define e mantém a política de crédito e monetária da União | Comité Interparlamentar - Papel consultivo + anima o debate sobre a integração. - Prefigura o futuro Parlamento a quem compete tirar o controlo democrático dos órgãos da União | Tribunal de Justiça - Ocupa-se da interpretação uniforme + aplicação da legislação comunitária - Arbitra os litígios entre EM ou entre a União e os seus agentes Tribunal de Contas - Controla as contas dos órgãos e fiscaliza a fiabilidade e a eficiência dos recursos comunitários → Órgãos de controlo | Câmara Consular Regional - Órgão consultivo - Instância de diálogo entre a UEMOA + principais agentes económicos | Banco Central dos Estados da África Ocidental - Ocupa-se das questões macro-económicas Banco de Desenvolvimento da África Ocidental - Mais envolvido no financiamento de projetos relacionados com o desenvolvimento |

Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)

| Organizações regionais | Comissão | Conselho | Parlamentos | Tribunal de Justiça | Outros órgãos | Bancos Regionais |
|---|---|---|--|--|--|--|
| CEDEAO/ECOWAS | <p>Comissão</p> <ul style="list-style-type: none"> - Executa as decisões adotadas pela Autoridade + aplica os regulamentos do Conselho - Prepara os projetos de orçamento e os programas de atividade e supervisiona a sua execução após aprovação do Conselho. - Apresenta relatórios sobre as atividades comunitárias | <p>Conselho</p> <p>Autoridade de Chefes de Estado e de Governo</p> <ul style="list-style-type: none"> (instituição suprema) - Responsável pela direção geral e pelo controlo da Comunidade <p>Conselho de Ministros</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formula recomendações à Autoridade sobre qualquer ação destinada a alcançar os objetivos da Comunidade - Emite diretivas sobre matérias relativas à coordenação e à harmonização das políticas de integração económica - Aprova os programas de trabalho e os orçamentos da Comunidade e das suas instituições | <p>Parlamentos</p> <p>Parlamento da Comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Considera questões relativas a direitos humanos e às liberdades fundamentais dos cidadãos, informação e comunicação - Pode ser consultado sobre questões relativas a política de saúde pública, juventude e desporto, ciência e tecnologia e ambiente. | <p>Tribunal de Justiça</p> <p>Tribunal de Justiça da Comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garante a observância da lei e dos princípios da equidade na interpretação e aplicação das disposições do Tratado - Trata dos litígios entre os EM, e entre os EM e as instituições | <p>Outros órgãos</p> <p>Conselho Económico e Social</p> <ul style="list-style-type: none"> - Papel consultivo | <p>Bancos Regionais</p> <p>Banco de Investimento e Desenvolvimento da CEDEAO/ECO-WAS (EBID)</p> <p>Os dois subsidiários são conhecidos como Fundo de Desenvolvimento Regional da CEDEAO/ECO-WAS (ERDF) e Banco de Investimento Regional da CEDEAO/ECOWAS (ERIB).</p> |
| Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental | <ul style="list-style-type: none"> - Fundada em 1975 - 15 membros <p>Objetivo: união económica e monetária</p> | | | | | |
| Uma Zona de Comércio Livre está atualmente a ser implementada | | | | | | |

Anexo – Composição das regiões africanas

UMA (União do Magrebe Árabe)

Argélia

Líbia

Mauritânia

Marrocos

Tunísia

África Central

Camarões

República da África Central

Chade

Congo, República do

Guiné Equatorial

Gabão

São Tomé e Príncipe

EAC (Comunidade da África Oriental)

Burundi

Quênia

Ruanda

Tanzânia

Uganda

Nordeste de África

Djibuti

Egito

Etiópia

Somália

Sudão

CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental)

Benim

Burquina Faso

Cabo Verde

Costa do Marfim

Gâmbia

Gana

Guiné

Guiné-Bissau

Libéria

Mali

Níger

Nigéria

Senegal

Serra Leoa

Togo

África Austral

Angola

Comores

Congo, República Democrática do

Madagáscar

Malawi

Maurícia

Moçambique

UAAA

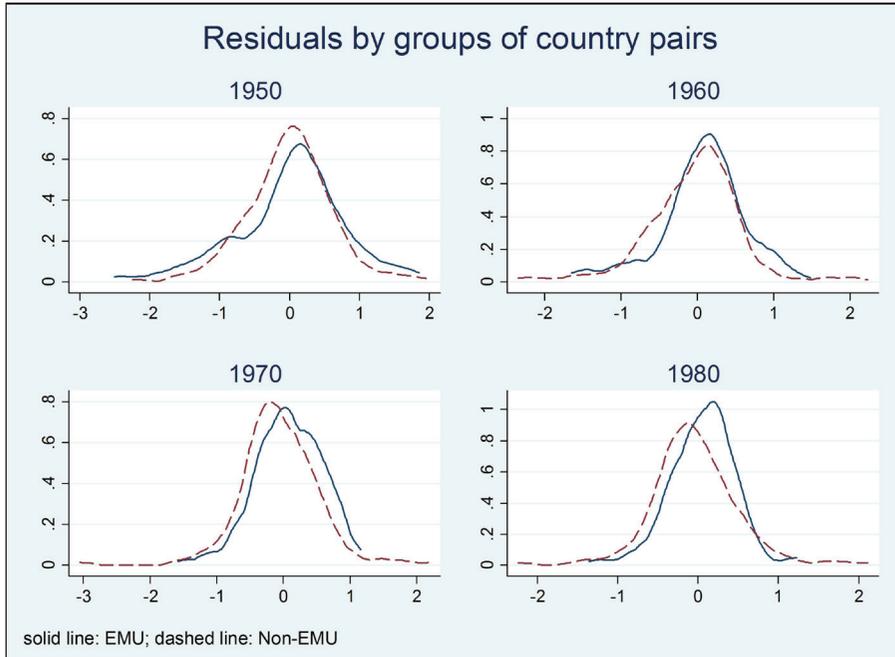
Seicheles

Zâmbia

Zimbabué

Figura Apêndice: Densidades de kernel estimadas dos resíduos do modelo gravitacional pelos anos anteriores

Resíduos em grupos de pares de países



Quadro Apêndice: Análise dos resíduos do modelo gravitacional

| Médias | 1950 | 1960 | 1970 | 1980 |
|---------------------------------------|--------|--------|--------|--------|
| UEM | 0.008 | 0.068 | 0.085 | 0.058 |
| Não-UEM | -0.005 | -0.048 | -0.058 | -0.040 |
| Teste t (valor p) | 0.88 | 0.13 | 0.04* | 0.11 |
| Teste de Kolmogorov-Smirnov (valor p) | 0.40 | 0.24 | 0.02* | 0.02* |

Note: Residuals from a gravity model (as tabulated in Table 2; without an EMU dummy) are used. t-test denotes the absolute value of a t-test for the null hypothesis of equal means of residuals between EMU and Non-EMU countries. Kolmogorov-Smirnov denotes the probability for the Kolmogorov-Smirnov test for the null hypothesis of equality of distributions between EMU and Non-EMU countries. * denotes significance at the 5% level.

O **Instituto da África Ocidental (IAO)** é um centro de investigação, que promove: investigação, capacidade de desenvolvimento e diálogo social em integração regional na África Ocidental. O IAO é promovido pela Comunidade Económica dos Estados Oeste Africano (CEDEAO), União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), UNESCO, grupo ECOBANK e o Governo de Cabo Verde. IAO tem a sua sede em Praia, Cabo Verde.

O **Centro de Estudos de Integração Europeia (ZEI)** é um centro interdisciplinar de investigação e instituto superior de educação da Universidade de Bonn.

Estudos IAO-ZEI são publicados no âmbito da cooperação de investigação e ambos os institutos focalizam-se em „integração regional sustentável na África Ocidental e na Europa“, nos anos 2013-2016. Eles são destinados a estimular a discussão sobre os processos de integração regional na África Ocidental e na Europa a partir de uma perspectiva comparativa e sobre o desenvolvimento das relações Europa-África Ocidental no sector político e económico. Os estudos expressam a opinião pessoal dos autores.

IAO-ZEI Estudos

No. 1 2013

Olusegun A. Omisakin: Regional Institutions and Policy Formulation. A Comparative Assessment of ECOWAS, the EU and ASEAN, Bonn/Praia 2013.

No. 2 2013

Denis Acclassato: Intra-West African Trade, Bonn/Praia 2013.

No. 3 2013

Djénéba Traoré, Will Africa be left behind on the Education for All (EFA) Trail? Bonn/Praia 2013.

No. 4 2013

Ludger Kühnhardt, L'Afrique et l'Europe Relations comparées et processus d'intégration régionale conjoint, Bonn/Praia 2013.

No. 5 2013

Kocra L. Assoua, The Nexus between Political Instability and Monetary Sustainability. The Case of a West African Monetary Union, Bonn/Praia 2013.



Instituto de
África Ocidental (IAO)

Avenida da Liberdade e Democracia,
Nº 9 – 5º andar
Praia
Achada Santo António

BP 396- A
Cabo Verde

Telefone : +238-(0)262-40-59
www.westafricainstitute.org



Rheinische
Friedrich-Wilhelms-
Universität Bonn

Center for European
Integration Studies

Walter Flex-Straße 3
53113 Bonn
Alemanha

Telefone : +49-(0)228-73-1810
www.zei.uni-bonn.de

ISBN 978-3-941928-29-9